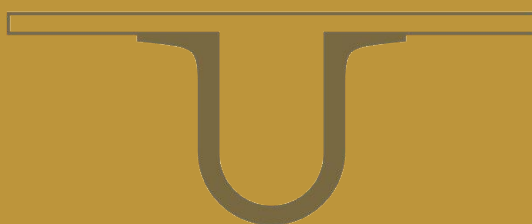




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Pedro Freitas de Sá Sousa de Almeida

FUTEBOL, RAÇA E NAÇÃO EM PORTUGAL

Tese no âmbito do programa de Doutoramento em
Democracia no Século XXI orientada pela
Professora Doutora Silvia Rodríguez Maeso e apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Novembro de 2018



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FUTEBOL, RAÇA E NAÇÃO EM PORTUGAL

Pedro Freitas de Sá Sousa de Almeida

*Tese no âmbito do programa de doutoramento em Democracia no Século XXI e
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para
obtenção do grau de Doutor*

Orientadora: Professora Doutora Silvia Rodríguez Maeso

Coimbra, novembro de 2018



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

Quero expressar o meu sincero agradecimento a todas as pessoas que, com o seu apoio, amizade e afeto, me acompanharam neste longo trajeto.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Silvia Maeso por todo o empenho, dedicação e competência que colocou, desde o primeiro momento, na orientação desta investigação. O seu alto sentido crítico e sua exigência científica tiveram um papel decisivo no meu amadurecimento teórico. À Professora Silvia Maeso devo-lhe igualmente a disponibilidade, paciência e compreensão manifestadas nos momentos mais difíceis deste percurso.

Quero também agradecer à Professora Marta Araújo que, juntamente com a Professora Silvia Maeso, desempenhou um papel importante na escolha da área temática da presente dissertação. O entusiasmo e o espírito crítico colocado na lecionação das aulas foram fundamentais não só para a definição do meu objeto de estudo como principalmente para o rumo teórico seguido.

Os meus agradecimentos estendem-se aos restantes professores e professoras do Centro de Estudos Sociais (CES/FEUC) que, com o seu empenho e qualidade científica, fizeram dos seminários espaços de discussão e de aprendizagem. Uma palavra especial para o Professor Giovanni Allegretti que, para além da energia revelada nas aulas, esteve sempre disponível para solucionar questões inerentes ao cargo de coordenador do programa.

Quero também expressar a minha gratidão a toda a equipa da Biblioteca Norte/Sul. A competência, disponibilidade e simpatia que demonstram é de uma enorme mais-valia para todos os doutorandos do CES.

Agradeço igualmente a disponibilidade manifestada pelos entrevistados que aceitaram desinteressadamente colaborar neste trabalho. A sua participação foi essencial para a investigação.

Aos amigos de infância e de juventude, o meu agradecimento por estarem sempre presentes. À Patrícia Melo, além da amizade, devo-lhe igualmente a sua imensa disponibilidade na ajuda da tradução de várias passagens que constam neste trabalho. Aos meus companheiros e companheiras do CES uma palavra muito especial. A amizade, a solidariedade e a camaradagem que construímos foram, sem dúvida, dos aspetos mais gratificantes deste percurso. Ainda que não caibam todos os nomes,

agradeço todo o apoio e incentivo prestados por David Larraz, Cristiano Gianolla, Fernando Maldonado, Aline Mendonça, Maurício Hashizume, Roberta Gondim, Marga Rossal e Cristina Valentim.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer à minha família. À Ana e ao João o meu muito obrigado pelo incentivo, carinho, amor e paciência que sempre manifestaram ao longo destes anos. Aos meus pais, devo tudo. A energia que despenderam na revisão do texto, nas sugestões, nos conselhos, é incalculável. Mais do que isso, foram, como sempre, incansáveis no afeto e no apoio. Sem eles, nada disto teria sido possível. Obrigado por tudo.

Resumo

Este trabalho parte da ideia de que o estudo do futebol em Portugal é uma forma de compreender a história contemporânea do país. O estabelecimento de um diálogo entre a teoria social e a literatura crítica sobre sociedade e desporto permite clarificar o modo como a tese da homogeneidade racial, entendida enquanto pretensa condição natural das nações europeias, se produz e reproduz a partir do contexto do futebol português.

Dadas as limitações teóricas que assinalam os estudos sobre desporto, racismo e identidade nacional, a presente investigação coloca em evidência a capacidade extraordinária do futebol em condensar os imaginários de raça e identidade nacional. Mostra-se, portanto, em que medida os moldes nos quais assenta o debate no contexto europeu não permitem captar como a ideia de raça opera enquanto marcador da *europiedade*. Neste sentido, o desafio às teses dominantes demonstra a necessidade de problematizar a ideia de nação a partir da produção crítica sobre raça, racismo e eurocentrismo.

A desconstrução da tese da homogeneidade racial que percorre os imaginários europeus implica, primeiramente, o reconhecimento de que o racismo contemporâneo se encontra enraizado em séculos de opressão. Esse reconhecimento requer o abandono da tese – hegemónica dentro e fora da academia especializada – segundo a qual o racismo assenta em ‘preconceitos’ e ‘atitudes’ de uma minoria da população. Assim, defende-se que, longe de se poder considerar um epifenómeno na história do pensamento ocidental, a noção de raça é constitutiva da própria modernidade.

A componente empírica da presente investigação, ao evidenciar o modo como as culturas do futebol em Portugal naturalizam a ideia de que o ‘outro’ não cabe nas fronteiras da *portugalidade*, confirma que a nação não é percebida como sendo multirracial. Conforme se destaca, a análise crítica das narrativas edificadas em torno do Sport Lisboa e Benfica e da Associação Académica de Coimbra demonstra que a construção da ideia de nação se encontra profundamente ligada ao passado colonial. Deste modo, não obstante o fim formal do colonialismo, a tese da exceção portuguesa continua a ser permanentemente mobilizada.

Além de problematizar as narrativas que acompanharam a história dos referidos clubes, a pesquisa empírica mostra que esse dispositivo ideológico é determinante para se compreender os discursos produzidos e veiculados pelos media, reforçando, assim, a tese de que não é possível, no Portugal contemporâneo, pensar a nação sem se ter em conta o modo como se articula com raça e racismo.

Palavras-chave: futebol; raça; racismo; nação; Portugal

Abstract

This dissertation stems from the idea that studying football in Portugal helps to understand national contemporary history. A dialogue between social theory and the critical literature on society and sport clarifies how the thesis of racial homogeneity, claimed as a natural state of European nations, is (re)produced in the Portuguese context of football.

Given the limitations which characterise studies on sport, racism and national identity, this research study highlights football's extraordinary capacity to embody racial imagery and national identity. This dissertation explains how the framing of debate in the European context has not encapsulated the idea of race as a marker of *européanness*. In this regard, current theses are challenged by showing a need to problematise the idea of nation from the critical production of race, racism and eurocentrism.

Deconstructing the dominating thesis of racial homogeneity entails the acknowledgement that today's racism arises from centuries of oppression. This acknowledgement requires the abandonment of the hegemonic thesis (within and outside specialised academia) according to which racism is based on the 'prejudices' and 'attitudes' of a minority. Far from being considered an epiphenomenon of the history of western thinking, the notion that race constitutes modernity itself is thus asserted.

By highlighting the way football cultures naturalise the idea that the 'other' has no place within the realms of *portugueseness* the empirical element of this research study confirms that the nation is not perceived as multi-racial. Moreover, the critical analysis of the narratives around Sport Lisboa e Benfica and Associação Académica de Coimbra reaffirms the strong link between 'nation' and colonial past. Therefore, notwithstanding the formal end of colonialism, the thesis of Portuguese exceptionalism is still permanently used.

Besides problematising the narratives which accompany the history of the aforementioned clubs, this empirical study shows that this ideological device is pivotal in understanding the discourses produced and conveyed by the media, thus reinforcing the thesis that the idea of nation cannot be dissociated from race and racism.

Keywords: football; race; racism; nation; Portugal

ÍNDICE

ÍNDICE.....	9
INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 RAÇA, RACISMO E EUROCENTRISMO: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DO DESPORTO	23
1.1 Raça e Racismo: teorias dominantes	26
1.2 A figura do ‘atleta negro’ na História do Desporto Moderno	37
1.3 Raça e Identidade Nacional: um olhar crítico desde o desporto	46
Capítulo 2 FUTEBOL E RACISMO: O ESTADO DA DISCUSSÃO ACADÉMICA	53
2.1 Futebol, Violência e Racismo	55
2.2 Racismo e subculturas de adeptos na Europa do Sul.....	58
2.3 Futebol, Identidade e Colonialismo no contexto Português.....	63
2.4 Futebol, Sociedade e Racismo na América Latina.....	69
2.5 Futebol, Racismo e Teoria no contexto Europeu	75
2.6 Futebol e Anti-racismo	85
Capítulo 3 GLOBALIZAÇÃO DO DESPORTO: MEDIA, GRANDES EVENTOS E AS NARRATIVAS EUROCÊNTRICAS.....	95
3.1 Media, Eurocentrismo e Racismo.....	97
3.2 Desporto, Media e Racismo	100
3.3 Olimpismo, Media e Espetáculo Racial	114
3.4 Discursos Mediáticos Racistas e Eurocêntricos no contexto das Grandes Competições Internacionais de Futebol.....	122
Capítulo 4 A IMPRENSA PORTUGUESA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO A PARTIR DO FUTEBOL	131
4.1 Enquadramento metodológico e justificação no recorte do trabalho empírico ..	134
4.2 As digressões dos clubes portugueses aos territórios colonizados: ‘missões ao serviço da pátria’	138

4.3	Eusébio, multirracionalidade/homogeneidade nacional	143
4.4	Futebol e os discursos da lusofonia	164
4.5	Lusofonia e tensões pós-coloniais.....	170
4.6	Futebol pós-colonial: seleção, fronteiras e os limites do imaginário nacional	176
4.7	Nas margens da nação: ‘O nosso cigano é melhor que o deles’	188
Capítulo 5 DISCURSOS DOMINANTES NO FUTEBOL PORTUGUÊS: RACISMO, AFRICANIDADE E NORMALIZAÇÃO DO PODER		
5.1	Estratégia metodológica e escolha dos entrevistados.....	201
5.2	‘Será mesmo racismo?’: A banalização e normalização dos insultos racistas nos estádios portugueses	203
5.3	A magia africana contra a racionalidade europeia	214
5.4	A ‘generosidade africana’	218
5.4.1	O futebol, o negro e o selvagem	221
5.4.2	Razão e Corporalidade	223
5.5	Raça e posições de poder: ‘Não há racismo no futebol. Se és bom, provas que mereces o cargo’	228
Capítulo 6 FUTEBOL E NARRATIVAS NACIONAIS: BENFICA, ACADÉMICA E O IMAGINÁRIO DA NAÇÃO		
6.1	Seleção dos clubes e reflexões metodológicas a partir das dinâmicas entrevistador/entrevistado.....	239
6.2	Benfica: ‘a equipa mais portuguesa de Portugal’	243
6.2.1	‘O Benfica joga só com portugueses!’	252
6.2.2	As ‘Casas do Benfica’ no prolongamento da nação	261
6.3	Académica, contestação e colonialismo: limites e possibilidades	266
6.3.1	‘Crise de 62’ e a adesão aos Movimentos de Libertação	273
6.3.2	Académica de Coimbra, ‘Académicas’ africanas e o imaginário nacional	278
6.4	Narrar a nação a partir dos No Name Boys.....	283
6.5	‘Podes ser branco ou preto, de esquerda ou de direita, desde que gostes da Académica és sempre aceite’: Mancha Negra e identidade nacional	289
6.6	No Name Boys, Mancha Negra e o apoio à Seleção Nacional	293

CONCLUSÕES.....	299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	307
ANEXO I	329
ANEXO II	331

INTRODUÇÃO¹

Em 1988, Pierre Bourdieu, num texto que se popularizou na literatura sobre desporto e sociedade, chamava a atenção dos cientistas sociais para a necessidade de prestarem uma maior atenção para aquilo a que se convencionou chamar de ‘sociologia do desporto’. Ainda que o próprio autor não tenha trabalhado nesta área, defendia que essa marginalização se explicaria de uma forma bastante simples: por um lado, aqueles que revelavam um conhecimento desportivo sob o ponto de vista prático teriam dificuldade em escrever sobre ele. Por outro, aqueles que o desconheciam ao nível da prática, mas que demonstravam capacidade para ‘falar acerca dele’, não o faziam por desdém, por não considerarem o desporto um verdadeiro objeto sociológico (Bourdieu, 1988: 153).

O mais intrigante não terá exatamente a ver com o facto de as correntes dominantes das ciências sociais negligenciarem este campo de análise, mas sobretudo na incapacidade que revelam em compreender que o estudo do desporto se tornou, nas sociedades atuais, uma das possibilidades para a compreensão da própria realidade social. Essa negligência é particularmente sentida no contexto português. Ainda que alguns dos trabalhos publicados nas últimas duas décadas tenham contribuído para o enriquecimento do debate teórico sobre desporto e sociedade, a ideia de que o estudo do campo desportivo em Portugal é uma forma de compreender a história contemporânea do país (Neves e Domingos, 2011: 9) continua a ser desvalorizada.

A esmagadora maioria dos estudos que abordam a relação entre desporto e sociedade, dentro e fora do contexto europeu, tem privilegiado o futebol como objeto de análise. De facto, e não obstante outras práticas desportivas também permitirem o

¹ Parte deste trabalho foi realizado em diálogo com o projeto COMBAT. Este projeto tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais e é cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020 no âmbito do projeto PTDC/IVC-SOC/1209/2014–POCI-01-0145-FEDER-016806. A dissertação beneficiou igualmente, numa primeira fase, do debate promovido no espaço do projeto colaborativo TOLERACE, financiado pela Comissão Europeia no âmbito do *7th Framework Programme (SSH-2009-3.3.1, Tolerance and cultural diversity)*.

desenvolvimento de leituras críticas sobre a realidade, o futebol tem sido, indiscutivelmente, o fenómeno social mais abordado. O papel que ocupa na representação das culturas populares, consubstanciado na sua capacidade singular em aglutinar as identidades locais, regionais e nacionais está certamente na origem da atenção especial que lhe tem sido dedicada.

Um dos temas que tem merecido a atenção dos investigadores é o racismo que se manifesta no contexto específico do futebol. Contudo, os pressupostos teóricos que têm guiado a generalidade dos trabalhos são particularmente frágeis. De uma forma geral, o modo como a relação entre futebol, sociedade e racismo tem sido explorada por parte da academia europeia especializada reflete a influência das correntes dominantes nas ciências sociais, que se revelam incapazes de promover uma discussão que coloque em destaque o modo como as nações ocidentais se encontram demarcadas a partir de linhas raciais. Dito de outra forma, não se procura analisar em que medida é que a Europa assume que as suas sociedades são implicitamente brancas, isto é, 'sem raça' (Goldberg, 2006).

Partindo desse défice teórico, a presente dissertação segue uma outra lógica de questionamento das relações entre futebol e identidade nacional, defendendo que essas conexões não podem ficar limitadas ao campo meramente desportivo. Neste sentido, o estabelecimento de um diálogo entre teoria social contemporânea e a literatura crítica sobre sociedade e desporto, permitirá repensar não só como o racismo no futebol deve ser equacionado, mas também mostrar em que medida raça constitui uma categoria central que alimenta o imaginário nacional. Não se trata propriamente de um estudo sobre o futebol em Portugal, mas sim de uma análise que evidencie a sua capacidade extraordinária em condensar os imaginários de raça e identidade nacional.

A análise crítica destas questões abre, assim, caminho para o objetivo principal que guia a presente investigação e que consiste em clarificar como a tese da homogeneidade racial, entendida enquanto pretensa condição 'natural' das nações europeias, se produz e reproduz a partir do contexto específico do futebol português. Por outras palavras, explora-se o modo como a identidade nacional não é percecionada nem discursada como sendo multirracial. Desta forma, a produção da *portugalidade* não deve, portanto, estar desarticulada de outras contribuições teóricas

que demonstrem como a nação se foi construindo como branca e cristã (Vale de Almeida, 2000; Araújo e Maeso, 2016).

Partindo da enorme capacidade dos media em fazer veicular e reproduzir ideologias (Hall, 1995), a pesquisa dedica uma especial atenção ao modo como os meios de comunicação social portugueses – particularmente a imprensa – têm vindo a desempenhar um papel de destaque na produção e redefinição do imaginário nacional. Conforme se verá, a forma como os media se articulam com as esferas do poder implica que uma parte significativa dos seus discursos tenda a reproduzir as ideologias hegemónicas, fortalecendo, assim, as hierarquias raciais estabelecidas.

A organização social, política e cultural das sociedades europeias, especialmente no que respeita à ‘gestão’ da sua diversidade étnico-racial, resulta da ordem colonial e é, portanto, a partir dessa mesma disposição que se criam noções de pertença e de exclusão. Com base nesta premissa, a investigação procura responder à necessidade de desenvolver abordagens mais sofisticadas que demonstrem a capacidade em desafiar o modo como as relações raciais se produzem e reproduzem no universo desportivo (Birrel, 1989).

Os moldes nos quais a questão racial é concebida no universo desportivo é o produto da tese que defende que o racismo europeu é um fenómeno residual e que tem como protagonistas indivíduos ou grupos socialmente desalinhados da generalidade da população. Esta leitura reflete o consenso alargado, gerado pelas elites ocidentais a partir da segunda metade do século XX, que apontava para a ideia de que o racismo se tratava de um ‘preconceito’ irracional e que operava a nível da consciência individual (Henriques, 1984). Desde então, a discussão sobre raça e racismo no contexto europeu tem permanecido, de uma forma ou de outra, amarrada na tese do ‘preconceito’, hegemónica dentro e fora da academia.

O enfoque na questão das ‘ideias’, além de produzir uma análise enviesada acerca do modo como o racismo opera na sociedade (Bonilla-Silva, 1996: 466), conduz a uma despolitização do próprio debate racial, já que a matriz teórica na qual assenta esta abordagem invisibiliza a forma como raça se instituiu como elemento fundador da Europa, enquanto projeto político (Goldberg, 1993).

Embora a noção de raça tenha estabelecido os parâmetros do que é ser e não ser europeu (Hesse, 2007), o que é significativo é que ‘a ciência social nunca tratou de

frente esta questão’ (Wallerstein, 2000: 28). Desta maneira, a descodificação da organização estrutural e ontológica que norteia o ocidente, além de constituir um ponto de partida para a problematização da construção das identidades nacionais, concorre para a colmatação desse déficit teórico-analítico. Tendo em consideração que os paradigmas científicos hegemônicos têm vindo a reproduzir narrativas eurocêntricas, é imprescindível, para que se faça emergir um pensamento crítico, ‘descolonizar as ciências sociais’ (Grosfoguel, 2009). Esse processo de ‘descolonização’ permitiria pôr ‘a descoberto as raízes profundas dos privilégios racistas dos quais o sistema-mundo está impregnado e que abrangem não só todas as suas instituições, como também as estruturas do saber e as próprias forças da resistência’ (Wallerstein, 2000: 37).

A desconstrução da tese da homogeneidade racial que percorre os imaginários europeus, implica, desde logo, que se reconheça que o racismo contemporâneo se encontra enraizado em séculos de opressão e que se consubstancia em questões de poder e privilégio. Nesse sentido, a razão pela qual se minoriza o debate acerca do lugar que raça e racismo ocupam nas estruturas das sociedades europeias, está relacionada, naturalmente, com a manutenção desses mesmos padrões de privilégio.

Importa, desde já, sublinhar que o silenciamento do debate não implica que a própria academia não procure ‘explicar’ o racismo. Assim, essa omissão não se limita ao uso da expressão em si. Pelo contrário, ocorre a um nível muito mais profundo: ‘é a ligação entre raça e *europaideade* que é silenciada na tentativa, semiconscente, para externizá-la, como algo que existe, mas que não tem origem na cultura política que fundou a Europa’ (Lentin, 2008: 495).

Como se evidenciará, a negação e o silenciamento do racismo, enquanto aspeto central que pauta o discurso hegemónico ocidental, tem tido, de forma pouco surpreendente, uma extraordinária repercussão nas abordagens dos trabalhos publicados sobre futebol e identidade nacional no contexto europeu. Não obstante o reconhecimento de que a noção de raça se encontra ‘profundamente ligada à conceção da nacionalidade e da identidade nacional’ (Coelho, 2001: 143), a ausência de estudos que se proponham problematizar a nação a partir da ideia de critérios étnico-raciais tem sido especialmente notada no português.

Assim, a exploração da questão racial e a sua relação com a produção da identidade nacional, coloca em destaque o modo como as narrativas hegemónicas reificam a ideia de que Portugal não só é um país tolerante, como inclusive antirracista. É, pois, a partir desse pressuposto que o racismo no futebol tem sido questionado. Como se defende, a reivindicação deste carácter pretensamente não-discriminatório implica que o racismo seja problematizado a partir de um conjunto de ‘incidentes’ mais ou menos isolados. Assim, um dos principais problemas destas abordagens é que se esquivam a uma análise rigorosa que mostre o modo como racismo faz parte da vida quotidiana das sociedades ocidentais, tal como sublinha Philomena Essed:

Quando se reconhecer que a opressão racial é inerente à natureza da ordem social, tornar-se-á evidente que o verdadeiro drama racial não é o racismo, mas o facto de o racismo constituir um problema diário. Quando (...) o racismo é transmitido através de práticas de rotina que parecem ‘normais’, pelo menos para o grupo dominante, isso só poderá querer dizer que o racismo não é, muitas vezes, reconhecido, admitido – numa palavra, problematizado – pelo grupo dominante (Essed, 1991: 10)².

O alinhamento dos discursos políticos, mediáticos e académicos em torno destas questões tem vindo a reforçar uma narrativa que visa, precisamente, negar ou desvalorizar o lugar que o racismo ocupa na sociedade portuguesa. O que é notável é que esta negação conviva com a glorificação e enaltecimento do passado colonial. Este aspeto é bastante importante, no sentido em que as autorrepresentações nacionais predominantes são o produto do profundo enraizamento do paradigma colonial racista e é, exatamente, a partir desse quadro ideológico que se geram as conceções dominantes sobre a nação.

A capacidade notável do futebol na condensação dos imaginários de raça e identidade nacional torna essas contradições extraordinariamente visíveis. Na verdade, e seguindo a leitura de Aimé Césaire, este paradoxo, que marca a história das nações europeias, é insanável, uma vez que colonização e civilização são incompatíveis. É, justamente, com base neste argumento que se sublinha que a Europa, como projeto político, é ‘moralmente e espiritualmente indefensável’ (Césaire, 2006: 13 [1950]).

² Em relação a todas as citações retiradas dos textos em língua estrangeira referenciados ao longo da dissertação, optou-se pela tradução livre do autor.

A investigação partiu, portanto, de um conjunto de leituras analíticas distintas daquelas que têm vindo a orientar a academia dominante. Neste sentido, e pese embora o facto de que a noção de raça tenha praticamente desaparecido do léxico político, ‘continuamos a estar sujeitos ao seu poder classificatório’ (Lentin, 2008: 490). Mais do que isso, é a partir da ideia de raça que as fronteiras da nacionalidade se desenham. Tendo em consideração a ‘lógica reprodutiva do Euro-racismo’ não é, pois, surpreendente, que aqueles que são ‘racialmente não-europeus’ possam nunca vir a ser considerados ‘suficientemente europeus’ (Goldberg, 2009: 183).

A produção do não-europeu, ou mais concretamente do não-português, opera, em larga medida, a partir do contexto do futebol, pelo que a exclusão do imaginário nacional dos atletas percebidos como racialmente distintos é permanentemente ativada e reativada. O facto desse processo ocorrer a vários níveis e envolver inúmeros atores implica uma análise aprofundada, sob pena de se enveredar por uma leitura simplista da realidade.

Isto significa, por um lado, que um trabalho desta natureza não possa ficar cingido a uma denúncia do racismo que é experienciado pelos atletas negros ou outros percebidos como não-brancos, sendo, de igual forma, crucial ir mais além da tese que defende que o desporto é um mero microcosmo das questões raciais. Na verdade, trata-se de explorar o modo como o contexto desportivo, em particular o futebol, se estabelece num espaço altamente privilegiado para a *‘produção e reconstrução de raça para além das suas próprias fronteiras’* (Carrington, 2010: 3, itálico no original).

De forma a atingir os objetivos propostos, estruturou-se o trabalho em seis capítulos. Os primeiros três apresentam um cariz essencialmente teórico, enquanto que os restantes, em diálogo com os anteriores, são, sobretudo, o resultado da pesquisa empírica desenvolvida.

O primeiro capítulo parte dos debates teóricos sobre raça, racismo e eurocentrismo, mostrando a forma como essas discussões são determinantes para uma análise crítica do racismo no desporto, bem como para a produção das identidades nacionais. O questionamento das teses hegemónicas nas ciências sociais permite uma leitura mais aprofundada acerca dos mecanismos de exclusão que operam a partir do contexto desportivo. Tendo em consideração que as noções de pertença e exclusão assentam largamente em critérios raciais herdados do colonialismo europeu, chama-se a

atenção para a necessidade de conceber o eurocentrismo enquanto paradigma constitutivo do conhecimento ocidental (Quijano, 2000; Maeso e Araújo, 2015; 2016).

A discussão das profundas contradições dos pressupostos epistemológicos que orientaram o projeto europeu está bem patente no modo como a modernidade ocidental e, em concreto, o pensamento iluminista deixou de fora a ‘humanidade negra’ (Gilroy, 2000: 60). É, pois, a partir desta visão estreita dos ‘Direitos do Homem’ que se apreende o modo como o saber científico, que emergiu nesse contexto político e cultural, é um produto do *ethos* imperial e colonial da Europa.

Este quadro ideológico, que perdura até aos dias de hoje, delimita o lugar que os atletas etnicamente distintos ocupam na representação das identidades nacionais. Desta maneira, discute-se em que medida a invenção do ‘atleta negro’ (Carrington, 2010) é determinante para se perceber a forma como o racismo no desporto contemporâneo se reproduz e naturaliza. Por fim, projeta-se a ideia de que as representações dos desportistas negros colidem com as narrativas edificadas em torno da *portugalidade*, concorrendo, desta forma, para a reificação da tese da homogeneidade racial da nação.

O segundo capítulo analisa, criticamente, o estado da discussão teórica sobre futebol e racismo. Depois de se destacarem os limites que assinalam o próprio debate, nomeadamente na forma como se tem vindo a confundir com a própria discussão sobre violência nos estádios a partir do contexto britânico, explora-se o modo como as publicações sobre futebol e sociedade, desenvolvidas no sul da Europa, têm concorrido para o enriquecimento da área. Não obstante este contributo, o racismo, além de não constituir a preocupação central que orienta estes trabalhos, é problematizado como uma subdivisão dos estudos de grupos de adeptos organizados.

A ausência de estudos que se proponham analisar a relação entre futebol, raça, racismo e identidade nacional, é a característica mais relevante que assinala a já escassa produção teórica das investigações sobre futebol e sociedade portuguesa. Apesar do racismo ser abordado em algumas das pesquisas, a sua relação com a produção da identidade nacional permanece marginalizada. Este défice teórico tem sido, de certa forma, atenuado com a publicação de alguns trabalhos que, ao incidirem sobre o contexto colonial português, permitem o estabelecimento de um diálogo mais efetivo com a presente investigação.

No terceiro capítulo, aborda-se o modo como os media, enquanto atores que operam nas esferas do poder, se têm articulado com os discursos eurocêtricos e racistas que predominam nas sociedades contemporâneas ocidentais. Não se trata, portanto, de observar somente como os meios de comunicação se tornaram num veículo de reprodução das narrativas dominantes, mas sim de problematizar os seus discursos a partir das relações que estabelecem com os grupos que detêm o poder e o privilégio.

A forma como os media têm analisado a relação entre raça e desporto é particularmente problemática, já que, no lugar de questionarem as ideologias hegemónicas, têm vindo a reproduzir uma retórica meritocrática, abordando o racismo no contexto desportivo a partir de um conjunto de ‘eventos’ esporádicos praticados por ‘sujeitos racistas’. Para além desse aspeto, o presente capítulo analisa o modo como uma parte significativa dos meios de comunicação permanece refém das leituras ‘científicas’ do século XIX acerca do ‘excesso’ de fisicalidade dos atletas negros, promovendo, assim, representações desses desportistas profundamente eurocêtricas e racistas.

O quarto capítulo debruça-se sobre o modo como os discursos da imprensa portuguesa, desde a época colonial até à contemporaneidade, participam largamente na reprodução da tese da homogeneidade racial. Desta maneira, ao desafiar a ideia de que a queda da ditadura implicou uma mudança de paradigmas mostra-se em que medida o colonialismo continua a funcionar enquanto marco histórico determinante para a produção das conceções hegemónicas de *portugalidade*. Na verdade, o facto de as narrativas coloniais terem propagandeado a *grandiosidade portuguesa* e exaltado a sua pretensa multirracialidade, descansa na tese de que a nação é, essencialmente, branca.

Uma análise crítica dos discursos produzidos a propósito da figura de Eusébio da Silva Ferreira, é particularmente reveladora acerca da persistência da ideologia colonial no Portugal contemporâneo. Para tal, presta-se uma atenção especial ao modo como as narrativas construídas por ocasião do seu falecimento mantêm vivas noções herdadas do período colonial. Essas noções não só se conservam, como parecem querer reafirmar a ‘missão’ civilizadora e assimilacionista do colonialismo português.

Embora as questões metodológicas sejam discutidas, com mais pormenor, nos capítulos IV, V e VI, importa sublinhar, desde já, que o instrumento de pesquisa que se privilegia ao longo do trabalho é a análise crítica do discurso, concebida não tanto enquanto metodologia ou técnica, mas em si mesma, como quadro referencial teórico (Van Dijk, 2005a). Esta abordagem permitirá explorar, com maior rigor, as narrativas que se produzem no futebol português. Além disso, possibilita apreender, com mais clareza, a perspetiva dos oprimidos, desconstruindo, ao mesmo tempo, o discurso dos grupos dominantes (Wodak e Meyer, 2001).

Para além da análise de discurso e da recolha de material de arquivo, privilegiaram-se outros métodos habitualmente usados em pesquisas qualitativas, tais como notas de campo – desenvolvidas a partir da observação de um conjunto significativo de jogos em vários estádios portugueses – e entrevistas semi-estruturadas. Estas entrevistas foram realizadas a antigos e atuais jogadores, treinadores, jornalistas, diretores e adeptos de origens étnico-raciais distintas (ver anexo I).

O quinto capítulo, ao explorar o modo como os entrevistados problematizam as diferentes expressões de racismo que operam no futebol português – que vão desde os discursos de ódio ao racismo institucional, passando pelas representações hegemónicas acerca dos atletas não-brancos – mostra o modo como o poder, a dominação e a discriminação operam, também, a partir da linguagem. Tal como se evidencia, essas representações, ao estabelecerem uma ligação entre a figura do jogador africano e o mundo ‘selvagem’, revelam-se profundamente ancoradas no paradigma colonial.

Conforme se enfatiza, os testemunhos tendem, por um lado, a desvalorizar os insultos ou cânticos racistas, defendendo a ideia que estes visam a desestabilização dos jogadores adversários. Por outro, a ausência de sujeitos racializados nas estruturas de poder também não é problematizada a partir de critérios raciais. Neste sentido, o conjunto de estratégias que visa a negação do racismo (Van Dijk, 1992) deve ser devidamente enquadrado a partir das posições de poder e de privilégio usufruídas por uma parte significativa dos entrevistados.

O sexto e último capítulo debruça-se, criticamente, sobre as narrativas identitárias que acompanharam a evolução histórica do Sport Lisboa e Benfica (conhecido como Benfica) e da Associação Académica de Coimbra, discutindo a forma como esses

discursos participam na produção e consolidação da identidade nacional. Trata-se, assim, de reforçar a linha argumentativa defendida ao longo da dissertação, de acordo com a qual o contexto específico do futebol, mais do que constituir um mero reflexo das ideologias dominantes, tem a capacidade de desenhar as fronteiras da nação.

Ao dirigir uma atenção especial à forma como os atores, direta e indiretamente ligados aos referidos clubes, produzem, reforçam e contestam as formas hegemónicas de *portugalidade*, mostra-se o modo como essas concepções são inseparáveis da longa duração dos processos imperiais e coloniais. Com efeito, a enorme popularidade da qual os clubes portugueses ainda desfrutam nas antigas colónias confirma a necessidade imperiosa de convocar para o debate esse legado colonial. Justamente, uma análise desse legado permite clarificar os moldes nos quais assentam os 'discursos da lusofonia' e a sua relação com os entendimentos hegemónicos da *portugalidade*.

Por fim, a atenção dedicada aos grupos organizados de adeptos também contribui para aprofundar o conhecimento acerca da relação que se estabelece entre futebol, raça e identidade nacional. Na verdade, e embora a academia europeia dedique alguma atenção ao estudo destes grupos, não se tem mostrado capaz de perceber sua potencialidade em desafiar as noções de pertença e de exclusão à nação.

A dissertação termina com uma síntese das principais conclusões gerais se foram defendendo ao longo do trabalho, concluindo com a necessidade de problematizar a nação a partir de uma análise crítica das culturas do futebol português.

Capítulo 1 | RAÇA, RACISMO E EUROCENTRISMO: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DO DESPORTO

Partindo dos debates teóricos sobre raça, racismo e eurocentrismo, este capítulo inicial, que se divide em três secções, aborda em que medida essas discussões são determinantes para uma análise crítica do racismo no desporto, nomeadamente na sua formação como prática, como indústria e como produtor de identidades coletivas. O desafio às teses académicas que se tornaram hegemónicas nas ciências sociais, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, e que defendem que o racismo nas sociedades contemporâneas ocidentais é um fenómeno residual, permite uma leitura mais aprofundada acerca dos mecanismos racistas que se produzem e reproduzem a partir da esfera desportiva.

Neste sentido, a exploração do racismo no desporto atual não se deve restringir a avaliar o peso que as ideologias raciais ocupam neste contexto específico, devendo, antes, centrar-se numa análise crítica que evidencie o modo como a Europa se construiu a partir de um sistema de opressão baseado na noção de raça. Trata-se, assim, de expor em que medida o imperialismo e o colonialismo europeu inauguraram um sistema de governo assente em profundas relações desiguais de poder e que se traduz em diferentes formas de opressão.

No primeiro ponto do capítulo mostra-se o modo como a edificação da categoria raça, que perdura na atualidade, esteve na génese da própria conceção de ocidente, modernidade e Europa. Assim, defende-se que é imperioso problematizar o racismo e o eurocentrismo a partir de um debate mais amplo que coloque em destaque o modo como as formações culturais, políticas e económicas do chamado 'mundo moderno' emergiram no seio do sistema colonial mundial, dentro do qual a ideia de raça foi elaborada. Desta forma, e embora não se proponha debater exaustivamente o conceito de 'modernidade', esta secção inicial pretende discuti-lo num quadro mais amplo que mostre como raça constituiu o elemento determinante na conceção do projeto político europeu moderno (Goldberg, 1993).

As propostas de Goldberg (1993; 2009), Dussel (2000; 2004), Hesse (2007), Quijano (2000; 2009), que foram altamente influenciadas pelas obras seminais de Frantz Fanon (1975 [1952]) e de Aimé Césaire (2006 [1950]), constituem a principal base teórica desta primeira parte. Os seus contributos estabelecem um dos pontos de partida tendo em vista a descolonização das ciências sociais (Grosfoguel, 2009), marcadas pela tese de acordo com a qual a derrota da Alemanha nazi teria apagado o racismo da história ocidental (Goldberg, 2009). Este argumento, que tem colhido apoio dentro e fora do espaço académico, consubstanciou-se na construção da ‘tese do preconceito’ que, entre outros aspetos, desconsidera a ideia de que raça e racismo constituem o elemento político e identitário edificador do projeto europeu. Trata-se, assim, de uma abordagem – dominante nas ciências sociais – que sustenta a ideia de que o racismo se trata de um ato irracional e que, portanto, se restringe a uma questão individual (Henriques, 1984).

Tendo em vista o reforço de uma ciência social contra-hegemónica, este ponto destaca a importância de se proceder a uma análise crítica do eurocentrismo, o que implica entendê-lo não como sinónimo de etnocentrismo, mas sim enquanto paradigma constitutivo do próprio conhecimento ocidental (Maeso e Araújo, 2015). Conforme se evidencia ao longo da tese, a desconstrução deste paradigma é essencial para se compreender não somente a forma como o racismo se produz, mas também como opera no contexto do desporto e, em particular, no do futebol.

O segundo ponto desenvolve o modo como as abordagens contra-hegemónicas nas ciências sociais são cruciais para que emergja um corpo teórico crítico no campo dos estudos que abordam a relação entre desporto, sociedade e racismo. A partir da invenção da figura do ‘atleta negro’ (Carrington, 2010) destaca-se de que forma é que o seu surgimento é primordial para se entender o modo como se discute o racismo no desporto e, particularmente, no futebol atual. Para tal, esta secção lança um breve olhar crítico para determinadas modalidades, tais como o atletismo, o boxe, o basquetebol ou o futebol, e para as representações dominantes dos atletas negros que predominam nesses espaços. Não se trata de levar a cabo um estudo exaustivo da história das diversas práticas desportivas, mas tão-somente evidenciar o modo como a narrativa sobre o desportista negro é inseparável do legado imperial e colonial.

Seguindo a proposta de Carrington (2010), que defende justamente a necessidade imperiosa de estabelecer um diálogo efetivo com as leituras contra-hegemónicas, mostra-se que o racismo está longe de constituir um fenómeno secundário na história do desporto. Nesse sentido, esta secção coloca em destaque o modo como as representações racistas acerca dos atletas negros se consolidaram ao longo de todo o século XX, com especial incidência para desportos como o pugilismo na primeira metade deste mesmo século. O sucesso dos desportistas negros viria, tal como se demonstra, a ser explicado a partir da tese que assenta na sua pretensa especificidade física, criando condições para a reificação da dicotomia Homem *versus* Natureza, dicotomia que se encontra perfeitamente naturalizada no contexto desportivo contemporâneo.

Como se verá ao longo do trabalho, paralelamente ao estabelecimento das representações racistas acerca da *negritude* – e com a qual esta secção termina – tem-se vindo a assistir, dentro e fora da academia, à exoneração do significado do ‘corpo branco’ (Long e Hylton, 2002). Dito por outras palavras, a maior parte dos estudos não questiona o poder e o privilégio branco que se reproduz na generalidade do contexto desportivo, contribuindo, consciente ou inconscientemente, para a manutenção das relações de poder forjadas a partir do colonialismo europeu.

Tendo por base a ideia de que um entendimento do racismo no desporto não pode ficar reduzido ao campo desportivo, o terceiro e último ponto do capítulo projeta a tese de que a construção da identidade nacional se encontra intimamente relacionada com o enraizamento do paradigma racista e eurocêntrico. Assim, mostra-se o modo como as narrativas nacionais dominantes são um produto da história ocidental, no sentido em que as noções de pertença e exclusão assentam largamente em critérios étnico-raciais herdados do colonialismo e do imperialismo europeu.

Embora formalmente suplantado, o colonialismo continua a desempenhar um papel preponderante na consolidação da ideia de nação, já que é, também, a partir das relações de colonialidade (Quijano, 2000) que se reforçam os mecanismos de pertença nacional. Os discursos e narrativas dominantes acerca dos desportistas negros em Portugal indicam que o seu estatuto permanece assinalado por uma acentuada subalternidade em relação aos seus congéneres brancos. Desta forma, na última parte do capítulo defende-se a ideia de que um olhar crítico para o futebol português

permite clarificar não só o modo como o racismo opera, como também possibilita compreender de que forma a tese da homogeneidade se produz a partir deste contexto.

1.1 Raça e Racismo: teorias dominantes

As concepções académicas predominantes sobre raça e racismo têm vindo a ser construídas a partir da tese ou ‘paradigma do preconceito’, assente na ideia de que o racismo se refere a atitudes que são sustentadas por um conjunto de crenças e ideologias partilhadas por determinados indivíduos (Bonilla-Silva, 1996). Esta corrente teórica, que se tornou preeminente a partir da década de 50, foi influenciada pela abordagem pioneira de Ruth Benedict, originalmente publicada em 1942, em que se defendia que o racismo se tratava de ‘um dogma segundo o qual um grupo étnico é condenado por natureza a uma inferioridade congénita e um outro grupo é destinado a uma superioridade congénita’ (Solomos e Back, 1996: 4).

Para a autora, que estabeleceu uma genealogia desde o período romano até ao holocausto, o racismo não apresentava qualquer tipo de sustentação científica. Atendendo ao período histórico no qual este estudo foi publicado, a sua abordagem foi considerada um manifesto antirracista, pelo facto de ter desafiado as teorias racialistas que ainda se faziam notar na primeira metade do século XX. No entanto, e apesar de propor uma concepção de raça que se pretendia distanciar das teorias biológicas, a sua leitura permanece, pelo menos parcialmente, prisioneira das referidas teses.

Desde então, a conceptualização do racismo no meio académico e político não se tem afastado muito da proposta de Ruth Benedict. Efetivamente, no período Pós-Guerra assistiu-se à publicação de diversos estudos que abordavam a questão racial e que, genericamente, partiam das noções de supremacia racial, superioridade e inferioridade genética. O mais relevante é que essas teorias, ‘simplistas e inadequadas’, continuam a orientar, teoricamente, grande parte das análises contemporâneas (Bonilla-Silva, 1996: 465). Em rigor, esses entendimentos não só ocupam um lugar de relevo dentro da própria academia, como principalmente fora dela. Aliás, são determinantes para se compreender, mais aprofundadamente, em que moldes o racismo é entendido dentro do contexto desportivo, já que uma parte considerável dos discursos produzidos pelos atores envolvidos naturaliza e cristaliza a

noção da superioridade genética dos atletas negros. Note-se que, não obstante estas visões resultarem de um quadro ideológico complexo, elas são apresentadas enquanto produto da consciência individual.

A tese que defende que o racismo advém do preconceito tem sido extraordinariamente notada fora e dentro da academia, conforme se pode verificar, por exemplo, nas publicações da UNESCO nas últimas cinco décadas (Araújo e Maeso, 2016: 116). Tendo em consideração essa ‘individualização’ do racismo, não é, pois, de estranhar, que o campo da psicologia seja aquele que mais tem contribuído para o reforço das referidas abordagens. Neste particular, destaque-se a contribuição de Julian Henriques (1984), que procura desconstruir algumas das conceções produzidas no campo da psicologia social, que partem, precisamente, da noção de preconceito e da divisão indivíduo/sociedade. De acordo com essa abordagem hegemónica, o racismo constituiria, acima de tudo, um ‘fenómeno excecional e irracional’ da parte de uma minoria de indivíduos, cujas opiniões e atitudes se baseariam na ignorância e nos traços de personalidade (Henriques, 1984: 62).

A problematização do racismo nestes moldes apresenta diversas fragilidades teóricas que se tornarão evidentes ao longo da investigação. No entanto, importa, neste momento, destacar um aspeto fundamental. Assim, contrariamente ao que é defendido, o racismo obedece a uma racionalidade específica (Goldberg, 1990) e que tem naturalmente a ver com questões de poder. É, na verdade, com base nessa premissa que os atores sociais reforçam ou resistem à ordem social estabelecida, no sentido em que se trata de manter ou contestar os privilégios que resultam dessa estrutura de poder (Bonilla-Silva, 2015: 76). Este ponto é bastante importante, já que as explicações predominantes encontradas para estudar as apelidadas ‘manifestações racistas’ no desporto, concretamente no futebol, são construídas, exatamente, a partir da pretensa irracionalidade desses ‘comportamentos’.

A publicação de um conjunto de estudos que procura diferenciar o racismo ‘subtil’ do racismo ‘explícito’ tem tido uma aceitação significativa no âmbito académico português (Vala, 1999; Meertens e Pettigrew, 1999; Lima e Vala, 2004). Realce-se, no entanto, que esta distinção é, ela própria, parte da definição dominante de racismo, no sentido em que remete para a tese de que a discriminação racial se trata, quase exclusivamente, de uma agressão ou ameaça à integridade física do ‘outro’. Na

realidade, o termo ‘subtil’ limita a problematização da sociedade como um todo. Dito de outra forma, ao colocar-se o debate nestes termos evita-se que se explorem as configurações institucionais que se encontram por detrás do enraizamento do paradigma racista e que, ao contrário daquilo que os discursos dominantes insinuem, têm um enorme impacto na vida das populações racializadas (Araújo e Maeso, 2013: 152). É justamente essa a leitura do sociólogo Cabo-verdiano, Avelino Carvalho, quando sublinha o seguinte: ‘para quem discursa, é brando e subtil; mas pode ser a pior forma de violência para o indivíduo que é objeto desse discurso’ (*apud* Gorjão Henriques, 2016: 120).

A exoneração das estruturas sociais contemporâneas, por oposição a um passado histórico recente, parece estar no foco de Lima e Vala quando, por exemplo, enfatizam a tese de que o racismo explícito, traduzido na subjugação dos negros e dos povos indígenas, era o resultado ‘das normas sociais da época: as normas da discriminação e da exploração’ (2004: 403). Isto é, deduz-se que, para os autores, os padrões sociais predominantes que vigoram nas sociedades atuais se caracterizam pela ausência de racismo, ao contrário do que se verificava durante o colonialismo. Além disso, as conceções teóricas em torno de raça e racismo conservam-se, inquestionavelmente, prisioneiras da tese do preconceito, tal como se pode observar através das seguintes palavras:

É como se o preconceito fosse um vírus latente ou adormecido, que corrói os tecidos sociais com violência discreta quando a norma da igualdade está saliente, mas que, quando encontra uma norma social qualquer que justifique a sua expressão mais virulenta, explode em fanatismo nacionalista e xenófobo (Lima e Vala, 2004: 408).

Esta linha de argumentação vai, portanto, ao encontro das leituras hegemónicas, que procuram realçar a excecionalidade dos regimes coloniais e escravagistas (Maeso e Araújo, 2015: 3). Assim sendo, sugere-se que as ‘normas’ contemporâneas dominantes se caracterizam pela ausência de formas generalizadas de racismo, pelo que os ‘preconceitos’ existentes se limitariam a uma minoria de indivíduos que, utilizando a terminologia de Elias (1984), ainda estariam fora do ‘processo civilizacional’. Tal como se evidenciará mais adiante, esta visão tem orientado grande parte das investigações

no contexto do futebol, que defendem, precisamente, que seriam esses ‘sujeitos racistas’ (Back et al, 1998a) os protagonistas pelas ofensas e atitudes discriminatórias.

Não obstante estas perspectivas irem ao encontro das abordagens que se tornaram dominantes nas ciências sociais, o racismo está profundamente enraizado nas sociedades ocidentais e, portanto, abordá-lo a partir da ‘tese do preconceito’ invisibiliza a sua natureza e dimensão (Bonilla-Silva, 2015: 75). Nesta medida, a maior contribuição do pensamento crítico antirracista e anticolonial tem sido elucidar que o racismo não tem tanto a ver com a essência racial das pessoas, mas sobretudo com a brutalidade de um sistema de dominação colonial que opera em vários domínios (Fanon, 1975 [1952]). Pese embora a perspicácia revelada por Fanon, a ideia de que o racismo se trata de uma questão de consciência individual, que resultaria de um conjunto de ‘crenças’ (Lima e Vala, 2004:402), tem-se conservado hegemónica, dentro e fora do circuito académico.

Apesar de reconhecerem a persistência do racismo nas sociedades ocidentais, as correntes académicas predominantes têm impedido o estabelecimento de visões críticas que desafiem, verdadeiramente, a estrutura racista e eurocêntrica das sociedades europeias. Além disso, os moldes nos quais essas abordagens pretendem debater estes temas, resulta, invariavelmente, em discussões sobre o estatuto de ‘raça’ enquanto ‘conceito’ e interpretando o racismo como ‘doutrina’ que legitimaria as desigualdades e as discriminações (Araújo e Maeso, 2013: 151).

As obras emblemáticas *Discours sur le Colonialisme*, publicada em 1950 e *Peau Noire, Masques Blancs*, em 1952, de Aimé Césaire e Frantz Fanon, respetivamente, constituíram momentos marcantes para a emergência de uma ciência social crítica que só duas décadas depois, impulsionada pelos processos de descolonização, se veio a afirmar e a reivindicar-se como alternativa às abordagens mais influentes nas ciências sociais. Embora os trabalhos seminais dos dois autores constituam, de uma forma geral, manifestos anticoloniais e antirracistas, é interessante salientar que uma das preocupações iniciais manifestada por Césaire (2006 [1950]) se centre na análise dos efeitos que a colonização exerce, não sobre os povos subjugados, mas sim sobre os colonizadores:

Dever-se-ia estudar, em primeiro lugar, o modo como a colonização trabalha para descivilizar o colonizador, para, no sentido literal da palavra, embrutecê-lo,

degradá-lo, para despertar os seus recônditos instintos em busca da ganância, da violência, do ódio racial, do relativismo moral (2006: 15).

É, pois, a partir destas premissas que Césaire (2006 [1950]) parte para uma crítica mais vasta do colonialismo, do racismo e do capitalismo. Para o autor, tratou-se, portanto, de questionar os pressupostos que estiveram na base da denominada modernidade ocidental.

Escrita dois anos mais tarde, a obra de Fanon revelou ser um contributo fundamental tendo em vista ‘não só a descolonização do imaginário colonial racista, mas também do das ciências sociais’ (Grosfoguel, 2009:261). Desta forma, a abordagem da complexa relação entre o negro ‘alienado’ e o branco, no quadro de uma relação de poder desigual, mostrou o modo de acordo com o qual o ocidente ‘impôs ao Negro um desvio existencial’ (Fanon,1975: 30 [1952]). A partir da sua própria experiência, isto é, a de um negro no país colonizador, pesquisa-se o impacto que o colonialismo teve não apenas na identidade negra como também na identidade europeia.

Além da introdução da perspectiva do colonizado, o que, desde logo, rompe com os princípios epistemológicos e metodológicos orientadores das ciências sociais até então, a obra de Frantz Fanon explicou de que forma o racismo se encontra extraordinariamente radicado na sociedade francesa. No entanto, essa característica não se resumiria a um país ou a uma determinada região, mas sim a toda a Europa, marcada por uma ‘estrutura racista’ (Fanon, 1975: 105 [1952]).

A narrativa de acordo com a qual o holocausto teria, de algum modo, ‘implodido’ o racismo e assinalado o ‘fim’ do racismo enquanto marco ideológico que guiaria a ‘civilização ocidental’, permanece dominante (Goldberg, 2009). No entanto, embora as sociedades liberais ocidentais tenham vindo a insistir na tese de que o racismo é uma conduta moral inaceitável, uma patologia que não se coaduna com o seu *ethos* democrático (Hesse, 2004: 10), a verdade é que a ideologia racial constitui um elemento fundamental em todo o processo de construção e consolidação da Europa como projeto político e identitário (Fanon, 1975 [1952]).

Tendo por base a centralidade da categoria raça, enquanto limite orientador para a produção da *europicidade*, defende-se, nesta investigação, que uma análise crítica do eurocentrismo implica considerá-lo como um paradigma constitutivo do conhecimento ocidental que ‘interpreta uma realidade (passada, presente e futura) que,

acriticamente, estabelece a ideia de proeza/progresso histórico ocidental e europeu, bem como a sua superioridade política e ética, alicerçada na racionalidade científica e na construção do Estado de Direito' (Maeso e Araújo, 2015: 1).

Evidentemente, a exploração das condições que estiveram (e estão) na base da sua hegemonia, não pode ser desassociada das questões de poder, 'em que um Ocidente – um Oeste – essencializado exerce a sua superioridade sobre um Resto igualmente essencializado' (Sayyid, 2004: 64). Essa superioridade produziu um discurso em torno daquilo a que Hall (1992: 318) apelidou de 'regime de verdade', enquanto parte do processo formativo das nações modernas, nas suas múltiplas dimensões: estado secular, economias capitalistas e sistemas da raça, classe e género.

O eurocentrismo trata-se, sobretudo, de um paradigma de produção de conhecimento reproduzido pelo sistema capitalista colonial que 'naturaliza' a experiência das populações que se encontram debaixo deste modelo de dominação, 'ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não suscetíveis de serem questionadas (Quijano, 2009: 75). Sucintamente, o eurocentrismo, enquanto modo de produção de conhecimento, é o resultado de um modelo de poder 'colonial/moderno, capitalista e eurocentrado' (Quijano, 2000: 549).

Não obstante as suas pretensões universais, as narrativas eurocêtricas produziram a tese de que a Europa é, acima de tudo, uma ideia que se confunde com a própria conceção de modernidade. Esse provincianismo, que se esconde por detrás dessa universalidade, merece a atenção de Grosfoguel (2013) que lança, num tom provocatório e bem-humorado, a seguinte questão: a reclamação é a de que o conhecimento produzido por homens provenientes, apenas, de cinco países (Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos) tenha a 'capacidade de produzir um efeito mágico universal, isto é, que as suas teorias sejam, supostamente, suficientes para explicar as realidades sociais/históricas do resto do mundo' (Grosfoguel, 2013: 74).

Seguindo esta linha de raciocínio, é importante, em primeiro lugar, desconstruir a tese que concebe, apenas, 'uma história mundial', salientando-se, ao invés, a existência, até ao século XV, de um conjunto de 'histórias ecuménicas, justapostas e isoladas' (Dussel, 2000: 44). Para uma leitura crítica e mais completa, sugere-se, como ponto de partida, uma conceptualização completamente distinta da modernidade que

relativize a centralidade da Europa, situando-a como ‘uma das civilizações da história universal’ (Dussel, 2004: 6). A proposta de Dussel (2000 e 2004) reafirma a necessidade de se construir uma conceção da modernidade que conteste os posicionamentos académicos hegemónicos. Deste modo, realça-se que a ideia de Europa ‘moderna’ é uma invenção ideológica do século XVIII. Partindo desta leitura, propõe-se uma visão da modernidade que conteste a tese da existência de uma História Mundial até ao século XV. (Dussel, 2000: 46).

Contrariando a esmagadora maioria dos investigadores, que exclui Portugal e Espanha do processo moderno, associando o seu papel histórico com o fim da idade média, este entendimento defende que a modernidade só terá ‘realmente’ nascido em 1492, com a ‘descoberta’ do continente americano. Neste sentido, contrariam-se as interpretações históricas dominantes que subalternizam o papel destes dois países, quando, na realidade, de acordo com esta perspetiva, a ‘centralidade’ da Europa latina na história mundial é a *determinação fundamental da Modernidade*’ (Dussel, 2000: 46, itálico no original).

A descodificação do eurocentrismo é fundamental para uma compreensão global do racismo no contexto do desporto. Conforme se verá com mais nitidez nos capítulos seguintes, a natureza dos discursos racializados produzidos a partir do futebol emerge enquanto expressão da tese da ‘excecionalidade’ da Europa e da *européidade* (Araújo e Maeso, 2016: 26). Uma análise crítica do paradigma eurocêntrico permitirá uma leitura mais clara acerca do modo como os imaginários nacionais europeus se edificaram a partir de noções de pertença e exclusão, ou, por outras palavras, entre *branquitude* e *não-branquitude* (Araújo e Maeso, 2016: 37).

O facto de o paradigma eurocêntrico obedecer a um modelo de racionalidade específico, implica, entre outros aspetos, que a sua esfera de influência se tenha alargado a todos aqueles que se encontravam debaixo da sua hegemonia (Quijano, 2009: 75), pelo que considerar que o eurocentrismo é, simplesmente, um sinónimo de etnocentrismo, não só é falacioso como não dá conta da sua real dimensão. Com efeito, independentemente dos processos de descolonização verificados, genericamente, nas décadas de 60 e 70 do século passado, o eurocentrismo tem vindo, de forma continuada, a moldar o mundo numa hierarquia racial, colocando, ou melhor, repondo a Europa e o Ocidente no centro (Maeso e Araújo, 2015: 5).

A estrutura simbólica do poder colonial tem vindo a perdurar devido, em grande parte, àquilo a que Quijano (2000) designou de ‘colonialidade do poder’. Defende o autor que a referida estrutura produziu um sistema de discriminações sociais que se traduziu numa hierarquia de populações, estabelecendo um padrão de dominação global, característico do sistema-mundo capitalista, que se desenvolveu a partir do colonialismo europeu dos séculos XV e XVI. Esta distribuição racista do trabalho assenta essencialmente na relação estrutural entre raça e divisão laboral, no sentido em que ambos se reforçam reciprocamente (Quijano, 2000: 536).

Embora os discursos dominantes defendam o contrário, a ‘colonialidade do poder’ continua a exercer o seu controlo nas sociedades contemporâneas e, acima de tudo, tem vindo a revelar-se uma estratégia ‘excepcionalmente bem-sucedida’ (Quijano, 2000: 537). Para um melhor entendimento do argumento crítico desenvolvido por Quijano, vale a pena realçar as suas palavras:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão capitalista mundial. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra basilar do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (2009: 73).

Um aprofundamento da linha teórica defendida exige que se distinga o colonialismo da colonialidade. Ainda que se reconheça que o colonialismo dificilmente possa sobreviver sem que exista uma relação racista de poder, a relação colonial não ‘obriga’ necessariamente que assim seja. O mesmo não se poderá afirmar relativamente à colonialidade. Além disso, e esse é ponto crucial do argumento, as relações de colonialidade têm provado ser muito mais profundas e perduráveis do que o próprio colonialismo (Quijano, 2009: 73).

Num dos seus trabalhos mais recentes, Maldonado-Torres (2016: 7) desenvolve esta abordagem, apontando ‘dez teses’ acerca da colonialidade e decolonialidade. Trata-se de uma leitura crítica que defende que uma maior clarificação destes conceitos permitirá fortalecer os movimentos que lutam, dentro e fora da academia, pela *decolonialidade* das sociedades contemporâneas. O autor parte, assim, da ideia de que as relações de dominação e opressão formam o epicentro das relações mundiais, pelo

que o desígnio da modernidade ocidental não parece outro que não o aprofundamento de novas formas de colonialidade:

Depois de um século XX marcado por lutas pelos direitos civis e pela descolonização, as sociedades liberais continuam a cimentar as linhas de desumanização que caracterizavam as suas antigas versões coloniais e segregacionistas. As sociedades modernas não só reduziram o conceito de igualdade a uma formalidade que eficazmente se pode utilizar contra os grupos que pedem mudança, como também passaram a considerar todas as exigências de participação e empoderamento meros pedidos de inclusão e tolerância (Maldonado-Torres, 2016: 4).

Embora Boaventura de Sousa Santos (2007) não utilize especificamente o conceito de colonialidade, o certo é que a sua proposta converge, em alguns pontos-chave, com a dos autores acima citados. Em concreto, defende a ideia de que as linhas cartográficas ‘abissais’ modernas, que delimitavam a Europa e os territórios subjugados durante a era colonial, continuam a subsistir estruturalmente no pensamento moderno ocidental e mantêm-se constitutivas nas relações políticas e culturais das sociedades contemporâneas.

Neste sentido, a desconstrução do paradigma eurocêntrico implica, em primeiro lugar, que se problematizem as estruturas dominantes do cânone de conhecimento ocidental que inferiorizam as cosmologias e visões do mundo provenientes do Sul Global (Grosfoguel, 2013: 75). Conforme se tem vindo a demonstrar, a produção do saber científico emergiu no seio da modernidade ocidental. É, pois, a partir desse contexto que se deve compreender em que medida as abordagens predominantes têm refletido o *ethos* imperialista e colonial que acompanhou a construção da ideia de Europa e de Ocidente.

Como resultado, os processos de produção e de consolidação das identidades nacionais não podem ser problematizados sem ter em conta a história colonial e imperial europeia. A necessidade de abordar o passado colonial europeu, particularmente o português, não advém de um interesse meramente histórico. Efetivamente, é mais do que isso. Trata-se de explorar a forma como o estabelecimento da ideia de nação se encontra altamente relacionado com o enraizamento do paradigma racista e eurocêntrico. Para tal, procura-se avaliar as

potencialidades do desporto em geral, e do futebol em particular, no questionamento das narrativas dominantes que alimentam o imaginário nacional.

Reportando-se ao contexto latino-americano, Quijano (2000: 557) relembra que as inter-relações entre identidade nacional, eurocentrismo e colonialidade do poder não se encontravam suficientemente pesquisadas pelas ciências sociais. Poder-se-á, com certeza, afirmar que esse panorama se estende até ao continente europeu. Logo, partindo do contexto específico do futebol, pretende-se desenvolver novas leituras que permitam contribuir para o enriquecimento do debate teórico sobre desporto, raça e nação, convocando para a discussão um conjunto de análises que exponham o papel desempenhado pelo colonialismo europeu na produção dos imaginários nacionais. Mostra-se, desta forma, que o colonialismo, enquanto relação social, está presente nas sociedades europeias, 'ainda que ideologicamente ocultado pela descrição que estas fazem de si próprias. Este dispositivo analítico é particularmente pertinente no espaço geopolítico de língua portuguesa' (Santos, 2004: 23).

A leitura perspicaz de Boaventura Sousa Santos constitui um dos pontos de partida para uma discussão acerca da narrativa nacional hegemónica. Com efeito, a construção e consolidação da *portugalidade*, entendida enquanto núcleo fundador do carácter da nação, não pode ser desconectada do passado histórico (Coelho, 2001: 74), particularmente do colonial. Justamente, os discursos produzidos no contexto do futebol, com vista à edificação e ao reforço dessa identificação coletiva, permitem uma percepção mais nítida acerca da maneira como, por exemplo, a ideia de 'lusofonia' se confunde com uma celebração descomplexada do colonialismo português.

Embora no capítulo IV se desenvolva mais especificamente uma leitura crítica dos 'discursos da lusofonia', importa, desde já, frisar que o futebol tem constituído um espaço altamente significativo de celebração e mobilização da denominada 'comunidade lusófona'. Apesar desse discurso retórico, tal não implica que as relações entre os povos de língua portuguesa ocorram num plano horizontal. Por isso mesmo, a proposta de Quijano (2000) parece ajustar-se a esta realidade, já que, não obstante os processos de descolonização, é com base na manutenção dessas relações de colonialidade que persistem as hierarquias raciais. No caso concreto do desporto, isso tem querido significar, entre outros aspetos, que o estatuto dos atletas 'eticamente

marcados³ que vivem no território nacional, independentemente de serem ‘nacionais’ ou estrangeiros, continue a ser marcado pela profunda subalternidade relativamente à maioria branca.

Uma análise crítica do racismo no desporto contemporâneo deve ser problematizada a partir da tese que defende que a ‘razão moral da modernidade foi colonizada por um discurso racializado’ (Goldberg, 1993: 224). Um melhor entendimento deste argumento permitirá clarificar em que medida é que a categoria raça é, em si mesma, constitutiva da própria modernidade. Com efeito, ainda que as discussões sobre o projeto Moderno ignorem as formações coloniais e raciais, ‘a modernidade é racial’ (Hesse, 2007: 643), no sentido de que o seu nascimento ocorreu a partir do momento em que se ‘organizou o mundo colonial e se usufruiu da vida das suas vítimas’ (Dussel, 2000: 50). Assim, a ‘irrelevância’ que os discursos da moralidade modernista atribuem à questão racial implica que se omita e silencie um vasto conjunto de temas que colonizaram a identidade e o todo o pensamento moderno (Goldberg, 1993: 224).

Não obstante a subjugação de povos ser anterior ao século XV, a noção de raça⁴, traduzida na dominação colonial, surge vinculada à ocupação do continente americano pelos povos europeus:

As relações sociais fundadas a partir da categoria de raça produziram novas identidades socio-históricas na América – índios, negros e mestiços – e redefiniram outras. Termos tais como Espanhol e Português e, muito mais tarde, Europeu, que até então eram somente um indicador da origem geográfica ou do país de origem, adquiriram, a partir de daí, uma conotação racial respeitante às novas identidades (Quijano, 2000: 534).

Deste modo, raça e ‘identidade racial’ passaram a servir de instrumentos para classificar populações. Mas, mais marcante do que isso, foi a partir desta categoria recém-criada que se estabeleceu uma nova estrutura de poder, assente numa

³ Sobre esta noção ver Sayyid (2004).

⁴ Apesar da existência de práticas discriminatórias durante o período Clássico Grego, nenhuma delas se refere a qualquer tipo de discriminação racial. Neste sentido, o aparecimento da palavra ‘raça’ em algumas traduções de documentos referentes a este período, resulta de uma tradução abusiva (Goldberg, 1993: 198). De facto, não há registo de discriminações raciais que datem da formação social do período Clássico Grego, uma vez que não se concebia o sujeito em termos raciais. Da mesma forma, também no período medieval, a conceção de raça e de categorização racial simplesmente não existia. Foi, portanto, a partir dos séculos XV e XVI (mas sobretudo a partir deste último) que as noções de raça e de hierarquia racial passam a fazer parte não só do vocabulário, mas do imaginário europeu. Terá sido nessa altura que o conceito de raça se tornou explícito e conscientemente aplicado em vários domínios, tais como na arte, nos debates políticos, filosóficos e económicos (Goldberg, 1993: 203).

hierarquia de populações humanas, cada uma com papéis bem diferenciados (Quijano, 2000: 535). Na realidade, ainda que os princípios formais da modernidade desencorajassem o racismo, muitos dos seus defensores acabaram por permitir e autorizar a prática de exclusões raciais com base no princípio da 'razão' (Goldberg, 1993: 223).

1.2 A figura do 'atleta negro' na História do Desporto Moderno

Tendo em consideração o exposto, as narrativas edificadas em torno dos atletas negros não podem, portanto, ocorrer num plano isolado. Assim, não é possível aprofundar este debate sem alargar a discussão para além das fronteiras que delimitam a esfera desportiva. É exatamente partindo desse pressuposto que Ben Carrington, um dos autores que mais se tem destacado na discussão crítica das relações entre desporto e raça, sublinhava, num dos seus primeiros estudos, a necessidade imperiosa de promover novos modelos de análise, mais sofisticados e não-reducionistas, que não tratassem a questão racial como um epifenómeno no desenvolvimento do desporto moderno (Carrington, 1998a: 279).

Essa sofisticação passaria, em larga medida, pelo estabelecimento de um diálogo com as leituras críticas que defendem a tese de que a questão racial, longe de ser um fenómeno secundário, foi fundacional para a elaboração do projeto moderno europeu. Atente-se no seu argumento:

A tentativa de essencializar e de colocar o outro numa oposição binária nasceu a partir de uma perspetiva ontológica que também possibilitou que a própria ideia de Europa emergisse. As ideologias de 'raça' e de supremacia branca não foram, na altura, apêndices ou epifenómenos excecionais para a emergência do pensamento iluminista e do humanismo europeu, mas foram, desde o seu início, fundamentais na construção do projeto da modernidade. É impossível falar sobre a construção do sujeito moderno e do 'processo civilizacional' do estado-nação sem ter em consideração o modo como o racismo europeu saturou estes discursos (Carrington, 2002: 9).

Como se observa, a proposta de Carrington vai ao encontro da generalidade das abordagens discutidas anteriormente. Nesta medida, o seu argumento não seria propriamente singular. No entanto, a grande contribuição foi ter tido, justamente, a argúcia para estabelecer um diálogo efetivo entre as leituras académicas contra-

hegemônicas e aquilo que o próprio tem apelidado de ‘sociologia crítica da raça e do desporto’ (2013).

Acompanhando o seu pensamento, o desporto, também devido ao espaço que ocupa na representação das culturas populares, não se encontra na margem, mas sim no centro dos debates acerca da mudança de significados em torno das questões de raça. Isto é, representa um *espaço racial significativo*, no sentido em que os eventos desportivos funcionam como dispositivos-chave para questões identitárias mais vastas no contexto de sociedades *racialmente demarcadas*, nas quais as narrativas acerca do ‘eu’ e da sociedade podem ser lidas a partir de e para dentro dos desportos que envolvem competição racial (Carrington, 2002: 16). Nesta medida, a arena desportiva consiste, para utilizar a expressão que Douglas Hartman recuperou de Stuart Hall, um ‘terreno racial disputado’ (*contested racial terrain*), ou seja, um anfiteatro no qual as ‘imagens raciais, ideologias e desigualdades são construídas, transformadas e redefinidas’ (Hartman, 2000: 230).

Um breve olhar para a história do pugilismo permite perceber o alcance e a pertinência destas leituras. A participação dos negros em práticas desportivas remonta à época da escravatura. Concretamente, no contexto escravagista norte-americano, foram vários aqueles que, pela sua habilidade, destreza e capacidade física, conquistaram alguma proeminência em desportos como a caça ou as corridas de cavalos e, mais tarde, o boxe. Segundo Wiggins (2014: 183), a experiência dos pugilistas Bill Richmond e Tom Molineaux, ainda durante o século XIX, constituiu um momento altamente significativo, não tanto para a história do próprio boxe, mas principalmente porque colocou em relevo a interseção entre raça e desporto.

No entender de Ben Carrington (2010: 54), porém, tratava-se ainda mais do que isso, já que a participação e os êxitos alcançados por estes dois desportistas permitiam-lhes, pelo menos temporariamente, transgredir as barreiras raciais que marcavam as suas vidas e, ao fazê-lo, contribuíram para o começo de uma redefinição das reivindicações políticas das comunidades negras. Com efeito, estes acontecimentos não só foram marcantes para a história do próprio desporto, como tiveram um alcance muito para além destes espaços, já que os êxitos conseguidos por estes pugilistas possibilitaram a transgressão da ordem racial estabelecida, abalando e desmistificando as visões dominantes que proclamavam a superioridade intelectual e física dos brancos:

Ao atuarem num palco nacional e, cada vez mais, internacional, que era inatingível para os negros em qualquer outra esfera da altura, os feitos alcançados adquiriram uma significância simbólica e, conseqüentemente, política, que transcendia o espaço circunscrito da arena desportiva (Carrington, 2010: 54).

Apesar da participação e do êxito alcançado pelos negros, no boxe, terem constituído um desafio às estruturas mentais racistas que proclamavam a superioridade racial dos brancos, foi já em pleno século XX que se produziu a figura do ‘atleta negro’, corolário lógico do colonialismo europeu, dos seus folclores raciais, das suas fábulas religiosas e da ciência racista do século XIX. Segundo esta leitura, a ‘invenção’ do atleta negro, com fortes repercussões para além da esfera desportiva, terá ocorrido na sequência da conquista do título mundial de boxe pelo afro-americano Jack Johnson, em 1908⁵. Esta consagração, além de ter evidenciado as fragilidades da própria ordem racial, desmistificou a superioridade física dos brancos e provocou uma natural ansiedade, não só relativamente ao verdadeiro significado da *branquitude*, mas também para o futuro do próprio projeto imperial (Carrington, 2010: 75).

Uma vez quebrada a tese da inequívoca superioridade e habilidade física dos brancos, estavam, portanto, reunidas as condições para a criação do ‘atleta negro’, um novo tipo racial:

O atleta negro é uma construção produzida a partir das fantasias do repertório colonial da negritude, que encontra a sua última expressão na forma da negritude desportiva: o furioso, selvagem, incontrolado e quase incontrolável e ingrato sujeito desportivo que deve o seu sucesso a uma fisiologia animalesca inata, que requer a supervisão de um branco para poder canalizar a agressividade natural do corpo negro para um propósito desportivo disciplinado e produtivo (Carrington, 2010: 81).

Como se depreende, a produção desta figura representou um marco histórico determinante, quer para o contexto desportivo quer também para o espaço científico, político e cultural. Conforme foi pertinentemente destacado por Ben Carrington, os anos que se seguiram à vitória de Jack Johnson consolidaram não só a ideia relativa às diferenças raciais (morfologicamente falando) entre brancos e negros, como

⁵ Essa não parece ser a perspetiva seguida por David Wiggins, que sublinha que o debate acerca do ‘atleta negro’ ter-se-á iniciado ainda durante as últimas décadas do século XIX. No seu entender, a discussão em torno das performances do pugilista australiano Peter Jackson já assentava em termos semelhantes, ou seja, a partir das suas especificidades ‘bestiais’ e ‘animalescas’ (Wiggins, 1989: 159). No entanto, as repercussões dos seus êxitos não terão tido o mesmo impacto do feito alcançado por Jack Johnson.

enfatazaram dramaticamente a narrativa que defendia que era essa mesma *vantagem* física e inata dos negros que estava na base da construção de um novo sujeito (Carrington, 2010: 79).

Ainda que a discussão em torno da presumida superioridade atlética dos negros se tenha iniciado nos finais do século XIX, foi durante a década de 30 do século XX que o debate se intensificou, envolvendo um conjunto diversificado de atores intervenientes no fenómeno desportivo, tais como treinadores, jogadores, dirigentes, jornalistas e académicos. As conquistas alcançadas pelo norte-americano Jesse Owens, nos Jogos Olímpicos de 1932, paralelamente ao domínio dos pugilistas negros, reforçaram a tese relativamente às suas especificidades raciais, que se refletiriam nas suas maiores capacidades em vários desportos (Wiggins, 1989: 167).

Nas palavras de Carrington (2010: 79), o sucesso dos negros tornou-se um ‘problema’ que merecia ser investigado: ‘o particular (atleta) tornou-se secundário e, dessa forma, reduzido ao universal (negro).’ Note-se que foi a partir desse ‘problema’ que se gerou um conjunto de discussões que ultrapassam largamente o campo meramente desportivo. De acordo com Theresa Runstedtler (2009), a vinda de pugilistas negros de renome mundial (tal como o próprio Jack Johnson) para França despoletou uma reflexão acerca do império colonial e da própria civilização ocidental. Para a autora, o estabelecimento destes atletas no território francês, para além de ter abstraído a opinião pública da ocupação colonial, facilitou a consolidação de uma narrativa baseada na benevolência do Iluminismo (Runstedtler, 2009). Neste contexto, a chegada desses ‘campeões negros’ permitiu ocultar as contradições da ‘Terceira República francesa’, bem expressas através de uma política de conquista territorial em África e na Ásia, levadas a cabo em nome de um pretenso universalismo civilizador que não via como paradoxal o desenvolvimento de práticas racistas contra as populações ‘primitivas’ (Jobert, 2006: 8).

As arenas desportivas testemunharam a forma como as posições dominantes adotadas pela maioria branca, quer no contexto europeu quer no norte-americano, se iam moldando à medida dos próprios acontecimentos. Com efeito, se até uma certa altura se considerava defensável a ideia da superioridade física (e, obviamente, intelectual) dos brancos face às outras ‘raças’, as sucessivas conquistas dos desportistas negros desfizeram esse mito. Evidentemente, havia que salvaguardar as

visões que advogavam a supremacia branca e que se apoiavam no saber científico e intelectual da época. Justamente, o quadro científico que se estendeu desde o século XIX até meados do século XX favoreceu largamente a produção e reificação das dicotomias entre corpo e mente ou, por outras palavras, entre civilizado e primitivo.

As orientações científicas do século XIX, com amplo destaque para os debates antropológicos, foram responsáveis pela produção da dicotomia Homem *versus* Natureza, abrindo, assim, espaço à consolidação de uma estratégia discursiva que utilizava a ciência como forma de legitimar a dominação colonial, uma vez que os povos colonizados eram concebidos enquanto parte integrante da natureza. Foi, portanto, neste espectro ideológico que se assistiu ao triunfo dos negros em algumas práticas desportivas. Tal como refere Timothée Jobert a propósito do sucesso dos pugilistas negros, para perpetuar esta conceção racista do Ser Humano ‘cede-se o corpo aos negros para reservar o espírito aos Brancos’ (2006: 216).

Embora este tema mereça uma maior atenção nos capítulos V e VI, importa sublinhar que estas visões continuam a orientar as narrativas produzidas no contexto desportivo, o que revela a direção ideológica das sociedades contemporâneas. Em rigor, estes entendimentos não só se mantêm praticamente inalteráveis, como determinam o modo em que assentam as representações do desportista negro. Independentemente de alguns dos discursos racistas não assumirem necessariamente as mesmas formas do passado, a sua persistência revela como o paradigma racista, colonialista e eurocêntrico permanece radicado no trabalho jornalístico, nas práticas organizativas dos clubes e nos seus grupos de adeptos.

Tendo em conta os referidos êxitos desportivos, registou-se uma alteração das posições defendidas, tanto no meio desportivo como académico, passando a admitir-se, igualmente, a ‘superioridade’ dos negros em determinados desportos que envolvessem esforços intensos, mas de curta duração, como por exemplo *sprints*. No entanto, conservou-se a tese relativa às diferenças morfológicas entre negros e brancos, salientando-se, agora, a incapacidade manifestada pelos primeiros em manter o nível de performance em provas que exigissem uma maior resistência física (Wiggins, 1989: 159).

Não obstante os termos da discussão partirem, essencialmente, das características morfológicas que distinguiriam brancos e negros, houve quem se opusesse

declaradamente a essa tese, designadamente alguns dos próprios intervenientes, argumentando que esse sucesso se devia ao trabalho árduo, ao espírito de sacrifício e à autodisciplina (Wiggins, 1989: 165). Facilmente se depreende (mesmo tendo em conta o lugar marginal do negro na sociedade norte-americana e europeia) que este tipo de argumentos levantou várias questões relevantes que extrapolaram o contexto puramente desportivo.

A tese da superioridade atlética dos negros, apesar de dominante ao longo de grande parte do século XX, foi contestada por alguns investigadores particularmente a partir da década de 70. Tratava-se, pois, de explicar que o sucesso desses desportistas se devia a uma série de razões de origem social. Assim, ao passo que os brancos desfrutavam de muito mais variadas e prestigiadas oportunidades de vida, o desporto, para os negros, constituía uma das poucas possibilidades de realização profissional, ainda que a larga maioria desses jovens tenha ficado excluída dos desportos de alta competição (Wiggins, 1989: 169, 171).

Estas intensas controvérsias, conforme sublinhado por Wiggins (1989: 181), tiveram um forte impacto na própria comunidade negra, deixando-a, contudo, dividida. Logo, se por um lado o domínio exercido, quer em número quer em títulos conquistados, era fonte de orgulho e de reforço da autoestima, por outro, reconhecia-se que o sucesso desportivo não erradicaria os problemas que afetavam a maioria dos negros. A partir dessa perspetiva, largos sectores da comunidade negra frisavam que o sucesso nas diversas modalidades 'não constituía uma solução satisfatória para a questão da discriminação, já que o domínio político e económico continuava ainda nas mãos dos brancos' (1989: 175). Tal como o próprio David Wiggins tem vindo a demonstrar nas suas publicações mais recentes, muitos negros mostravam uma atitude ambivalente em relação aos êxitos alcançados no basquetebol, boxe ou atletismo. Assim, se por um lado desportos como o basquetebol constituíram espaços nos quais se forjava, num contexto altamente discriminatório, o 'orgulho racial' e se reforçavam as redes sociais entre diferentes grupos, por outro, reconhecia-se a limitação desses avanços (2014: 187).

Já no que respeita à posição dominante, ela inclinava-se para a aceitação da teoria da superioridade atlética dos negros, negligenciando outros fatores sociais que estivessem por detrás dessa sobre representação (Wiggins, 1989: 181). Embora o

autor não tenha propriamente problematizado a questão dessa forma, o facto de a cultura dominante tender a aceitar a tese da superioridade física dos negros (por desconcertante que isso possa ser) deve-se à possibilidade de manter o poder e o privilégio. Efetivamente, a anuência a essa tese evitaria que se problematizasse e debatesse a questão pela qual muitos jovens negros, excluídos das outras esferas sociais e económicas, viam no desporto uma das únicas possibilidades de melhorar as suas vidas⁶.

Conforme se tem destacado, o desporto durante a primeira metade do século XX, tornou-se uma das formas mais poderosas de *espetáculo racial* e através do qual o racismo popular se podia experienciar, reforçar e contestar (Carrington, 2010: 72). Nesta medida, apesar dos esforços dos atletas negros em competirem com (e contra) os brancos, a realidade é que o legado dos processos escravagistas, imperialistas e segregacionistas se repercutiu em diversas formas de exclusão⁷.

Isso não significa que o desporto, no período que se seguiu à vitória das lutas de libertação pela independência, à descolonização europeia de África e à conquista dos direitos civis nos Estados Unidos, tenha deixado de ser um espaço racialmente significativo. Antes pelo contrário, muitos dos padrões raciais têm-se mantido. Esse não é, de todo, o sentido das narrativas hegemónicas ocidentais, que continuam a reproduzir a tese de que o holocausto funcionou como uma espécie de ‘ponto de viragem’ na história racial. De facto, os discursos dominantes continuaram a invisibilizar não só a dimensão, como a natureza profundamente racista dos regimes coloniais. Na ótica de Goldberg, essas narrativas, ao procurarem reduzir o legado racista europeu à questão do genocídio dos judeus, dissiparam a história colonial europeia (2009: 154).

As representações hegemónicas da *negritude* contrariam o discurso retórico académico, político e cultural dominante que, de um modo geral, tem procurado evitar discutir a ‘herança’ colonial europeia, nomeadamente os seus efeitos atuais. Esta ideia

⁶ Numa entrevista concedida ao *New York Times*, em 1988, Brooks Johnson, um dos poucos treinadores negros de atletismo, defendeu que o domínio dos velocistas negros se devia, em grande parte, ao racismo da sociedade em geral (Wiggins, 1989: 180).

⁷ Um dos exemplos mais significativos que atestam o nível de segregação que os negros enfrentavam no desporto, nos Estados Unidos, encontra-se na constituição da *Negro League Baseball*, que, embora tivesse sido criada ainda em finais do século XIX, só se popularizou na década de 20 do século passado, perdurando até ao início dos anos 70. Sublinhe-se, no entanto, que algumas destas organizações de desportistas negros eram lideradas por brancos (Wiggins, 2014: 188).

tanto é válida para o contexto desportivo, como para fora dele. Nesta medida, as discussões públicas sobre raça e racismo têm sido cada vez mais marcadas pela predominância da ideologia *colourblind*. Referindo-se ao ‘caso Kobe Bryant’⁸, Leonard (2004) destaca a ideia de que o desporto representa um espaço privilegiado para a reprodução de um discurso que nega o peso do racismo na sociedade ocidental:

Os brancos foram capazes de retrabalhar a realidade racial da América contemporânea para legitimar noções de colorblindness, liberdade, igualdade, democracia e América. Um dos espaços discursivos mais poderosos no qual a colorblindness se produz e reproduz é a arena do desporto (Leonard, 2004: 287).

O autor chama, assim, a atenção para a perversidade inerente a um discurso que, ao mesmo tempo que nega a institucionalização do racismo na cultura popular norte-americana, reforça a ‘patologização da comunidade negra’ (Leonard, 2004: 291). Paralelamente a este processo de patologização que ocorre nos diversos domínios da vida social, o ‘caso Kobe Bryant’ colocou em evidência o modo como os discursos raciais contemporâneos têm vindo a reificar a criminalização⁹ das comunidades negras e, por conseguinte, dos desportistas negros. Este processo tanto opera em termos coletivos como individuais.

Conforme destacado por Carrington (2010:123), os epítetos construídos em torno do pugilista Mike Tyson são reveladores do ‘medo’ que a *negritude* impõe: ‘louco, mau e negro’. Este discurso, que reifica o imaginário branco e exulta, simultaneamente, a

⁸ Em 2003, Kobe Bryant, ‘estrela’ do basquetebol norte-americano de renome internacional, foi acusado de violação por uma funcionária de um hotel onde estava hospedado. Partindo da intensa mediatização que rodeou o caso, o autor explora o modo de acordo com a qual a narrativa *colourblind* dominou o debate público, revelando, assim, a forma complexa, e por vezes contraditória, como os discursos raciais contemporâneos se acionam na arena do desporto (Leonard, 2004).

⁹ A relação entre a construção de políticas públicas e a criminalização da população negra mereceu a atenção de Douglas Hartman (2012), que mostrou de que forma um programa, intitulado *Midnight Basketball*, se tornou num ‘código para se falar de raça e de homens afro-americanos no contexto específico do debate sobre os custos do combate à criminalidade’ (Hartman, 2012: 1016). Conforme Hartman evidenciou, um programa social que nasceu no poder político local no final da década de 80, depressa se transformou numa ‘política social’ de grande impacto e que tinha como ‘população alvo’ (embora a questão nunca tenha sido colocada nestes exatos termos) a comunidade afro-americana. Resumidamente, o *Midnight Basketball* consistia na realização de torneios de basquetebol amador, em horário noturno, e que envolvia, essencialmente, jovens adultos provenientes dos bairros mais desfavorecidos. Criticando a tese subjacente a este programa, que consistia na convicção de que a prática de desporto afastaria os indivíduos da criminalidade, o autor ironiza: ‘A ideia de que ter jovens negros a atirar bolas em direção a um arco de metal, iria reduzir o crime transporta-nos para duas das imagens/representações mais proeminentes na cultura contemporânea da América acerca dos Homens Afro-Americanos: concretamente, ou eles são atletas superestrelas ou, alternativamente, criminosos superpredadores’ (2012: 1012).

necessidade de policiar as patologias do atleta negro, tem sido reproduzido em vários artigos acadêmicos que, ao responsabilizarem a cultura de gueto e as identidades construídas em torno do *hip-hop*, acabam, evidentemente, por reforçar as narrativas racistas dominantes (Leonard, 2004: 303).

Neste sentido, a tese da construção do negro enquanto predador sexual, também ela brilhantemente analisada por Fanon (1975 [1952]), deve ser entendida a partir do reportório do imaginário branco:

A supremacia branca é a história de uma sexualidade negra imaginada, que articula a negritude como uma selvageria incontrolada que necessita de controlo e confinamento. Os receios que os brancos têm de serem violados pelos negros têm estado historicamente no centro desta visão acerca da sexualidade do corpo negro (e da mulher branca). A imaginação branca tem estado na base da justificação da violência de estado como parte de um esforço para proteger o puro e inocente corpo feminino do predador negro (Leonard, 2004: 293).

A percepção de que a sexualidade negra representa uma ameaça para as famílias brancas também já havia sido analisada por Essed, que enfatiza que a ‘proteção’ das suas filhas face aos jovens negros, nas escolas e nos bairros, constitui, na verdade, um dos mecanismos do racismo quotidiano (1991:219).

Não menos significativo do que a criminalização do corpo negro, que ocorre dentro e fora do contexto desportivo, é a forma como a *branquitude* não é entendida enquanto categoria racial. Esse processo foi e permanece central na construção identitária do ocidente. A análise de Richard Dyer elucida em que medida a posição de poder e privilégio não só permite, como está na base desse processo de exoneração da *branquitude*:

Enquanto a raça for algo somente aplicável às pessoas/povos não-brancos, enquanto as pessoas brancas não forem racialmente vistas ou apelidadas como tal, elas/nós funcionarão como a norma humana. As outras pessoas têm raça, nós somos só pessoas. Não há posição mais poderosa do que do que esta de ser ‘somente’ humano (Dyer, 1997: 1,2).

Exceção feita a algumas publicações (Hylton e Lawrence, 2015; Long e Hylton, 2002; King et al, 2007), também nos estudos sobre raça e desporto o lugar e o significado simbólico da *branquitude* tem estado praticamente ausente. Essa é, precisamente, a leitura de Long e Hylton (2002: 90) quando frisam que a ‘identidade branca’ nunca é tratada enquanto tal, já que o branco é visto como ‘normal’, por oposição ao negro,

representado como o 'outro'. Além disso, o que é altamente significativo é que, apesar da *branquitude* ser considerada um 'não-assunto', ela é constantemente reproduzida no futebol e em muitos outros desportos, ainda que esse processo ocorra, muitas vezes, de forma inconsciente. E, conforme foi observado, é exatamente essa normalização que promove o privilégio branco no desporto (Long e Hylton, 2002: 95 e 96).

De facto, a maioria das investigações académicas não questiona o poder e o privilégio branco que se produz e reproduz na arena desportiva. Aliás, esse padrão ecoa, igualmente, na literatura sobre racismo fora do âmbito do desporto. Por outras palavras, para a generalidade da academia, falar de raça e racismo resume-se ao estudo das características dos negros e das identidades negras (Maeso e Araújo, 2013). Tendo em consideração este défice teórico, Long e Hylton (2002: 100) chamam a atenção para a importância em se discutir o que significa 'ser branco', já que a sua desconstrução abriria a possibilidade de um melhor entendimento acerca dos processos e práticas racistas que operam no espaço desportivo.

1.3 Raça e Identidade Nacional: um olhar crítico desde o desporto

A linha teórica seguida nesta dissertação defende que a problematização do racismo no futebol não pode ficar limitada ao campo meramente desportivo. Assim, para o estabelecimento de uma abordagem crítica sobre a forma como o desporto promove noções de pertença e exclusão com base na origem étnico-racial, é fundamental problematizar o racismo enquanto produto histórico, cultural e político, a partir do qual se têm construído os discursos sobre a Europa e a *uropeidade* (Quijano, 2000; Hesse, 2007; Maeso e Araújo, 2015). Partindo da tese já atrás salientada de que a Europa, como ideia e como projeto político, ultrapassa as suas próprias fronteiras, sempre contestadas (Hall, 1992; Hesse, 2007), deve frisar-se o facto de o projeto europeu ser, acima de tudo, uma construção ideológica (West, 1993: 121):

Para além disso, a ideia de 'Ocidente', uma vez produzida, tornou-se, por sua vez, produtiva. Teve efeitos reais: permitiu às pessoas saber ou falar acerca de determinadas coisas, de determinada forma. Produziu conhecimento. Tornou-se, simultaneamente, o fator organizador num sistema de relações globais de poder e no conceito organizador, ou termo, de toda uma forma de pensar e falar (Hall, 1992: 278).

Deste modo, a conceptualização de ‘ocidente’ constitui um momento histórico crucial para se compreender, não só o seu lugar no ‘sistema-mundo’ (Wallerstein, 2004), como também as relações que estabeleceu com o ‘resto’. Mais do que isso, a cristalização da noção de ocidente ‘não é o resultado de uma formação social já existente: pelo contrário, foi essencial para a formação dessa mesma sociedade’ (Hall, 1992: 278).

Uma vez consolidada a posição hegemónica da Europa, reproduziu-se a tese de que o destino das sociedades não ocidentais seria a sua progressiva ocidentalização, ou seja, a concretização da modernização verificar-se-ia a partir da primazia mundial das práticas culturais europeias¹⁰ (Sayyid, 2004: 65). Desta forma, o mundo não-ocidental desempenhou um papel determinante na produção da ideia de ‘ocidente’, uma vez que esse ‘resto’ foi essencial para a formação e consolidação da identidade ocidental, das suas formas de conhecimento e da relação que manteve com o ‘outro’ (Hall, 1992: 318).

A estabilização da hegemonia da Europa – enquanto potência económica, política e cultural, alicerçada na dominação colonial – encontrou, nas ciências sociais emergentes, um aliado poderoso. Deste modo, a sua consolidação teórica não pode ser desvinculada das concepções filosóficas e políticas dominantes que evocavam o ‘progresso’ como eixo central do pensamento iluminista, não sendo este uma mera presunção. Pelo contrário, foi imposto aos povos colonizados (Wallerstein, 1997: 101).

Por conseguinte, o termo ‘subjugação’ é aquele que melhor define ‘a ordem do Iluminismo: subjugação da natureza pelo intelecto do Homem, controlo colonial através da subjugação física e cultural e superioridade económica através do domínio das leis do mercado’ (Goldberg, 1993: 209). Efetivamente, a noção de progresso veio, de certa forma, substituir a concepção de ‘civilização’, que, a partir do holocausto, ‘perdeu a sua inocência’. Depois disso, tem sido apropriada e problematizada como

¹⁰ Aliás, tem sido em nome dos valores da ‘civilização europeia’ que, a partir sensivelmente da década de 90 do século passado, se começou a falar no ‘direito a interferir’ em diversos contextos políticos em zonas do mundo não-ocidentais (Wallerstein, 1997: 98). Evidentemente, tal como foi sublinhado a propósito dos conflitos étnicos nos países balcânicos, essa violência ‘não se confina a uns quantos ‘outros’ considerados menos afortunados, menos sábios, e menos civilizados. Pelo contrário, ela constitui o resultado absolutamente normal das desigualdades profundas e crescentes no interior do sistema-mundo e não pode ser enfrentada pelo recurso a meros exercícios de exortação moral, nem através de uma *ingérence* por parte dos puros e dos mais avançados, em investidas pelas zonas controladas pelos impuros e mais atrasados.’ Wallerstein (2000: 15).

sendo um conceito europeu, tornando-se, assim, no ‘último reduto do eurocentrismo’ (Wallerstein, 1997: 101).

O discurso sobre a ciência, que se constituiu com o projeto da modernidade, originou a produção de uma visão dicotômica entre a razão científica e a natureza/corpo, na qual a construção da ideia da razão científica emerge como sinónimo de supremacia branca. É, pois, partindo desse contexto, que se deve compreender o modo como as abordagens dominantes têm refletido o *ethos* imperialista e colonial subjacente à construção simbólica de Europa e de Ocidente. Nesta perspetiva, os processos de produção e de consolidação das identidades nacionais não podem ser problematizados sem ter em conta a história colonial e imperial europeia.

Embora tenham sido publicados alguns trabalhos nas décadas de 70 e 80, mais especificamente sobre a violência no futebol no contexto britânico, foi a partir da última década do século XX que se assistiu à emergência de um corpo teórico mais consistente em volta do fenómeno desportivo. Apesar do enriquecimento do debate académico sobre e a partir do desporto, que será discutido no capítulo seguinte, a maioria dos trabalhos não tem dado primazia à exploração das questões raciais. De facto, uma parte significativa dessa produção teórica tem-se centrado na análise da exploração da violência em torno do futebol, mais concretamente na Europa e na América do Sul, negligenciando outras dimensões importantes que possibilitariam um melhor entendimento acerca dos fenómenos que ocorrem nesses contextos.

Partindo da ideia que os conceitos como raça ou racismo não são realidades estáticas, tem sido sugerido que o ‘novo racismo’¹¹ assenta, precisamente, na relação entre raça, nacionalidade e patriotismo (Gilroy, 1992: 53). Deste modo, a tónica deslocou-se para aquilo a que se convencionou chamar de ‘estilo de vida’, com as diferenças culturais como foco dos discursos racistas (Angel-Ajani, 2000: 342). Neste sentido, as narrativas hegemónicas têm vindo a enfatizar, explícita ou implicitamente, a tese assente na ‘incompatibilidade cultural’, patenteada por determinados indivíduos ou grupos, para com os valores da denominada ‘civilização ocidental’.

¹¹ Importa salientar que o sentido da expressão de Paul Gilroy não é sinónimo de outros termos que se popularizaram como, por exemplo, ‘racismo subtil’ (Vala et al, 1999; Meertens e Pettigrew, 1999). Genericamente, falar de ‘novo racismo’ remete para a forma como o discurso racista tem sido rearticulado e retrabalhado como reação ao descrédito das teses racialistas. Por outro lado, a ideia de ‘racismo subtil’ questiona se algumas formas de discriminação racial consideradas ‘leves’ constituem, efetivamente, racismo.

Este discurso, que naturaliza a tese da homogeneidade cultural e racial junto dos imaginários nacionais, tem sido notado nas culturas europeias de futebol. Assim, o facto de o racismo assumir, no contexto do futebol, formas distintas daquelas notadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, deve chamar a atenção para a imensa complexidade dos múltiplos processos que ocorrem nos seus meandros e a partir dos quais se geram sentimentos de pertença e exclusão (Back et al, 2001a).

Não obstante a pouca atenção que a academia tem conferido à análise das relações entre sociedade, desporto, raça e nação, não há dúvida que este é um espaço que não só despoleta, como se encontra no centro dos debates acerca da mudança de significados em torno da relação entre raça e nação (Carrington e McDonald, 2001). Reportando-se ao contexto britânico, Carrington observava, por exemplo, que o número crescente de jogadores negros a representar a seleção nacional constitui um desafio a determinadas formas de ‘absolutismo racial e pertença nacional’ (2012: 963).

O caso português apresenta contornos diferentes, tal como se examinará, em detalhe, nos capítulos IV, V e VI da dissertação. No entanto, importa, desde já, tecer algumas considerações relativamente à ‘integração’ de jogadores negros na seleção nacional. Fruto da política colonial portuguesa, os futebolistas negros oriundos dos denominados territórios ‘ultramarinos’ (principalmente de Angola e Moçambique), eram oficialmente considerados ‘nacionais’. Assim, e contrariamente ao que sucedia com outros países colonizadores, a ‘integração’ e o sucesso dos referidos atletas na seleção nacional permitia a defesa dos ataques exteriores que acusavam o regime português de práticas racistas. Dito de outra forma, essa multirraciedade da seleção nacional legitimava, em certa medida, a tese da ‘especificidade’ da cultura nacional, assente na convivência com os povos autóctones¹².

O que é marcante é que esta narrativa se encontre perfeitamente institucionalizada nos mais variados contextos sociais. Efetivamente, não se trata de uma ideologia que tenha sido abandonada ou perdido espaço no período pós-colonial. No caso do futebol, conforme se evidenciará, a influência das teses lusotropicalistas é

¹² A tese da ‘especificidade’ ou ‘particularidade’ da governação colonial, desenvolvida durante o regime salazarista, encontra-se presente através do conceito de ‘lusotropicalismo’, assente na ideia que o colonialismo português, respeitador das culturas autóctones, apresentava um carácter distinto dos outros, particularmente no que respeita à celebração das práticas de miscigenação. O termo, que foi cunhado pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, foi, posteriormente, acolhido pelo governo português e, em particular, por Salazar (Castelo, 1998).

arrebatadora (Cardão, 2015) e, por conseguinte, o desafio a este consenso nacional é, também, um dos objetivos que estimula a presente investigação. Evidentemente que o facto dos clubes portugueses e da seleção nacional terem contado, desde a primeira metade do século XX¹³, com a inclusão de futebolistas africanos não significa que o seu estatuto não tenha sido marcado por uma vincada subalternidade em relação aos brancos ‘nacionais’.

Esse panorama não se alterou significativamente após a descolonização. Pese embora as narrativas hegemónicas transmitirem a ideia de que a Revolução de 1974 foi capaz de romper com a ideologia colonial racista, a realidade aparenta ser bem mais ambígua e complexa. Assim, por um lado, a naturalização da tese da ‘especificidade’ do colonialismo português, invariavelmente acompanhada por uma descomplexada celebração e glorificação dos ‘descobrimientos’, continua a perdurar no imaginário nacional. Por outro lado, as representações e discursos dominantes acerca da população portuguesa não-branca, com especial ênfase para os futebolistas negros, revelam a sua subalternidade relativamente à ‘maioria’ nacional. Neste sentido, será produtivo explorar o modo como a figura do ‘atleta negro’ é negociada dentro do imaginário nacional e em que medida é que essa representação dialoga com as narrativas hegemónicas edificadas em torno da *portugalidade*, consubstanciada numa ‘prática discursiva que se funda no pressuposto de que existe realmente algo de natural e de essencial nas características nacionais’ (Coelho, 2001: 74).

Em suma, um olhar crítico para o futebol português permite perspetivar não só o modo como o racismo opera, como também possibilita compreender de que forma a tese da homogeneidade se produz a partir deste espaço. Assim, à semelhança daquilo que foi observado por Ben Carrington (1998b,) acerca da forma como a identidade nacional inglesa se afirma, no contexto do futebol, ‘branca’ e imperial (excluindo os negros e asiáticos), também Portugal parece permanecer agarrado à ideia de um país cultural e racialmente homogéneo.

¹³ O processo de contratação de jogadores das antigas colónias para as equipas nacionais iniciou-se nos anos 20 do século XX. No entanto, até sensivelmente 1940, apenas os denominados luso-africanos (futebolistas portugueses nascidos ou radicados nos territórios ocupados) poderiam ingressar nos clubes portugueses. Somente a partir da década de 40, e principalmente da de 50, é que se assistiu à contratação de jogadores africanos negros.

Na verdade, a análise feita neste capítulo inicial permite concluir que as limitações da perspectiva durkheimiana, ao analisar o campo desportivo como mero espelho das relações sociais, exigem a introdução de uma visão mais ampla sobre a relação entre raça, ideologia e desporto. Como tal, um olhar para algumas das modalidades com maior tradição de participação de atletas negros permite desenvolver a tese de acordo com a qual o desporto se tornou, nas sociedades contemporâneas, uma força racial poderosa autónoma (Hartman, 2000) e, portanto, um espaço privilegiado para a contestação e transformação do paradigma racial dominante.

Neste sentido, longe de poderem ser consideradas fenómenos marginais do pensamento Iluminista e do humanismo Europeu, as ideologias raciais encontram-se, na verdade, na génese do projeto moderno (Carrington, 2002: 9). E, tal como se pode concluir pelo estudo realizado neste capítulo, a figura do ‘atleta negro’, construída poucas décadas após a abolição formal da escravatura, reflete, justamente, o lugar preponderante dessas ideologias, quer nos Estados Unidos quer na Europa. Contudo, contrariamente ao que advogam as narrativas dominantes, os processos de descolonização não implicaram uma rutura com o quadro ideológico que sustentou o imperialismo e o colonialismo europeu. Para o caso específico do desporto, isso significa que as representações e discursos hegemónicos em torno dos atletas negros permanecem reféns do paradigma racista e eurocêntrico.

Assim, as práticas históricas, herdadas da supremacia branca, em localizar os ‘pecados’ no corpo do ‘Outro’ (Leonard, 2004: 303), têm que ser enquadradas e analisadas dentro da narrativa colonial, que tem vindo a construir e reproduzir categorias ontológicas que cimentam a distância entre ‘nós’ e ‘eles’ e que se sustentam na ideia de superioridade versus inferioridade (Hesse, 2004). Tendo por base a centralidade, implícita e explícita, da categoria racial, as ideias de ‘branquitude, cristandade, Ocidente e Europeidade’ operam como um ‘desvio racial’ relacionado com as metáforas universalistas sobre a natureza da própria Modernidade (Hesse, 2007: 643). Partindo da premissa de que raça constitui uma categoria central na produção não só da *uropeidade* como também da *portugalidade*, a presente investigação propõe-se analisar o modo como a tese da homogeneidade nacional se produz e reproduz a partir do contexto específico do futebol.

Da mesma forma que a história do desporto moderno não pode ser dissociada das disputas simbólicas edificadas em torno do próprio conceito de raça, também não parece possível problematizar a formação das identidades nacionais europeias sem ter em consideração o modo como a questão racial foi um fator determinante na criação de sentimentos de pertença e de exclusão. No caso específico de Portugal, rareiam os estudos que procuram estabelecer essa ponte, isto é, que considerem o peso do paradigma racista e eurocêntrico na produção da identidade nacional. Tal deve-se, justamente, à convicção generalizada, dentro e fora da academia, de que as ideologias raciais ocupam um espaço residual nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Essa ausência é particularmente sentida na área especializada em sociedade e desporto. De facto, até hoje, a relação entre raça, racismo e nação não mereceu nenhum tipo de reflexão por parte da academia portuguesa. Tal não implica que o racismo no futebol, particularmente em contexto colonial, não tenha sido abordado por alguns investigadores. No entanto, ainda que a questão racial seja, por vezes, mencionada, ela não é pensada enquanto elemento crucial na produção e naturalização do imaginário nacional. O próximo capítulo procura, assim, discutir estas ausências e limitações que assinalam a discussão académica sobre futebol e racismo, com especial incidência para o contexto europeu. Como se verá, os pressupostos teóricos que têm vindo a orientar uma parte significativa dos trabalhos têm influenciado largamente o modo como as próprias organizações antirracistas concebem as questões de raça, racismo e antirracismo no futebol.

Capítulo 2 | FUTEBOL E RACISMO: O ESTADO DA DISCUSSÃO ACADÉMICA

Neste capítulo, discute-se o estado do debate teórico sobre futebol e racismo que se iniciou na década de 80 do século passado, após os primeiros trabalhos terem sido publicados no contexto britânico. No entanto, conforme se evidencia no primeiro ponto do capítulo, o debate académico tem vindo a confundir-se com a própria discussão sobre o hooliganismo. De facto, o excessivo enfoque no estudo de grupos específicos de adeptos tem marcado grande parte do debate, constituindo, assim, um dos aspetos que marca a generalidade dos trabalhos sobre futebol e sociedade.

Tal como se mostra na segunda secção, somente a partir da última década do século XX é que os estudos se estendem a outros contextos geográficos e culturais, nomeadamente à Europa do Sul. Embora estas publicações reivindiquem a necessidade de um enquadramento teórico distinto daquele que assinala a realidade britânica, as principais linhas de investigação permanecem centradas na análise de questões de violência e identidade. Neste sentido, o racismo, além de não constituir a preocupação central que orienta estes trabalhos, é problematizado como uma subdivisão das investigações de grupos ultra.

O terceiro ponto analisa, criticamente, as pesquisas que abordam o contexto sul-americano. Depois de se assinalar a prevalência na análise da relação entre violência e os denominados barras bravas, que marcam grande parte dos trabalhos em países como a Argentina ou Peru, foca-se a atenção no contexto brasileiro, justificada pelo facto de se ter vindo a assistir, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, a um gradual dinamismo. Ainda que o enfoque de muitos dos trabalhos publicados incida, igualmente, sobre questões de violência, outros têm vindo a prestar uma maior atenção ao racismo no futebol brasileiro, procurando enquadrá-lo na história do próprio país e convocando para o debate questões mais abrangentes que envolvam, forçosamente, uma análise dos processos escravagistas e coloniais.

Partindo da pouca atenção que a academia portuguesa tem dedicado à análise das relações entre futebol e sociedade, a secção seguinte centra-se na análise crítica dos principais estudos publicados. Apesar do racismo ser abordado em algumas das pesquisas, este tema não constitui o foco teórico orientador das mesmas, pelo que o lugar que a questão racial ocupa no imaginário da nação prevalece profundamente marginalizado. Não obstante, o surgimento de alguns trabalhos que lançam um olhar crítico acerca da relação estabelecida entre futebol e nação, sobretudo no contexto colonial português, constituem um estímulo para o enriquecimento do debate académico.

Conforme se destaca no quinto ponto do capítulo, os últimos vinte anos testemunharam a emergência de um conjunto de trabalhos que tem concorrido para a autonomia das investigações sobre racismo e futebol no contexto europeu. Estas novas leituras críticas – ainda que minoritárias no panorama académico – procuram repensar não só a forma como o racismo no futebol deve ser problematizado, mas também o modo como raça deve ser entendido enquanto categoria a partir da qual se produzem as identidades nacionais europeias.

Pese embora estes avanços teóricos, uma parte significativa dos estudos permanece refém dos parâmetros que têm orientado as análises sobre culturas específicas de adeptos. Tal como se procurará demonstrar no último ponto do presente capítulo, esse aspeto tem exercido, igualmente, uma forte influência na forma como as organizações antirracistas concebem as questões de raça, racismo e antirracismo dentro do espaço do futebol.

De uma forma geral, os trabalhos académicos caracterizam-se pela excessiva atenção dirigida à análise do comportamento ‘antissocial’ de grupos específicos e localizados. Essa tendência, além de reificar a ideia do ‘adepto racista’ por oposição à sociedade ‘tolerante’, produz a tese de que os restantes atores envolvidos no futebol não participam nem contribuem para a manutenção do eurocentrismo e do racismo. Desta forma, as correntes teóricas dominantes têm evitado que a discussão promova uma leitura crítica dos processos coloniais, esclavagistas e imperialistas, o que contribuiria para desafiar o paradigma racista e eurocêntrico.

2.1 *Futebol, Violência e Racismo*

No contexto europeu, a publicação dos primeiros trabalhos académicos sobre violência no futebol abriu caminho a uma nova área de investigação. A sucessão e a persistência dos atos violentos nos estádios atraíram a atenção inicial de autores que, apesar da multiplicidade de perspetivas teóricas, se focaram, essencialmente, na questão da violência no espaço britânico. Refira-se, por exemplo, as análises marxistas (Taylor, 1971 e 1982), a dos sociólogos da denominada ‘escola de Leicester’ (Dunning et al, 1994) e as abordagens etnográficas (Armstrong, 1998), entre outras. Apesar do contributo inegável que as distintas correntes teóricas trouxeram, sobressaem duas limitações: a atenção exclusiva no tema da violência e a sua circunscrição à realidade britânica. De facto, a hegemonia da questão da violência, mais especificamente aquela que tem como atores principais os próprios adeptos, tem marcado, inquestionavelmente, o debate académico dos estudos sobre futebol e sociedade. Como resultado dessa excessiva atenção, os restantes fenómenos que se produzem e reproduzem no quadro do futebol têm ocupado um lugar marginal na discussão teórica.

A abordagem académica que inaugurou os estudos sobre futebol e violência, desenvolvida pelo sociólogo marxista Ian Taylor, elucida o modo como o racismo tem sido teorizado. Encarando o hooliganismo¹⁴ como um movimento de resistência das classes trabalhadoras face ao ‘aburguesamento’ do futebol, Taylor (1982) projeta nos hooligans um conjunto de ‘comportamentos antissociais’, entre os se quais se destacam a violência, a agressividade e o racismo. Importa, aqui, salientar que o racismo é problematizado como uma das características dos hooligans ou de outros grupos organizados de adeptos. Esse enquadramento continua, aliás, bem vincado em muitos dos trabalhos mais recentes (Testa e Armstrong, 2010; Kassimeris, 2011; Lord, 2016). Atente-se no sentido das palavras de Sugden, a propósito das deslocações dos seguidores ingleses à Europa continental: ‘os rapazes não chegam a este carnaval de

¹⁴ Embora seja difícil enquadrar o conceito de hooligan dentro de limites teóricos rígidos, pode afirmar-se que o hooliganismo é uma subcultura de adeptos, originária na Grã-Bretanha, em finais da década de 60 do século XX e que se caracteriza pela procura de confrontação física ou simbólica com outros grupos rivais e/ ou com as forças policiais. Os hooligans destacam-se, igualmente, pela adopção do denominado estilo *casual* que se caracteriza pelo uso de vestuário de marcas de renome (‘Armani’, ‘Burberrys’, por exemplo) como forma de afirmação perante outros grupos rivais e, também, como tentativa de evitar a atenção das forças policiais.

uma forma neutral. Eles vêm dominados por ideais de masculinidade, de identidade nacional e por ideologias que são racistas, sexistas, etnocêntricas e xenóforas' (Sugden, 2002: 105).

Sugere-se, portanto, a ideia de que o 'nacionalismo exacerbado' constitui um fenómeno exclusivo de determinadas subculturas de adeptos que contrastaria com aquilo a que se poderia chamar 'patriotismo saudável' e que caracterizaria a esmagadora maioria dos seguidores de futebol. Por outras palavras, é como se o 'racismo real' subsistisse apenas na extrema-direita (Van Dijk, 2005b: 34). No contexto britânico, os discursos dominantes criaram, na verdade, a ideia de que os hooligans representariam tudo o que estava errado na sociedade britânica, o que resultou na pouca atenção prestada à problematização do racismo num quadro mais geral e aos processos sociais racializados que daí decorrem (Back et al, 2001a: 24).

Contrariando o tipo de pressupostos pelos quais se guiam grande parte dos trabalhos, pode argumentar-se que o racismo constitui um elemento fundamental em todo o processo de construção histórica e cultural da própria Europa (Fanon, 1975[1952]). Conforme explicado pelo autor, a partir de uma leitura crítica do contexto francês, não se trata de estabelecer uma escala de intensidade racista, mas sim de problematizar o racismo endémico da civilização ocidental:

De uma vez para sempre, estabelecemos este princípio: uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não se tiver apreendido esta evidência, deixar-se-á de lado um grande número de problemas. Dizer, por exemplo, que o norte da França é mais racista que o Sul, que o racismo é obra de subalternos, logo não compromete a elite, que a França é o país menos racista do mundo, é coisa de homens incapazes de reflectir correctamente (Fanon, 1975: 99 [1952]).

Com efeito, apesar de pouco discutido na teoria social, o racismo encontra-se profundamente ancorado e institucionalizado na cultura ocidental (Hesse, 2004), ou seja, não está, logicamente, confinado a uma minoria de grupos ou indivíduos isolados.

Um dos grupos que mais se tem destacado na abordagem teórica do hooliganismo reúne um conjunto de sociólogos da Universidade de Leicester (Dunning, 1985; 2009; Dunning *et al*, 1988; 1992; 1994). Tendo como suporte teórico as teses de Norbert Elias (1982), os investigadores argumentam que o seu contributo, enquanto síntese de 'abordagens sociológicas e históricas e psicológicas' (Dunning et al, 1988: 217), constitui um importante ponto de partida para a compreensão do hooliganismo.

Neste sentido, a violência seria um produto dos sectores mais 'rudes' das classes trabalhadoras, dentro das quais subsistiriam valores que exaltam a masculinidade, a agressividade, a defesa do território e o racismo¹⁵. Esta leitura resulta, assim, de uma interpretação do trabalho de Norbert Elias, no qual o autor argumenta que o 'processo civilizacional' se traduziria, entre outros aspectos, num maior auto-domínio da agressividade e violência, pelo que as regras sociais e as 'proibições se tornam, cada vez mais, parte do ser, um superego rigidamente regulado' (1982: 188).

Para os sociólogos de Leicester, esta abordagem constitui um utensílio válido para interpretar o hooliganismo. Por outras palavras, segundo esta releitura dos referidos sociólogos, este processo traduzir-se-ia, nos estádios, numa diminuição da tendência dos indivíduos em obter satisfação a partir da participação em atos agressivos e violentos. Pode concluir-se que, para Dunning e a sua equipa, aqueles que não teriam sido 'contemplados' com os novos valores e que, portanto, não se coadunariam com o *ethos* ocidental, constituiriam casos patológicos. Por outras palavras, os hooligans representariam um grupo que se teria desviado dos valores europeus.

O racismo no futebol tornou-se, assim, para a 'escola de Leicester' e para a generalidade da literatura académica, numa espécie de extensão dos comportamentos antissociais de grupos específicos de adeptos. No entanto, é importante salientar, a este propósito, o facto de algumas das posições 'extremistas' atribuídas a determinados grupos colherem, igualmente, eco e simpatia em muitos outros adeptos tidos como 'tradicionais' e 'pacíficos' (Almeida, 2006: 49). Apesar disso, a generalidade dos estudos académicos tende a negligenciar essas manifestações que não têm os hooligans como principais atores ou a atribuí-las a atos de indivíduos isolados. Ao circunscreverem o racismo a estes grupos, associando-os à agressividade e à violência, as correntes académicas hegemónicas têm contribuído para a marginalização da discussão racial no futebol:

Parte da explicação para a ausência de uma análise séria sobre raça e racismo nas culturas de futebol pode ser encontrada no discurso acerca do 'hooliganismo', que

¹⁵O argumento dos sociólogos de Leicester tem sido frequentemente objeto de crítica, mais concretamente devido à generalização do funcionamento social, cultural e afetivo das classes trabalhadoras. De facto, o tipo de pressupostos classistas que têm orientado as pesquisas do grupo de Leicester parece assentar numa visão essencialista das classes trabalhadoras (Bodin, 2003).

tem vindo a estabelecer os parâmetros do debate acerca de, praticamente, qualquer aspeto da cultura do futebol (Back et al, 2001a: 23).

Partindo desta ideia, há dois aspetos distintos que merecem ser destacados e que deverão servir de base a um efetivo enriquecimento teórico do debate sobre futebol, racismo e identidade nacional. Em primeiro lugar, é fundamental analisar de outra forma o modo como a discussão racial se relaciona com o hooliganismo britânico. Somente a partir daí será possível explorar as estruturas de exclusão que operam através da banalização da *branquitude* que opera e se reproduz no âmbito do futebol (Carrington, 1998b; Back et al, 2001a; Hughson e Poulton, 2008; Bradbury, 2010 e 2013). O segundo aspeto refere-se à necessidade de ir um pouco mais além, isto é, de ultrapassar o contexto específico do futebol. Na verdade, esse alargamento do debate permitirá uma leitura mais completa não só acerca do racismo no futebol, como também fora dele. Nesta medida, para uma compreensão mais abrangente sobre o fenómeno do racismo neste espaço, é indispensável relacioná-lo com os processos que estiveram na base da construção da identidade europeia, nomeadamente a expansão colonial.

2.2 Racismo e subculturas de adeptos na Europa do Sul

A partir da última década do século XX, os estudos estendem-se a outras realidades empíricas com a publicação dos primeiros trabalhos sobre as culturas de adeptos na Europa do Sul (Lago e Biasi, 1994; Bromberger, 1995; Astrinakis, 2002; Marivoet, 1989 e 2002). Embora estas abordagens procurem realçar as características dos grupos organizados de adeptos, salientando as suas especificidades e diferenças relativamente ao caso britânico, resultantes das normas e valores das próprias culturas locais, as grandes linhas de investigação continuam a incidir em questões de violência e identidade. Assim, o enfoque excessivo nesta área de investigação tem desviado a atenção dos investigadores de outros campos, designadamente do racismo.

Efetivamente, nos trabalhos publicados sobre as culturas de adeptos da Europa do Sul, o racismo surge como sendo algo praticamente exclusivo dos grupos *ultra*¹⁶. À

¹⁶ Os ultras constituem uma subcultura de adeptos originária de Itália, na década de 70, que se encontra fortemente presente em vários países europeus, embora com maior representação na Europa do Sul. Através de um conjunto complexo de atitudes, valores e normas, os ultras procuram diferenciar-se tanto dos adeptos tradicionais como dos hooligans britânicos. Para tal, apostam numa estética e performance que se caracteriza pela procura da visibilidade e pela recriação de um cenário belicista, que

semelhança do que tem sucedido no Reino Unido, também em Itália o processo de *demonização* de determinados adeptos é bem visível. As palavras de Podaliri e Balestri ilustram claramente o modo como o racismo no futebol é problematizado:

Enfrentar o problema do racismo nos estádios italianos obriga-nos a olhar para a história do apoio da curva (ou apoio ultra, tradicionalmente localizado na curva dos estádios) e conseqüentemente perceber quer as dinâmicas que possibilitam a expansão do racismo e da extrema-direita quer as intervenções estratégicas que atualmente procuram perceber a raiz deste fenómeno (Podaliri e Balestri, 1998: 88).

Tal como se observa, a exploração teórica do racismo no futebol italiano restringe-se à análise dos grupos ultra, ou seja, ainda que se procure enfatizar as especificidades culturais, sociais e políticas do ‘modelo ultra’, por oposição ao ‘modelo hooligan’ (Bromberger, 1995; Mignon, 2002; Bodin e Stéphane, 2002, Bodin, 2003; Madir, 2003), a pesquisa do racismo assenta na mesma lógica que tem orientado boa parte da produção científica sobre o futebol britânico.

O contexto espanhol também tem merecido alguma atenção por parte dos investigadores. De um modo geral, o questionamento do racismo tem seguido a mesma linha teórica acima descrita, isto é, parte-se do princípio de que o problema se confine aos grupos organizados de adeptos que evidenciam uma retórica nacionalista e racista (Duke e Crolley, 1996; Revilla, 1996; Madir, 2003; Durán e Jiménez, 2006). Efetivamente, essa conexão encontra-se bem patente, por exemplo, nas recomendações elaboradas por uma comissão política criada pelo governo espanhol¹⁷, quando se sublinha que os ultras, com as suas atitudes extremistas, constituem um elemento-chave para entender o problema do racismo e da violência no desporto (Durán e Jiménez, 2006: 88). Desta forma, ao circunscrever o racismo a este tipo de grupos, difunde-se igualmente a ideia de que a sua erradicação se encontra intimamente ligada à própria exclusão dos ultras.

é acompanhado pela entoação de cânticos e pela utilização de material pirotécnico dentro dos estádios. Ainda que a violência não constitua um fim em si mesma, a confrontação física ou ritualizada com outros grupos e com as forças policiais não é, de todo, evitada. O recurso à violência surge, na maior parte das ocasiões, associado à identidade de grupo e a noções de masculinidade, honra e vergonha, bem como à defesa do território.

¹⁷ De acordo com a comissão ‘Especial de Estudio para erradicar el Racismo y la Xenofobia del Deporte Español’ o objetivo seria, tal como o próprio nome indica, acabar com o racismo no desporto (Durán e Jiménez, 2006). Apesar de não fugir à lógica dominante que percorre a esmagadora maioria das respostas políticas desenvolvidas pelos diversos organismos, o que interessa aqui ressaltar é o modo como a questão do racismo é percecionada.

Nesse sentido, a discussão sobre o racismo no futebol centra-se, invariavelmente, no estudo das características destes grupos, designadamente na sua adesão a ideais políticos. A politização dos ultras espanhóis que, de acordo com Revilla (1996: 60), se intensificou a partir da segunda metade da década de 80, motivou a formação de grupos organizados de adeptos antifascistas e antirracistas, particularmente no País Basco e na Galiza. No entanto, esta reivindicação não deve ser desvinculada da afirmação das identidades regionais basca e galega. Assim, é necessária alguma prudência em relação ao conjunto das posições políticas assumidas¹⁸. Dito por outras palavras, tendo em consideração que a lógica do futebol é orientada para a rivalidade e antagonismo, muitos destes adeptos reproduzem nos estádios uma retórica progressista, antirracista e de esquerda como forma de marcar a sua oposição aos grupos que, de algum modo, representam a identidade nacional espanhola (Almeida, 2006: 48).

Apesar do discurso que enfatiza a conexão entre o racismo visível nos estádios espanhóis e os grupos ultra de tendência fascista, o fenómeno apresenta contornos bem mais profundos. Com efeito e embora menos visíveis, prevalecem outros mecanismos racistas que atuam no futebol espanhol (Spaaij e Viñas, 2005). Assim, para uma leitura mais completa acerca do racismo, é necessário ultrapassar as visões estreitas (difundidas pelos diversos atores que intervêm no futebol) acerca da forma como este se manifesta e opera. Com base nestas premissas, Spaaij e Viñas (2005: 146) reforçam a ideia de que a atenção exclusiva dedicada aos ultras¹⁹ se afigura extremamente redutora e salientam que, para além da contestação ao racismo que se produz no interior de alguns destes grupos, a complexidade e variedade das 'expressões racializadas' deve ser compreendida através da análise da inconsistência e contradição dos próprios discursos racistas.

¹⁸ Apesar disso, não se pretende negar o significado das ações de solidariedade para com os imigrantes e contra o racismo no futebol, organizadas ou coorganizadas por grupos 'radicais' de adeptos, tais como os 'Herri Norte' (*Athletic de Bilbao*) e 'Indar Gorri' (*Osasuna*) (Spaaij e Viñas, 2005: 159). Situados fora do ambiente basco, destacam-se as iniciativas antirracistas dos adeptos do Rayo Vallecano, com especial ênfase para os seus ultras (*Bukaneros*), que têm vindo a ocupar um lugar proeminente na luta antirracista e antifascista no contexto desportivo madrileno e espanhol. Obtido em janeiro 13, 2017, de <http://bukaneros.org/acerca-de/>

¹⁹ Para ilustrar este argumento, Spaaij e Viñas (2005: 153) afirmam que os insultos raciais podem ser escutados, por exemplo, nos campeonatos amadores marcados pela ausência de grupos ultra.

Uma dessas incoerências teria a ver com o facto de alguns adeptos proferirem insultos racistas a jogadores dos clubes adversários, quando, na realidade, as ‘suas’ equipas também são compostas por jogadores negros (Spaaij e Viñas, 2005: 154). Este aspeto merece, contudo, uma análise mais cuidada. Na realidade, o apoio conferido a equipas que apresentam uma heterogeneidade racial não significa, obviamente, que os adeptos não possam produzir discursos racistas. A título exemplificativo, refira-se um caso recente que teve algum eco nos media, envolvendo adeptos de uma equipa francesa. Tratou-se da entoação de cânticos racistas por parte dos ultras do Olympique de Lyon, dirigidos a um dos ‘seus’ jogadores. O cântico ‘Ele é negro, mas nós não queremos saber, desde que ele marque um golo por nós’²⁰, ilustra perfeitamente a forma como esta ‘aceitação’ não se encontra tão afastada dos insultos mais ‘banais’, uma vez que são ambos produtos do racismo. As palavras de Frantz Fanon, a propósito da ‘prisão’ a que o negro está sujeito, são esclarecedoras: ‘Quando gostam de mim, dizem-me que é apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é por causa da minha cor. Sou em ambos os casos prisioneiros de um círculo infernal (Fanon, 1975: 128 [1952]).

Na verdade, essa é, precisamente, uma das fragilidades que se encontra no argumento dos autores. Para sustentar a posição de que os insultos raciais são, invariavelmente, utilizados como ‘arma de arremesso’ (isto é, como forma de desestabilizar os jogadores rivais), Spaaij e Viñas (2005) apoiaram-se em algumas das grandes linhas teóricas desenvolvidas por Les Back, Tim Crabbe e Jonh Solomos (1998a; 2001a), mais concretamente na ideia de que a admissão de jogadores e adeptos negros é conferida sob determinados termos e condições²¹.

Em suma, ainda que a escolha dos referidos autores se justifique plenamente, a interpretação que é produzida aparenta ser, no mínimo, questionável, já que, para Spaaij e Viñas (2005: 154), a comemoração *versus* insulto ao jogador negro representaria uma contradição em si mesma. No entanto, esse não parece ser, de modo algum, o sentido do argumento de Back e da sua equipa, que realçam a tese de que a aceitação ou celebração de futebolistas negros não é o reflexo de um discurso

²⁰ Obtido em junho 25, 2016, de <http://sport24.lefigaro.fr/le-scan-sport/buzz/2015/04/18/27002-20150418ARTFIG00031-le-chant-raciste-des-supporteurs-lyonnais-contre-leur-propre-joueur.php>

²¹ A abordagem teórica de Les Back e seus colaboradores (1998a; 1998b; 2001a; 2001b), pelo facto de se tratar de um dos trabalhos mais completos na análise do racismo e dos discursos racistas no futebol, merecerá uma especial atenção no próximo ponto.

antirracista. Pelo contrário, essa aparente adoração é acompanhada de um 'passaporte cultural' que, na verdade, serve para ocultar a *negritude* desses atletas (Back et al, 2001a: 85).

Apesar de terem levantado algumas questões pertinentes e que contribuem para o enriquecimento dos estudos sobre racismo e futebol, nomeadamente o discurso racista de diretores e treinadores, o trabalho de Spaaij e Viñas (2005) encontra-se, pelos menos parcialmente, refém dos discursos dominantes da academia e do senso-comum. Essas limitações estão presentes, sobretudo, em dois níveis. Por um lado, embora se afirme que o racismo ultrapassa largamente o universo dos ultras (Spaaij e Viñas, 2005: 153), regista-se, recorrentemente, uma tentação para estabelecer essa conexão. Outra das fragilidades que merece destaque refere-se a um entendimento teórico mais geral acerca do racismo europeu e que vai, aliás, ao encontro das correntes académicas hegemónicas. Desta forma, o racismo – ou, pelo menos, a sua intensificação – surge vinculado à questão da imigração e à consequente ameaça à cultura e à identidade nacional e que é acompanhada pela disseminação do medo dos imigrantes (Spaaij e Viñas, 2005: 155, 156).

Um último aspeto que merece ser salientado refere-se à ausência de uma reflexão teórica mais aprofundada acerca dos 'mecanismos que produzem o racismo' (Spaaij e Viñas, 2005: 144). Embora se convoquem alguns autores proeminentes que se destacaram na análise crítica do racismo no contexto extrafutebol, essa discussão é explorada de uma forma bastante tímida, mais concretamente no que se refere a uma análise do impacto que os processos coloniais tiveram em torno das ideias de raça, racismo e superioridade europeia.

Algumas destas publicações sobre os ultras da Europa do Sul, ao privilegiarem a análise histórica acerca da formação e das particularidades culturais e identitárias desses grupos, contribuíram, sem dúvida, para o enriquecimento da pesquisa académica na área dos estudos sobre futebol e sociedade. No entanto, a análise teórica das questões raciais continua a evidenciar vários limites. Em primeiro lugar, o racismo é problematizado como uma extensão de grupos organizados de adeptos. Esse enfoque (quase) exclusivo que é conferido aos ultras não só exonera os restantes adeptos, como também reforça, implicitamente, a dicotomia entre uma maioria, que

se comportaria de acordo com os valores europeus, e uma minoria, que representaria o desajustamento social.

Para além disso, a construção de um discurso que consolida o imaginário do 'adepto racista', que exhibe um desvio comportamental ou uma patologia (Back et al, 2001a: 105), oculta outros padrões racistas que têm como protagonistas dirigentes, jogadores, treinadores e media, que produzem e reproduzem os discursos ideológicos dominantes. Por último, e tal como se procurará evidenciar mais à frente, a narrativa do adepto racista constitui mais um obstáculo que impede que a discussão sobre o racismo no futebol (particularmente no quadro europeu) seja relacionada com processos mais profundos que estão na base da manutenção e consolidação do paradigma racista, tais como o imperialismo e o colonialismo.

2.3 Futebol, Identidade e Colonialismo no contexto Português

A ausência de trabalhos que explorem a relação entre futebol e racismo em Portugal é o aspeto mais significativo que marca a já escassa produção teórica dos trabalhos dedicados a analisar a relação entre futebol e sociedade. De entre os estudos publicados, destacam-se os da autoria de Marivoet (1989, 2006 e 2009), Coelho (2001), Coelho e Pinheiro (2002), Neves e Domingos (2004), A. Santos (2004), Domingos (2006a, 2006b, 2011a, 2011b, 2013 e 2014), Serrado (2009), Neves e Domingos (2011); Pinheiro (2012) e Kumar (2014 e 2017).

Partindo da análise dos processos de construção identitária dos ultras portugueses, o tema da violência em torno dos jogos de futebol surge como foco orientador das pesquisas da Marivoet. À semelhança de outras publicações desenvolvidas noutros contextos geográficos e culturais, um dos tópicos consistentemente abordados pela autora tem sido a questão da violência associada ao futebol, com especial atenção aos processos de construção identitária dos ultras que compõem as 'cliques' portuguesas.

De acordo com Marivoet, a dinâmica destes grupos, portugueses e estrangeiros, tem favorecido a presença de elementos de extrema-direita que tendem a eleger, especialmente, as competições internacionais de futebol como um palco de reivindicação nacionalista e de intolerância face ao 'outro' (Marivoet, 2006: 71). Neste quadro, o racismo e o nacionalismo no contexto atual do futebol português surgem vinculados à cultura ultra. Evidentemente que não se pretende negar que a retórica e a

performance de alguns grupos organizados seja nitidamente nacionalista e racista. No entanto, à semelhança de outros estudos que focam contextos diferentes, também em Portugal não se tem enfatizado o facto de que o racismo ultrapassa largamente as fronteiras dos ultras.

A pesquisa desenvolvida por Coelho (2001), que analisou a relação entre futebol, identidade nacional e imprensa desportiva, representa, inequivocamente, uma novidade no panorama académico português. Debruçando-se sobre a reprodução discursiva da nação nos jornais nacionais, o autor destaca a capacidade que os media revelam em projetar ideias sobre identidade nacional e, por conseguinte, em reforçar as representações nacionais em detrimento de outras identidades e lealdades. Para tal, o autor foca-se, fundamentalmente, nos discursos mediáticos produzidos em torno da seleção nacional de futebol entre o período Pós-Guerra e os finais do século XX.

Não obstante a inegável contribuição oferecida por Coelho (2001) para o enriquecimento dos estudos que abordam as relações entre futebol, media e identidade nacional, poder-se-ão levantar algumas questões. A que mais se destaca tem a ver com a pouca preocupação em debater a questão racial e o lugar que ocupou e ocupa no imaginário nacional. Ainda que a dimensão colonial seja, naturalmente, abordada (tendo em conta que uma parte considerável da componente empírica do trabalho coincide com o período colonial português), não se reflete em que medida raça, racismo e colonialismo contribuíram, decisivamente, para a consolidação em torno das ideias sobre a nação.

Em 'A Época do futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais', coordenado por Neves e Domingos (2004) e que reúne um conjunto diversificado de autores, refuta-se a ideia da menoridade do futebol como objeto de análise, salientando-se, ao invés, a tese de que este fenómeno constitui um 'facto social total'. Embora os artigos apresentados ao longo do livro se revistam de um interesse desigual, este trabalho, ao procurar despertar a academia para uma área de estudos que tem sido bastante negligenciada, representa um estímulo com vista ao desenvolvimento de mais análises críticas sobre desporto e sociedade.

Entre os vários artigos, destaca-se o da autoria de um dos organizadores da coletânea no qual se exploram as relações entre futebol e nacionalismo (Neves, 2004). O texto analisa a relação que treinadores, media e alguns académicos têm procurado

estabelecer entre o estilo de futebol praticado em diferentes regiões do mundo e a nacionalidade. Conforme Neves evidenciou (2004), a construção destas narrativas assenta em visões culturalistas e essencialistas, contribuindo, assim, para a cristalização de leituras acríticas da realidade. Para além disso, os discursos que reclamam a singularidade da forma de jogar dos africanos ou dos sul-americanos, encontram-se, invariavelmente, vinculados a pressupostos paternalistas, eurocêtricos e racistas.

Ao abordar uma questão que tem sido largamente ignorada, quer pela generalidade da academia quer pelos especialistas da área dos estudos de futebol e sociedade, o contributo de José Neves (2004) afigura-se extremamente pertinente. No entanto, seria interessante que o autor tivesse aprofundado o seu argumento, mais especificamente em relação ao modo como esses discursos fazem parte, na verdade, de uma narrativa racista e eurocêntrica mais vasta que se encontra profundamente estabelecida no contexto europeu. Com efeito, seria enriquecedor se se tivesse estabelecido um diálogo com alguns autores que trabalham dentro e fora do contexto do desporto e que têm procurado desenvolver leituras críticas no que concerne aos discursos sobre raça, racismo e pertença nacional.

Num dos poucos estudos que procura analisar a construção da nação através dos 'heróis desportivos' (A. Santos, 2004), exploram-se os processos que elevaram Eusébio à condição de símbolo nacional. Assim, são levantados aspetos relevantes que enriquecem e estimulam o debate teórico sobre futebol e identidade nacional no contexto português. No entanto, a abordagem seguida pela autora distancia-se, teorica e criticamente, daquela que orienta esta dissertação. De facto e tendo em consideração o tema apresentado, seria pertinente que a autora lançasse um olhar mais crítico em relação à questão colonial e, sobretudo, à dimensão racial, sem as quais não parece possível desenvolver uma leitura mais completa acerca dos processos que tornaram Eusébio num 'ícone da nação'.

Pese embora a pouca produção académica na área, a relação entre desporto, media, nação e império português mereceu a atenção de Neves e Domingos (2011). Numa obra, dividida em três volumes, que reúne um conjunto diversificado de artigos, regista-se a preocupação em analisar o modo como o estudo do desporto constitui um meio privilegiado de acesso à própria história do país. Tendo em consideração essa

escassez teórica, no contexto português, de trabalhos que estabeleçam um diálogo entre os processos imperiais, coloniais e desportivos, este estudo representa um passo importante para o desenvolvimento desta área temática.

Os trabalhos de Nuno Domingos (2006a, 2011a, 2011b e 2013), ao explorarem as experiências das populações locais face à introdução do futebol em contexto colonial, constituem mais um importante contributo para a discussão teórica. Ao dirigir a atenção para o modo como a prática da modalidade foi apropriada pelos moçambicanos (Domingos, 2006a), o autor abriu um conjunto de novas possibilidades que estimulam a emergência de um corpo teórico mais abrangente. Embora a questão racial não seja a sua principal preocupação, o racismo é abordado nos seus trabalhos (Domingos, 2011a e 2011b), mais especificamente através do modo como a prática e a apropriação do futebol ultrapassavam as linhas de segregação racial que caracterizava a capital moçambicana.

A partir dos testemunhos do primeiro jogador negro a representar o Sporting de Lourenço Marques, Domingos (2013) analisa, entre outros temas, a relação entre clubes de futebol, racismo e segregação durante o domínio colonial português em território moçambicano. Tendo como objeto de análise o Portugal colonial da década de 60 do século passado, o autor (Domingos, 2014) explora o lugar de Eusébio na então denominada 'grande sociedade portuguesa'. A criação da figura de Eusébio, atleta negro de excelência, acabou, tal como frisado por Domingos, por 'ajustar-se bem à nova imagem do império que o Estado Novo procurava disseminar', nomeadamente no que concerne à harmonia que caracterizaria os processos de assimilação (2014: 158).

Poder-se-á, seguramente, afirmar que os estudos de Nuno Domingos, ao investigarem um campo temático que tem sido altamente descurado, enriqueceram, sem dúvida, a produção académica sobre futebol e sociedade portuguesa. Embora a sua pesquisa esteja circunscrita à época colonial, a partir da leitura dos seus trabalhos transparece nitidamente a ideia de que uma análise sociológica do Portugal contemporâneo não pode menosprezar o legado colonial. Assim, seria interessante que uma parte significativa destes temas pudesse ser trabalhada e repensada após os processos de descolonização, já que essa abordagem contribuiria, de forma inequívoca, para a desmistificação da tese popularmente e academicamente aceite de

que a queda do fascismo implicou uma rutura radical com a ideologia colonial e com o racismo.

A relação entre futebol e Estado Novo tem sido objeto de pesquisa por parte de Serrado (2009; 2012). Situada no campo da historiografia, estas obras representam um marco importante na área dos estudos sobre futebol e sociedade portuguesa. O seu principal mérito foi o de ter desmistificado a tese – profundamente enraizada no imaginário nacional – que defendia que o regime salazarista utilizava, de uma forma sistemática, o futebol como forma de tirar proveitos políticos. De acordo com esta leitura crítica, a ideia do Portugal dos ‘três efes’²² – Futebol Fátima e Fado – não corresponde à realidade, já que o governo salazarista nunca teve um plano para instrumentalizar o futebol em seu benefício. Não obstante o fado, a religião e o futebol ocuparem um lugar de relevo na representação da cultura popular, ‘de forma alguma constituíam o alicerce do Regime. Este chamava a si, sim, a trilogia de ‘Deus, pátria e família’ complementada com os valores da ‘autoridade do trabalho’ (Serrado, 2009: 28). Evidentemente, tal como o próprio autor sublinhou, isso não impediu que o governo fascista fizesse, esporadicamente, uso político das conquistas dos clubes e da seleção portuguesa²³.

Na realidade, esta tese tem vindo a ganhar mais consistência no seio da academia portuguesa. No trabalho de Kumar (2014) sobre a forma como o desporto se relacionava com a cultura fascista do Estado Novo, questiona-se a denominada trilogia dos ‘três efes’. Partindo das lutas levadas a cabo pela profissionalização do futebol português, evidencia-se que o ‘processo de desportivização’ decorre à revelia do próprio regime. O seu argumento assenta na tese de que a crescente popularidade e centralidade do futebol na cultura popular não pode ser explicada a partir das ações do governo e das suas organizações:

²² A obra do historiador Fernando Rosas (1996), defende, precisamente, que um dos alicerces do salazarismo era constituído pela trilogia fado, Fátima e futebol.

²³ A tese assente na ideia de que os regimes totalitários utilizam o futebol em seu benefício, como meio de propaganda, encontra-se disseminada no senso comum, bem como em diversos trabalhos académicos (Duke a Crolley, 1996; Martin, 2004; Guterman, 2009). No entanto, curiosamente, pouca ou nenhuma atenção é dedicada a analisar a forma como os governos democraticamente eleitos fazem uso político do futebol. Ainda que esse aproveitamento apresente contornos diferentes dos regimes totalitários, parece indesmentível, por exemplo, que as receções ‘oficiais’ concedidas às equipas ou às seleções nacionais, quando determinados feitos são alcançados, têm sido amplamente aproveitadas pelo poder político como forma de autopromoção.

A popularização de modalidades como o ciclismo, o boxe e o futebol deve ser interpretada no âmbito dos processos de crescimento urbano e de industrialização do país, mais do que do ponto de vista de uma história política. A difusão dos desportos em Portugal e a reconfiguração da hierarquia entre as diferentes modalidades resultou, sobretudo, da confluência entre interesses comerciais diversificados, da actividade da imprensa a expansão da rede associativa e o interesse do público e não tanto da mediação de instituições como o Estado, sindicatos e organizações dos trabalhadores ou da Igreja (Kumar, 2014: 94).

Numa extensa e completa análise acerca da integração dos desportos modernos em Portugal, particularmente o futebol, o autor mostra que, contrariando a ideia que se encontra enraizada na sociedade portuguesa contemporânea, a regulação das esferas do lazer por parte do Estado Novo apresentava contornos específicos que devem merecer uma atenção mais cuidada. Desta forma, para que se possa compreender o argumento apresentado, é necessário diferenciar a Educação Física dos Desportos. À semelhança do que acontecia com outros regimes fascistas europeus, também em Portugal se partilhava a visão de que o desporto (além do trabalho, do serviço militar e da educação) constituía, sobretudo, um meio de ‘regeneração’ da raça e da nação portuguesa, que havia entrado em decadência (Kumar, 2014: 104).

Nesse sentido, o fomento do amadorismo desportivo, do ruralismo e do tradicionalismo é considerado pelo regime como um meio de ‘regeneração’. Já o caso do futebol, que, devido a um conjunto de processos, caminhava rumo a uma crescente autonomia e profissionalismo – que se viria a acentuar, irremediavelmente, a partir da década de 50 – era ‘encarado como a antítese do modelo ideal da prática desportiva, corporizado pela ginástica’ (Kumar, 2014: 216). De facto, o futebol afastava-se do valor didático e pedagógico que caracterizaria a prática desportiva, mais especificamente a educação física. Esta linha de argumentação vai, assim, ao encontro de estudos anteriores (Neves e Domingos, 2011) que expuseram o modo como o regime fascista cultivou o amadorismo, essencialmente a partir de noções do corpo humano fortemente ligadas às suas propriedades educativas, militares e higiénicas.

A aversão que o regime salazarista manifestava acerca dos chamados espetáculos de massas teria, segundo Serrado (2009), não só a ver com a potencial sublevação e insurreição que poderia emergir a partir dos comportamentos coletivos, mas também pela própria natureza desses mesmos eventos. É, justamente, esse o sentido de um dos discursos de Marcelo Caetano, proferido no início da década de 50:

[...O] estádio não é um circo, e chega o momento de compreendermos esta verdade, de a aprendermos. O estádio está intimamente ligado a um conceito pedagógico que nada pode alienar. E se, porventura, a pedagogia se afasta, temos o circo, com toda a gama de vicissitudes e deformações (Serrado, 2009: 89).

Assim, e de acordo com os argumentos apresentados, a trajetória do futebol português, cada vez mais assente nos processos de *espectadorização* e *comercialização*, que foram acompanhando a própria modalidade, encontraram no Estado Novo um elemento de hostilidade permanente (Kumar, 2014: 312; Serrado, 2009: 195). No entanto, é importante salientar que nenhum dos referidos autores nega que o salazarismo tenha interferido no desporto. A questão é a de que essa interferência apresentava contornos diametralmente opostos àqueles que se disseminaram na sociedade portuguesa. Tal como se procurará evidenciar mais à frente, essa instrumentalização do futebol por parte do Estado Novo – no sentido quotidianamente atribuído – resumia-se a uma tentativa de legitimação do colonialismo que se apoiava, sobretudo, na própria composição multirracial do Sport Lisboa e Benfica e da Seleção Nacional.

2.4 Futebol, Sociedade e Racismo na América Latina

O enfoque principal dos estudos desenvolvidos na América latina, apesar de procurarem algum distanciamento relativamente à lógica que tem guiado as publicações europeias, tem incidido sobre questões de identidade e violência, a partir do estudo dos grupos específicos de adeptos, designadamente os ‘barras bravas’ e as ‘torcidas organizadas’ (Iribarne, 1996; Pimenta, 2000 e 2003; Panfichi e Thieroldt, 2002; Alabarces, 2002; Alabarces et al, 2008). Partindo da análise destes grupos, a generalidade dos autores tem procurado estabelecer uma relação entre os comportamentos que se registam dentro dos estádios e a violência inerente ao próprio contexto social, económico e político. Neste sentido, o futebol é entendido não apenas como um mero reflexo social, mas como parte da própria construção da sociedade.

A violência no futebol sul-americano tem sido relacionada com as condições de extrema precariedade social e económica que marca a vida de uma parte significativa da população. Por outro lado, a violência nos estádios deve ser explicada pela herança de um largo período de violência política que criou uma cultura beligerante entre uma camada significativa da população em países como a Argentina ou Peru (Panfichi e

Thieroldt, 2002: 145). O problema que se verifica neste tipo de abordagem é a naturalização e essencialização da violência, no sentido em que se reifica a ideia de que as sociedades sul americanas são endemicamente violentas e que, portanto, é esperado que essa característica se reflita e se reatualize nos estádios (Almeida, 2006: 56).

Assim, a pouca produção teórica sobre raça e racismo no futebol sul-americano reflete o lugar marginal que estes temas ocupam nas ciências sociais (Fiengo, 2003). Não obstante, no cenário académico brasileiro, o debate sobre racismo no futebol tem vindo a crescer significativamente, em particular nas últimas duas décadas. Com efeito, a questão do racismo no futebol brasileiro, contrariamente ao que sucedeu na Europa, marcou presença desde as primeiras décadas do século XX, devido ao facto da introdução da modalidade no país ter acontecido pouco tempo depois da abolição da escravatura.

No entanto, essa particularidade não se traduziu numa grande produção académica, já que somente a partir da década de 90 é que o tema começou a ser estudado por um conjunto mais alargado de autores. De uma forma geral, a discussão tem tido como ponto de partida a obra de Mário Filho – ‘O negro no futebol brasileiro’–, publicada originalmente em 1947 e considerada a maior referência da literatura desportiva no contexto brasileiro (Soares, 1998; Helal e Gordon, 1999; Abranhão e Soares, 2009).

A questão racial no futebol brasileiro ter-se-á tornado mais visível a partir da progressiva integração de jogadores negros nos principais clubes do país. Deste modo, a discussão da história dos futebolistas negros no Brasil, mais especificamente a sua ascensão e celebração, foi o tema central que orientou o trabalho de Mário Filho (2003). No seu estudo, o autor procurou realçar diversos aspetos que caracterizavam não só a própria modalidade, mas também a sociedade da época. Neste sentido, afirmou que o futebol reproduzia as relações sociais: ‘O futebol não alterava a ordem das coisas. Pelo contrário. Onde se podia encontrar melhor demonstração de que tudo era como devia ser? O branco superior ao preto. Os ídolos do futebol, todos brancos. Quando muito morenos’ (Filho, 2003: 68).

Apesar destas palavras, Filho (2003) argumenta que esta situação veio gradualmente a alterar-se. O crescimento exponencial do futebol foi fugindo ao controlo das elites, fator que contribuiu para uma maior democratização da modalidade. A aceitação de

jogadores negros por algumas equipas foi o primeiro passo para a transformação social do futebol e, conseqüentemente, da própria sociedade. Não obstante, o racismo formal dos clubes brasileiros (especialmente durante as primeiras décadas do século XX) esteve sempre bem patente na forma como os jogadores negros eram 'integrados' nas equipas²⁴. Dos episódios mais marcantes, destaca-se a utilização de pó de arroz no corpo dos atletas negros como forma de estes se assemelharem mais aos seus colegas brancos (Filho, 2003: 60). Efetivamente, a crescente popularização do futebol coincidiu com a consolidação do projeto da modernidade e de toda a ideologia racista que o acompanhava (Jesus, 1999: 144).

De acordo com a narrativa dominante, a profissionalização dos clubes e jogadores, que ocorreu a partir dos anos 30, ajudou a suprimir o racismo na sociedade brasileira (Filho, 2003: 179). Mais do que isso, a integração dos negros, dos mulatos e o progressivo abandono do amadorismo das equipas teria, por um lado, contribuído para a diminuição do racismo no país e, além disso, seria um fator-chave para a criação da forma brasileira de jogar futebol. Contudo, é importante frisar que, da análise da obra deste autor, transparece igualmente a ideia de que o racismo não iria desaparecer da sociedade brasileira. Segundo Soares, a abordagem de Filho (2003) deve ser explorada a partir das narrativas 'oficiais' da época que se apoiavam na inclusão dos negros para construir a tese de que o Brasil, 'em poucos anos, teria passado da escravidão para a integração racial' (Soares, 1998: 9).

Efetivamente, um dos aspetos mais marcantes da obra de Filho (2003) é a sua proximidade com a tese integracionista desenvolvida por Gilberto Freyre²⁵, assente na ideia de que a identidade nacional brasileira teria sido fundada a partir da crioulização cultural, ou seja, como resultado harmonioso da conjugação das diferentes características da raça branca, negra e mulata. De facto, a análise da situação do negro no futebol brasileiro estava em consonância com a menorização da escravatura e da

²⁴ Devido à impossibilidade de integrarem as equipas que disputavam as competições oficiais, assistiu-se, em Porto Alegre, na primeira década do século XX, à formação da 'Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense', composta, exclusivamente, por jogadores negros descendentes dos escravos africanos (Jesus, 1999).

²⁵ Partindo desta narrativa, um dos objetivos da dissertação será o de analisar a forma como este tipo de imaginários se foi, também, desenvolvendo em Portugal, mais especificamente no âmbito do futebol. A abordagem de Gilberto Freyre foi igualmente aproveitada pelo regime colonial português como forma de proclamar a já referida 'especificidade' portuguesa, assente na ideia de multirraciedade e de convivência com os povos indígenas.

sua supressão. É, pois, neste sentido que Gilberto Freyre ‘reduz a análise da ascensão do negro através do futebol à questão da democracia racial’ (Gomes, 2000: 4).

Ratts e Rios (2010), numa obra dedicada à análise biográfica da ativista negra Lélia Gonzalez²⁶, também prestam atenção ao trabalho de Filho, mais concretamente ao modo como o autor descrevia Jaime de Almeida – irmão de Lélia – que se viria a destacar no *C.R.Flamengo* durante a década de 40:

Era um preto bonito, de cara redonda, cheio de saúde, com aquela dignidade boa, da alma, que a gente via no cinema, em certos pretos imponentes, escolhidos a dedo, para representar o mordomo do velho Sul dos Estados Unidos (...) tudo nele reacendia limpeza, bondade, lealdade (apud Ratts e Rios: 2010: 28-29)

Como se observa, o discurso paternalista de Mário Filho reproduzia a visão do ‘negro nobre’ que ainda não havia sido corrompido pelos vícios das sociedades modernas. Neste sentido, a excecionalidade atribuída a Jaime de Almeida colocava-o, à luz do quadro ideológico vigente, ‘numa espécie de ‘limbo’ entre dois mundos (Ratts e Rios, 2010: 30, aspas no original).

A leitura de Filho tem sido igualmente bastante criticada por vários autores (Soares, 1998), devido, entre outros aspetos, ao facto de reproduzir, acriticamente, as teses defendidas por Gilberto Freyre acerca da construção antropológica da ‘nação brasileira’. Exemplo dessa leitura acrítica é o trabalho seminal de Roberto Damatta (1982), que procurou, entre outros aspetos, relacionar o estilo de jogo praticado pelas equipas com a própria identidade nacional.

Ainda que o autor não tenha evidenciado uma preocupação teórica em aprofundar as questões sobre raça e racismo, da leitura da sua obra transparece a ideia de que o futebol poderia, de alguma forma, promover uma certa horizontalização dos relacionamentos sociais numa sociedade altamente hierarquizada (Damatta, 1982). É, pois, neste sentido, que se pode sustentar a ideia de que este tipo de abordagem presente nos trabalhos de Filho (2003) e Damatta (1982) tem servido de base para a produção de narrativas eurocêntricas, nomeadamente através da construção de

²⁶ Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras do ativismo negro no Brasil. A antropóloga, intelectual e filósofa fez parte do grupo que fundou, em 1978, o ‘Movimento Negro Unificado’. A criação deste movimento foi considerada um marco histórico na forma como o racismo da sociedade brasileira passou a ser enfrentado. Obtido em outubro 16, 2018, de <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/intelectual-e-feminista-lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro/>

noções de *africanidade* a partir de visões dicotômicas entre ‘razão’ versus ‘corpo’ (Almeida, 2012).

Com efeito, essas leituras deram origem à reivindicação de um ‘estilo brasileiro’ de jogar futebol, fundado, essencialmente, a partir de duas formas distintas de o praticar: ao estilo ‘europeu’, racional e tático, característico dos jogadores brancos, contrapunha-se o requinte, a finta e a ‘ginga’, próprio dos negros e dos mulatos (Abranhão e Soares, 2009: 14). Contrariando esta tese que naturaliza a ‘especificidade’ brasileira, poder-se-á, certamente, afirmar que a criação do chamado ‘estilo brasileiro’ é muito mais um resultado de uma construção social que advém de uma combinação complexa de fatores do que algo que tenha surgido natural e espontaneamente (Lopes, 1994 e 1998; Guedes, 2014).

Embora uma parte significativa dos investigadores tenha optado por desenvolver os seus trabalhos a partir de uma perspetiva histórica (explorando a integração do negro nas competições oficiais), mais recentemente têm vindo a ser publicados alguns estudos que procuram analisar o racismo contemporâneo no futebol brasileiro (Abranhão e Soares, 2009 e 2011; Gastaldo, 2002). Assim, uma parte significativa destas análises tem como ponto de partida os ‘estereótipos’ e os ‘preconceitos’ associados aos negros e a forma como esses mecanismos são ativados no futebol (Abranhão e Soares, 2009 e 2011).

De acordo com esta leitura, esses preconceitos têm contribuído para uma representação ambivalente dos negros: ‘as glórias e os males do futebol brasileiro foram muitas vezes vistos como tendo tido origem num tipo específico de uma corporalidade negra, cujo maior precedente é a *capoeira*’ (Guedes, 2014: 155). O elogio ao negro tem servido para manter as hierarquias sociais herdadas da escravatura, no sentido em que as performances dos atletas negros vieram, na verdade, reforçar a ideia relativamente à sua aptidão para as atividades corporais. Por outras palavras, a excelência atlética demonstrada ‘indica, em última instância, os lugares que os afrodescendentes devem ocupar²⁷ na sociedade brasileira (Abranhão e Soares, 2009: 18).

²⁷ Esta ideia tem sido, igualmente, reafirmada em outros trabalhos. Por exemplo, Gastaldo (2002), que se debruçou sobre os anúncios publicitários televisivos no contexto do Campeonato do Mundo de 1998, mostrou o modo como as mensagens transmitiam claramente a ideia de uma hierarquização dos papéis sociais destinados a brancos e negros.

Conforme anteriormente mencionado, a trajetória dos estudos sobre futebol, racismo e identidade nacional no Brasil tem apresentado contornos específicos que a demarcam dos trabalhos produzidos no contexto europeu. No entanto, essa particularidade não é, necessariamente, sinónimo de uma abordagem crítica. De facto, uma parte significativa dos estudos transmite a ideia de que a exploração do racismo no futebol se cinge, essencialmente, a uma análise do passado histórico. É esse o sentido das palavras de Gomes (2000: 2), quando, a propósito da derrota da seleção brasileira frente ao Uruguai na final do Campeonato do Mundo de 1950, afirma que o racismo ainda podia 'ser identificado na década de 50'.

Por outro lado, o questionamento do racismo na sociedade brasileira e, por conseguinte, no futebol, tem assentado na tese dos estereótipos raciais, no sentido em que esses preconceitos seriam adquiridos na vida social através da 'assimilação das opiniões existentes sobre os negros' (Abranhão e Soares, 2011: 270). De acordo com esta interpretação, a reprodução 'informal' das ideias pré-concebidas sobre os negros apresenta-se como uma das características do 'racismo à brasileira' (Abranhão e Soares, 2011: 278). Assim, o racismo na sociedade contemporânea é problematizado a partir de 'atitudes' produzidas pelos setores sociais dominantes: 'Desse modo, a fonte explicativa das práticas discriminatórias contra pretos e pardos não deveria ser buscada no passado escravocrata e sim no momento em que tal sistema foi substituído por outra ordem económica e política' (Abranhão e Soares, 2011: 271).

A tese assente na ideia de que o racismo consiste, sobretudo, em atitudes e preconceitos deve ser questionada. De facto, e apesar destas leituras irem ao encontro das abordagens que se tornaram hegemónicas nas ciências sociais a partir da segunda metade do século passado, o racismo 'sempre foi muito mais do que preconceito' (Bonilla-Silva, 2015: 75). É neste sentido que se reafirma a necessidade de o questionar a partir do seu enraizamento não só entre a cultura popular, como também enquanto *modos operandi* das instituições de poder. Assim, defende-se a ideia de que esse deve ser um dos pontos de partida para uma leitura crítica e mais completa acerca dos processos racistas que se produzem e reproduzem no espaço do futebol.

2.5 *Futebol, Racismo e Teoria no contexto Europeu*

Publicados na década de 80 e princípios de 90, os primeiros estudos que tinham como enfoque central o racismo no futebol europeu procuravam refletir o impacto causado pela chegada de jogadores vindos das antigas colónias britânicas. Foi precisamente a partir desta altura que se começaram a escutar, nos estádios, os insultos racistas dirigidos a jogadores negros (Williams, 1992; Back et al, 1998; Holland, 1995), o que também aconteceu noutros países europeus. No caso britânico, essa reação tem sido relacionada com os discursos racistas e nacionalistas que marcaram o *tatcherismo* e que contribuíram para a consolidação de um clima hostil relativamente aos imigrantes (Giulianotti, 1999: 160) e, conseqüentemente, para a estigmatização e criminalização da população negra (Saeed e Kilvington, 2011: 604).

De um modo geral, desde esse período até à atualidade, a generalidade dos trabalhos que tem explorado a questão racial no futebol tem-se pautado pela ênfase na postura e comportamento dos adeptos. Com efeito, as manifestações racistas que ocorrem na arena do futebol têm sido atribuídas a grupos específicos de adeptos que, de uma forma mais ou menos organizada, veem nos estádios um espaço privilegiado para expressar as suas ideologias²⁸ (Testa e Armstrong, 2010; Poulton, 2002; Chaudhary, 2002). É evidente que essa ‘presença’ de jogadores negros poderá ter ativado determinadas práticas, concedendo maior visibilidade a este fenómeno. No entanto, recorrendo à expressão de David Goldberg, a ‘raça’ tinha sido ‘enterrada viva’ (2009: 152), ou seja, contrariando as narrativas dominantes, que disseminaram a tese de que o racismo europeu teria sido ultrapassado (Duran e Jiménez, 2006), Goldberg (2009) destaca a ideia de que o debate sobre ‘raça’ e racismo está longe de ser uma questão resolvida.

De forma a ultrapassar as limitações teóricas que têm caracterizado uma parte significativa da produção académica, têm sido desenvolvidas novas perspetivas que procuram repensar não só a forma como o racismo no futebol deve ser problematizado, mas também o modo como se articula com a produção das

²⁸ Contrariando o discurso público e académico dominante, que insiste no estabelecimento uma conexão entre extrema-direita, racismo e hooliganismo, tem sido argumentado que o envolvimento e influência da extrema-direita junto destes grupos de adeptos é residual (Armstrong, 1998; Back et al, 2001a).

identidades nacionais (Carrington, 1998b; Back et al, 2001a; Hugson e Poulton, 2008; Saeed e Kilvington, 2011; Bradbury; 2013; Ratna, 2014).

Demarcando-se do ativismo moral que tem caracterizado uma parte significativa dos estudos, as perspectivas críticas da autoria de Les Back, Tim Crabbe e John Solomos (1998a; 1998b; 2001a; 2001b) trouxeram um enriquecimento teórico ao debate, ao colocarem em destaque os vastos e complexos processos racistas que ocorrem no ambiente do futebol. Segundo os autores, a abordagem do racismo como um mero elemento constituinte de um vasto campo de ‘comportamentos antissociais’ tem resultado num empobrecimento da discussão académica: ‘O rótulo do hooligan/racista torna possível o estabelecimento de um pária moral, para, em seguida, em contraste com esta imagem de desvio, se promoverem novos códigos de comportamentos próprios e aceitáveis dentro do estádio de futebol’ (Back et al, 1998a: 427).

Para preencher esse vazio teórico, os autores propõem um modelo analítico alternativo que altere a forma como as questões de racismo e multiculturalismo têm sido tratadas pela literatura especializada. Neste sentido, salienta-se a pertinência de uma discussão mais alargada com outras contribuições críticas dos estudos sobre raça, racismo e teoria social como forma de se enriquecer o debate (Back *et al.*, 2001a: 33). Assim, uma das questões centrais prende-se, desde logo, com a própria concepção de racismo: ‘Queremos entender o racismo como um discurso variável e com múltiplas inflexões que organiza e define os atributos humanos recorrendo a contornos racistas que codificam, de uma forma exclusiva, a definição de identidade, direito e pertença’ (Back et al, 2001a: 6).

Com efeito, o racismo vai muito para além, por exemplo, da linguagem abertamente racista que se escuta nos estádios²⁹. Na verdade, esse é apenas um dos campos no qual se produz e reproduz o estabelecimento de uma hierarquia racial, de discursos de pertença e de exclusão. De qualquer forma, a maior ou menor ausência das manifestações racistas mais visíveis (e audíveis) nos estádios não exclui outras dinâmicas racistas mais ou menos explícitas. Evidentemente, a natureza destes processos não é estática, no sentido em que o desaparecimento de antigas formas de

²⁹ Os insultos racistas mais comuns dirigidos a futebolistas negros consistem na imitação de sons de babuínos sempre que um jogador (normalmente das equipa adversária, se bem que em alguns casos não necessariamente) tem a bola na sua posse. Outra das manifestações, embora bem mais esporádica, consiste no arremesso de bananas para o terreno de jogo.

racismo não é necessariamente implicativo de um progresso social (Back et al, 2001a). Mais do que isso, parafraseando Philomena Essed (1991), não exclui o ‘racismo quotidiano’. Essa banalização e normalização do racismo é, na realidade, um dos aspetos que o torna chocante e, ao mesmo tempo, tão perturbador (Back et al, 2001a: 117).

Os discursos racistas contemporâneos, ao abandonarem as noções biológicas de raça e superioridade racial, centraram-se, sobretudo, conforme anteriormente sublinhado, no estabelecimento de relações implícitas entre raça, nacionalidade, patriotismo e homogeneidade cultural (Gilroy, 1992). Tal como se depreende, esta narrativa tem sido igualmente reproduzida no espaço do futebol. Neste sentido, poder-se-á afirmar que o racismo no futebol passa, em larga medida, pela ‘normalização da branquitude’ e pelas conotações implícitas que estão por detrás desses sentimentos de pertença (Back et al, 2001a: 6). Nesta linha de raciocínio, reafirma-se a tese de que o desporto, em geral e o futebol, em particular, abre a possibilidade para a exploração das narrativas hegemónicas que prevalecem na Europa, enquanto espaço de produção e reprodução dos discursos racistas.

O reconhecimento do racismo constituiria, desse modo, um ponto de partida fundamental para a construção de práticas e discursos não-discriminatórios, já que um dos principais problemas reside, precisamente, na incapacidade manifestada pelos poderes desportivos em admitir as raízes estruturais das desigualdades raciais (Lusted, 2009: 735; Cleland e Cashmore, 2014: 638). Essa desvalorização ou negação não pode, evidentemente, ser dissociada das questões de poder e privilégio, a partir das quais os grupos dominantes constroem, negociam e reforçam as práticas sociais (Jones, 2002: 49). Na verdade, tem-se assistido, no contexto do futebol, a uma reprodução das narrativas dominantes, mais concretamente através de reificação de um discurso *colourblind* que visa fortalecer a posição dos grupos hegemónicos (Back et al, 2001a; Cleland e Cashmore, 2014).

Partindo desse princípio, é imperioso explorar também o racismo institucional que percorre todas as esferas que gerem e regulam o futebol, bem como os próprios clubes, uma vez que, apesar da crescente composição multirracial das equipas, as posições de poder continuam a ser ocupadas quase exclusivamente por brancos (Back et al, 1998a ,1998b e 2001a; Lusted, 2009; Cashmore e Cleland, 2011; Burdsey, 2013).

Além disso, é na esfera institucional que se produzem fortes discursos de exclusão³⁰ que assentam, por um lado, nos atributos físicos de determinados atletas e, por outro, na ausência de capacidade para liderar jogadores e clubes (Back et al, 1998a: 436). Esta é, sem dúvida, uma dimensão importante e reveladora dos complexos processos de racialização³¹ que se manifestam no futebol e que, juntamente com outras práticas e discursos, ‘jogam um papel importante na preservação dos padrões de privilégio, dominação e supremacia branca’ (Back et al, 1998a: 434).

Essa manutenção do privilégio encontra-se intimamente relacionada com a repetida reificação da tese de que o racismo é um fenómeno associado às sub-culturas desviantes que se agregam ao futebol e contra as quais pouco ou nada há a fazer (Back et al, 2001a: 165), ou seja, as respostas institucionais visam, na realidade, manter o *status quo*, no sentido em que a manutenção das posições de poder é sustentada por uma ‘branquitude que, todos os dias, é dada como adquirida’ (Burdsey, 2013: 299). Assim, devido precisamente ao facto de as instituições de futebol serem dirigidas quase exclusivamente por brancos, os padrões de silenciamento e negação do racismo adquirem um carácter normativo:

É também esta focalização normalizada nos brancos e nas práticas diárias da indústria do futebol que deixam as instituições que governam o jogo com a convicção de que, ao contrário de ser um viveiro de racismo, o futebol proporciona uma das poucas oportunidades para o desenvolvimento pessoal dos jovens negros (Back et al, 2001a: 163).

Tal como se observa, a problematização do racismo é acompanhada por um discurso *colourblind* e meritocrático que se recusa a analisar a centralidade da questão racial, a partir da qual se reproduzem padrões de inclusão e exclusão. Com efeito, o ambiente social e cultural do futebol abre espaço a um discurso ‘pós-racial’, igualitário e no qual se defende que as desigualdades raciais já fazem parte do passado (Bradbury, 2013: 296). Desta forma, a análise da sub-representação nas posições de poder no futebol

³⁰ O tema da institucionalização do racismo tem sido destacado por alguns autores que, de uma forma geral, têm procurado realçar a ideia de que os discursos dominantes, ao procurarem salientar as diferenças culturais que separam os europeus de outros povos, têm contribuído decisivamente para a consolidação do racismo institucional (Araújo e Maeso, 2012; Angel-Ajani, 2000; Poiret, 2003).

³¹ Seguindo a proposta de Les Back e da sua equipa, a noção de ‘processos de racialização’ está ligada a um conjunto de práticas e discursos que ocorrem a vários níveis no futebol e que vão desde as construções biológicas, relativas ao corpo, às diferenças culturais. Justamente, é a partir destes processos que se produz, naturaliza e legitima os padrões de dominação e de privilégio racial (Back et al., 2001a:34).

não pode ser dissociada dos fatores estruturais e das posições ocupadas por não-brancos na sociedade em geral (Burdsey, 2013: 303). São, pois, essas posições antagónicas que operam no contexto do futebol, que reproduzem e perpetuam o privilégio branco.

Na verdade, tendo em consideração o modo como a questão racial é colocada por aqueles que ocupam posições de poder, quase que se torna plausível admitir a tese de que o racismo não existe no futebol (Back et al, 2001a: 183). No entanto, a ausência de formas explícitas de racismo não leva necessariamente à conclusão de que as culturas profissionais de futebol constituam um modelo de integração social. Pelo contrário, sugere-se que a questão racial deve ser entendida dentro de um quadro teórico que normaliza determinadas formações culturais em detrimento de outras, concluindo-se, assim, que a assimilação das características da classe trabalhadora branca e masculina se encontra no centro do futebol (Back et al, 2001a: 285).

Determinados trabalhos acima analisados, particularmente o de Back, Crabbe e Solomos (1998a e 1998b; 2001a), trouxeram para a discussão novas perspetivas críticas que não se encontravam noutros estudos e alargaram o debate sobre racismo no futebol a outras esferas, especialmente a institucional. No entanto, continuam a existir lacunas teóricas que impedem verdadeiramente o estabelecimento de novas visões críticas. A principal encontra-se diretamente relacionada com a ausência de uma dimensão histórica que possibilitaria uma compreensão mais aprofundada acerca da forma como se construiu e consolidou aquilo a que se poderá chamar 'identidade europeia'.

De facto, a pouca atenção prestada à análise dos processos coloniais, que tem marcado a esmagadora maioria dos estudos sobre racismo no futebol, também se encontra no trabalho destes investigadores. Ainda que a questão racial mereça um lugar de destaque, as abordagens desenvolvidas não se vinculam, de uma forma suficientemente consistente, à história colonial. Pese embora estas limitações, o trabalho de Les Back e da sua equipa impulsionou um conjunto de investigadores a desenvolver leituras críticas sobre futebol, racismo e identidade nacional que se distanciam das leituras dominantes (Saeed e Kilvington, 2011; Lusted, 2009; Muller et al, 2007).

Apesar disso, as novas perspectivas críticas continuam a ocupar um lugar subalterno dentro e fora do espaço da academia, que permanece presa à ideia de que o racismo no futebol se encontra diretamente relacionado com o facto da composição racial das equipas europeias se ter alterado. Embora não se negue que esta mudança possa ter contribuído para uma maior visibilidade do tema, a questão racial é muito mais abrangente e envolve, necessariamente, a produção da ideia de Europa, de 'nação' e de identidade nacional.

Os 'novos tempos raciais', particularmente no cenário britânico, têm sido marcados por narrativas e práticas de exclusão das comunidades originárias do sudeste asiático. Representados como uma 'minorias modelo' até sensivelmente à segunda metade da década de 90, por oposição às famílias negras 'disfuncionais', estas comunidades eram definidas, enquanto grupo, como sendo trabalhadoras, tradicionais, religiosas e que vivendo, essencialmente, para a família (Carrington, 2010: 149). No entanto, devido a um conjunto de acontecimentos, dos quais se destacam os tumultos urbanos em algumas cidades inglesas, a situação alterou-se, criando as condições para a ampliação da islamofobia³².

Neste ambiente, a expressão racista dirigida às populações negras que se tornou tão popular no Reino Unido durante algumas décadas (*there ain't no black in the Union Jack*³³) foi perdendo algum impacto em detrimento do novo sujeito racializado: o islâmico asiático. As palavras de Carrington são elucidativas: 'Uma poderosa e deliberada confluência de raça, etnicidade e religião dá origem ao novo Outro, contra quem a democracia liberal britânica se deve erguer' (2010: 150).

É, pois, neste contexto que estas comunidades se veem numa situação em que se espera que provem a sua lealdade ao resto da nação. Simultaneamente, sugere-se, inclusive, mesmo nos sectores menos conservadores, a incompatibilidade entre o seu estilo de vida³⁴ e o dos britânicos (Carrington, 2010: 150, 151; Ratna, 2014). É essa, aliás, uma das conclusões que resulta da pesquisa desenvolvida por Aarti Ratna (2014),

³² Os cânticos islamofóbicos escutados em diversos estádios, nomeadamente na Alemanha e em Itália, reforçam, precisamente, a ideia de que a islamofobia se encontra perfeitamente disseminada no espaço europeu e não é, portanto, exclusiva de um único país (Wachter et al, 2009: 41).

³³ Refira-se, a este propósito, que o trabalho de Paul Gilroy, publicado originalmente em 1987, foi inspirado nesta expressão (Gilroy, 1987).

³⁴ Nesta linha de pensamento, uma parte significativa dos discursos políticos e académicos tem-se apoiado em 'certas características dos imigrantes, tornando-as no factor explicativo para se integrarem' (Maeso et al, 2010: 45).

na qual se sublinha que a representação dos britânicos de origem asiática assenta, incontornavelmente, na sua deslealdade perante a nação. Corroborando a tese de Carrington (2010), a autora reforça a ideia de que raça e religião operam como ‘marcadores’ da diferença e que são esses, precisamente, os fatores determinantes que conferem ou negam a pertença à nação (Ratna, 2014: 303).

Devido à crescente islamofobia global, tem-se assistido ao acentuar da marginalização das comunidades oriundas ou descendentes do sudeste asiático. No caso do futebol europeu, essa discriminação tem-se refletido na ausência de jogadores, treinadores, dirigentes e adeptos. Para analisar esta questão é necessário, em primeiro lugar, explorar uma série de mitos populares responsáveis pela ideia popularmente aceite de que os asiáticos não mostram interesse pelo futebol. Concretamente, é fundamental desconstruir a tese que defende que as diferenças culturais se encontram na origem da sua sub-representação no futebol profissional (Lynch, 2009: 94).

Assim, para um entendimento mais completo acerca da exclusão dos futebolistas árabes no contexto do futebol, é imprescindível analisar as narrativas hegemónicas que se encontram profundamente enraizadas não só no imaginário popular, como também no seio das próprias instituições. O que, na realidade, esses discursos mostram é que as práticas de exclusão que se normalizaram no ambiente do futebol são o resultado da hegemonia de uma identidade branca e anglo-saxónica, que funciona como ponto de referência para aquilo que deveria ser um comportamento ‘normal’ (Back et al, 2001a: 142).

Partindo deste pressuposto, os discursos dominantes na cultura popular têm vindo a construir a ideia de que os islâmicos asiáticos, pelo facto de não ‘socializarem’ (mais concretamente por não consumirem álcool), se colocam numa posição de ‘transgressores culturais’, no sentido em que afrontam as normas associadas à sociabilidade e à camaradagem masculina (Back et al, 2001a: 140). Deste modo, os termos de inclusão e exclusão da comunidade asiática estão dependentes de um conjunto de circunstâncias que, apesar de ‘negociáveis’, não deixam de marcar a sua vulnerabilidade:

Aquilo que parece predominante no futebol inglês é a convicção de que os ‘outros’, sejam negros, estrangeiros ou asiáticos, devem assimilar a normatividade,

centrada nos brancos, dos traços masculinos da classe trabalhadora inerentes ao futebol inglês – despretenso, auto depreciativo, ‘honesto’, dedicado, agressivo (Back et al, 2001a: 143).

Além da proclamada ‘incompatibilidade cultural’, tem vindo a ser reforçada a ideia de que as razões que estão por detrás da ausência de jogadores percebidos como ‘muçulmanos’ se encontram, igualmente, relacionadas com os discursos que enfatizam a sua fragilidade física e falta de resistência (Saeed e Kilvington 2011: 609). Curiosamente, apesar de cientificamente desacreditadas, tem-se registado em alguns meios uma tentativa de recuperar as noções biológicas de raça, ou seja, para além das questões culturais e religiosas, é igualmente necessário explorar essa tendência em resgatar as teses racistas que haviam sido abandonadas pela ciência.

Nesta medida, tem sido realçada a tese de que a sub-representação de jogadores britânicos de ascendência bangladeshiana e indiana nos campeonatos profissionais³⁵ deve ser problematizada a partir de um debate que englobe a discussão de nacionalismo, racismo e identidade nacional. (Saeed e Kilvington, 2011). Assim, contrariamente ao que foi defendido por Ratna (2014: 299), a exclusão destes atletas da ‘nação’ britânica não se deve à atitude de ‘alguns membros da população branca’, mas sim à posição hegemónica que as narrativas colonialistas, eurocêtricas e racistas ocupam no espaço europeu.

Como tal, para uma discussão sobre as perceções dominantes acerca do futebolista do sudeste asiático é primordial explorar a produção teórica que se tem desenvolvido sobre identidade nacional, raça e racismo (Saeed e Kilvington; 2011). Além disso, é fundamental salientar a importância que as segregações experienciadas por estas populações têm na forma como essas narrativas se produzem e se reificam entre a cultura popular. Para uma leitura mais aprofundada acerca das práticas de exclusão que se perpetuam no futebol, particularmente no caso inglês, é necessário destacar a relação que as estruturas de poder mantêm com os valores herdados do período vitoriano, dos quais se realçam o ‘fair play’, a meritocracia e as suas conexões com as ideias de ‘raça’ (Lusted, 2009: 735).

³⁵ Este aspeto é bastante significativo, já que em termos demográficos a população britânica originária do sudeste asiático é bastante superior à de ascendência africana e afro-caribenha (Carrington, 2010: 149).

Não obstante alguns dos trabalhos analisados terem contribuído para o fortalecimento do debate, subsistem algumas das lacunas teóricas que também se encontram presentes noutros estudos e que têm a ver com a forma como se teoriza a própria noção de racismo, refém da tese dominante do *prejudice paradigm* (Henriques, 1984), abordada no Capítulo I. É nessa perspetiva que Lusted (2009: 723) defende a ideia de que as ‘teses do preconceito’ são insuficientes para se poder interpretar as diversas formas através das quais a ideia de raça continua a ser utilizada para excluir minorias étnicas dos centros de decisão do futebol.

Efetivamente, o uso do termo ‘estereótipo’ ou ‘atitudes racistas’, empregue em muitos dos trabalhos (Saeed e Kilvington, 2011; Ratna, 2014, Cleland e Cashmore, 2014), sugere claramente que o entendimento teórico das questões de ‘raça’ e racismo não se enquadram dentro de perspetivas críticas. Na verdade, este tipo de abordagem, ao privilegiar a tese de que o racismo se trata de um fenómeno psicológico que opera a nível individual, esconde o seu verdadeiro lugar na estrutura do sistema social (Bonilla-Silva, 1996: 467). Assim, esta abordagem reifica a narrativa dominante e despolitiza o próprio debate académico e político, já que não se têm em consideração as relações de poder que reproduzem as ideias de cidadania e a sua articulação com o conceito de nacionalidade (Maeso e Araújo, 2010: 22).

Tal como se procurou demonstrar, o debate académico sobre futebol, racismo e identidade nacional ficou, demasiado tempo, refém do estudo de grupos organizados de adeptos, mais especificamente dos hooligans e dos ultras. Apesar de, na última década, as análises se terem vindo a libertar desse ‘enredo’, poder-se-á concluir que o racismo no futebol e a sua conexão com as ideias que se formam em torno da ‘nação’ ainda ocupam um lugar marginal na discussão académica.

Não obstante alguns dos trabalhos mais recentes terem enriquecido o debate teórico, uma parte significativa dos investigadores que estudam o fenómeno do futebol não tem revelado uma preocupação em explorar as raízes do racismo europeu. Ao invés, as leituras dominantes vão ao encontro das correntes académicas hegemónicas que defendem que o racismo, na Europa, é um fenómeno mais ou menos marginal. Na verdade, a forma como o racismo ou o nacionalismo europeu é teorizado no futebol não é mais do que um reflexo do modo como essas questões são discutidas

na sociedade. Dito de outra forma, tratar-se-ia de um fenómeno com pouca expressão nas sociedades europeias e, conseqüentemente, nos estádios de futebol.

Partindo da ideia de que o futebol constitui uma arena privilegiada de acesso ao estudo da realidade social, torna-se evidente que o paradigma eurocêntrico e racista continua a ocupar um lugar central no espaço europeu. Ao assumir-se que o racismo é um fenómeno político intrínseco das sociedades ocidentais que se manifesta no dia a dia nos mais diferentes contextos, não seria plausível supor-se que o futebol, enquanto arena social, estaria imune a essa matriz.

Assim, mais importante do que perceber que tipo de manifestações racistas ocorrem no espaço do futebol, é elucidar os processos que estão por detrás dessas manifestações e que têm legitimado o racismo e o eurocentrismo, ao mesmo tempo que se continuam a veicular visões que assentam na já referida ‘normalização da *branquitude*’. Estes padrões de poder e de privilégio que ocorrem na cultura do futebol – e que se pretende focar nesta dissertação – têm vindo a alimentar e a naturalizar um sistema de hierarquização racial.

Esses ‘processos de racialização’ estão presentes no futebol através de várias formas. Concretamente, os discursos racistas produzidos em arenas distintas (desde a cultura popular até à esfera institucional) têm contribuído para a justificação da exclusão dos negros dos cargos de treinadores ou de dirigentes (Back et al, 1998a: 436). São, precisamente, esses discursos que alimentam e reforçam o eurocentrismo e o racismo. A reificação da ideia de nação como uma comunidade unificada, culturalmente pura e homogénea, tem constituído uma estratégia ideológica que os estados-nação têm desenvolvido como tentativa de subordinar as diferenças étnicas, religiosas e culturais de modo a assegurar a ‘coesão nacional’³⁶.

Parte dessas estratégias passam, entre outros aspectos, pela ‘narrativa da nação’, isto é, pela forma como ela é contada e recontada na História³⁷ e nas literaturas nacionais, nos media e na cultura popular, fornecendo uma ‘série de histórias, imagens,

³⁶ Neste campo, a obra ‘Comunidades Imaginadas’, de Benedict Anderson (2005), é considerada um estudo de referência sobre as origens do nacionalismo e dos mecanismos que impulsionaram a sua expansão. No entanto, pouca ou nenhuma atenção é dada à escravatura, ao colonialismo, ao imperialismo e à ideia de ‘raça’ que se formou a partir destes processos e que foi determinante para a consolidação das identidades europeias.

³⁷ Portugal constitui um exemplo paradigmático acerca da forma como é transmitida, nos currículos escolares, a ideia de nação: ‘uma comunidade, uma linguagem, uma cultura dentro de fronteiras territoriais bem delimitadas’ (Araújo e Maeso, 2012: 1274).

panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação' (Hall, 1997:56).

No entanto, contrariamente aos discursos racistas que caracterizaram a sociedade em geral e o meio académico em particular, tem-se assistido a uma mudança de narrativas, sobretudo no contexto europeu. Esta mudança verificada no seio das democracias liberais, tem implicado formas diferentes de pensar as questões de raça, racismo e identidade nacional. Assim, é nesta confluência entre os discursos dominantes na sociedade e o das narrativas académicas hegemónicas que se deve situar a emergência de uma parte significativa das organizações anti-racistas.

2.6 *Futebol e Anti-racismo*

A partir da década de 90 do século XX, foram desenvolvidas, em diversos países europeus, inúmeras iniciativas de 'combate ao racismo' e à discriminação no futebol³⁸. Para compreender a natureza e o alcance do trabalho que os diferentes grupos e associações desenvolvem, importa, em primeiro lugar, explorar de que forma é que estas organizações problematizam o racismo no futebol, isto é, como se manifesta, como se reproduz e quem são os principais atores. Além disso, interessa perceber o seu quadro teórico de referência, mais especificamente de que forma é que o racismo é teoricamente concebido, dentro e fora do âmbito do futebol.

Em *Anti-Racism in European Football* (2009), uma obra que se dedica a conferir uma maior visibilidade às organizações anti-racistas que operam no futebol, bem como a destacar a forma como o racismo se expressa nos diferentes países europeus, realça-se a importância em explorar o modo como as nações europeias têm lidado com este fenómeno anti-social e 'perturbador' (Kassimeris, 2009a: 2). É este, aliás, o tema de fundo que orienta um dos principais capítulos da coletânea, assinado pelo organizador

³⁸ Criada em 1999 pela Comissão Europeia, a *FARE (Football Against Racism in Europe)* tem-se destacado na luta contra o racismo no futebol europeu. Esta rede europeia, que reúne um vasto conjunto de organizações e grupos variados em trinta e cinco países europeus, visa combater o racismo, o nacionalismo de extrema-direita e outras formas de discriminação. Atualmente, a *FARE* trabalha com diversos atores envolvidos na luta antirracista, dentro e fora do contexto do futebol, tais como entidades desportivas profissionais e amadoras, organizações de direitos humanos, grupos antirracistas de base, minorias étnicas e grupos organizados de adeptos, com vista à promoção e inclusão de grupos excluídos e marginalizados. De entre as várias iniciativas, destaca-se a anual *Football People* que consiste na realização de um vasto conjunto de atividades, numa ação concertada que decorre em simultâneo em mais de quarenta países. Obtido em março 24, 2015, de www.farenet.org

e intitulado *Racism in European Football*. Um aspeto que desde logo merece a atenção refere-se à assunção, por parte de Kassimeris (2009b: 7), de que as nações europeias, até à segunda metade do século XX, se caracterizavam por uma significativa homogeneidade cultural e racial que foi colocada em causa pelos processos migratórios.

Este é, de facto, um dos grandes fios condutores que é seguido ao longo do livro e defendido pelos diferentes autores que colaboraram na obra. Esta posição, tal como se realça nesta dissertação, não constitui propriamente um dado novo. Antes pelo contrário, faz parte de uma narrativa dominante que percorre várias esferas sociais e que orienta o quadro referencial teórico e analítico dominante no meio académico. Com efeito, importa frisar que a tese de que a homogeneidade cultural e racial seria a ‘condição natural’ dos estados modernos apaga o facto de essa uniformidade ter sido conseguida através da repressão, restrição e dominação (Goldberg, 2002: 33).

Numa análise individual de alguns dos países europeus, Kassimeris (2009b) estabelece uma relação direta entre imigração e racismo. O ‘diagnóstico’ efetuado relativo ao contexto espanhol é exemplificativo da posição assumida pelos autores ao longo da obra: ‘A imigração em Espanha é um fenómeno relativamente recente e, como tal, também o são as políticas de integração desenvolvidas atualmente, particularmente aquelas que dizem respeito às atividades desportivas’ (Kassimeris, 2009b: 19). Esta linha de análise reforça bem a tese que estabelece uma relação de causa-efeito entre a emergência do racismo e a ‘presença’ do ‘outro’, como se fosse essa ‘presença’ a razão do racismo e não o modo como determinadas racionalidades e práticas quotidianas resultam na exclusão das minorias etnicamente marcadas da parte da maioria nacional etnicamente não assinalada (Hesse e Sayyid, 2006: 24). O racismo seria, assim, uma reação ‘natural’ da sociedade de acolhimento³⁹ (Maeso et al, 2010: 14).

Apesar de se reconhecerem outras formas de racismo, mais concretamente a falta de representação de minorias étnicas nas posições de poder (árbitros, treinadores e dirigentes), o principal enfoque centra-se nas ‘atitudes’ dos adeptos, com particular destaque para a influência que os movimentos organizados de extrema-direita

³⁹ Num trabalho dedicado à compreensão e análise do racismo no futebol espanhol, Duran e Jiménez (2006: 75) reforçam exatamente a tese de que a presença de um maior número de imigrantes tende a despertar sentimentos e preconceitos racistas.

exercem junto destes. Nesta linha de pensamento, Kassimeris (2009b: 13), depois de associar, novamente, a questão do aumento da imigração a partir de década de 70 ao racismo nas sociedades europeias (dentro e fora do futebol), coloca em destaque o papel das organizações de extrema-direita e de outros grupos fascistas.

Reportando-se à conquista do campeonato mundial pela seleção francesa, em 1998, composta, maioritariamente, por jogadores de origem africana, magrebina e antilhana, Kassimeris lamenta que 'aquilo que deveria ter sido um triunfo definitivo do multiculturalismo sobre o racismo, foi subvalorizado por aqueles que partilham os ideais de Le Pen' (2009b: 14). Desta afirmação, depreende-se que, para o autor, a composição multirracial das sociedades europeias seja, por si só, um sinal de uma relativa integração e inclusão social. Por outro lado, perpetua-se a tese de que a 'praga' do racismo se limita, essencialmente, à extrema-direita.

Um dos problemas inerentes a este tipo de abordagens é, precisamente, o seu ponto de partida, reificando-se a ideia de que a Europa, tolerante, culturalmente diversa e integradora, se vê ameaçada com uma 'doença', que, à semelhança de uma praga, se pode alastrar a outras esferas sociais, como, por exemplo, o futebol. Efetivamente, Kassimeris reforça este pressuposto eurocêntrico quando afirma que a 'xenofobia, a intolerância e a discriminação, sob todas as formas, colocam em perigo a estabilidade da superestrutura mais conhecida como União Europeia' (Kassimeris, 2009b: 29). Além disso, ainda que sejam apontadas e denunciadas formas distintas de racismo perpetuadas por outros atores que atuam no futebol, o argumento seguido ao longo do livro reforça uma série de construções, anteriormente discutidas, acerca do 'adepto racista'. Por outro lado, referindo-se ao racismo como um 'cancro' que se encontra disseminado em todos os níveis do futebol, Kurt Watcher e seus colaboradores salientam:

Os incidentes racistas são testemunhados numa base semanal: os insultos raciais entre jogadores, os cânticos xenófobos dos adeptos e insultos dirigidos a jogadores negros e de outras minorias, a exibição de bandeiras e de outros símbolos racistas dentro e em volta dos estádios e a disseminação de mensagens de extrema-direita, fazem parte de um problema recorrente no futebol, que é particularmente, mas não limitado, à Europa (Watcher et al, 2009: 37).

Como se depreende, as iniciativas anti-racistas que atuam no contexto do futebol têm colocado um enfoque excessivo na conduta dos adeptos. A esse propósito, refira-

se que, de uma forma geral, as campanhas têm surtido os seus efeitos, já que os insultos racistas e o arremesso de objetos têm vindo a diminuir, particularmente na Grã-Bretanha (Back et al, 2001a; Dixon et al, 2016; Cleland e Cashmore, 2014). Para compreender que tal tivesse acontecido, é necessário ter em consideração dois aspetos distintos. Por um lado, a UEFA, bem como as entidades que regulam as competições nacionais, tem vindo a apostar numa ação punitiva, fiscalizadora e higienizadora. Adotando uma lógica foucaultiana⁴⁰, tem-se procurado ‘vigiar e punir’ (Foucault, 2007) o ‘adepto racista’, ao mesmo tempo que se procura atrair para os estádios um novo tipo de público proveniente da classe média⁴¹. Por outro lado, a narrativa hegemónica que situa o racismo como uma ‘doença’ incompatível com os valores europeus não só desencoraja como demoniza aqueles que tendem a manifestar uma linguagem explicitamente racista.

Assim, este tipo de abordagem reduz o racismo no futebol a uma examinação da retitude moral dos adeptos (Back et al, 2001a: 198). Ou seja, o que as campanhas que lutam contra a discriminação racial no futebol têm feito é procurar sensibilizar os adeptos a exibirem uma postura de tolerância face ao ‘outro’. Na realidade, este tipo de iniciativas tem, invariavelmente, como ‘alvos’ prediletos os hooligans ou os ultras. Deste modo, o racismo continua a ser problematizado de uma forma estreita, o que limita o seu combate dentro das esferas institucionais do próprio jogo:

Mais do que isso, a definição de racismo nestes termos proporciona um incentivo adicional que evita uma análise desse tipo, já que aceitar a ideia de que o racismo está presente nas estruturas administrativas do jogo seria estabelecer um paralelismo com o comportamento pária do adepto hooligan-racista (Back et al, 2001a: 194).

Ao focarem-se quase que exclusivamente no ‘adepto racista’, excluem-se outros atores igualmente importantes. Entre outros aspetos, é o próprio conceito de racismo

⁴⁰ Num plano de ação dirigido aos clubes de futebol profissional, a UEFA recomenda não só que estes condenem publicamente os cânticos racistas, como também os instiga a tomar medidas disciplinares contra os jogadores e adeptos que profiram insultos racistas. Além disso, encoraja os clubes a desenvolver uma estratégia comum entre a segurança privada dos estádios e as autoridades policiais, de forma a ‘patrulhar’ os recintos desportivos e evitar a disseminação de propaganda racista (Kassimeris, 2009b: 27).

⁴¹ O processo de ‘gentrificação’, que diz respeito à substituição dos adeptos provenientes das classes trabalhadoras por ‘consumidores’ dos estratos mais elevados da sociedade, faz parte de um processo mais vasto de transformação do próprio futebol e para o qual contribuíram diversos fatores. Para uma discussão mais detalhada sobre os mecanismos de mercantilização no futebol, ver King (1998), Samuels (2008), Dubal (2010), Bazel (2011).

que está aqui em causa: 'A definição de racismo como um problema que se situa fora do mainstream do jogo, e ao qual *todas as pessoas se opõem*, permite que as formas mais banais de racismo e preconceito sejam ignoradas e varridas para debaixo do tapete (Back et al, 2001a: 198, itálico no original).

Desta forma, a limitação fundamental das 'abordagens morais' reside na própria natureza do debate sobre racismo, já que a demonização do hooligan constitui uma ficção que torna invisíveis os padrões racistas mais complexos que se institucionalizaram dentro do futebol (Back et al, 2001a: 199). De uma forma geral, nas campanhas anti-racistas verificam-se muito poucas tentativas para perceber as diversas e complexas configurações sociais do racismo. Por outras palavras, a sua extensão é ignorada e, para que tal aconteça, uma significativa responsabilidade do problema reside nas próprias instituições anti-racistas, que criaram uma cultura de complacência face a outras formas de racismo que operam no futebol (Cleland e Cashmore, 2014: 651). Na verdade, a conceptualização do racismo nestes termos 'proporciona um certo grau de conforto entre as audiências brancas, que se sentem satisfeitas pelo facto das campanhas não se dirigirem a 'eles'' (Back et al, 2001a: 189).

Para além do aspeto da invisibilização dos vastos processos raciais que se produzem no espaço do futebol, este tipo de abordagem tem tido implicações óbvias na forma como se tem procurado combater o racismo neste contexto particular. A este propósito, vale a pena prestar alguma atenção ao *modos operandi* das organizações anti-racistas que atuam na arena do futebol. Ainda que, evidentemente, os diferentes grupos não formem um todo homogéneo – no que diz respeito ao seu plano concreto de ação, aos recursos financeiros disponíveis ou à sua capacidade mobilizadora – há aspetos comuns que se devem aprofundar. Um deles refere-se à importância concedida à questão da educação e à convicção de que o combate ao racismo passa, essencialmente, pela instrução dos indivíduos que compõe a sociedade de acolhimento (Maeso et al, 2010: 14). No entanto, se assim fosse, a 'educação e o tempo já teriam curado essa doença há muito tempo' (Bonilla-Silva, 2015: 76).

Partindo desta premissa, duas das organizações com maior proeminência no combate ao racismo no futebol (*Kick It Out* e *Show Racism the Red Card*) têm vindo a desenvolver um vasto conjunto de atividades escolares com vista a debater questões relacionadas com raça, racismo e exclusão. De acordo com os próprios promotores do

Kick It Out, essa discussão, em ambiente escolar, é acompanhada por uma ‘celebração da diversidade’, não só junto dos alunos, como também dos professores, a quem é solicitado o desenvolvimento de estratégias que desafiem o racismo e valorizem a diversidade, através de ‘mensagens positivas acerca de raça e etnicidade’ (Lynch, 2009: 80).

Outra das estratégias privilegiadas pelas duas organizações acima referidas refere-se à utilização de *role models* nas suas atividades (Lynch, 2009: 83). A participação de um conjunto significativo de futebolistas e treinadores de renome neste tipo de eventos visa, fundamentalmente, apresentar mensagens anti-racistas aos jovens. Por exemplo, de acordo com os promotores da organização *Show Racism the Red Card*, a colaboração de atletas célebres nos seus workshops é muitíssimo apelativa, devido não só à sua ‘performance’ desportiva de excelência, como também pela inspiração que o seu comportamento causa nos alunos (Dixon et al, 2016: 144).

Um dos problemas que se verifica neste tipo de abordagem é que ela assenta na ideia de que o racismo consiste num ato irracional. Goldberg (1990: 342, 343) contraria este argumento e sugere que as práticas racistas podem ser racionais sob qualquer ponto de vista. Desta forma, tendo também em consideração que o racismo se refere, em larga medida, à manutenção de relações de poder (enraizadas nas estruturas sociais), a eficácia da educação enquanto forma de combater o racismo afigura-se bastante limitada (Goldberg, 1990: 345). No entanto, são precisamente estas leituras que têm guiado as campanhas que lutam contra o racismo no contexto do futebol. Assim, existe a convicção de que este fenómeno pode e deve ser combatido através de ações de sensibilização junto dos adeptos.

Tem sido sublinhado que, apesar do esforço realizado por este tipo de organizações anti-racistas, é difícil quantificar os seus efeitos no futebol, já que o racismo ‘ainda existe, especialmente na Premier League’ (Dixon et al, 2016: 148). O que é interessante verificar é a ausência de uma crítica à forma como o racismo é entendido e, por conseguinte, como deve ser combatido. De facto, apesar de, pertinentemente, se reconhecer que a presença de jogadores com origens étnicas diferenciadas junto das organizações anti-racistas possa, ironicamente, contribuir para o reforço da ideologia *colourblind* (Dixon et al, 2016: 147), esta dimensão não é discutida.

Como se constata, não se aprofunda a forma como as próprias organizações que pretendem combater o racismo se encontram ‘contaminadas’ pelas ideologias dominantes, a começar pelo facto deste tipo de campanhas sugerirem bem a ideia de que o racismo só existe no futebol (Cleland e Cashmore, 2014: 646). No entanto, o futebol não ocorre num vazio político, social e cultural, pelo contrário, reflete relações de poder e hierarquias raciais que se encontram enraizadas nas sociedades europeias (Bradbury, 2013: 297). Por exemplo, num artigo publicado sobre racismo e futebol britânico contemporâneo, Cleland e Cashmore (2014) sublinham a existência de um padrão que se caracteriza pelo domínio das elites brancas que, desde a fundação da federação inglesa na segunda metade do século XIX, tem vindo a manter os seus privilégios intactos. De acordo com a leitura apresentada, apesar do trabalho meritório desenvolvido pelas associações anti-racistas, particularmente pela *Kick It Out*, as instituições que regulam as competições têm vindo a reproduzir um discurso que desvaloriza, banaliza ou nega que o racismo esteja enraizado no futebol.

Ainda que a posição dos autores pareça – em alguns momentos – ambivalente no que se refere à natureza e aos limites que marcam a ação destas organizações, é interessante destacar uma das conclusões do seu trabalho empírico. Com efeito, cerca de oitenta por cento dos adeptos inquiridos considera que o sucesso das organizações anti-racistas é parcial, visto que estas revelam incapacidade de ‘atacar’, efetivamente, a desigualdade racial que assinala o futebol (Cleland e Cashmore, 2014: 649). Desta forma, o que se sugere é que o racismo se encontra profundamente enraizado e institucionalizado no futebol, já que, excetuando os jogadores, todos os restantes atores são brancos.

Reforçando a visão da esmagadora maioria dos inquiridos, Cleland e Cashmore (2014: 643) sustentam a ideia de que o racismo não diminuiu, contrariando, assim, os discursos dominantes que se apoiam no enfraquecimento de determinadas manifestações racistas para produzir a tese de que o racismo tenha sido superado⁴². O que se alterou foi a intensificação de um discurso *colourblind*, por parte das estruturas

⁴² É essa, aliás, a orientação seguida em muitos dos trabalhos académicos. Duran e Jiménez (2005), por exemplo, vão ao encontro desta tese quando argumentam que, ao contrário do que se pensava, o racismo na Europa ainda não teria sido ultrapassado. Para suportar esta ideia, os referidos autores apoiam-se, em especial, nas ‘atitudes xenófobas e violentas’ dos ultras e de outros atores, que contribuíram decisivamente para a criação de um alarme social em Espanha (Duran e Jiménez 2005: 69).

que governam o jogo e da generalidade das organizações anti-racistas, que faz com que o racismo se torne mais difícil de combater (Cleland e Cashmore, 2014: 651).

Apesar da pertinência de algumas das conclusões apresentadas, subsistem algumas incongruências na forma como os próprios autores problematizam a natureza e extensão do problema. Não obstante salientar-se que o racismo se encontra culturalmente incorporado no futebol, destaca-se a dificuldade em lidar com os 'preconceitos individuais' (Cleland e Cashmore, 2014: 651). Na verdade, este tipo de visão produz a ideia de que o racismo é, acima de tudo, uma escolha individual⁴³, ignorando a própria noção e conceção de sociedade (Back et al, 2001a: 209). Por outras palavras, a problematização do racismo como um 'mero delírio de sujeitos racistas' afigura-se extremamente redutor (Balibar, 1991: 41), já que esse tipo de formulação não dá conta da sua verdadeira extensão.

As orientações que marcam grande parte do trabalho que se desenvolve no seio dos grupos anti-racistas hegemónicos são largamente influenciadas pelas correntes que têm vindo a reforçar o discurso *colourblind* (Bonilla-Siva, 2006). No cenário do futebol, essa negação do racismo, tal como se aprofundará mais à frente, encontra-se intimamente relacionada com o discurso meritocrático que ignora as questões de poder e privilégio, mas que está, com efeito, na base das desigualdades raciais. Deste modo, a utilização, por exemplo, de *role models* por parte das organizações anti-racistas (ainda que não seja essa a intenção) parece ser bastante contraproducente, já que se reforça a tese de que o sucesso individual é perfeitamente alcançável, desde que se trabalhe arduamente para tal.

Mais recentemente, as campanhas anti-racistas que atuam no futebol têm vindo, lentamente, a levantar algumas questões relevantes que vão para além da demonização de um determinado tipo de adeptos, tais como o racismo institucional e a islamofobia (Dixon et al, 2016; Kassimeris, 2009c; Wachter et al, 2009; Lynch, 2009). Apesar disso, outras dimensões, que possibilitariam um avanço no combate ao racismo, continuam a ser desvalorizadas. Deste modo, o que se encontra

⁴³ É esse o sentido de uma campanha publicitária protagonizada pela *Nike*, que utilizou a questão racial como parte da sua estratégia de marketing. Este pretensão 'multiculturalismo corporativista', ao mesmo tempo que reproduz o discurso meritocrático, exalta uma determinada forma de 'liberalismo individualista' (Back et al, 2001a: 208).

verdadeiramente em causa são os termos e a própria natureza do debate, que constituem, em si mesmo, um problema.

A questão central é a de que as campanhas antirracistas no futebol, particularmente no Reino Unido, emergiram numa altura em que as abordagens morais que pautavam o combate ao racismo começaram a ser questionadas, visto que esse moralismo pouco contribuiu para captar as suas configurações sociais (Back et al, 2001a: 211). É por isso que se reafirma a necessidade de reestruturar as premissas teóricas nas quais estas organizações se apoiam. Tendo em consideração o facto de que a vinculação às abordagens dominantes pouco tem contribuído para um efetivo combate à discriminação racial, dentro e fora do contexto do futebol, uma maior aproximação às perspetivas críticas possibilitaria novas formas de repensar o racismo, a pertença e a exclusão.

A discussão desenvolvida neste capítulo procurou colocar em evidência os limites que têm marcado o debate teórico sobre futebol e racismo, mostrando, ainda, em que medida essas abordagens têm estabelecido os parâmetros que norteiam grande parte das organizações antirracistas. Com efeito, as correntes mais influentes, ao problematizarem o racismo a partir de um conjunto de comportamentos preconceituosos exibidos por indivíduos ou por grupos específicos de adeptos, falham em perceber o modo como a ideia de raça é determinante para a produção das identidades nacionais.

Conforme se explora no próximo capítulo, estes entendimentos alargam-se a outras esferas sociais, nomeadamente à mediática. À semelhança daquilo que caracteriza o meio académico dominante, as narrativas mediáticas hegemónicas, ao colocarem o enfoque nos 'adeptos racistas', reificam a tese de que o racismo no futebol passa, sobretudo, por um conjunto de incidentes mais ou menos isolados. Como se verá em seguida, os media, ao silenciarem os diferentes mecanismos racistas que se produzem a partir do contexto do futebol, participam ativamente na permanente invisibilização das questões primordiais. Assim, em vez de questionarem o quadro ideológico dominante que exclui as comunidades racialmente distintas do imaginário nacional, os discursos mediáticos acabam por reforçar e naturalizar essas relações de poder e de privilégio.

Capítulo 3 | GLOBALIZAÇÃO DO DESPORTO: MEDIA, GRANDES EVENTOS E AS NARRATIVAS EUROCÊNTRICAS

Uma das consequências que advém da posição proeminente que os media ocupam nas sociedades contemporâneas é a sua enorme capacidade em fazer circular, produzir e reproduzir ideologias (Hall, 1995: 19). Desta forma, poder-se-á argumentar que essa força dos media em moldar o conhecimento e compreensão das sociedades atuais, acarreta, entre outros aspetos, uma responsabilidade acrescida no que concerne aos discursos⁴⁴ e discussões sobre raça e racismo (Rowe, 2010: 357).

Tendo por base estas premissas, uma parte significativa dos trabalhos académicos tem destacado o papel desempenhado pelos meios de comunicação na perpetuação de discursos ideologicamente racistas e eurocêntricos (Van Dijk, 1989, 1991, 2005a, 2005b e 2012; Hall, 1995; Saeed, 2007). Apesar da tendência geral dos estudos ir ao encontro da ideia de que os media tendem, sobretudo, a validar, reificar e a reproduzir as narrativas dominantes, alguns autores têm enfatizado as possibilidades de contestação dos discursos hegemónicos (Downing, 2008).

Não obstante a pertinência desse debate, o presente capítulo não se propõe levar a cabo uma análise centrada na tese da reprodução *versus* contestação dos paradigmas hegemónicos. Sob pena de uma discussão dessa natureza poder resvalar para leituras da realidade demasiado simplistas e redutoras, sublinha-se antes que uma abordagem crítica dos media deve assumir que a ambiguidade é parte integrante dos seus discursos e é, justamente, a partir dessa posição que as suas narrativas se articulam com as esferas do poder.

Desta forma, parte-se da posição dominante ocupada pelos media enquanto componente do *establishment*, quer estes se situem mais à esquerda ou mais à direita

⁴⁴ Seguindo a proposta de Stuart Hall, importa realçar que a noção de discurso é entendida, aqui, como a produção de conhecimento que é gerado através da linguagem e que exerce uma forte influência nas práticas sociais. Esta clarificação é particularmente pertinente quando se trata de abordar, criticamente, as narrativas produzidas no campo mediático e que têm, sobretudo, a ver com a ‘prática de produção de significados’ (Hall, 1992: 291).

do espectro político. Como se evidenciou no capítulo I, o racismo deve ser problematizado como um produto que emergiu no seio das relações que se criaram a partir do colonialismo e que foram fundamentais para o estabelecimento de uma hierarquia racial assente em questões de exploração e dominação. Nesse sentido, e tendo como pano de fundo o contexto desportivo, a discussão que se propõe levar a cabo neste capítulo procura explorar o modo como os media, enquanto atores que operam nas esferas do poder, trabalham no sentido de preservar as posições sociais assentes na hierarquia racial estabelecida.

O capítulo encontra-se dividido em três secções. A primeira problematiza o modo como os media se têm articulado com as narrativas eurocêntricas e racistas predominantes nas sociedades ocidentais no período pós-guerra. Trata-se, portanto, de mostrar em que medida o campo mediático se tornou mais do que um mero espaço de reprodução dos discursos hegemónicos. Na verdade, a sua posição altamente privilegiada criou condições para que, a partir do seu interior, se desenvolvessem estratégias discursivas que naturalizaram as relações de poder e de privilégio.

Partindo da ideia de que os media são parte ativa na consolidação do sistema ideológico hegemónico, a segunda secção analisa a relação estabelecida entre racismo, media e desporto. Como se irá demonstrar, uma das questões fulcrais refere-se aos moldes de discussão geralmente propostos pelos media, o que tem conduzido à contínua marginalização dos aspetos primordiais. Isto é, em vez de assumirem um papel de questionamento das ideologias dominantes, os meios de comunicação têm vindo a reificar os discursos meritocráticos dominantes, tratando o racismo no desporto como um conjunto de ‘incidentes’ ocasionais perpetrados por ‘sujeitos racistas’.

Tendo em atenção a visibilidade e o simbolismo dos grandes eventos desportivos contemporâneos, as secções seguintes interrogam o papel desempenhado pelos media na reprodução e naturalização de discursos racistas e eurocênicos. No caso dos Jogos Olímpicos – e depois de se assinalar o modo como a questão racial tem sido praticamente ignorada, quer pela academia quer pelos próprios media – analisa-se em que medida a criação do denominado ‘espírito olímpico’ e dos discursos universalistas que o acompanharam emergiram num período marcado pela violência exercida sob as populações colonizadas.

A última secção coloca em evidência a forma como as narrativas racistas e coloniais se acionam por ocasião das grandes competições internacionais de seleções de futebol. Em concreto, reforça-se a tese de acordo com a qual estes eventos são momentos-chave para a reprodução de visões dicotómicas Homem/Natureza, razão/corpo e ‘civilizado’/‘primitivo’. Embora muitas vezes codificados, estes discursos naturalizam a tese do atletismo natural dos futebolistas negros, promovendo, assim, representações da africanidade profundamente eurocêntricas.

Por fim, explora-se o modo através do qual as narrativas mediáticas dominantes acerca dos atletas etnicamente marcados promovem noções de pertença e de exclusão à nação. Desta maneira, ao invés de problematizarem esses mesmos discursos, a generalidade dos meios de comunicação não só se mostra incapaz de captar as interligações entre raça e identidade nacional, como é parte ativa na produção de imaginários nacionais excludentes.

3.1 *Media, Eurocentrismo e Racismo*

Devido à crescente condenação social dos discursos abertamente racistas no espaço público, particularmente a partir da segunda metade do século XX, as narrativas mediáticas hegemónicas em torno das populações racializadas têm vindo a apresentar contornos distintos daquilo que caracterizava a generalidade dos discursos durante o colonialismo europeu. Justamente, a exploração das razões que culminaram na reformulação das narrativas racistas foi analisada por Frank Furedi, na obra intitulada *The Silent War: Imperialism and the Changing Perception*, publicada em 1998.

O autor parte da exploração exaustiva de materiais de arquivo para mostrar o modo como as elites ocidentais – especialmente a norte americana e a britânica – foram fundamentais para a produção de novos discursos mais defensivos⁴⁵ que vieram substituir as narrativas racistas mais cruas: ‘as premissas de superioridade racial estavam demasiado enraizadas para que fosse possível uma confrontação séria do

⁴⁵ Uma das consequências das ‘novas’ narrativas racistas, geradas entre as elites políticas e académicas ocidentais, foi a consolidação de um discurso que visava desacreditar a tese de que o racismo seria um produto exclusivo da sociedade europeia e norte-americana. Além disso, produziu-se a ideia de que o colonialismo não teria nada a ver com questões raciais. Como resultado dessas narrativas, as publicações da UNESCO, durante a década de 50, enfatizavam a tese segundo a qual o racismo se tratava de uma ‘maldição transcendental’ que afetaria todas as sociedades ao longo da história e que, portanto, o racismo europeu e norte-americano seria apenas uma entre as mais diversas formas de discriminação (Furedi, 1998: 229).

problema. Contudo, no novo clima internacional, já não era possível expressar esses sentimentos abertamente' (Füredi, 1998: 163).

Com efeito, a alteração da ordem mundial marcada pelos efeitos do pós-guerra e pelo despertar das lutas anticoloniais, veio pôr a nu as contradições e as discrepâncias entre os princípios igualitários apregoados pelo ocidente e as suas práticas. Daí que a autoproclamação de um '*ethos* anti-nazi' não pudesse conviver com a defesa da discriminação racial que as potências coloniais levavam a cabo nos territórios que ocupavam e dominavam (Füredi, 1998: 172). Neste sentido, a partir das décadas de 40 e 50, o discurso racista foi sendo substituído por práticas discursivas renovadas e pretensamente mais democráticas do que as narrativas abertamente racistas, o que está, em larga medida e até aos dias de hoje, diretamente ligado ao esforço para descredibilizar e esvaziar o discurso antirracista (Van Dijk, 2005b e 2007). Tendo como meta a consolidação da 'nova' ideologia, o pensamento racial hegemónico tornou-se extremamente cauteloso, produzindo, entre outros aspetos, a tese de acordo com a qual os sentimentos e manifestações dos povos que desafiavam o ocidente teriam uma motivação racial (Füredi 1998: 131).

Um dos reflexos contemporâneos desse quadro ideológico é a disseminação da tese do 'racismo inverso' e que assenta, precisamente, na ideia de que o racismo é universal e que, portanto, pode ser dirigido, por exemplo, aos brancos. Tal como se tem defendido nesta dissertação, a discriminação racial encontra-se alicerçada num campo ideológico que legitima e reproduz um sistema de opressão e de dominação. Não se trata, pois, de um mero conjunto de 'atitudes' ou comportamentos de determinados indivíduos. A tese do 'racismo inverso' não deve, portanto, ser dissociada das táticas adotadas pelas elites ocidentais, especialmente a partir de 1930, que pretendiam 'reverter' a questão racial e descredibilizar as vozes críticas daqueles que desafiavam a ordem racista, numa clara tentativa de neutralizar a consciência racial dos sujeitos coloniais (Füredi, 1998: 110).

As décadas seguintes foram marcadas pela consolidação de um 'pragmatismo racial', por parte das elites políticas e intelectuais, que assentava na aceitação formal do princípio de igualdade racial. Assim, por um lado, foram-se criando as condições para minimizar a imagem racista do ocidente (Füredi, 1998: 238). Por outro, esta 'reversão' da questão racial, para além de ter vindo a encurtar a margem de manobra de

contestação dos discursos eurocêntricos e racistas, acabou por legitimar a manutenção do privilégio branco. É interessante notar, porém, que as últimas décadas voltaram a ser marcadas por um crescente endurecimento dos discursos sobre os grupos ‘eticamente marcados’ (Sayyid, 2004).

Além disso, e para que se compreenda mais aprofundadamente o sentido de grande parte dos discursos que se produzem no campo mediático, é necessário ter em consideração o modo como a denominada civilização ocidental se tem vindo a autorrepresentar, sobretudo desde o período pós-guerra. Na verdade, os poderes hegemónicos têm vindo a desempenhar um papel preponderante na criação e consolidação de uma ‘linha abissal’ entre o Norte e o Sul (Santos, 2007). Os media também têm assumido um papel de destaque na patologização das sociedades do sul, em especial as de continente africano, de quem o ocidente se procura, retoricamente, distanciar: ‘a nova equação moral entre um Norte superior e um Sul inferior ajuda a legitimar um sistema internacional composto por duas camadas’ (Füredi, 1998: 240).

É, assim, a partir deste contexto que as narrativas dominantes no ocidente passaram, nas últimas décadas, pela enfatização da ‘tolerância’ como característica intrínseca da civilização europeia e norte-americana⁴⁶, por oposição às outras (Brown, 2006). Trata-se, portanto, de estratégias discursivas que devem ser analisadas num contexto de relações de poder. Nesta conjuntura, difundiu-se uma imagem cosmopolita das sociedades ocidentais que contrasta, por exemplo, com o intitulado mundo islâmico. É nesta linha de raciocínio que vão as palavras de Brown quando afirma:

A tolerância emerge, assim, como parte de um discurso civilizacional que identifica a tolerância e o tolerável com o ocidente, rotulando as práticas e as sociedades não-liberais como candidatas a um barbarismo intolerável que é assinalado pela suposta intolerância que governa estas sociedades (2006: 6).

Ainda que, conforme como se procura evidenciar neste trabalho, os media não sejam logicamente os únicos atores que participam na banalização e reforço do paradigma racista e eurocêntrico, as narrativas que emergem dos seus textos são parte ativa das ideologias que sustentam e legitimam o ‘domínio branco’ (Van Dijk, 2007: 16). É, aliás, com base neste pressuposto que Hall sublinha que contestar os discursos dos media

⁴⁶ Refira-se, por exemplo, que a proibição de muitos dos partidos assumidamente racistas no contexto europeu proporciona, através de um discurso político retórico antirracista, uma estratégia ideal para uma autorrepresentação positiva das sociedades liberais (Van Dijk, 1989: 201).

sobre a questão racial é intervir ‘no terreno *ideológico* da luta’ (1995: 18, itálico no original).

Com efeito, não obstante a autoria dos textos pertencerem a indivíduos específicos, é crucial que a problematização do seu conteúdo se faça a partir de um quadro ideológico mais geral e no qual se reconheça que o racismo não consiste em atos individuais, mas sim um sistema invisível que cria as condições para a dominação (McIntosh, 1998). Tendo por base esta ideia, os discursos que se produzem na esfera mediática não podem ser encarados como um mero produto de intenção ou um resultado da consciência individual:

*Pelo contrário, nós formulamos as nossas intenções **dentro da ideologia**. As intenções precedem os indivíduos e fazem parte das formações e condições nas quais os indivíduos nascem (...) A transformação das ideologias é, assim, uma prática e um processo coletivo e não individual. Na maior parte das vezes, em vez de ser intencional, este processo opera ‘inconscientemente’ (Hall, 1995: 19, ênfase no original).*

Neste sentido, grande parte dos posicionamentos críticos acaba por ter um alcance limitado, não só pelo lugar subalterno que ocupam, mas principalmente porque a sua emergência ocorre num quadro adverso. Por outras palavras, a possibilidade de afirmação e de consolidação de discursos contra-hegemónicos no campo mediático, implicaria, desde logo, uma mudança ideológica mais geral dentro da qual essas narrativas emergem. De outra forma, a ambiguidade dos discursos mediáticos acarreta uma ‘convivência’ com o paradigma hegemónico.

Tendo por base estas premissas, o maior obstáculo que as abordagens críticas mediáticas encontram tem, precisamente, a ver com o facto de determinadas interpretações da realidade estarem, não só em consonância com a ideologia predominante, como apelarem a uma audiência específica (Sterkenburg et al, 2010: 819). Dito de outra forma, o conteúdo das notícias, que é controlado pelos grupos hegemónicos, tem sido construído a partir da perspectiva da classe média, branca, ocidental e masculina (Van Dijk, 1989: 203).

3.2 *Desporto, Media e Racismo*

Tendo em consideração o lugar que os media ocupam nas sociedades atuais, a sua relação com o desporto afigura-se de extrema importância, pelo que não é possível

analisá-los isoladamente (Bernstein e Blain, 2002: 3). Para além dessa relação de interdependência entre media e desporto, as particularidades das sociedades contemporâneas implicam que estas questões não possam ser analisadas, estritamente, sob um ponto de vista meramente nacional (Rowe, 2010: 356). Por isso, não deixa de ser surpreendente o facto da relação entre racismo, media e desporto não ter merecido, até agora, uma reflexão teórica mais aprofundada. Por outro lado, os termos do debate propostos pelos media e por uma parte significativa das abordagens académicas é, em si mesma, problemática, tal como se procurará evidenciar em seguida.

A complexa relação que se tem estabelecido entre desporto, raça e media encontra-se bem ilustrada através de um caso concreto analisado por Carrington (2011). Em abril de 2004, durante a transmissão televisiva do jogo que opunha o AS Mónaco e o Chelsea FC, a contar para a *Champions League*, Ron Atkinson, antigo treinador inglês que desempenhava o papel de comentador, julgando que o seu microfone já estaria desligado, teceu comentários abertamente racistas ('fuc*** lazy, thick n***') acerca de um jogador negro que atuava na equipa inglesa. As repercussões deste episódio foram imediatas e com impacto considerável dentro e fora do contexto específico do futebol (Carrington, 2011: 83).

Mais do que averiguar o 'incidente' propriamente dito, o que realmente interessa analisar é a forma como este episódio foi debatido pelos vários atores que participam no fenómeno desportivo, particularmente pelos media. Carrington chama a atenção que o facto de a discussão se ter centrado, sobretudo, na 'culpa', na 'inocência' ou nas 'atenuantes' do comentador, elucida claramente que as questões primordiais permanecem marginalizadas.

De uma forma geral, a maior parte dos media apelidou o comentário de Atkinson de 'momento de loucura', o que revela o modo como o racismo tem sido problematizado e discutido nas sociedades liberais ocidentais (Carrington, 2011: 93). Ou seja, ao reduzir o episódio a um 'ato irracional'⁴⁷, os media estão, na verdade, a negligenciar e

⁴⁷ As palavras escolhidas por Ron Atkinson, numa entrevista concedida ao jornal *The Guardian*, a propósito deste caso, vêm reforçar, justamente, a tese dominante que defende o racismo resulta de determinados comportamentos irrefletidos: 'Aquilo que disse foi racista – mas eu não sou racista, sou um idiota.' Obtido em março 4, 2015, de <https://www.theguardian.com/uk/2004/apr/25/race.football>

a invisibilizar a verdadeira dimensão do racismo que se encontra impregnado nas estruturas e nos imaginários das nações europeias, como explica Carrington:

Os comentários de Atkinson revelam a branquitude normativa, ‘profundamente enraizada, da estrutura desportiva/mediática’ onde quase todas as estruturas, desde a produção televisiva até aos comentários radiofónicos e imprensa escrita, mantêm-se esmagadoramente brancos e masculinos, uma situação que permanece, de forma pouco surpreendente, largamente ignorada pelos próprios media (Carrington, 2011: 94).

Como foi demonstrado por Carrington, o debate colocado nestes termos vai, precisamente, ao encontro das abordagens redutoras que caracterizam o anti-racismo moral e que se focam, sobretudo, na identificação dos ‘sujeitos racistas’, sejam eles adeptos, dirigentes ou jornalistas. A discussão do racismo no desporto, assente nestes moldes, não só concorre para a reificação dos discursos dominantes, como também contribui para o silenciamento do tema. Ainda que, por força das circunstâncias, a questão racial tenha sido debatida, o enquadramento dentro do qual essa discussão ocorreu acaba por funcionar como mais uma estratégia de negação. Desta forma, apesar da insistência na pretensa ‘irracionalidade’ do ato, não é possível, à semelhança de outros ‘episódios’ semelhantes, compreendê-los sem debater a dimensão colonial e imperial que lhe está subjacente (Rowe, 2010).

Efetivamente, ao se centrar a discussão, principalmente, no ‘julgamento’ público do comentador e do seu grau de culpabilidade, deixou-se de lado a possibilidade de se analisarem questões ideológicas mais profundas. Uma delas teria, obrigatoriamente, a ver com o modo como os negros – particularmente os desportistas – são representados pela generalidade dos meios de comunicação. Esses imaginários encontram-se, de facto, claramente ancorados na figura do ‘atleta negro’ (Carrington, 2010), já anteriormente abordada. Na verdade, as representações dominantes dos desportistas negros são a marca inequívoca da herança deixada pelo colonialismo. Nessa medida, uma parte bastante significativa dos media tem vindo a reproduzir discursos marcadamente eurocêntricos e racistas, reféns das noções construídas em torno da *africanidade*⁴⁸ (Almeida, 2016 e 2012).

⁴⁸ A questão da construção e representação da *africanidade/negritude* no contexto desportivo será objeto de análise mais detalhada no capítulo V da dissertação. No entanto, importa, desde já, destacar que a representação predominante no ocidente sobre os povos africanos encontra-se profundamente aportada no imaginário colonial e assenta, invariavelmente, numa África exótica, selvagem, mas, ao

O facto dos discursos produzidos e veiculados pelos media se focarem, exclusivamente, sobre os sujeitos etnicamente e racialmente marcados é altamente significativo. Além disso, as populações ditas minoritárias são, por norma, representadas como uma entidade homogénea, enquanto que à maioria branca não lhe é atribuída qualquer tipo de marcador racial (Serkenburg et al, 2012: 130;). Aliás, o reconhecimento, por parte da população branca, de que o racismo não os afeta diretamente confirma a ideia de que a *branquitude* não é problematizada nem entendida enquanto identidade racial (McIntosh, 1998: 169), apesar de estar, na verdade, no ‘epicentro das relações de poder’ da sociedade moderna (Andrews, 2012: 158).

É, justamente, partindo do ponto de vista de alguém que usufrui do privilégio, que Wise sublinha que a incapacidade de conceber que a questão racial se trata, primeiramente, acerca de ‘*nós* é o que torna impossível, para a maior parte dos brancos, sequer compreender que o sistema é, de facto, supremacista branco’ (2002: 227, *itálico no original*). Consequentemente, as fronteiras da normatividade e neutralidade circulam, apenas, em torno da *branquitude* (Bruce, 2004), pelo que é esperado que as outras identidades raciais sejam julgadas e avaliadas a partir dessa identidade estabilizada e reificada (Carrington e McDonald, 2001: 15). Nas palavras de McDonald, essa normalidade não pode ser desligada da ordem escravagista e colonialista que contribuiu, inquestionavelmente, para reconstruir uma ‘hierarquia dentro da qual os corpos brancos são, ainda, percecionados como mentalmente mais capazes e, portanto, “merecedores’ de privilégio’ (2012: 237, *aspas no original*).

De forma a combater os discursos racistas produzidos e veiculados pelos media, alguns autores realçam a necessidade de uma maior reflexão, sensibilidade e educação por parte dos jornalistas (Serkenburg et al, 2012: 132; Hebenstreit, 2010: 11). No entanto, contrariamente à linha sugerida, este padrão de argumentação acaba por reforçar as leituras dominantes. Na verdade, a inconsistência deste tipo de argumento está diretamente relacionada com a incapacidade em compreender que as narrativas reproduzidas pela imprensa são um produto das ideologias dominantes e não uma

mesmo tempo, genuína, bondosa e ingénua. Esta visão permanece, aliás, quase inalterável desde o colonialismo. No contexto do futebol, por exemplo, esse exotismo, que remete os jogadores africanos para o mundo ‘selvagem’, encontra-se bem presente nos termos escolhidos para os caracterizar, tais como ‘pantera’, ‘felino’ ou ‘gazela’ (Almeida, 2012).

questão de falta de ponderação dos responsáveis pelos textos e discursos. Nas palavras de McDonald, esse tipo de agenda ‘não requer somente a necessidade de uma constante reflexividade, mas também uma mudança em relação à compreensão das práticas institucionais e relações de poder que produzem a desigualdade racial’ (2012: 239).

Van Dijk parte da ideia de que os media são parte ativa na perpetuação do sistema ideológico hegemónico para evidenciar que o racismo consiste, acima de tudo, numa ‘propriedade estrutural e ideológica dos grupos dominantes e, portanto, caracteriza a imprensa como um todo’ (1991: 22). A questão primordial, acrescenta o autor, é saber até que ponto os jornalistas e os editores dos jornais estão dispostos a ‘desafiar o consenso étnico predominante e a tentar, explicitamente, escrever os seus artigos dentro de uma perspetiva antirracista’ (Van Dijk, 1991:22).

A desconstrução dos discursos dominantes implica, inevitavelmente, a contestação dos paradigmas hegemónicos que prevalecem nas sociedades ocidentais. E é aí que reside a dificuldade da tarefa, já que o desafio às abordagens dominantes – nos media, na academia e em muitas outras instituições – requer, primeiramente, o reconhecimento do privilégio. O trabalho de Joyce King (1991), ao explorar o modo como as ideologias raciais hegemónicas trabalham no sentido de manter o *status quo*, representa um importante contributo para o debate teórico. A autora argumenta que a esmagadora maioria dos brancos, embora rejeite as ideologias assumidamente racistas e violentas, dá como adquirida a existência de um sistema de privilégio racial que não só os favorece como os coloca no topo da hierarquia social (King, 1991: 139).

Focando a atenção naquilo que apelida de *dysconscious racism*, enquanto forma de racismo que, implícita e acriticamente, aceita o privilégio branco, King esclarece que ‘não se trata da ausência de consciência’, mas de uma consciência enfraquecida ou debilitada, isto é, ‘uma forma distorcida’ de pensar as questões raciais (1991: 135). Neste sentido, acrescenta King, a capacidade de imaginar uma sociedade que seja capaz de se reorganizar ‘sem o privilégio racial requer uma mudança fundamental no modo como as pessoas brancas refletem acerca do seu estatuto’ (King, 1991: 135-136).

Poder-se-á seguramente afirmar que, no caso dos media, esse exercício seria crucial: ‘para redesenhar os sistemas sociais, precisamos, em primeiro lugar, reconhecer as suas dimensões colossais invisíveis. Os silêncios e negações que rodeiam o privilégio

são, aqui, as ferramentas políticas chave' (McIntosh, 1998: 169). Não se trata, assim, de averiguar ou de provar que os media são racistas, mas sim de mostrar que o seu *modus operandi* é acrítico, o que os torna, em boa medida, cúmplices do poder. Assim, muito mais relevante do que dar eco às condenações moralistas ou avaliar o grau de culpa quem profere determinadas afirmações, é explorar as razões que amparam e legitimam discursos racistas e eurocêtricos.

De uma forma geral, as narrativas veiculadas pelos media têm acompanhado os discursos dominantes produzidos nos diferentes contextos sociais⁴⁹. Justamente, essa foi uma das ideias que se evidenciou no Capítulo I, quando se analisou o modo como a história da 'integração' dos negros nos desportos modernos foi altamente marcada por padrões de exclusão e marginalidade. Embora se tenha assistido a uma progressiva 'aceitação' de atletas não-brancos nas várias modalidades, a sua posição tem sido, estruturalmente, subalterna. A par das representações visuais e narrativas mediáticas que reforçam as ideologias raciais, tem-se vindo a assistir a um discurso assente na tese de que a presença de atletas negros nas várias modalidades é a prova do declínio, ou mesmo da ausência, de racismo dentro e fora da arena desportiva (Grainger et al, 2006: 484).

Na verdade, esta linha de argumentação acaba por funcionar como mais uma estratégia de negação, já que a visibilidade concedida ao 'outro' não significa necessariamente o estabelecimento de uma relação simétrica. Recorrendo à expressão utilizada por Brighenti (2007: 335), 'a visibilidade é uma faca de dois gumes', no sentido em que tanto pode ser um meio de 'empoderamento' (*empowerment*) como também pode significar um 'desempoderamento' (*disempowerment*), na medida em que pode distorcer a realidade e contribuir para perpetuar as ideologias e paradigmas dominantes, ou seja, a visibilidade não é, em si mesma, libertadora (Brighenti, 2007: 340). Consequentemente, a tese que procura estabelecer uma relação causal entre a participação numerosa de atletas negros e a ausência de racismo está, na verdade, em

⁴⁹ Neste sentido, é necessária alguma precaução em relação ao posicionamento dos media relativamente ao racismo no contexto do futebol. Por exemplo, os sectores dos media britânicos, que tão veementemente condenaram as declarações de Sepp Blatter (que defendeu a ideia de que o racismo no futebol não existe), foram os mesmos que evidenciavam, nas décadas de 80 e 90, uma acentuada relutância acerca da necessidade de criação de movimentos políticos organizados antirracistas (Carrington, 2012: 964).

perfeita sintonia com os discursos meritocratas que tendem a ignorar as estruturas de poder e privilégio que operam nas sociedades ocidentais.

Um olhar mais atento permite compreender com maior detalhe esta sobre-representação dos atletas negros em algumas das modalidades desportivas. Não obstante reconhecer a necessidade de mais estudos, Harris (1994) mostrou que, de facto, o número de jovens negros que praticam desporto, mais especificamente basquetebol, é claramente mais alto do que o de jovens brancos. No entanto, contrariando a ideia comumente aceite de que os pais são os principais responsáveis por impulsionarem os seus filhos a optar pelo desporto profissional, esta pesquisa demonstrou que, na verdade, essa pressão é exercida, sobretudo, por outros atores sociais.

Com efeito, o aspeto mais significativo deste trabalho (Harris, 1994) refere-se à confirmação da tese de que os adolescentes negros recebem um maior incentivo da parte dos seus professores, treinadores e amigos para enveredarem por uma carreira desportiva. Importa, na verdade, destacar o papel e a influência dos professores no que respeita ao encaminhamento para áreas profissionais específicas:

Alguns professores - e outros atores relevantes - acreditam que os negros, devido a causas genéticas ou pelo ambiente que os rodeia, são fisicamente mais dotados do que os brancos. Eles podem igualmente acreditar que, ao empurrarem os jovens negros masculinos para o desporto (mais do que aos brancos), estão a agir no seu melhor interesse. Os atletas afro-americanos podem, eles próprios, vir a acreditar que são atleticamente mais dotados do que os atletas brancos (Harris, 1994: 48).

Nesta medida, as causas dessa sobre-representação não podem estar desligadas da perceção, sentida pelas próprias comunidades negras, de que as oportunidades de sucesso em outras áreas se encontram, pelo menos, parcialmente vedadas (Harris, 1994: 49). Não é, pois, de estranhar, que outros estudos que abordam a mesma área temática tenham chegado a conclusões semelhantes, mais concretamente no que respeita ao encorajamento para a prática desportiva que os jovens negros recebem da comunidade que os envolve (Shakib e Veliz, 2012).

Para além da pressão desempenhada pela escola, grupos de amigos e família, no que concerne ao encaminhamento dos jovens negros para os desportos de alta competição, o papel dos media não pode, de forma alguma, ser desvalorizado. Assim, os discursos mediáticos dominantes, ao participarem na tese de que a prática

desportiva representa uma das poucas oportunidades para a mobilidade social dos jovens negros das classes trabalhadoras, acabam por reforçar a ideologia racista dominante (Grainger et al, 2006: 487). De resto, a natureza deste discurso surge, inúmeras vezes, ligada às narrativas hegemónicas que sugerem a existência de uma relação entre crime e comunidades negras. É, aliás, a este propósito que Leonard (2004: 304) defende a ideia de que a constante associação entre criminalidade e atletas negros não só reflete o modo como o racismo opera nas estruturas mediáticas, como invoca uma memória ideológica histórica que é vincadamente racista.

Paralelamente aos textos produzidos e veiculados pelos media no que concerne às representações dos atletas negros, o papel desempenhado pela publicidade requer, também, alguma atenção. A utilização de desportistas de excelência, nos anúncios publicitários, por parte das grandes companhias multinacionais que atuam no contexto desportivo, teve início ainda na década de 70 do século XX. Esta estratégia, embora se apresente como sendo anti-discriminatória encontra-se, na realidade, emaranhada num ‘racismo refinado’, que mascara as desigualdades raciais que operam quer a nível local quer a nível global (McKay, 1995: 192).

A visibilidade que as grandes marcas conferiram a alguns atletas negros deve ser entendida como uma prática de ‘mercantilização da negritude’ e no contexto de novas formações sociais que emergiram no quadro da globalização (Collins, 2006). Deste modo, ao mesmo tempo que se pretende agradar às comunidades negras, satisfaz-se o ‘apetite’ de vários sectores da população branca, ávida de ‘saborear um pedaço do outro’ (Carrington: 2002: 3). No entanto, a sobre-representação destes desportistas no espaço mediático participa, ao contrário daquilo que enfatizam as narrativas predominantes, na preservação das relações de poder na sociedade (Hardin et al, 2004: 223), mais especificamente, na reprodução das hierarquias raciais (Andrews, 2012: 153).

A ascensão de alguns desportistas negros à condição de ídolos tem aberto espaço à reprodução de narrativas mediáticas meritocráticas, concorrendo, assim, para uma marginalização das perspetivas críticas⁵⁰. Deste modo, além de despolitizar o debate, a

⁵⁰ Um anúncio publicitário da marca ‘Puma’ ilustra claramente a forma como essa despolitização opera no contexto mediático e publicitário. Utilizando a imagem icónica de Tommie Smith e John Carlos, dos Jogos Olímpicos de 1968, na qual os dois atletas surgem no pódio a fazer a saudação do ‘Black Power’, de punhos cerrados, de luvas e descalços, o slogan da referida marca exclamava: ‘Sapatilhas de

utilização das imagens destes atletas para fins comerciais participa, também, na banalização e descontextualização do contexto político no qual elas ocorreram.

Para além do esvaziamento da discussão em torno das questões de poder, privilégio, raça e racismo, as marcas publicitárias têm vindo a reforçar os discursos meritocráticos dominantes. De facto, o uso de imagens de desportistas negros, fisicamente robustos, acompanhadas por slogans nos quais sobressaem termos como 'liberdade', 'dedicação', 'perseverança' ou 'individualismo' reforçam, inegavelmente, as narrativas hegemónicas (McKay, 1995: 192). A evocação do carácter igualitário do desporto, por parte dos media, está, na verdade, em perfeita sintonia com os proclamados valores das sociedades liberais, à volta das ideias de justiça e democracia. Neste sentido, o conteúdo dos anúncios das grandes marcas desportivas tem vindo a reforçar e a reproduzir os discursos meritocráticos:

Os anúncios da Nike e da Reebok assentam nesses mitos e metáforas, já que sugerem que a sociedade funciona 'naturalmente', tal como um evento desportivo entre fracos e fortes, entre competidores saudáveis e não saudáveis, e que os backgrounds raciais são inconsequentes ao competir no pretensso jogo meritocrático. No entanto, estas articulações negligenciam não só as desigualdades sociais de raça, classe e sexo/género, que se encontram impregnadas no próprio desporto, como também a exploração global de trabalho que sustenta a produção e o consumo dos slogans publicitários destas companhias de calçado (McKay, 1995: 193,194).

Desta forma, o enorme espaço que os desportistas negros ocupam na cultura mediática *mainstream* é apelidado de espetáculo da 'hipernegritude' (Carrington, 2002: 4), no sentido em que as representações e descrições dominantes se encontram profundamente ancoradas nas narrativas e ficções coloniais: os media desportivos, em particular, têm vindo a desempenhar um papel central na biologização das performances dos negros, através do constante uso de características animais para descrever os atletas negros (Carrington, 2002: 17). Na verdade, ao mascararem as desigualdades raciais que caracterizam as sociedades ocidentais, as grandes marcas publicitárias contribuem para o fortalecimento das leituras meritocráticas dominantes.

camurça'. Desta forma, ao transformar um protesto numa celebração, reescreve-se a história e expurgam-se os motivos que estiveram na origem dos atletas se terem apresentado de meias pretas (McKay: 1995: 194).

Contrariando a tendência geral, vale a pena prestar alguma atenção ao papel desempenhado pelo pugilista Muhammed Ali⁵¹, particularmente pela denúncia pública do racismo norte-americano e, conseqüentemente, pela relação que se estabeleceu, a partir de então, entre a sua figura e os media. Contrariamente com o que sucedia com a esmagadora maioria dos atletas, Muhammed Ali ao assumir publicamente as suas posições políticas, distanciou-se do papel que a imprensa demandava dos desportistas negros. Tal como havia sucedido com outros pugilistas da primeira metade do século XX, como Jack Johnson ou Joe Louis, Ali tornar-se-ia num símbolo para a população negra norte-americana. Curiosamente, os primeiros dois, que se tornariam referências para as gerações futuras, foram ‘sustentados e criados pela imprensa branca, que nem sequer tentou compreender quer as complexidades desses homens, quer a forma como eram recebidos nas comunidades negras’ (Saeed, 2002:53).

Na véspera de se tornar campeão mundial pela primeira vez, em 1964, Muhammed Ali já tinha dispensado a postura modesta do negro ‘bem-comportado’ que a sociedade demanda da generalidade dos desportistas, especialmente dos afro-americanos. E foi, primeiramente, devido a essa afronta que os media quiseram ‘pô-lo no lugar’, ainda que isso implicasse a vitória do seu oponente, também ele negro (Marqusee, 1995: 11). Curiosamente, Saeed refere que a generalidade da ‘América branca’, apesar de não estar habituada a tolerar ‘negros *arrogantes*’, parecia aceitar a personalidade cativante de Cassius Clay, já que a sua figura não parecia, ainda, representar uma ameaça social (2002: 55, *itálico no original*).

Esta tolerância que lhe era concedida, viria, definitivamente, a terminar após a combate com o então campeão mundial, Sony Liston. As razões para esse ‘divórcio’

⁵¹Muhammed Ali foi um pugilista norte americano que se destacou amplamente no panorama desportivo mundial, nas décadas de 60 e 70 do século passado. Considerado pela *Sports Illustrated* como um dos maiores atletas do século XX e o ‘melhor pugilista de todos os tempos’ Muhammed foi, por três vezes, Campeão Mundial. Consultado em junho 25, 2017, de <https://www.si.com/specials/muhammad-ali-legacy-sports-illustrated/index.html>. No entanto, a sua notabilidade está, igualmente, ligada ao papel que desempenhou fora dos ringues, enquanto ativista. Aliás, o seu comprometimento com a luta pelos direitos civis das populações afro-americanas levou-o, aos 22 anos, a substituir o seu nome de nascença: Cassius Clay por Muhammed Ali. A sua recusa em participar, em 1966, na Guerra do Vietname, valeu-lhe, entre outros aspetos, a perda do título de campeão mundial, dando assim início a uma longa batalha jurídica com diversas entidades estatais e desportivas. O seu posicionamento político, aliado à sua poderosa notabilidade, fizeram dele um ícone, não só para a comunidade negra norte-americana, como para todos aqueles que se erguiam contra as discriminações raciais noutros contextos. Conforme destaca Amir Saeed, ao desafiar o racismo e o imperialismo norte-americano, o seu apelo tornou-se ‘inclusivo e global’ (2002:70).

com o *mainstream* mediático estavam intimamente relacionadas com a sua já referida posição política de defesa dos direitos das comunidades negras e, mais tarde, com a sua recusa em participar na Guerra do Vietname. Paralelamente, a publicitação dos encontros que mantinha com Malcom X, aliada à mudança do seu nome, resultou no estabelecimento de uma relação tensa e de conflito com o *establishment* norte-americanos. A título exemplificativo, refira-se que foi somente ao fim de vários anos que a imprensa, que o havia apelidado de ‘militante do Islão’ (Marqusee, 1995: 11), o começou a tratar por Muhammed Ali (Marqusee, 1995: 14; Saeed, 2002: 59).

O clima de desafio que manteve com a esmagadora maioria dos media não pode, de forma alguma, ser dissociado da ‘declaração de independência’, sem precedentes num pugilista campeão mundial, que Muhammed havia feito após um encontro que tivera com Malcom X:

Acredito em Alá e na paz. Não quero mudar-me para nenhum subúrbio branco. Não quero casar-me com uma mulher branca. Fui batizado com doze anos, mas não tinha consciência do que estava a fazer. Já não sou um Cristão. Sei para onde vou e sei a verdade e não tenho que ser aquilo que vocês querem que eu seja. Sou livre para ser o que quero (apud, Marqusee, 1995: 13).

Como seria de esperar, o seu ‘radicalismo’ político tornou-o numa figura indesejável. Ao mesmo tempo que crescia a animosidade por parte do *establishment*, as palavras e slogans de Muhammed Ali tornavam-se numa referência para os diversos movimentos e organizações que lutavam contra a discriminação racial e contra o imperialismo: ‘Porque razão me pediriam eles para vestir um uniforme para, depois, ir largar bombas e balas a dez mil milhas de casa contra pessoas escuras no Vietnam, enquanto as denominadas pessoas negras de Louisville são tratadas como cães?’ (apud Marqusee, 1995, 18).

Entre 1964 e 1966, a imprensa parecia muito mais interessada no posicionamento político e religioso de Ali do que nas suas habilidades enquanto pugilista (Saeed, 1995: 60). Aliás, na projeção do combate da primeira defesa do seu título mundial, em 1964, os media faziam questão de frisar que se tratava de uma oposição entre ‘Islão e Cristandade’ (Saeed, 1995: 59). Na verdade, devido à persistência das suas posições e ao desafio aos poderes e ideologias dominantes, Muhammed Ali abalou a hierarquia racial simbólica que se produz na arena desportiva. Nas palavras de Mike Marqusee, ‘este simbolismo é imposto aos participantes, a partir de fora, pelas mesmas forças de

elite que moldam as percepções públicas noutras áreas' (1995: 26). No entanto, sublinha o autor, Ali teve a capacidade e o poder para inverter este processo: 'em vez do servo, ele tornou-se o mestre do simbolismo do boxe e fê-lo vendo-se a si próprio enquanto servo de uma causa maior' (Saeed, 1995: 26).

Fruto do reforço das ideologias hegemónicas, aliadas às conquistas alcançadas pelas minorias racializadas (devido, em grande parte, às ações dos movimentos que se batiam pela reivindicação dos direitos civis no contexto norte-americano), as décadas que se seguiram às lutas travadas por atletas como Muhammed Ali, Tommie Smith ou John Carlos, viriam a ser marcadas por uma certa ausência de tomadas públicas de posições políticas. É, pois, num contexto pretensamente pós-racial que o extraordinário sucesso alcançado por desportistas como Michael Jordan tem sido aproveitado por parte dos sectores mais conservadores da sociedade norte-americana como forma de legitimar o mito da democracia racial (Grainger et al, 2006: 485).

Além disso, a glorificação de alguns atletas negros e dos seus corpos tem contribuído para invisibilizar as condições sociais experienciadas pela maior parte das comunidades negras, diminuindo, assim, o espaço para a implementação de políticas públicas progressistas (Carrington, 2010: 108). Neste sentido, Michael Jordan é, na verdade, a personificação racialmente idealizada do neoliberalismo, pelo que a celebração da sua identidade no espaço público não pode ser analisada sem ter em consideração essa dimensão (Andrews, 2012: 155).

Não parece ser essa a leitura de Sterkenburg e seus colaboradores (2010) quando defendem a tese de que a celebração de figuras públicas negras, tais como as de Michael Jordan ou de Oprah Winfrey, estaria em consonância com as abordagens desenvolvidas por Stuart Hall a propósito da constante disputa em torno das noções de raça e etnicidade. Embora, tal como atrás se frisou, Hall (1995) tenha enfatizado o papel preponderante desempenhado pelos media no que concerne à contestação dos significados raciais, o sentido dos seus trabalhos parece ir, precisamente, na direção oposta. De facto, e embora Hall não tenha especificado esse ponto, a linha teórica por si desenvolvida serviu de base a outros investigadores (Andrews, 1996; Back et al, 2001a), que sustentam a ideia de que as audiências brancas estipulam determinadas condições para a celebração de desportistas negros:

Algumas superestrelas negras, particularmente Jordan, têm tido a capacidade de satisfazer as inseguranças e paranoias raciais da maioria branca, primeiramente devido à sua habilidade em ocultar as suas identidades negras (...) ao fazê-lo, estes ícones negros mediatizados atingiram um grau de aprovação popular que, superficialmente, poderia aparentar a impossibilidade da existência de discriminação racial no seio da sociedade Americana (Andrews, 1996: 139).

Desta forma, Sterkenburg e a sua equipa, ao defenderem que a celebração de figuras públicas negras espelha a ambiguidade dos discursos mediáticos (2010: 819), acabam por contribuir para invisibilizar as razões que estão por detrás dessa comemoração e que têm, sobretudo, a ver com o facto de estas não afirmarem, no espaço público, a sua *negritude*.

Evidentemente, a consagração mediática destes desportistas converge com as representações racistas dominantes e a partir das quais se reificam os imaginários populares, assentes nas noções de ‘bons’ e ‘maus’ negros (Wilson, 1997). Esse peso exercido sobre a generalidade dos atletas, para que estes não só sejam aceites, como também sirvam de modelos, esclarece o modo como as definições daquilo que constitui um ‘bom comportamento’ não sejam as mesmas para brancos e negros (Lindsey, 2001: 191). Estas ideias estão, aliás, bem explicitadas nos discursos que se têm vindo a produzir à volta, precisamente, de Michael Jordan, por um lado, e de Serena Williams, por outro.

O caso de Serena Williams é bem elucidativo acerca da forma como o racismo opera no espaço público e mediático. Num artigo publicado na plataforma eletrónica *Media Diversified*, Ahmed Sule (2015) explora o modo como as representações da referida tenista se encontram irremediavelmente ancoradas no imaginário colonial, mais concretamente em torno das categorias de ‘assimilado’ e ‘nativo’. Na perspetiva da autora, Serena Williams representa, metaforicamente falando, a ‘não-assimilada’ ou a ‘nativa’ do desporto contemporâneo, principalmente devido à sua postura dentro e fora dos campos de ténis. Este aspeto é bastante relevante, tendo em consideração que se trata de uma modalidade altamente elitista, tradicionalmente vedada à população não-branca em geral e à negra em particular.

O facto de ser um alvo permanente de discursos racistas deve, pois, ser compreendido a partir da longa história de objetificação, exotização e violência

exercida sobre o corpo negro e racializado das mulheres⁵², que não se coaduna com as definições dominantes do ‘corpo ideal’ das sociedades ocidentais. Aliás, as suas características físicas têm, inclusivamente, sido alvo de troça por parte de outras tenistas. Para além dessa ridicularização, Sule (2015) chama a atenção para os discursos que procuram justificar os inúmeros troféus conquistados e que assentam na sua pretensa superioridade física inata, o que demonstra como as teorias científicas do Século XIX, assentes no ‘excesso de fisicalidade’ e ‘animalidade’⁵³ (Carrington, 2002: 4, Back et al, 2001b: 93), permanecem profundamente enraizadas nos imaginários populares e mediáticos⁵⁴.

Naturalmente, o escrutínio contemporâneo de que é alvo a atleta negra não pode ser dissociado da história escravagista e colonial, particularmente das ‘exposições coloniais’ europeias, nas quais os corpos negros eram expostos como objetos selvagens e exóticos (Jobert, 2006; Matos, 2006). Um dos casos que mereceu maior atenção e discussão pública, no início do século XIX, foi o de Saartjie Baartman. Oriunda da comunidade *Khoi-San*, do território que é, hoje em dia, parte da África do Sul, Saartjie foi trazida para a Europa, para fins pretensamente científicos, e exibida publicamente em Londres e Paris (Young, 1997). A exploração sádica, misógina e racista de Saartjie é paradigmática em relação à forma como o corpo da mulher negra era escrutinado:

O tratamento dado aos corpos das mulheres negras, durante o século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, é considerado a génese sobre a qual assenta a mercantilização e a objetificação das mulheres negras, bem como a iconografia racista dos seus corpos que emergiu a partir destes contextos (Young, 1997: 706).

A partir deste momento, a feminilidade negra tornou-se enormemente subordinada a um sistema heterossexual racializado e no qual se privilegia a feminilidade branca,

⁵² Um excerto de um artigo publicado na *Sports Magazine* é esclarecedor em relação ao teor das narrativas mediáticas produzidas em torno de Serena Williams: ‘Sharapova é alta, branca e loira e, por isso, faz mais dinheiro em patrocínios do que Serena, que é negra, bela e constituída como um daqueles camións monstruosos que esmagam os Volkswagens nas arenas desportivas’ (Sule, 2015).

⁵³ O tema da animalidade tem sido particularmente notado nos discursos produzidos acerca do pugilista Mike Tyson, que partem, invariavelmente, dos ‘aspetos desviantes da masculinidade negra’. Por exemplo, num artigo publicado pelo *Independent*, escrevia-se que o pugilista tinha ‘descido a novos níveis de selvageria’, enquanto que no *Express* apelidava-se Tyson de ‘monstro’ (Carrington, 2002: 18).

⁵⁴ O cântico de ‘apoio’ entoado por alguns adeptos do Manchester United, dirigido a um dos ‘seus’ jogadores, Romelu Lukaku, no qual se aludia ao hipotético tamanho do seu pénis, é bem ilustrativo disso mesmo. Obtido em outubro 16, 2017, de <http://www.bbc.com/sport/football/41317495>

não obstante a sua construção obedecer, igualmente, à lógica patriarcal hegemónica que percorre a sociedade (Carrington, 2002: 6-7).

Na perspetiva de alguém que trabalhou como jornalista na Grã-Bretanha, Lindsey (2001) dá conta da forma como os discursos dos media têm, no contexto desportivo, vindo a reforçar a ideologia racista. Por exemplo, no caso da primeira grande conquista de Serena Williams, os jornais britânicos, além de enfatizarem que o seu triunfo só foi possível porque a tenista se encontrava em melhores condições físicas do que a sua oponente, concederam pouca visibilidade ao feito, colocando a notícia no fundo das páginas (Lindsey, 2001: 194).

Tal como se tem mostrado através da problematização das narrativas hegemónicas que operam no contexto dos media, o racismo não pode ser analisado enquanto um fenómeno que afeta somente uma parte deste setor. Pelo contrário, e de acordo com a linha de argumentação teórica seguida nesta dissertação, os discursos racistas devem ser compreendidos a partir de um quadro ideológico mais amplo. Neste sentido, e de forma a abrir espaço à introdução de narrativas contra-hegemónicas, a agenda antirracista deve ser mobilizada a partir da disputa dos significados do desporto, de modo a desconstruir os mitos que o universo mediático e publicitário ajudaram a crescer e que assentam, entre outros aspetos abordados nesta secção, nas ideias de liberdade, oportunidade e sucesso que os negros podem usufruir neste contexto (McKay, 1995: 198).

3.3 *Olimpismo, Media e Espetáculo Racial*

No imaginário popular, os Jogos Olímpicos representam o verdadeiro espírito desportivo que já não se encontra presente em outras competições com impacto global semelhante, como é o caso, por exemplo, dos campeonatos mundiais e europeus de futebol. Não é, pois, de estranhar, que muito já tenha sido escrito sobre a natureza dos Jogos, bem como acerca das suas consequências e implicações desportivas, políticas, económicas, sociais e culturais.

Assim, para além da competição entre atletas e equipas e das celebrações nacionais daí decorrentes, existem outras dimensões que merecem uma análise mais cuidada. Desde logo, a exploração do conjunto de representações experienciadas e partilhadas pelos milhões de pessoas, o que permite a cada telespectador ter a 'ilusão de ver o

espetáculo olímpico na sua plenitude’, pelo que é indispensável analisar ‘todas as *manifestações*’ que rodeiam a construção social dos Jogos, a começar pelas cerimónias de abertura e de fecho (Bourdieu, 1994: 102, *itálico no original*).

No panorama social e cultural que se vive nas sociedades contemporâneas, o papel dos media na cobertura dos grandes eventos desportivos assume-se como um aspeto central na ‘recriação da nação e na estimulação das manifestações de identidade nacional’ (Marivoet, 2006: 18). Embora a generalidade dos media exhiba, por exemplo, no quadro das competições internacionais de futebol, um discurso algo distinto quando comparado com o contexto dos Jogos Olímpicos, nomeadamente no que concerne a uma retórica assumidamente mais ‘patriótica’ e de exaltação nacional, é possível encontrar muitos aspetos em comum, nomeadamente no que concerne à reprodução de narrativas racistas e eurocêntricas.

Apesar dessa omnipresença das questões raciais, a grande maioria dos autores que se dedica à análise dos Jogos Olímpicos não tem optado por explorá-las. De uma forma geral, os trabalhos publicados têm-se centrado em dimensões tão variadas e que vão desde as análises biográficas dos desportistas que alcançaram maior êxito até às leituras marxistas, que procuram destacar o papel alienador do desporto, particularmente em eventos desta natureza (Bale e Christensen, 2004: 1). Não obstante essa diversidade temática e teórica, o papel desempenhado pelos meios de comunicação no quadro das grandes competições assume-se de extrema importância. Neste sentido, os Jogos Olímpicos, enquanto ‘mega-eventos’, são, por natureza, ‘formas de experiência mediatizadas’ (Roche, 2002a: 6).

Nos trabalhos desenvolvidos por Maurice Roche, considerado um dos autores com maior autoridade nesta área de pesquisa, a relação entre grandes eventos desportivos, media e globalização surge como o grande foco orientador (Roche, 2000; 2002a; 2002b). Apesar dos seus estudos pretenderem abordar as dimensões culturais, sociais e políticas que rodeiam os ‘mega-eventos’ desportivos, é pertinente notar que as questões de raça e racismo se encontram ausentes em praticamente todas as suas publicações⁵⁵. Ainda que a sua análise se assemelhe, em diversos aspetos, à de outros

⁵⁵ Num trabalho publicado em co-autoria, Roche e Van Berkel (1997) abordam algumas questões relacionadas com a cidadania europeia e a exclusão social. No entanto, a problematização abordada acerca da discriminação étnico-racial surge num plano semelhante ao de outras dimensões, tal como por exemplo, o desemprego. Ou seja, à semelhança da generalidade dos trabalhos académicos, não se

autores que partem igualmente de pressupostos eurocêntricos, Roche (2002b: 169) reconhece alguns dos limites que marcam os discursos retóricos dominantes, nomeadamente na reificação que se tem vindo a criar entre movimento olímpico e ideologia universal.

No entanto, o autor não explora de que forma é que essas contradições se expressam. Além disso, não se regista uma reflexão teórica crítica acerca desse pretensão universalismo. Da leitura dos seus trabalhos, depreende-se que o incumprimento dos 'Direitos do Homem' se reduza, praticamente, à implementação de determinados regimes políticos, como foi, por exemplo, o caso da África do Sul que foi excluída dos Jogos Olímpicos, precisamente devido ao reconhecimento internacional de que o *apartheid* consistia num estado formalmente racista (Roche, 2000b: 171). Ao seguir a linha orientadora da academia *mainstream*, Roche acaba, inevitavelmente, por contribuir para a manutenção do paradigma eurocêntrico. Exemplo disso é a noção que desenvolve acerca daquilo que entende ser a 'cidadania universal', assente na ideia de pertença a uma 'comunidade global constituída pelo 'facto ontológico-moral do estatuto comum do ser humano' (Roche, 2002b: 168).

Reforçando as ideias apresentadas no capítulo inicial deste trabalho, os fundamentos que serviram de base à construção do modelo de racionalidade científica foram determinantes para a consolidação de projeto 'universal'. Contudo, tal como se procurou demonstrar, essa pretensão universalista sempre se confundiu com a própria noção de ocidente (Sayyid, 2004), pelo que uma abordagem crítica daquilo que constituirá a 'cidadania universal' não pode estar desligada de uma leitura mais ampla que relacione o modo como a formulação das noções de universalismo e cidadania assentam, na realidade, em pressupostos ideológicos eurocêntricos e racistas.

O enfoque nas representações dominantes acerca das populações não-brancas, particularmente no caso daqueles que são definidos como negros ou árabes, permite a Farred (2012) problematizar os limites da cidadania na Europa contemporânea. Para tal, parte do caso de Liliam Thuram, jogador francês nascido em Guadalupe e que se

procura explorar as raízes que estão na base das desigualdades raciais nem o lugar que o racismo ocupa no imaginário europeu. Porém, o que é mais significativo é que essas análises, ainda que com alcance limitado, não sejam trazidas para o debate nos seus trabalhos que abordam as diversas dimensões que rodeiam os grandes eventos desportivos.

destacou no futebol mundial nos anos de 1990 e 2000. O autor define-o como uma ‘figura política’, no sentido em que as suas reflexões, ao ultrapassarem largamente o espectro desportivo, abrem caminho para um debate mais alargado acerca das relações entre futebol, *europicidade* e identidade nacional. Assim, o posicionamento político de Thuram só pode ser apreendido através da forma como a política de raça se cruza com as questões de cidadania e imigração na França contemporânea.

Ao contrário daquilo que os discursos intelectuais dominantes têm vindo a defender ao longo dos últimos dois séculos, o quadro ontológico que esteve subjacente à ideia de Europa não assenta em princípios universais. É neste sentido que Hesse (2007: 646) chama a atenção para o facto da generalidade da academia, inclusivamente no meio dos estudos críticos, ser incapaz de produzir leituras que teorizem ‘toda a historicidade colonial Europeia da modernidade desde o século XVI’, bem como o discurso europeu iluminista sobre raça durante o século XVIII. Como tal, as concepções sociais, culturais e políticas predominantes no ocidente resultaram na produção de narrativas humanistas, consubstanciadas no Iluminismo, pelo que a criação e consolidação do Olimpismo não pode estar dissociada de uma análise crítica que explore o sentido filosófico e político dos discursos universalistas:

Obviamente que esta construção de humanidade era estreita e parcial. O facto de a escravatura continuar a ser permitida nos Estados Unidos, de os Direitos do Homem corresponderem, na verdade, aos direitos de se possuir homens como propriedade, o facto da França e de outros poderes imperiais não verem nenhuma contradição entre a doutrina dos Direitos Universais e a negação destes direitos aos sujeitos coloniais, demonstrava a natureza profundamente racializada do humanismo (Carrington, 2004: 83).

Esta ideia vai ao encontro das leituras desenvolvidas por Aimé Césaire, quando este enfatizava que os discursos pseudo-humanistas europeus revelavam na realidade uma concepção dos direitos do homem ‘estreita e parcial; incompleta e parcial e, afinal de contas, sordidamente racista’ (2006: 16 [1950]).

Com efeito, as narrativas sobre a modernidade e a Europa têm sido produzidas a partir da ideia de raça. Ainda que formalmente os seus princípios morais desencorajassem o racismo, muitos dos seus defensores acabaram por permitir e autorizar a prática de exclusões raciais com base no princípio da ‘razão’ (Goldberg,

1993: 223). Mais concretamente, a pretensão da universalidade implicou não só a exclusão, como a negação de uma parte da humanidade:

Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal (Santos, 2007: 10).

É, portanto, neste quadro de inter-relações entre as concepções de modernidade, humanismo e desporto que se deve localizar e analisar o Olimpismo. Em primeiro lugar, importa sublinhar que a ‘diversidade cultural’, tão apregoada nas narrativas académicas e mediáticas hegemónicas, assenta numa perspetiva altamente eurocêntrica, que começa pelo facto de não se reconhecer que o desporto olímpico corresponde, na realidade, ao desporto ocidental (Eichberg, 2004: 66). Com base nesta ideia, dever-se-ia prestar uma maior atenção não só às ‘contradições do modelo Olímpico dos desportos’, como também às ‘conexões históricas entre colonização e globalização’ (Eichberg, 2004: 67). A exploração dessas dimensões possibilitaria uma maior clarificação acerca do modo como os discursos produzidos no quadro deste tipo de competições são o produto da hegemonia que o ocidente tem procurado exercer sob o resto do mundo.

Apesar das narrativas hegemónicas tenderem para uma enfatização do espírito desportivo, a verdade é que o espectro racial tem estado continuamente presente nos discursos Olímpicos (Bale e Christensen, 2004: 5). Essa omnipresença é, na verdade, o resultado das ideologias que foram sendo construídas acerca dos desportistas negros e que originaram a criação do ‘atleta negro’ (Carrington, 2010), edificada durante o colonialismo europeu e que se enraizou de uma forma tão marcante nos imaginários mediáticos e populares.

Embora a concepção da figura do ‘atleta negro’ tenha ocorrido no início do século XX, é interessante salientar que a generalidade dos jornais da época tenha procurado silenciar as primeiras conquistas alcançadas pelos desportistas negros nas grandes competições, nomeadamente nos Jogos Olímpicos de 1924 e de 1936 (Goldblatt, 2016). Esses feitos foram, na altura, concebidos como uma espécie de ‘blasfémia racial’ (Carrington, 2010: 75), no sentido em que desautorizavam as concepções

dominantes acerca da superioridade física e intelectual dos brancos face às outras raças. Como se mostrou no capítulo inicial, a partir do momento em que as elites ocidentais construíram a tese de que os negros detinham um ‘poder explosivo’ em termos musculares, a tónica desses discursos centrou-se na sua ‘capacidade de resistência’ (Carrington, 2010: 78). Ou seja, produziu-se a tese de que os negros, ao contrário dos brancos, tinham falta de estamina (Wiggins, 1989).

O que é particularmente marcante é que essas lógicas permanecem, até aos dias de hoje, e de uma forma muito pouco contestada, hegemónicas em diversas esferas da vida social. A sedimentação desses paradigmas está, em larga medida, intimamente ligada à enorme mediatização que acompanha os grandes eventos desportivos. Consequentemente, os discursos mediáticos, que gozam de uma extraordinária visibilidade durante dos Jogos Olímpicos, acabam, inevitavelmente, por reforçar as narrativas dominantes assentes na tese do atletismo natural e no ‘primitivismo’ dos atletas negros (Hardin et al, 2004).

Não obstante este quadro, os discursos dominantes são, em determinados momentos, postos à prova. Durante os Jogos Olímpicos de 2000, realizados em Sydney, dois acontecimentos evidenciaram a natureza contraditória desses pressupostos. O primeiro refere-se ao feito alcançado por um atleta proveniente da Guiné Equatorial, que, beneficiando da desqualificação, por falsa partida, dos seus oponentes, competiu sozinho e alcançou a medalha de ouro numa prova de natação. Na sequência dessa conquista, diversos artigos jornalísticos apressaram-se a traçar a biografia do atleta, enfatizando como a sua bravura o tinha levado a aprender a nadar, apenas no ano anterior ao da competição, em rios ‘infestados por crocodilos’, num ‘canto remoto da África Ocidental’ (Carrington, 2004: 89). Com efeito, este fascínio pelo exótico e selvagem constitui um dos traços fundamentais que tem marcado a generalidade dos discursos dos media europeus, pelo que serão analisados, em maior detalhe, no capítulo V.

O segundo caso, igualmente ocorrido nos Jogos de Sydney, refere-se à conquista da medalha de ouro por parte de um atleta grego na prova de 100 metros de atletismo. Perante esta inesperada vitória, havia que procurar restabelecer a ordem racial. Imediatamente, emergiu um conjunto de hipóteses que procurou ‘atribuir algum sentido’ a essa ‘ameaça à ordem desportiva racial’, assente, entre outras explicações,

na certeza de que Konstantinos Kenteris estaria dopado (Carrington, 2004: 91). No entanto, o argumento mais significativo que surgiu foi despoletado na sequência de uma declaração de um dos atletas, participante na prova, quando afirmou que Konstantinos ‘não é branco, é grego’ (Carrington, 2004: 92).

Estes discursos comprovam a tese que advoga que, embora a cor da pele seja um aspeto particularmente relevante, não é de todo o único marcador a partir da qual a ideia de *branquitude* foi elaborada. Dito de outra forma, a ideia de raça, ao ultrapassar os traços fisionómicos que distinguem as diferentes populações, emerge e afirma-se como uma posição social e política. Evidentemente, existe uma marca biológica que aciona, inúmeras vezes, discursos racistas contra populações etnicamente marcadas. No entanto, isolar a categoria de raça como unidade cromossomática afigura-se extremamente redutor⁵⁶.

Partindo desta premissa, é produtivo prestar uma maior atenção aos discursos que têm vindo a racializar os Europeus do Sul e que tem a ver, justamente, com a produção do não-europeu. Na verdade, as narrativas dominantes no contexto europeu produzidos acerca dos povos do Sul assentam na reificação de determinadas características culturais, mais precisamente na sua pretensa ociosidade e indolência (Van Vossole, 2016). De acordo com este argumento, a posição económica hegemónica dos países da Europa Central e do Norte foi criando as condições necessárias para o reforço de discursos neocoloniais relativamente aos povos mediterrânicos, que se acentuaram dramaticamente na última década (Van Vossole, 2016).

Não obstante se reconhecer a importância de outros atores, o papel dos media tem sido decisivo para a reprodução destas narrativas racializadas: ‘no caso da ‘história’ da crise do Euro, o suporte racializado dos PIGS articula-se na perfeição com os discursos hegemónicos mediáticos neoliberais das recentes décadas, tal como no que diz respeito aos interesses corporativos de classe da parte dos donos dos media (Van

⁵⁶ Por exemplo, a racialização dos Irlandeses e a sua posição subalterna na hierarquia da *branquitude* no contexto do imperialismo britânico, reforça a tese de que a cor da pele não pode ser isolada de outros discursos que produzem a ideia de raça (Mcveigh e Lentin, 2002: 17). O caso dos ‘judeus brancos’, por oposição aos ‘arianos’, no contexto da Alemanha nazi, bem como os processos de racialização que ocorrem atualmente no contexto da ocupação da Palestina, comprovam o carácter ‘estritamente mítico-social’ da relação entre ‘cor’ e ‘raça’ (Quijano, 2009: 113).

Vossole, 2016: 12). De facto, essas leituras, que também dominam o espectro do jornalismo ocidental, têm contribuído para o reforço dos discursos raciais essencialistas. Para além disso, a forma como esses discursos se produzem tem permitido que se estabeleça um diálogo poderoso com as narrativas ‘pós-raciais’ e ‘colourblind’ (Hughey e Goss, 2015).

Como se observa, esta discussão é, também ela, particularmente importante para que se compreenda mais aprofundadamente as raízes dos discursos racistas que se produzem e reproduzem no contexto desportivo. Mais do que isso, a análise das narrativas hegemónicas mediáticas elucida a forma como a noção de *branquitude* é contingente, imprecisa e contestável. É esse o argumento defendido por Hylton e Lawrence (2015), a propósito dos discursos dos media construídos a partir da figura de Cristiano Ronaldo. Com efeito, a sua ambiguidade racial está diretamente relacionada com a própria redefinição da ideia de *branquitude* e *europiedade*. Neste sentido, Ronaldo é um português, mediterrânico, ‘oriundo de um território no Oceano Atlântico, nascido e criado numa ilha portuguesa, considerada ‘um bocado hispânica’; um ‘corpo branco’ de ‘pele escura’” (Hylton e Lawrence, 2015: 776, aspas no original). Essa ambivalência racial não deve, de modo algum, ser desconectada do importante papel que a ilha da Madeira desempenhou na economia colonial e que adveio da exploração do trabalho escravo⁵⁷ (Vieira, 2004; Pinsky, 2012).

No caso do feito, acima descrito, alcançado pelo atleta grego, a explicação que melhor salvaguarda as narrativas raciais hegemónicas encontra-se nessa não *europiedade* dos povos mediterrânicos. Tal como ironiza Carrington (2004: 92), os europeus do Norte e do Centro sempre tiveram ‘dúvidas acerca daqueles lá no Sul – não foi em Espanha e no Sul de Itália que os Mouros passaram demasiado tempo e a Grécia não é, afinal de contas, virtualmente parte do Norte de África?’

Desta forma, os significados destes momentos desportivos, mais ou menos imprevistos, são absorvidos pela força dos discursos hegemónicos e narrados como se fossem aberrações excecionais ou, simplesmente, como eventos que não aconteceram (Carrington, 2004: 93). Aliás, a transformação de acontecimentos históricos em ‘não-

⁵⁷ A emergência do comércio de escravos em Portugal e a conseqüente normalização da figura do ‘negro-mercadoria’ durante o Século XV, levou muitos comerciantes a procurarem ‘novos mercados’, nos quais os negros eram usados para trabalharem na crescente indústria do açúcar, nomeadamente nas ilhas atlânticas da Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Açores (Pinsky, 2012).

eventos' é parte integrante da ideologia dominante ocidental (Trouillot, 1995⁵⁸), pelo que se espera que as justificações oferecidas para explicar as vitórias inesperadas dos dois atletas forneçam as condições necessárias para a manutenção das ideologias dominantes.

3.4 *Discursos Mediáticos Racistas e Eurocêntricos no contexto das Grandes Competições Internacionais de Futebol*

Paralelamente ao que sucede com os Jogos Olímpicos, o contexto dos Campeonatos Mundiais de futebol, bem como os Europeus, Sul-Americanos e Africanos, proporcionam momentos significativos no que diz respeito à produção de discursos racistas e eurocêntricos. Apesar de alguns autores defenderem a tese assente na ideia de que o futebol pode ser, também, um espaço de contestação dos discursos dominantes e, inclusive, de criação de contra narrativas (Soto, 2014), a verdade é que estes palcos têm oferecido aos media uma oportunidade privilegiada para reproduzir e manter o paradigma racista e eurocêntrico (Carrington, 1998b; Hebenstreit, 2010; Almeida, 2012).

Contrariamente aos Jogos Olímpicos, que tendem a ser genericamente descritos a partir dos pretensos valores universais e de competitividade desportiva sã, o contexto do futebol abre caminho a discursos marcados pelo antagonismo e oposição. Com efeito, o futebol, enquanto prática cultural, é um desporto altamente competitivo, agressivo e masculino e que 'exige dos jogadores que estão no terreno uma ação marcada pela coragem, audácia e resistência, e que magnetiza os espectadores', levando-os a um forte investimento emocional (Marivoet, 2002: 19).

Na realidade, o futebol é intrinsecamente um palco de confrontação no qual os atores envolvidos apenas adquirem um sentido de si próprios a partir do momento em que se definem por oposição aos outros (Giulianotti, 1999; Marivoet, 2004). Assim, no imaginário dos adeptos, um jogo representa a disputa entre duas comunidades

⁵⁸ Num importante trabalho que, no entanto, permanece marginalizado no contexto académico e mediático, Trouillot (1995) explora a forma como a Revolução Haitiana tem sido historicamente silenciada. De acordo com a abordagem apresentada, o silenciamento da Revolução tem a ver com o facto de uma revolta organizada de escravos ser 'impensável', precisamente porque uma sublevação dessa natureza constituía um poderoso desafio ao quadro ontológico e mental dominante (Trouillot, 1995: 82). Nesse sentido, as revoltas dos sujeitos escravizados e colonizados eram classificadas como explosões violentas irracionais, o que não só atestariam o seu estado cognitivo atrofiado, como confirmavam a capacidade limitada em aprender com os seus mestres (Carrington, 2010: 42).

distintas, pelo que a capacidade singular do futebol em encarnar um sentido de representatividade das comunidades imaginadas localizadas, transforma-o num palco privilegiado de afirmação das identidades locais, regionais e nacionais (Almeida, 2006: 25).

A especificidade do futebol e a sua rara capacidade em aglutinar as identidades distintas devem ser levadas em consideração quando se pretende levar a cabo uma análise dos discursos mediáticos. Para além de um palco de disputa política, o futebol das últimas décadas – refletindo a intensificação dos processos de mercadorização das sociedades contemporâneas capitalistas – tem-se constituído num crescente fenómeno de consumo. Em Portugal, especificamente, o extraordinário espaço que o futebol ocupa na vida social pode ser entendido como ‘sinal do relativo empobrecimento da cultura popular portuguesa, que não desenvolveu outras formas semelhantes de produção e consumo público da cultura’ (Almeida, 2006: 99) que fosse capaz de congregiar um conjunto de grupos sociais tão alargado. Neste sentido, a importância concedida ao futebol favorece, em certa medida, uma narrativa que dramatiza as ocorrências dentro e fora do campo.

É importante, porém, frisar que a carga emocional que o rodeia não pode servir de pretexto para que se banalize a produção de narrativas racistas e eurocêntricas. Como se procurará evidenciar com maior destaque nos capítulos seguintes, os diversos atores, direta e indiretamente envolvidos no fenómeno do futebol, tendem, em diferentes momentos, a desculpabilizar e a desvalorizar o conteúdo de alguns dos discursos produzidos. Dito de outra forma, a ideia de que os textos escritos ou os cânticos dos adeptos devem ser relativizados por serem fruto do ‘calor do momento’ e não de algo mais profundo e enraizado, deve ser rebatida.

Tendo em consideração esse importante espaço que o futebol ocupa na representação das culturas populares, os discursos mediáticos que se produzem neste contexto têm um alcance poderoso. Recuperando a ideia relativa ao papel dos meios de comunicação social na promoção e consolidação das identidades nacionais, Soto (2014) destaca a sua capacidade em ‘falar sobre a nação’, constituindo-se num instrumento preponderante de disseminação das narrativas futebolísticas e, por conseguinte, da própria identidade nacional. De acordo com esta leitura, o ‘efeito cumulativo dos meios’ tem contribuído decisivamente para consolidação de um

imaginário nacional comum através do futebol e para a difusão de uma ideia de unidade nacional assente na reprodução de um discurso futebolístico que reforça a existência de uma identidade coletiva (Soto, 2014).

É a partir destas premissas que se compreende que os grandes eventos internacionais de futebol, especialmente o Campeonato Europeu, a Copa América, a Taça das Nações Africanas e os Mundiais de seleções, representem espaços de enorme visibilidade. Um dos primeiros trabalhos publicados sobre media, racismo e cultura popular pertence a Carrington (1998b), que explorou a forma como os discursos dominantes que emergiram no contexto do Euro 96, organizado pela Inglaterra, excluíram negros e asiáticos. Mais concretamente, o autor sublinha que algumas das expressões culturais que acompanharam a própria competição são parte de um processo mais vasto que associa a identidade nacional inglesa à identidade masculina branca⁵⁹ (Carrington, 1998b: 101).

Esse processo ocorre a vários níveis. Em primeiro lugar, emerge nos discursos políticos que, apesar de 'racialmente codificados', procuram 'invocar a noção de uma Inglaterra mítica, nostálgica e implicitamente branca, como sendo um país rural, repleto de campos verdes invencíveis' (Carrington, 1998b: 102). Em segundo lugar, destaca-se o simbolismo da música produzida especialmente para o evento (e do vídeo que a acompanha⁶⁰), na qual sobressaem noções de pertença, pureza e contaminação, sugerindo-se que essa 'poluição' terá começado na década de 70 do século passado, precisamente na altura em se assistiu a um aumento de jogadores negros nos campeonatos profissionais (Carrington, 1998b: 114).

Para além da pertinência destas observações, outro aspeto que enriquece o contributo de Ben Carrington (1998b) reside na capacidade revelada em problematizar a questão racial no desporto como parte do enraizamento do racismo nas sociedades ocidentais. Isto é, não se trata de abordar o racismo como simples reflexo das normas e valores dominantes, mas sim de explorar a relação entre colonialismo, imperialismo e identidade nacional, privilegiando, neste caso, o contexto do futebol. É, pois, neste

⁵⁹ Os discursos dominantes não só excluíram os negros e asiáticos, como também as 'vozes das outras nações dentro da Grã-Bretanha' (Carrington, 1998b: 118).

⁶⁰ O vídeo da Música 'Fotball's Coming Home', que faz parte de um discurso ideológico conservador e eurocêntrico, destaca-se pela ausência de rostos negros e asiáticos, reforçando, desta forma, a associação entre 'englishness' e 'whiteness' (Carrington, 1998b: 113).

sentido que se sublinha o modo como a narrativa dominante que acompanhou o Euro 96 se encontra profundamente ancorada no paradigma colonial, resgatando o passado imperialista britânico:

No fundo, Football's coming home pretende tentar reconstruir uma Grã-Bretanha imperial, considerando, independentemente de outros dizerem que o futebol é um jogo à escala mundial, que a Inglaterra tem direitos inalienáveis sobre o futebol, baseando-se na ideia errada de que a sua regulamentação foi criada no país, há cerca de um século, e que, por isso, o futebol é o nosso jogo (Carrington, 1998b: 113).

No caso concreto da Grã-Bretanha, tem sido salientada a ideia de que o futebol ocupa um lugar fundamental para a compreensão da própria reconfiguração do racismo moderno (Bradbury, 2010). Neste sentido, aquilo que se pretende mostrar é a forma como as expressões culturais com forte implementação na cultura popular, tais como o futebol, os media e a música pop, são parte integrante de um discurso que procura reinventar uma versão de uma nação homogénea, racialmente exclusiva e que promove uma identidade que elimina as representações de negros do imaginário nacional (Carrington, 1998b: 105). Assim, é essencial explorar os contextos nos quais se constroem os processos raciais, que, embora não sejam imutáveis, desempenham um papel determinante na 'manutenção dos padrões de privilégio, dominação e supremacia branca' (Back et al 2001a: 34).

É exatamente a partir dessa posição de supremacia que os media europeus têm assumido discursos racistas e eurocêntricos, particularmente visíveis em eventos específicos. O caso do campeonato Mundial de 2010 que decorreu na África do Sul constituiu um dos momentos mais marcantes no que concerne à reprodução dessas narrativas no contexto do futebol. Embora a discussão crítica dessas narrativas seja no alvo de uma análise detalhada no capítulo V, vale a pena destacar algumas ideias-chave. A primeira está relacionada com o facto de ter sido o primeiro evento do género organizado e disputado no continente africano, no sentido em que essa particularidade abriu espaço à reprodução de discursos mobilizadores do imaginário colonial. Assim, este evento não só propiciou uma ocasião para enaltecer o passado colonial e imperial europeu, especialmente o português, como serviu igualmente para reificar as representações hegemónicas acerca da africanidade (Almeida, 2012).

Assim sendo, não é de admirar que as narrativas dos media portugueses se tenham destacado pelo seu cariz marcadamente eurocêntrico e que passaram, por um lado, pelo enaltecimento dos ‘descobrimientos’ *lusitanos* e, por outro, por um conjunto de representações essencializadas sobre África e os africanos que permanece refém do imaginário colonial e imperial. Aliás, essa tendência fez-se notar ainda antes do início da competição, materializada a partir da ideia de que o torneio iria colocar em confronto o ‘moderno’ ao ‘tradicional’ ou a ‘razão’ face à ‘magia’ (Almeida, 2012: 104). De facto, os discursos eurocêntricos ganharam uma enorme visibilidade, não só nos meios de comunicação portugueses, como também em outros países europeus.

O contexto mediático alemão também mereceu alguma atenção, no qual se destaca que o conteúdo das narrativas dominantes sobre África e os africanos foi igualmente pautado pelo eurocentrismo e chauvinismo (Hebenstreit, 2010). Em larga medida, esses discursos foram despoletados pelo uso das chamadas ‘vuvuzelas’⁶¹ por parte dos adeptos sul-africanos. Apesar destes instrumentos sonoros terem sido utilizados por outros adeptos, principalmente por sul-africanos brancos, os media alemães, assumindo uma postura de superioridade cultural, aproveitaram esta prática para reproduzir e reificar o imaginário ocidental europeu assente numa África exótica, excêntrica e culturalmente remota (Hebenstreit, 2010: 6).

Da mesma forma, a questão do exotismo, produto do imaginário colonial, esteve, junto dos media portugueses, continuamente presente nas representações da ‘cultura africana’. Efetivamente, o fascínio pelo exótico constituiu um tema recorrente nas diversas publicações jornalísticas, inserindo-se no imaginário que a Europa e o Ocidente construíram acerca de uma África selvagem, pretensamente homogénea e imutável ao longo do tempo (Almeida, 2012: 115).

Paralelamente ao encanto pelo exótico, os discursos dos media, sobretudo no contexto desta competição, foram marcados por uma tentativa de estabelecer uma relação entre a análise da performance desportiva das seleções africanas e as suas pretensas particularidades culturais e raciais. Assim, a escolha de termos como

⁶¹ As vuvuzelas são um instrumento sonoro utilizado em alguns estádios de futebol, especialmente na África do Sul e em Moçambique. Não obstante o seu uso ser anterior à realização do Campeonato do Mundo de 2010, foi durante esta competição que as vuvuzelas ganharam uma especial visibilidade. Inclusivamente, algumas seleções, jornalistas e adeptos apelaram à FIFA para que esta proibisse a sua utilização nos estádios. Porém, a SAFA (*South African Football Association*), insistindo que essa era uma prática que cultural característica dos sul-africanos, conseguiu evitar a sua proibição.

‘ingenuidade’, ‘generosidade’, ‘bondade’ ou ‘imaturidade’, escolhidos para classificar o desempenho das equipas africanas, não pode ser dissociado do enraizamento da ideologia racista e eurocêntrica (Almeida, 2012: 16).

À semelhança do que observa no caso português, os discursos mediáticos britânicos produzidos por ocasião das competições internacionais de seleções de futebol também têm merecido alguma atenção, embora esse enfoque esteja, maioritariamente, direcionado para outros aspetos e dimensões. De uma forma geral, tem-se registado uma tendência, sobretudo em jornais de cariz mais sensacionalista, em explorar, insistentemente, a violência protagonizada por adeptos ingleses. No entanto, a posição dos media face ao comportamento de alguns dos ‘seus’ seguidores tem-se revelado, em diversos momentos, ambígua. Assim, se por um lado se condena a violência explícita, por outro regista-se uma tentação em desculpar algumas dessas ações. No entendimento de Garland e Rowe (2001: 143), esta ambiguidade resulta, em parte, da tensão política existente entre a União Europeia e a Grã-Bretanha e para a qual alguns setores dos media, ao alimentarem uma retórica nacionalista e xenófoba, têm contribuído largamente.

Contudo, o que é particularmente interessante notar no contexto britânico é a escassez de estudos que se proponham analisar outras dimensões, nomeadamente a relação que se estabelece entre esses discursos racistas e eurocêntricos com a ideologia dominante. Com efeito, essas abordagens parecem limitadas e parciais. Nesta linha de raciocínio, e numa análise desenvolvida a propósito dos discursos dos media durante o Campeonato Europeu de 1996 e o Campeonato Mundial de 1998, destaca-se a hipocrisia de alguns setores mediáticos. Por um lado, apressam-se a condenar, de forma veemente, a violência protagonizada por alguns setores dos adeptos ingleses. Apesar disso, por outro, os discursos que produzem e que não raras vezes glorificam e enaltecem nostalgicamente as celebrações das vitórias militares imperiais daqueles que ‘lutavam pela Inglaterra’ revelam uma hipocrisia que importa sublinhar (Garland e Rowe, 2001: 175).

Neste sentido, os autores realçam a necessidade de trazer a questão colonial para o debate sobre raça e racismo no futebol, o que permitiria elucidar as dinâmicas raciais que se estabeleceram na Grã-Bretanha, especialmente a partir da segunda metade do século XX com a vinda das populações caribenhas para a ‘metrópole’ (Garland e Rowe,

2001: 18). No entanto, à semelhança do que acontece na generalidade do contexto europeu, também os media britânicos não evidenciam qualquer tendência para enquadrar o racismo com a história imperial britânica. Aliás, não só não a questionam, como são parte integrante na manutenção do paradigma racista e eurocêntrico.

Em suma, o estudo desenvolvido neste capítulo mostra que a problematização das narrativas mediáticas deve ser percebida a partir de um quadro ideológico mais amplo. Somente a partir daí se poderá apreender, com mais clareza, os discursos produzidos por ocasião dos grandes eventos desportivos. A análise de casos concretos, tais como o da conquista da medalha de ouro numa prova de atletismo por um atleta grego nos Jogos Olímpicos de Sidney, revelam que a *branquitude* não se esgota na cor da pele, afirmando-se, de igual modo, como uma categoria política. Assim, a produção do não-europeu mostra a ambiguidade e contingência que subjaz à construção da noção de *branquitude*.

Tal não implica que os imaginários racistas não se edifiquem a partir de uma marca biológica. É esse o caso de Serena Williams. Como se demonstrou, é justamente com base na sua robustez física que os discursos mediáticos têm vindo, insistentemente, a representá-la a partir do reportório colonial, de acordo com o qual os atletas negros são dotados de um ‘excesso de fisicalidade’ que os relega, portanto, para um universo, mais próximo da animalidade.

No caso concreto das competições internacionais de futebol, explorou-se o modo como a inter-relação entre colonização, identidade nacional e racismo, permanece profundamente marginalizada pela esmagadora maioria dos media europeus. Em rigor, embora esses vínculos não sejam questionados pelos meios de comunicação, uma análise crítica dos seus discursos revela, precisamente, a forma como se conectam.

Neste particular, mostrou-se como a realização do Campeonato Mundial de selecções, que se desenrolou, em 2010, na África do Sul, motivou, por parte dos media, a produção de uma narrativa profundamente ancorada no colonialismo e no imperialismo europeu. No que diz respeito aos media portugueses, este evento, para além de ter motivado uma narrativa enfaticamente glorificadora dos ‘descobrimientos’

cristalizou um conjunto de representações de África e dos africanos assente no seu exotismo e primitivismo.

Embora este evento tenha constituído uma ocasião particularmente fértil para a produção de discursos mediáticos eurocêntricos e racistas, a exaltação do ‘carácter nacional’ tem-se vindo a observar, igualmente, noutros contextos semelhantes. Conforme se abordou, a realização do Campeonato Europeu de Futebol em Inglaterra, em 1996, já havia constituído um momento privilegiado para a reprodução da tese da homogeneidade racial da nação inglesa.

O argumento acerca do ‘efeito cumulativo dos meios’ (Soto, 2014) é particularmente útil para que se compreenda, mais aprofundadamente, o papel dos media nas sociedades contemporâneas, no sentido em que realça a sua preponderância na consolidação dos imaginários nacionais. O caso português ilustra claramente como se estabeleceu essa relação. Conforme se evidenciará em seguida, a imprensa nacional tem tido um papel extraordinariamente importante na produção e reprodução da *portugalidade*, isto é, “essa ‘maneira de ser’ nacional que os media parecem ter como certa e indesmentível’ (Coelho, 2001: 74, aspas no original).

Neste sentido, as suas narrativas não só refletem a ideologia dominante como também são parte ativa no processo de ‘fabricação’ de ideias sobre a nação. A este propósito, importa, desde já, recuperar o argumento de Stuart Hall (1995), quando afirma que os discursos produzidos e veiculados pelos media, mais do que resultarem de uma intenção meramente individual, são reveladores de um processo ideológico mais vasto e que, neste caso, se refere ao enraizamento do paradigma colonial na sociedade portuguesa.

Não obstante o período fascista ter sido particularmente ‘intenso’ na edificação e consolidação da identidade nacional, os capítulos seguintes desafiam a tese – consensual em Portugal – de que a queda do salazarismo implicou uma rutura com os entendimentos hegemónicos da *portugalidade*, construída a partir de tese da homogeneidade cultural e racial, entendida enquanto condição ‘natural’ das nações europeias.

Capítulo 4 | A IMPRENSA PORTUGUESA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO A PARTIR DO FUTEBOL

O consenso teórico discutido nos capítulos anteriores constitui um importante ponto de partida para centrar a discussão no modo como os media têm desempenhado um papel fundamental na produção e reprodução da identidade nacional portuguesa. Desta forma, um dos objetivos do presente capítulo é demonstrar em que medida os discursos da imprensa – desde o período colonial até aos dias de hoje – têm cristalizado a tese da homogeneidade racial. Conforme se evidencia, o colonialismo funciona enquanto marco histórico determinante para a edificação das conceções hegemónicas de *portugalidade*, no sentido em que é com base nesse sistema de poder que as hierarquias raciais contemporâneas se reproduzem e naturalizam.

Tendo em vista um aprofundamento acerca do modo como estes temas são problematizados no contexto do futebol, o papel dos media, na condição de ‘formador de opiniões’ (Van Dijk, 2005b), é igualmente confrontado com as visões de diversos atores ligados ao mundo do futebol. Na verdade, estas, embora muitas vezes codificadas, naturalizam a tese do atletismo natural dos futebolistas negros, perpetuando assim representações da africanidade marcadamente eurocêtricas.

A análise de casos específicos, tais como as narrativas em torno de Eusébio da Silva Ferreira, permite compreender como é que o futebolista moçambicano se tornou símbolo de um país que, ao mesmo tempo que nega o racismo, celebra enfaticamente o seu passado colonial. Como se discute, a ideia de Eusébio como símbolo nacional clarifica de que forma o contexto do desporto produz noções de pertença, exclusão e assimilação. Para tal, reforça-se a linha desenvolvida nos primeiros capítulos e que consiste na ideia de que essas noções não podem ser compreendidas senão a partir da tese que defende que raça constitui um marcador que separa a *europiedade* da não-*europiedade*. Com efeito, este caso exemplifica claramente a maneira como a nação é percecionada como branca, ainda que em tensão com o imaginário multirracial que resulta da narrativa colonial lusotropicalista. Note-se que a pertença à nação não está

completamente vedada aos futebolistas negros, estando, contudo, dependente da sua capacidade de assimilar a 'cultura portuguesa'.

O estabelecimento de um diálogo efetivo com as discussões levadas a cabo nos capítulos I, II e III esclarece em que medida o futebol promove noções de pertença e exclusão com base na origem étnico-racial. É, justamente, a problematização da questão nestes termos que permite compreender o modo como as populações negras e ciganas não são percebidas nem discursadas como fazendo parte da identidade portuguesa. Em concreto, a insistência de um discurso que reforça a pretensa incompatibilidade da comunidade cigana para com o núcleo fundador do caráter nacional, contribui largamente para reforçar o pressuposto da homogeneidade da nação.

O capítulo está estruturado em sete secções. A primeira projeta as escolhas metodológicas que orientaram a pesquisa empírica, realçando em que medida essas opções permitem o estabelecimento de um diálogo efetivo com a orientação teórica seguida ao longo de tese.

A secção seguinte, centrada no período do Estado Novo, evidencia como as narrativas coloniais racistas contribuíram para a consolidação de ideias sobre a nação assentes na *grandiosidade portuguesa*. Saliente-se que a análise dos discursos da imprensa nacional, no período antecedente à Revolução de Abril, não pode ser dissociada do facto de Portugal ter estado sob a governação de um regime ditatorial. Assim, é necessário ter em consideração as ações do poder político, mais concretamente o modo como os conteúdos jornalísticos estavam sujeitos à censura.

A terceira parte centra-se na contemporaneidade. A justificação para o salto temporal prende-se com a contestação da ideia de que a queda do regime fascista implicou o abandono da ideologia colonial. Na verdade, tal como se procura mostrar nesta dissertação, apesar de algumas das expressões públicas racistas e coloniais diferirem, no modo e no estilo, o quadro ideológico que as sustentam parece não se ter alterado. Para tal, explora-se primeiramente as narrativas produzidas, quer pelos media quer pelas entrevistas realizadas, por ocasião do falecimento de Eusébio da Silva Ferreira.

Eusébio foi um jogador moçambicano que se celebrou ao serviço do Benfica e da seleção nacional portuguesa durante a década de 60 do século XX. Para além de

dezassete troféus coletivos que conquistou pelo seu clube, recebeu duas *Botas de Ouro*, uma *Bola de Ouro*, sete *Bolas de Prata* e foi, por três vezes, o melhor marcador da Taça dos Campeões Europeus. Recrutado, em 1960, ao Sporting de Lourenço Marques, quando tinha dezassete anos de idade, Eusébio viveu até ao fim da sua vida em Portugal.

A qualidade que lhe é reconhecida como atleta tornou-o num dos maiores símbolos não só do desporto português, como do próprio país. E é, precisamente, a partir das narrativas construídas em torno da sua figura que se exploram as relações entre futebol, colonialismo e identidade nacional, evidenciando-se que os contornos de celebração e exaltação da sua *portugalidade* se encontram profundamente ancorados no paradigma colonial.

Ao reafirmar-se a tese de que o contexto do futebol abre a possibilidade para a exploração das narrativas dominantes, desafia-se a ideia de que o racismo e o colonialismo sejam residuais na sociedade portuguesa. Desta forma, defende-se que os discursos hegemónicos atuais sobre identidade nacional são, em larga medida, o produto do enraizamento das narrativas coloniais ‘ultramarinas’. Contudo, estes discursos, assentes na multiracialidade da nação, colidem com o pressuposto da homogeneidade racial, edificado a partir da ideia de uma nação ‘*branca e cristã*’ (Araújo e Maeso, 2016: 156, itálico no original). Assim, a homogeneidade, enquanto pretensa condição das nações europeias, choca com o imaginário da nação multirracial que ainda prevalece na cultura popular portuguesa.

No quarto ponto procura analisar-se, criticamente, o modo como o espaço do futebol tem funcionado como um palco privilegiado de produção dos discursos da lusofonia. Não obstante as narrativas dominantes defenderem que o chamado espaço lusófono assenta na interculturalidade e na comemoração de uma identidade em comum, a abordagem seguida nesta dissertação sustenta que essas narrativas, reféns das teses lusotropicalistas, permanecem aportadas num discurso colonial saudosista (Barradas, 1998; Castelo, 1998; Vale de Almeida, 2006).

A quinta secção foca-se nos discursos produzidos à volta do jogo entre as seleções de Portugal e Angola, realizado em Lisboa, no ano de 2001. Como se verá, o teor dessas narrativas evidencia o modo como os discursos da lusofonia, ao reproduzirem uma

leitura acrítica relativamente ao colonialismo e às relações de poder desiguais que daí resultaram, ignoram as tensões que continuam presentes na sociedade portuguesa.

Partindo da ideia que os processos de descolonização e de independência dos países africanos exponenciaram a reconfiguração das sociedades europeias, a sexta secção analisa o modo como as narrativas mediáticas dominantes têm aproveitado o êxito desportivo alcançado pela seleção nacional para favorecer a produção de conceções meritocráticas que, ao procurarem celebrar esta ‘nova’ multiculturalidade, falham em compreender os limites que marcam esse mesmo imaginário nacional.

A última secção analisa o modo como os discursos hegemónicos têm vindo a naturalizar a ideia de acordo com a qual a comunidade cigana se encontra para lá das fronteiras da nação. Simultaneamente, a tese segundo a qual o virtuosismo de futebolistas como Ricardo Quaresma funciona como uma espécie de antídoto para a discriminação sai reforçada, já que o seu sucesso, à semelhança de outros atletas racialmente distintos, não só é aproveitado para legitimar a meritocracia, como também para invisibilizar o racismo endémico da sociedade portuguesa.

4.1 Enquadramento metodológico e justificação no recorte do trabalho empírico

A concretização de uma investigação sobre futebol, raça e nação implica, necessariamente, uma escolha metodológica que seja capaz de corresponder às exigências inerentes ao desafio que é o de construir uma tese sobre um tema pouco explorado pela academia portuguesa. Assim, uma das preocupações centrais que guiou a pesquisa empírica foi a de procurar estabelecer um diálogo efetivo com as leituras teóricas contra-hegemónicas das quais este trabalho partiu. Também no que diz respeito às questões metodológicas, a investigação procurou privilegiar abordagens que oferecessem uma visão crítica da realidade social. Como tal, e sob pena de evitar cair em leituras de cariz positivista, seguiu-se a sugestão deixada por Bourdieu quando sublinhou que o princípio metodológico que devia orientar o trabalho do cientista social era semelhante ao do arquiteto académico, que apresentava ‘um esboço de todo o edifício na qual a parte elaborada em detalhe se situava’ (Bourdieu, 1988: 156).

De acordo com as conceções herdadas do positivismo, as investigações que privilegiam aquilo a que se veio apelidar de ‘metodologias qualitativas’ desaguam,

inevitavelmente, em análises subjetivas da realidade. Embora não se pretenda discorrer acerca desse debate, importa sublinhar que este trabalho assume que as escolhas políticas, isto é, a forma como se aborda uma determinada realidade, é parte integrante do próprio processo de construção do conhecimento e, como tal, não devem ser ignoradas ou minimizadas. Por outras palavras, rejeita-se a possibilidade de construir uma ciência livre de valores e de posicionamentos políticos (Van Dijk, 2003).

Em *Understanding Everyday Racism*, Philomena Essed salientava que um estudo que se propunha, precisamente, aprofundar as formas de racismo quotidiano não se poderia realizar a partir de simples métodos de pesquisa, pelo que era imprescindível que a metodologia escolhida pudesse aprofundar os pressupostos teóricos adotados (Essed, 1991: 54). Neste sentido, a eleição dos métodos além de, naturalmente, concebida com o propósito de conferir validade e rigor à investigação, teve em vista o aprofundamento da linha argumentativa desenvolvida nos capítulos antecedentes.

De acordo com aquilo que foi frisado na introdução, desenvolveram-se várias técnicas geralmente usadas em pesquisas qualitativas, tais como entrevistas semi-estruturadas, observações de campo resultantes da pesquisa participativa efetuada em vários estádios portugueses e recolha de material de arquivo (jornais desportivos, generalistas e revistas). Assim, e embora se reconheça a extrema validade e pertinência destes métodos, a principal preocupação que guiou a pesquisa empírica foi a de procurar estabelecer uma metodologia que se adequasse à linha argumentativa seguida ao longo da investigação. Foi com esse propósito que se privilegiou a análise crítica do discurso, entendida como marco teórico e não tanto enquanto um conjunto de métodos. Tendo em mente o espaço que a presente dissertação dedicou a analisar as narrativas veiculadas ou produzidas pelos media, considerou-se que a análise crítica do discurso permitiria uma maior clarificação desses mesmos conteúdos mediáticos.

Conforme se abordou no capítulo anterior, a generalidade dos media tem vindo a perpetuar um sistema ideológico marcado por relações de poder e privilégio, pelo que uma análise crítica dos seus discursos tem que relevar esse aspeto. Assim, tendo em consideração que o racismo opera a partir de um quadro ideológico e estrutural dominado pelos grupos hegemónicos, procurou-se decifrar as conceções políticas que daí advêm.

A discussão crítica dos discursos veiculados, quer pelos media quer pelos diversos atores entrevistados, não se pode cingir a uma mera análise textual. Isto é, deve, sobretudo, ter em conta que esses discursos são produzidos a partir do referido quadro dentro do qual se formulam determinados posicionamentos políticos. Este aspeto, além de extremamente relevante, reforça a linha de argumentação defendida nesta dissertação e que consiste em problematizar o racismo não enquanto produto da consciência individual, mas como resultado de um sistema de poder marcado por relações de dominação (Hall, 1995).

O papel preponderante desempenhado pelos media portugueses, particularmente pela imprensa escrita, na produção da identidade nacional permite compreender o modo como os seus discursos têm vindo a promover noções de pertença, através de uma oposição entre um 'nós' e um 'eles' (Van Dijk, 1989: 219). Conforme se verá em seguida, os media foram, e continuam a ser, atores fundamentais na edificação dessa *portugalidade*, contribuindo dessa forma para a construção de um 'consenso étnico que expõe as ideologias e práticas racistas da sociedade' (Van Dijk, 1992: 221).

Se é verdade que a tese da multirraciedade da nação foi particularmente veiculada pela imprensa nas últimas décadas da governação fascista – tal como demonstram as imagens que se encontram no anexo II – o modo como os negros e, em particular, os futebolistas africanos eram representados apontava claramente para a prevalência da *branquitude*. Contrariamente à ideia generalizada dentro e fora da academia de que o derrube da ditadura rompeu com a forma como a identidade nacional era concebida, a noção de que o país é, na sua essência, 'naturalmente' branco, permaneceu. Com efeito, embora com nuances diferenciadas, a tese da homogeneidade racial da nação continua a ser produzida e reproduzida.

De modo a promover uma compreensão mais completa acerca do papel dos media na disseminação e configuração do imaginário nacional, estabeleceram-se dois períodos de análise. O primeiro inicia-se em 1960 e termina com a Revolução de Abril. O segundo período, no qual se analisam criticamente os discursos dos media portugueses, parte de 1974 e estende-se até à contemporaneidade.

A escolha dos anos 60 como ponto de partida deve-se, fundamentalmente, a dois aspetos. Primeiramente, devido ao facto de corresponderem ao início da afirmação internacional do futebol português, nomeadamente do Benfica e da Seleção Nacional.

Esse fortalecimento desportivo encontra-se, em larga medida, relacionado com a intensificação da contratação de futebolistas africanos. O reforço deste ‘recrutamento’ coincide com uma altura em que se assume, formalmente a profissionalização do futebol português, embora esse processo, ainda que de um modo ‘encapotado’, já se tivesse iniciado três décadas antes (Kumar, 2017: 193).

Simultaneamente, os anos 60 marcam o abandono das concepções políticas dominantes acerca do desporto. Até então, o futebol, ao contrário do que se verificava em grande parte da Europa ocidental, era encarado pelas autoridades estatais como um ‘elemento de degeneração da saúde dos portugueses, um problema de ordem pública e um espaço de ‘perversão moral’ que deveria ser controlado’ (Kumar, 2017: 12, aspas no original). Neste sentido, este período temporal permite analisar a forma como os media foram atores determinantes na construção das concepções hegemónicas de *portugalidade*.

O segundo intervalo de análise, centrado no período democrático contemporâneo, pretende desafiar a tese segundo a qual a queda do salazarismo implicou uma rutura completa com a ideologia colonial. Assim, e partindo de eventos específicos, tais como o falecimento de Eusébio a realização do jogo entre as seleções de Portugal e Angola, evidencia-se como as narrativas mediáticas nacionais permanecem profundamente ancoradas no imaginário colonial e na celebração do Portugal das ‘descobertas’.

Para além da preocupação em explorar os discursos dos media, o desafio metodológico que se coloca neste capítulo está diretamente relacionado com a análise das entrevistas realizadas, pelo que se impõem algumas considerações. Tendo em conta o espaço concedido à discussão das narrativas mediáticas, importa esclarecer, em primeiro lugar, como se chegou aos entrevistados, isto é, quais os critérios que estiveram por detrás dessa escolha. Tendo em conta que a atenção foi canalizada para a análise dos discursos produzidos para a imprensa escrita, privilegiou-se o estabelecimento de contatos com as duas principais referências da imprensa escrita especializada.

Deste modo, julgou-se indispensável entrevistar profissionais que trabalham em lugares de destaque nos dois jornais desportivos que gozam de uma dimensão nacional, nomeadamente no jornal *A Bola* e no jornal *Record*. Para além da possibilidade de entrevistar profissionais dos referidos diários, julgou-se igualmente

pertinente abrir o campo empírico, pelo que se desenvolveram esforços no sentido de promover um encontro com um destacado membro do jornal digital *Maisfutebol*.

No que respeita à escolha dos antigos atletas, importa explicitar o seguinte. Tendo em conta os próprios eventos discutidos neste capítulo e o caso dos discursos sobre a figura de Eusébio, procurou-se dialogar com futebolistas que se destacaram no mesmo período, quer enquanto colegas de equipa quer como adversários. A proximidade estabelecida com não só com Eusébio, mas também com o quadro ideológico vigente, abre a possibilidade de explorar o modo como estes antigos jogadores problematizam algumas das questões-chave colocadas na presente dissertação.

4.2 *As digressões dos clubes portugueses aos territórios colonizados: ‘missões ao serviço da pátria’*

A década de 60 do século passado constituiu um importante marco histórico para os clubes portugueses, já que foi a partir dessa altura que a maioria se tornou profissional. Essa profissionalização permitiu um crescimento exponencial do futebol, com especial ênfase para o Benfica, no qual alinhavam vários jogadores oriundos dos territórios colonizados. Os títulos conquistados pelo clube, em 1961 e 1962, que o tornaram bicampeão europeu, cimentaram a sua posição hegemónica no contexto do futebol português. Neste sentido, as digressões aos denominados ‘territórios ultramarinos’, sempre aguardadas com elevada expectativa, constituíam momentos simbólicos marcantes.

Não obstante as viagens dos clubes portugueses a África serem anteriores a este período, foi a partir dos anos 60 do século XX que se assistiu à sua intensificação. Numa dessas digressões a Angola e Moçambique que constituíam, de certa forma, a ‘espinha dorsal’ do colonialismo português (Meneses, 2012: 124), a principal referência da imprensa desportiva exclamava: ‘O Benfica rumo a África: uma verdadeira missão ao serviço da pátria!’ (*A Bola*, 02.07.1962, p.4). Na crónica da notícia o destaque vai para as palavras de um dirigente do clube que, lamentando não poder estar presente, frisava:

Nada poderia orgulhar-me mais do que ver a primeira equipa do futebol português em verdadeira Missão ao serviço da Pátria, visto que é esta, ao fim e ao cabo, a verdadeira Missão que leva o Benfica a Angola e Moçambique (...) em tão queridas

parcelas integrantes do Grande Mundo Português, integrantes da nossa Pátria! (A Bola, 02.07.1962, p.7).

Tal como facilmente se depreende, estas ocasiões proporcionavam momentos para exaltar a nação. Nesta viagem em particular, a celebração da *portugalidade* foi particularmente reforçada pelo facto de, pela primeira vez na história do futebol, um clube português se ter sagrado bicampeão europeu. A chegada da equipa a Luanda foi ‘apoteótica’, já que à sua espera se encontravam milhares de ‘portugueses’, brancos e negros: ‘Indescritíveis os momentos que se seguiram à aterragem do avião e as cenas, verdadeiramente impressionantes, que se desenrolaram sob os nossos olhos⁶² (A Bola, 05.07.1962, p.5).

Apesar da imprensa portuguesa reproduzir a ideologia colonial, importa reafirmar que a ideia segundo a qual o regime utilizava, de forma organizada, o futebol como meio de tirar dividendos políticos, tem sido contestada (Serrado, 2009; Kumar, 2014). Não obstante a ausência de uma estratégia concertada do governo salazarista com vista à instrumentalização do futebol, tal não impediu que o regime fascista fizesse, esporadicamente, uso político das conquistas dos clubes e da seleção nacional. Esse maior ou menor aproveitamento do futebol como forma de propaganda política tinha, nos media, um dos seus principais veículos. Concretamente, nesta digressão do Benfica aos territórios ocupados, o poder político não deixou de dar eco a essa narrativa:

É com a maior comoção que os portugueses do S.L.B saúdam os não menos portugueses desta parcela territorial da pátria, querida e enorme! E ao pôr pé em terra firme deste continente, em que Portugal ocupa posição predominante, já nos paira no espírito e nos acalenta a ideia o próximo contacto que com a mesma finalidade faremos em Lourenço Marques⁶³ (...) onde esperamos levar as vivas saudações desta comunidade e desta província – do POVO – essa expressão que a todos congrega, sem distinção de classes, raças ou hierarquias (A Bola, 05.07.1962, p.5).

A década de 60 marcou a intensificação do recrutamento de jogadores provenientes das ex-colónias, especialmente de Moçambique e de Angola. Curiosamente, a vinda massiva destes atletas para Portugal ocorreu poucos anos após o Estado Novo ter abandonado a designação de ‘colónias’, produzindo agora a narrativa de que o país

⁶² Ver anexo II, figuras 1, 2, 3 e 4.

⁶³ Ver anexo II, figuras 5 e 6.

não possuía colónias, mas sim ‘províncias ultramarinas’⁶⁴. É, aliás, nesse sentido que se pode ler, na revista oficial do Benfica, que o Ultramar constituía uma das principais fontes de recrutamento, ‘mantendo, assim, a tradição do mais arreigado portuguesismo nas suas principais equipas, do mesmo modo que dá a todos a certeza de que, realmente, o Ultramar também é Portugal!’ (*Benfica Ilustrado*, nº29, fevereiro de 1960, p.11).

Dessa forma, as conquistas internacionais alcançadas pelo Benfica e pela seleção nacional durante a década de 60, legitimaram, em certa medida, o discurso oficial do regime que proclamava a especificidade e riqueza da cultura portuguesa, baseada na comunhão com outros povos (Coelho e Pinheiro, 2002: 429). Fazendo parte de um discurso que atravessava diferentes áreas sociais, o contexto do futebol proporcionou um espaço no qual se reificava a tese da multirraciedade da nação.

A exaltação do Portugal multirracial encontrava-se bem explícita em muitos dos artigos da imprensa desportiva e generalista. Num deles, intitulado ‘Futebol no mato’, a propósito das atividades militares, que também consistiam em ‘instruir, educar e amparar’ as populações locais, exclamava-se: ‘Ali não há pretos de Angola – ali há negros portugueses!’ (*A Bola*, 04.01.1962, p.3). É, aliás, essa ‘especificidade’ portuguesa que se enfatiza, a propósito da obtenção do terceiro lugar no Campeonato Mundial Seleções de 1966:

O futebol português, com a unidade rática de um país pluricontinental e plurirracial, será, na Europa, a expressão acabada da conciliação do praticante dos trópicos, com a sua habilidade congénita, com o praticante europeu, mais inteligente e metódico, de modo a termos, como resultado da simbiose, uma equipa nacional em que a linha técnica corre paradas com a linha temperamental
(*A Bola*, 04.08.1966, p.4).

Um aspeto que merece ser destacado refere-se a uma continuidade histórica desta narrativa, ou, pelo menos, de parte dela. Na realidade, este discurso, construído a partir de visões dicotómicas entre *africanidade* e *europiedade*, ou, por outras palavras, entre razão versus emoção, continua a fazer parte da narrativa da imprensa

⁶⁴ No período que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, particularmente a partir da fundação da ONU, Portugal foi pressionado internacionalmente para cessar a ocupação. O regime português não cedeu e passou a incorporar os ‘territórios ultramarinos’ na nação, apelidando-os de ‘províncias’, seguindo, assim, a mesma designação utilizada para diferenciar as várias regiões de Portugal Continental. A formalização deste discurso ocorreu em 1951, altura em que o termo é incorporado na Constituição (Matos, 2006: 156).

portuguesa, o que contribui para o reforço do paradigma racista na cultura popular (Almeida, 2012). Referindo-se aos discursos que percorrem a generalidade dos media nacionais, Coelho afirma que a ‘construção identitária assente na ideia de raça é particularmente visível, dado que os discursos da imprensa desportiva são tradicionalmente dominados por retóricas de diferença e de caracterização física e mental’ (2001: 144).

Na reprodução da tese de multirraciedade da nação, a representação dos jogadores negros nos discursos da imprensa caracterizava-se pelo paternalismo⁶⁵ subjacente à própria dominação colonial. É certo que, em muitos dos artigos pesquisados, se notou uma certa anulação e neutralização de uma linguagem racista ou de um discurso racializado a partir da forma de jogar dos africanos. No entanto, em outras ocasiões, foi possível verificar o modo como a *negritude* desses atletas ‘lusitanos’ era acionada e representada. Por exemplo, na análise à performance individual dos jogadores da seleção nacional, num jogo do Campeonato Mundial de 1966, podia ler-se: ‘Eusébio, menos regular do que o impecável companheiro *pérola negra* Vicente...’ (*Jornal de Notícias*, 14.07.1966, p.10).

Para além da utilização de terminologias que aludiam à *negritude* de alguns jogadores, verificava-se, por vezes, o uso de uma linguagem racista, como por exemplo numa edição do jornal *A Bola* que, ao elogiar a prestação de Vicente Lucas durante o Mundial de 1966, apelidou-o de ‘pretinho de ouro!’ (18.07.1966, capa). A análise detalhada da sua exibição é bem elucidativa acerca do modo como os atletas africanos são representados:

Caso notável o deste ‘bambi’ ágil e gracioso que, sem espuma pela boca, sem músculos retesados, sem esgares de sofrimento, fareja, de nariz no ar, a bolazinha de couro, para, na altura própria, com a subtilidade de uma apanhadeira de malhas, a ir ‘caçar’ aos sítios mais incríveis (...) este simpático, modesto, humilde e despretensioso rapaz que quase não fala, que não faz ‘ondas’, que não grita nem

⁶⁵ Embora não cause nenhum tipo de estranheza, é interessante verificar o modo como estas representações dos futebolistas negros estavam em perfeita sintonia com as narrativas dominantes no Brasil, tal como evidenciado por José Florenzano num artigo escrito recentemente e no qual se aborda os discursos racistas da imprensa brasileira nas décadas de 50 e 60. As palavras para descrever o ‘criolinho’ Pelé, quando este ingressou no *Santos F.C.*, com apenas 16 anos, são elucidativas: ‘conversei com Pelé após o jogo. Nem um vintém de máscara em seu rosto simpático, em que há sempre um sorriso mostrando 32 dentes muito brancos e que fazem franzir dois olhos grandes e muito pretos.’ Obtido em outubro 5, 2017, de <http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/futebol-e-barbarie/>

protesta, é bem o 'pretinho de ouro' do futebol português (A Bola, 18.07.1966, pag.8, aspas no original)

À luz das narrativas coloniais e lusotropicalistas, esses termos, alguns dos quais ainda perduram na contemporaneidade, não eram percebidos como racistas. A escolha deste tipo de expressões ia ao encontro dos discursos paternalistas proferidos pelo poder político, religioso e científico que representava os negros como 'crianças grandes' (Cabecinhas e Cunha, 2003:14). No entanto, é o facto desse padrão não se ter alterado significativamente no tempo que merece ser destacado. Na verdade, as representações predominantes no ocidente sobre os povos africanos permanecem ancoradas no imaginário colonial e assentam, invariavelmente, numa África exótica, selvagem, mas ao mesmo tempo, genuína, bondosa e ingénua.

No contexto do futebol, esse exotismo, que remete os jogadores africanos para o mundo 'selvagem', encontra-se bem presente nos termos escolhidos para os caracterizar, tais como 'pantera', 'felino' ou 'gazela'. Contudo, tal como se mostrou no capítulo anterior a propósito do campeonato mundial realizado na África do Sul, essa narrativa, construída, pretensamente, a partir da forma de jogar dos negros, é perfeitamente atual. No caso de Vicente, como o de tantos outros jogadores africanos da atualidade, as comparações metafóricas com o mundo animal são o resultado da ideologia colonial que persiste na Europa.

Noutra vertente, as características associadas à *branquitude* e à *negritude* encontram-se bem explícitas numa crónica, publicada pelo jornal *A Bola* (02.06.1962, p.8) intitulada 'A alma branca do negro índio', que relata um episódio acerca de um jogador brasileiro, apelidado de 'índio', que atuava no *Espanhol de Barcelona*. A história resume-se da seguinte forma. O jogador acabara de assinar um contrato 'em branco', deixando a decisão do valor do seu salário ao critério do clube. Esse gesto do 'índio', desprovido de interesse – com a sua 'alma de criança, rapaz sem maldade' – foi amplamente elogiado através de um jogo de palavras no qual sobressai, inquestionavelmente, a ideia de que não se esperaria que um negro pudesse ter essa 'nobreza de carácter'.

Embora a reprodução deste tipo de discurso não tenha ocorrido de uma forma sistemática (tendo em conta o longo período consultado) é por demais evidente que

estes futebolistas se encontravam *racialmente marcados*⁶⁶. A este propósito, destaque-se, ainda, o título escolhido para a legenda de uma fotografia da equipa do Benfica e Bissau, poucas semanas antes da queda do fascismo: ‘Os pretinhos⁶⁷ da Guiné’ (*A Bola*, 04.04.1974, p.8).

Apesar de se terem registado algumas mudanças no período pós-Revolução, pode afirmar-se que a imprensa tem vindo a manter um discurso colonialista, refletindo, aliás, a ideologia hegemónica em Portugal. Não deixa, por isso, de causar alguma admiração a tese defendida de que a conceção predominante durante o domínio colonial seria ‘fortemente etnocêntrica’ mas ‘não propriamente racista’ (Alexandre, 1999: 140).

Na verdade, é pertinente salientar que a negação do racismo, enquanto eixo central do discurso da imprensa, se enraizou nos diferentes sectores da sociedade. Ao mesmo tempo que enfatizavam a ausência de racismo nas ‘províncias ultramarinas’, os jornais, desportivos e generalistas, destacavam o panorama internacional, mais concretamente as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, atribuindo a segregação racial e os ataques às populações negras a uma ‘onda de extremismos racistas’ (*A Bola*, 16.03.1961, p.6). Assim, e a partir destas narrativas, produziu-se e materializou-se a tese de que o colonialismo português se distinguia pela ausência de qualquer tipo de discriminação racial. Desta forma, verifica-se, na contemporaneidade, uma ausência de uma rutura com estes discursos. Pelo contrário, estas ideias, herdadas do racismo, do colonialismo e reforçadas pela tese *lusotropicalista*, permanecem hegemónicas na sociedade portuguesa.

4.3 *Eusébio, multirraciedade/homogeneidade nacional*

O falecimento de Eusébio da Silva Ferreira, em janeiro de 2014, mereceu um enorme destaque nos media globais, fazendo, inclusivamente, manchete em inúmeros jornais e noticiários televisivos internacionais. Considerado por muitos como um dos melhores

⁶⁶ Na pesquisa realizada foi possível detetar uma série de terminologias que invocavam a *negritude* dos futebolistas: ‘colored’, ‘rapaz de cor’, ‘negro’, foram os termos mais utilizados pela imprensa portuguesa. Já no período contemporâneo, o usos de expressões como ‘cigano de ouro’ (*Record*, 22.10.2014, capa) revela o modo como a população cigana permanece racialmente assinalada.

⁶⁷ A utilização de uma linguagem racista e paternalista encontrava-se igualmente presente noutras publicações desportivas, tal como no jornal oficial do Sport Lisboa e Benfica. A título exemplificativo refira-se o título de uma crónica, a propósito de um atleta guineense contratado pelo clube: ‘Cumura Imboá: a história do pretinho que veio da Guiné para criado e ficou em Lisboa como campeão’ (*O Benfica*, 02.10.1960, p.4).

jogadores de todos os tempos, juntamente com Di Stéfano, Pél , Johan Cruiff ou Maradona, a figura de Eusébio surge nos discursos políticos e jornalísticos nacionais umbilicalmente ligada   ideia de *portugalidade*. Essa *portugalidade*, que não raras vezes se confunde com o discurso lusotropicalista tão enraizado na cultura popular, no meio académico, político e mediático, tornou-se parte integrante do imaginário e da representa o da nacionalidade (Vale de Almeida, 2006: 18).

Assim, em agosto de 1962, o jornal *A Bola* escrevia, na capa: ‘Eusébio: produto nacional tão bom como o vinho do porto’ (*A Bola*, 01.10.1962, capa). No ano seguinte, na publica o oficial do Sport Lisboa e Benfica, exaltava-se a sua *lusitanidade*⁶⁸, ao afirmar-se que ‘Eusébio, para ser português, até tinha de ter o inconfundível Silva plantado no nome’ (*O Benfica*, 10.10.1963, p.8).

Tal como se mostrou na sec o anterior, este discurso emergiu e consolidou-se num período histórico e político específico. Nesse sentido, poder-se-ia esperar que a queda do regime salazarista implicasse uma rutura radical de discursos e narrativas. Evidentemente que o 25 De Abril resultou numa mudança de conteúdos mediáticos.   essa, também, a convic o de um dos jornalistas entrevistados, quando afirma que ‘no período mais quente houve uma rejei o de tudo o que tinha a ver com o colonialismo. Pelo menos no discurso mediático. E creio que o que houve a seguir foi um bocado o virar dessa página, o tentar fechar a ferida e o regresso da nostalgia’ (entrevista 1, ver anexo I).

Esta ideia de recusa inicial, imediatamente após a descoloniza o, foi defendida pelo atual diretor do jornal *A Bola*, no âmbito de um programa televisivo exibido recentemente: ‘no início da independência destes países havia, naturalmente, uma primeira ideia de alguma rejei o da rela o direta com o país colonizador. Havia, portanto, essa sensa o que não havia lugar, não havia espaço, não era o tempo certo para haver uma maior comunhão.’ No entanto, e de acordo com esta leitura, – predominante em Portugal – os ‘traumas’ causados pela coloniza o foram naturalmente ultrapassados:

⁶⁸ A no o de lusitanidade surge vinculada, nos discursos dominantes,   ideia dos ‘lusitanos’ enquanto etnia fundadora de Portugal, cristalizando a tese de um país branco e cristão. Conforme analisado por João Leal, o ‘fascínio’ e ‘sedu o’ por estas leituras devem-se às abordagens de antropólogos como Jorge Dias ou Leite de Vasconcelos que procuraram, ainda que com ‘resultados decepcionantes’, defender a antiguidade e a originalidade da na o portuguesa (Leal, 2001: 307).

Mas a partir de uma determinada altura começamos a verificar que havia, cada vez mais, uma maior proximidade. E, normalmente, quem manda nestas questões não são os governos, mas sim o povo. E não há dúvida nenhuma que a afinidade que existe entre os povos de língua portuguesa é uma afinidade muito grande, muito forte.’ (Programa ‘Quinta da Bola’, exibido na ‘A Bola tv’ no dia 20 de abril de 2017).

Como se constata, e não obstante o uso de termos como ‘preto’ ou ‘pretinho’ ter desaparecido do vocabulário jornalístico, o contexto do futebol tem vindo a afirmar-se como palco privilegiado de celebração da *portugalidade* e da lusofonia⁶⁹ e no qual não raras vezes se trivializa o colonialismo e o racismo. Aliás, o uso recorrente, por parte dos media desportivos e generalistas, de expressões como ‘descobrimientos’ ou ‘expedição’, entre outras, tornou-se frequente, principalmente aquando da realização de jogos que opõem a seleção portuguesa às suas congéneres africanas (Almeida, 2012). É, de igual modo, significativo realçar que a utilização de terminologias coloniais, como por exemplo ‘expansão’ ou ‘ultramar,’ continua presente em outros domínios da vida social, nomeadamente na esfera académica (Maeso, 2016: 41).

Na verdade, quer a análise dos discursos proferidos pela generalidade das publicações analisadas quer o conteúdo das entrevistas realizadas, ilustram a forma como a narrativa colonial permanece no imaginário nacional, percorrendo, aliás, todas as esferas da sociedade:

Morreu Eusébio, descendente do povo de Gungunhama e Zixaxa, paradoxal símbolo de meio século de Nação portuguesa e artista único no mundo do futebol internacional. O primeiro responsável pelos apelidos Silva e Ferreira e pelas emoções que assolaram Portugal nos últimos dias chama-se...Vasco da Gama (Revista Domingo, suplemento do Correio da Manhã, 12.01.2014, p.16).

A mobilização da narrativa colonial foi um dos traços comuns em grande parte dos textos analisados. Num artigo intitulado ‘Eusébio: património do Mundo’ sublinhava-se, num tom algo ambíguo, que o futebolista genial era o ‘símbolo de uma certa portugalidade ultramarina e da grandeza colonial perdida (...) a imagem da assimilação

⁶⁹ O sentido do conceito de lusofonia nesta dissertação, refere-se sobretudo à produção de um espaço político, cultural e económico que originou, em 1996, a criação da ‘Comunidade dos Países de Língua Portuguesa’ (CPLP) e que assenta num discurso que procura celebrar uma identidade em comum. No entanto, a sua fundação resulta, essencialmente, da pressão desenvolvida pelas elites portuguesas e brasileiras de modo a reproduzir uma narrativa comemorativa e de exaltação da ideologia colonial (Cahen, 1997: 431). Por outras palavras, a lusofonia ‘seria o avatar pós-colonial da crença no excepcionalismo colonial português’ (Oliveira, 2012: 58).

desta íntima portugalidade intercontinental, de projeção universal' (*Jornal de Notícias*, 06.01.2014, p.2). De facto, apesar de Portugal já não ocupar esse lugar no panorama político, social e cultural internacional – que fora alcançado graças à expansão colonial – essa imagem de 'grandeza' continua presente no imaginário nacional⁷⁰. Aliás, as narrativas históricas da denominada 'expansão portuguesa' e da 'vocação ecuménica' do seu povo permanecem, no período democrático, como o 'núcleo da identidade nacional' (Araújo e Maeso, 2016: 74).

As palavras de um antigo futebolista, que representou o Benfica na década de 90 do século XX, a propósito dos 'descobrimientos', vão justamente ao encontro dessa exaltação do Portugal colonial: 'os portugueses deviam ter orgulho, já que é um país tão pequeno e sempre conseguimos atingir objetivos enormes no mundo. Os portugueses são conhecidos por grandes coisas e acho que se deviam orgulhar nisso' (entrevista 2, ver anexo I).

A extensa durabilidade do domínio colonial português exerceu, evidentemente, uma forte influência não só junto do país colonizador, como no seio dos territórios colonizados. Deste modo, é importante reter a ideia que a narrativa colonial, assente na já referida 'especificidade' e 'benevolência', se encontra igualmente disseminada em diversas esferas sociais que compõem as antigas colónias, pelo que o facto da anterior afirmação pertencer a um jogador guineense (só obteve a nacionalidade portuguesa quando completou 16 anos) não deve constituir uma surpresa.

Com efeito, essa leitura surge como o reflexo natural que decorre da posição hegemónica ocupada pelos discursos coloniais, tanto num espaço como no outro:

A questão da memória sobre a colonização, a problematização sobre o sentido e os impactos da fractura abissal colonial moderna continua a afectar, de forma profunda, o campo académico e político contemporâneo, quer nos antigos territórios imperiais europeus, quer em antigos contextos coloniais (Meneses, 2010: 69).

É, pois, a partir desse quadro que se vai reproduzindo essa apologia dos 'feitos' dos portugueses e que revela a existência de um consenso popular e político acerca destas questões, especialmente em Portugal. Como se compreenderá, o que está em causa estende-se muito para além do uso de certas expressões. Com efeito, a escolha de

⁷⁰ A cerimónia de inauguração do *Euro 2004*, realizado em Portugal, é elucidativa (ver anexo II, figuras 7 e 8).

determinadas terminologias surge alicerçada num universo ideológico específico que, não só tende a banalizar e a glorificar o colonialismo português, como a invisibilizar os processos de violência, racismo e escravatura inerentes ao próprio sistema colonial (Maeso, 2016: 42).

O que é notável é que, apesar da brutalidade que adveio da exploração, dominação e extermínio dos povos colonizados, os discursos hegemónicos continuem a reproduzir, até aos dias de hoje, uma narrativa que assenta numa certa superioridade civilizacional europeia. Corroborando as palavras de Césaire (2006: 14, itálico no original [1950]), ‘a distância da *colonização* à *civilização* é infinita’. Pode ainda acrescentar-se que a glorificação do colonialismo e a exaltação do seu legado universalista, consubstanciada numa pretensa ‘superioridade moral’ é, na realidade, constitutiva do próprio pensamento ocidental, refletindo assim o ‘racismo crónico congénito que é apanágio do mundo pan-europeu’ (Wallerstein, 2000: 20).

Voltando à discussão sobre a figura de Eusébio, os discursos proferidos pela totalidade dos partidos políticos deram eco ao sentimento geral de consternação pela perda de ‘um símbolo nacional’. Passos Coelho, então Primeiro-Ministro, afirmou que ‘Eusébio foi um dos melhores jogadores de sempre e um Homem associado à alma portuguesa’. Já o líder do Partido Socialista, José Seguro, sublinhou que o antigo jogador ‘engrandeceu o País’ e que Portugal ‘perdeu um dos seus símbolos’, que tinha levado ‘o nome de Portugal ao Mundo’, fazendo-nos ‘ter mais orgulho em sermos portugueses.’ De acordo com Paulo Portas, líder do Partido Popular, Eusébio fora ‘no coração dos portugueses, o maior herói popular do século XX’. Para o Bloco de Esquerda, Eusébio fora não só ‘um dos maiores jogadores do futebol mundial, mas um símbolo nacional e da África lusófona.’ Foi, igualmente, esse o sentido das declarações do Secretário Geral do Partido Comunista Português, Jerónimo de Sousa, quando realçou que o país havia perdido ‘um símbolo maior do desporto nacional’ (*A Bola*, 06.01.2014, p.7).

Acompanhando o tom dos discursos proferidos pelos partidos políticos, Durão Barroso, na altura presidente da Comissão Europeia, realçou que ‘foi com mágoa que recebi a notícia da morte de um símbolo de Portugal’ (*Jornal de Notícias*, 06.01.2014, p.2). Já Assunção Esteves, presidente da Assembleia da República, elogiou o talento patenteado por Eusébio ao longo da sua carreira, salientando o seu papel enquanto

‘lenda agarrada à nossa identidade coletiva.’ Foi esse, aliás, o sentido das palavras de Cavaco Silva, então Presidente da República: ‘Portugal perdeu um dos seus filhos mais queridos. Todos recordamos o dia em que saiu do campo em lágrimas, chorando por Portugal. As lágrimas de Eusébio, nesse dia, são as nossas. O País chora a sua morte. O País está oficialmente de luto’ (*A Bola*, 06.01.2014, p.7).

A celebração da *portugalidade* do ‘Pantera Negra’⁷¹ foi aclamada em todas as publicações analisadas. Por exemplo, no jornal *Público* (06.01.2014, p.10) escrevia-se que o futebolista tinha sido ‘a projeção da portugalidade no mundo global, a par de Amália’, ao mesmo tempo que o *Correio da Manhã* lançara uma campanha intitulada ‘Eusébio ao Panteão Já!’⁷². Reforçando essa ideia, no *Jornal de Notícias* exclamava-se: O Panteão Nacional foi feito para os ícones da portugalidade. E Eusébio é um ícone!’ (07.01.2014, p.6).

De acordo com a leitura de Ana Santos (2004), as razões que estão por detrás da transformação de Eusébio num ‘ícone da nação’ encontram-se relacionadas, em larga medida, com as suas qualidades físicas. Mais concretamente, com as conceções dominantes acerca do ‘corpo ideal’, assentes na força e na virilidade. Metaforicamente falando, Eusébio, ao incorporar a figura de ‘herói desportivo’, ajuda a ‘pensar a nação como corpo saudável, moral e sem vícios’ (2004: 125). Esses atributos, aliados à sua personalidade, reforçaram a sua dimensão simbólica:

No conjunto de nomeações de que é alvo, Eusébio é projectado como um ícone institucional, imagem de civismo que celebra as qualidades estimadas de um passado glorioso e de um tempo mítico (uma era dourada das vitórias do futebol),

⁷¹ A data na qual terá surgido o epíteto de ‘pantera negra’ não é consensual. Embora a totalidade das publicações afirme que esse cognome ter-lhe-á sido atribuído por um jornalista inglês, a altura em que a designação terá surgido suscita discordâncias. De acordo com o *Diário de Notícias* terá sido em 1962, quando o Benfica se deslocou a Inglaterra para disputar um jogo da Taça dos Campeões. Obtido em março 14, 2017, de <http://www.dn.pt/desporto/benfica/interior/um-nome-maior-do-futebol-portugues-3615412.html>. Já a revista ‘Visão’, afirma que o termo ‘pantera negra’ só surgiu no Campeonato Mundial de 1966, disputado em Inglaterra (07.01.2014, p.33). Mais significativo do que averiguar a data exata da designação pela qual Eusébio veio a ser mundialmente conhecido, é explorar o sentido dessa expressão. Tal como anteriormente analisado, a projeção de características ‘selvagens’ nos jogadores negros não pode ser compreendida senão à luz da herança dos processos coloniais. É neste sentido que Ana Santos afirma, embora pareça denotar alguma resistência, que ‘em parte, a denominação actual de pantera negra incorpora alguma da mítica do ‘negro portento’ (2014: 104).

⁷² O Panteão Nacional é um edifício que data de 1836, originalmente concebido para ser uma igreja, e que ‘acolhe os grandes vultos da história portuguesa’. A transladação dos restos mortais de Eusébio ocorreu no dia 3 de julho de 2015, após ter sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia da República. Obtido em março 18, 2017, de <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/m/panteao-nacional/>

personagem humilde e vulnerável, mas de convívio fácil com as figuras do poder político, sempre pronto a servir o futebol, a seleção nacional e, naturalmente, a nação (A. Santos, 2004: 126).

Não obstante a passagem acima transcrita ter sido publicada dez anos antes do seu falecimento, a simbologia associada à sua imagem mantém-se inalterável, tal como se constata no seguinte excerto do Jornal *A Bola*: ‘Eusébio não era apenas o rei do Benfica, mas sim de toda uma Nação. Foram adeptos de todos os clubes, foram personalidades políticas da esquerda à direita, foram pessoas de todas as classes sociais...enfim, foi uma Nação que se despediu no funeral de Eusébio’ (07.01.2014, p.7).

De acordo com a visão de vários entrevistados, o papel atribuído a Eusébio sempre foi algo que o próprio nunca renegou. Mais do que isso, essa apropriação terá tido a sua convivência: ‘Acho que nunca rejeitou as apropriações de que foi alvo, mesmo no salazarismo, o paralelismo com a Amália, etc. Tudo isso foi bem-vindo’ (entrevista 1). Embora apresentando um discurso com diferentes nuances, essa é igualmente a perspetiva de um membro da direção de um reconhecido jornal desportivo, quando realça:

*Como jornalista, fui talvez nos últimos 10, 12 anos, aquele que mais o entrevistou, para além de ter convivido com ele noutras ocasiões profissionais. Portanto eu sei que o Eusébio, apesar de nunca ter virado as costas a Moçambique, sempre se sentiu português. Esse foi sempre o sentimento de Eusébio. Ele era embaixador de Moçambique. Tinha esse estatuto honorário. Ia a Moçambique várias vezes, mas nunca, em momento algum, deixou de ser português, nem nunca houve nenhuma dúvida em relação ao facto de se sentir português, **de ter nascido num Portugal que era geograficamente diferente** e de se sentir português (entrevista 3, ênfase acrescentado, ver anexo I).*

Conforme se tem evidenciado, o discurso crítico acerca do passado imperial e colonial português ocupa um espaço marginal nos diversos setores da sociedade. Essa forma despolitizada de olhar para a história recente do país tem assumido diferentes matrizes, consoante os contextos no qual se produzem as narrativas dominantes. Entre outros aspetos, esses discursos hegemónicos tendem a evitar que o debate se faça a partir das relações de poder que se produzem e reproduzem na ‘situação colonial’ (Balandier, 1951).

A referência a um Portugal ‘geograficamente diferente’, além de encobrir o domínio e subjugação dos povos colonizados, acaba por contribuir para a reificação da

narrativa, edificada durante o Estado Novo, de acordo com a qual os territórios colonizados não eram mais do que províncias portuguesas (Castelo, 1998). Há, porém, outro aspeto significativo que merece ser analisado e que advém da ideia do ‘nascimento’ como determinação social, no sentido em que esse fator surge como justificador da sua própria identidade. Ou seja, o facto da sua *portugalidade* resultar de uma ocupação colonial não é levado em consideração. Partindo desta ideia, parece inequívoco que as lutas pela libertação e independência das ‘províncias ultramarinas’ não abalaram as ideias de nação que se enraizaram tão profundamente nas diversas esferas sociais portuguesas.

Para além da relação que se estabelece entre pertença e determinação social, importa sublinhar que a noção de um país ‘geograficamente diferente’ surge de forma naturalizada, o que oculta a natureza impositiva dos processos imperiais e coloniais. Neste sentido, produz-se, implicitamente, a ideia de que as fronteiras políticas do Império Português pelos territórios africanos resultam, em primeira instância, de uma ordem natural decorrente da própria superioridade civilizacional europeia. Desta forma, as afirmações proferidas pelo entrevistado ilustram o modo como se gera a ‘produção ativa da não-existência’ (Santos, 2002) dos sujeitos colonizados, no sentido que a sua (não) existência é definida pelo local de nascimento, podendo estes, apenas, seguir a determinação e a vontade dos impérios europeus. Aliás, nem o próprio Eusébio terá conseguido escapar a esta lógica do alargamento ‘natural’ das fronteiras geográficas e imaginárias que continua a alimentar a tese de uma nação imperial.

A ideia da incorporação do colonialismo como forma de se pensar a nação encontra-se bem explícita no testemunho de outro dos entrevistados, quando afirma que ‘num certo sentido, Angola e Moçambique nunca vão deixar de ser portugueses’ (entrevista 8, ver anexo I). Estas palavras de um antigo atleta que fez praticamente toda a sua carreira no Benfica da década de 60, sustentam a tese de que o ‘Portugal do ultramar’ ainda perdura no imaginário nacional.

Apesar das afirmações acima transcritas terem sido produzidas num contexto diferente, ambas parecem enquadrar-se num quadro ideológico não muito distante e que é profundamente marcado pelo enraizamento das narrativas coloniais. Ou seja, apesar desse ocultamento daquilo que foi o colonialismo português, não parece ser possível imaginar a ‘nação’ fora desse quadro ideológico e ‘geográfico’.

Seguindo a linha de argumentação predominante, um antigo jogador da Académica, que se notabilizou ao serviço do clube na década de 60 do século passado, afirma que Eusébio teve a capacidade de conciliar as duas identidades, quer durante o Estado Novo quer após a descolonização:

O meu amigo Eusébio conseguiu ser português e moçambicano ao mesmo tempo, o que é uma coisa extraordinária. Nunca renegou ser moçambicano, mas sentia-se também português. O Coluna é mais moçambicano...já o Eusébio foi o paradigma destas coisas e por isso é que teve a homenagem que teve do povo português e tinha o passaporte diplomático de Moçambique. Nós, depois de deixarmos de jogar, fizemos muitas viagens nas quais o Eusébio também estava presente. Isto mesmo depois dele deixar de jogar. O Eusébio andou por todo o lado. Representava um país africano e Portugal, ao mesmo tempo. Por isso é que ele era um herói nacional. Aqui e lá (entrevista 4, ver anexo I).

Essa dupla pertença identitária é reivindicada, igualmente, por outro antigo jogador, também ele moçambicano. Chegado a Portugal em 1970, com praticamente a mesma idade de Eusébio, fez toda a sua carreira no Benfica:

Não deixo de ser moçambicano sem ser português. Não se pode dividir. Eu sou moçambicano...sendo português. São coisas históricas que aconteceram num determinado momento e nós não pudemos fazer mais nada que não fosse...embora soubéssemos das coisas, diria que, na altura, uma escolha política não era possível (entrevista 5, ver anexo I).

Destoando da maioria dos entrevistados, é interessante registar a forma como este antigo atleta reconhece que o contexto político no qual viveu teve um peso significativo na sua própria história de vida. A impossibilidade de uma ‘escolha política’ não deve, pois, ser desvalorizada sob pena de se concluir, abusivamente, que a incapacidade de refletir criticamente acerca do contexto político envolvente seja uma característica inerente à condição de futebolista.

Apesar de partilhar, genericamente, a visão dos entrevistados acima citados, um dos cofundadores de um reputado jornal *on line* desportivo interroga ‘se não há um debate por fazer em relação ao colonialismo e em relação à nossa cultura, à nossa relação pós-colonial. Com certeza que sim.’ Apesar desta leitura mais crítica, não se problematiza o facto de Eusébio ser considerado uma referência nacional num país que nega, repetidamente, o racismo. Relativamente à sua *portugalidade*, sustenta: ‘agora eu não tenho esse desconforto em relação ao Eusébio símbolo de Portugal.

Acho que foi o resultado de uma conjuntura histórica e que depois, quando essa conjuntura mudou, houve opções legítimas de parte a parte' (entrevista 1).

Esta visão é igualmente corroborada por uma figura destacada de um dos jornais desportivos mais reputados, quando enfatiza o seguinte:

O próprio Eusébio teve muita responsabilidade nisso. Nunca renegou a sua condição de africano e de moçambicano, mas viveu sempre com a convicção que era português. Digo isto até mais a partir do momento em que ele pôde refletir e tirar conclusões. Portanto, ele próprio contribuiu para essa portugalidade. Eu creio que foi o próprio Eusébio que fez perdurar esse discurso até à morte. Mesmo não sabendo eu em que moldes é que essa portugalidade foi feita, para o regime da altura, dava jeito e fazia todo o sentido ter um preto como o maior símbolo...se calhar do país. Quando digo que a responsabilidade também é do Eusébio, estou-me a lembrar do Coluna, que fez ao contrário. Aceitou as regras enquanto cá esteve, foi uma grande figura do futebol português, foi capitão da seleção nacional, mas quando chegou o momento de tomar uma posição política colocou-se do outro lado (entrevista 12, ver anexo I).

A consensualidade em torno não só da figura de Eusébio, mas sobretudo do papel que lhe foi atribuído enquanto símbolo nacional não pode, numa primeira leitura, deixar de causar alguma perplexidade. No entanto, esta questão, tal como se tem explicado, não pode ser dissociada de uma certa concordância existente em Portugal sobre o modo como o país veio a ocupar um lugar de destaque no panorama político, social e cultural mundial durante vários séculos. Desta forma, os moldes nos quais tem assentado o debate público acerca do passado colonial português abre espaço para que se perpetuem visões despolitizadas sobre o colonialismo e, não menos importante, sobre as suas implicações no presente.

Embora nunca tenha sido um tema muito aprofundado na sociedade portuguesa, a posição política de Eusébio não passou ao lado da sua carreira. De facto, essa questão foi-lhe algumas vezes levantada. Contudo, o anseio manifestado por várias figuras, entre as quais académicos e jornalistas estrangeiros, de encontrar no seu discurso posições políticas anticoloniais e antifascistas esbarrou, invariavelmente, em respostas vagas (Domingos, 2014: 163). Na verdade, quer durante o colonialismo quer após a descolonização e independência dos países africanos, Eusébio nunca se quis

comprometer politicamente. E isso terá, seguramente, contribuído para reforçar a unanimidade de que disfruta no país.

Evidentemente que essa despolitização não foi nem é exclusiva de Eusébio. É essa a posição de um entrevistado, também ele moçambicano e seu contemporâneo, que se destacou na Académica de Coimbra, quando afirma: ‘eu só queria era jogar à bola. A política era para os políticos e ficava fora dos relvados’ (entrevista 6, ver anexo I). Embora se tenham verificado casos de jogadores que atuavam em Portugal e que, mais tarde, se viriam a juntar aos movimentos de libertação, a maioria optava por manter uma posição neutral. A questão da ausência da expressão de um discurso político crítico, mais concretamente no que concerne à colonização e ao fascismo, deve ser devidamente contextualizada, a começar pela própria história de vida de grande parte dos jogadores que eram recrutados nas então ‘províncias ultramarinas’.

Este aspeto reveste-se de alguma complexidade e, como tal, deve ser analisado com precaução. Se, por um lado, parece indesmentível que a chegada de jogadores africanos a Portugal lhes permitia uma significativa melhoria das suas condições de vida, por outro, há quem defenda que uma parte considerável dos atletas que ingressava nos clubes portugueses já era oriunda de famílias com um estatuto social relativamente privilegiado⁷³. Nesse sentido, a vinda dos jogadores africanos para a ‘metrópole’ estaria sobretudo relacionada com o desejo de reconhecimento desportivo que lhes seria concedido ao representarem clubes que já usufruíam de uma assinalável projeção nacional e internacional (Cleveland, 2013).

Ainda que se admita que uma parte significativa dos futebolistas africanos seja originária de um contexto relativamente ‘abastado’, a vinda para Portugal terá reforçado, indiscutivelmente, essa condição. Por outro lado, é importante não cair em generalizações, já que são vários os casos de atletas africanos que, efetivamente, eram provenientes de famílias com escassos recursos económicos e com poucas possibilidades de ascender socialmente⁷⁴, à semelhança, evidentemente, da

⁷³ Importa referir que esta noção de ‘privilegiado’ deve ser relativizada. Não se trata, necessariamente, de uma elite económica e social, tal como é entendida hoje em dia, mas sim de um grupo que gozava de algum tipo de regalias, quando comparado com a esmagadora maioria da população. E era precisamente no seio deste grupo, formado, maioritariamente, por ‘mestiços’, que emergiam os jogadores que eram contratados pelos principais clubes portugueses (Cleveland, 2013: 24).

⁷⁴ Os casos de Eusébio e de Matine (Benfica), de Matateu (Belenenses) ou de Hilário (Sporting), entre outros, são ilustrativos dessa precariedade social e económica. Como tal, a mobilidade social que o futebol lhes proporcionou parece evidente. Tal como já referido, no contexto africano, uma parte

generalidade das populações colonizadas, particularmente dos ‘negros’, que ocupavam o último lugar na hierarquia racial estabelecida⁷⁵.

As palavras de um antigo jogador moçambicano, que fez toda a sua carreira no Benfica nas décadas de 70 e 80, vão ao encontro desta ideia. Ciente da posição de privilégio que ocupava, enquanto ‘mulato de primeira’ (parafraçando a expressão escolhida por Hilário) afirma:

Eu sou uma pessoa privilegiada porque vivi sempre em casa do meu tio e, sendo mulato, tendo amigos brancos e negros, eu vivia as duas vivências. E aí verificava-se, de facto, discriminação. Nos empregos dos nossos familiares, no trato, na forma como as entidades lidavam uns com os outros...isso notava-se. Mesmo a designação da raça era vincada: uns eram negros, outros eram mestiços, outros eram brancos. Nós podíamos não nos aperceber o que é que era esta distinção, mas fazia parte desta vivência. Os comentários em alguns sítios, os ordenados dos nossos familiares negros, mesmo sendo de valia profissional grande, não eram equiparados (entrevista 5).

Depois de continuar a descrever a precariedade a que estava sujeita a esmagadora maioria da população, em termos de cuidados básicos de saúde e educação, realça: ‘não digo que o futebol tenha dado liberdade às pessoas negras, mas deu-lhes visibilidade de poderem atingir um patamar que não atingiriam noutras circunstâncias e isso fez com que elas conquistassem um estatuto e um determinado tipo de respeito’ (entrevista 5). Assim sendo, o ingresso de jogadores para as equipas

significativa dos jogadores não era oriunda dos estratos socialmente mais debilitados. O facto de serem maioritariamente mestiços proporcionava-lhes determinadas regalias, nomeadamente a possibilidade de usufruírem de algum nível de escolaridade. No entanto, comparando as suas condições de vida de partida com aquelas que vieram a ter em Portugal, a mobilidade é manifesta. Aliás, a condição de ‘mestiços’ permitiu a um conjunto de jogadores, tais como os referidos no início desta nota, transitar, num primeiro momento, para os clubes da ‘baixa’ (do centro da cidade) e, em seguida, para a ‘metrópole’. (Estas informações foram-me prestadas por Nuno Domingos, a quem devo um especial agradecimento).

⁷⁵ Numa entrevista concedida a Nuno Domingos (2013), o próprio Hilário aborda essas questões. Consciente da estratificação racial e social imposta pelo regime colonial, o antigo jogador que se celebrou no Sporting Clube de Portugal, enquanto ‘mulato de segunda’ (segundo o próprio), explora a hierarquia racial existente: ‘mesmo entre nós, mistos ou mulatos, como queiram dizer, havia essa separação, havia mulato de primeira e mulato de segunda. O mulato de primeira era o que vivia na cidade, na baixa, digamos assim. O mulato de segunda era o Hilário, vivia no subúrbio, como havia muitos mulatos (...). Essa diferença, essa superioridade, houve sempre. Porque havia pessoas de raça negra que tinham uma certa cultura, tinham habitações’ (Domingos, 2013: 231). Refira-se que os efeitos da segregação racial habitacional, edificada durante o período colonial, ainda perduram na contemporaneidade. O caso angolano é, porventura, o mais paradigmático, já que a esmagadora maioria dos bairros mais pobres (musseques) são habitados por negros (Gorjão Henriques, 2016: 24).

metropolitanas, enquanto ‘recurso colonial’⁷⁶ que se encontrava à disposição dos clubes portugueses (Darby, 2006), representava uma oportunidade real de uma carreira futebolística profissional e, por conseguinte, a perspectiva de uma vida futura com melhores condições.

Como se tem destacado, a generalidade dos jornais consultados exaltou o papel de Eusébio como símbolo da *portugalidade* e da lusofonia. De facto, e de todas as publicações analisadas, somente dois textos procuraram abordar dimensões que permaneceram invisíveis na maioria da esfera mediática. Num deles, intitulado ‘A política de Eusébio’, criticava-se o silêncio que se escondia por detrás dos discursos dominantes:

Ocorre, desde logo, uma dimensão política que, de tão óbvia, custa a entender não ter sido mencionada. De facto, a vida e a carreira de Eusébio só foram possíveis porque, nos anos 60, Portugal era o último império ultramarino europeu. Foi isso que permitiu aos grandes clubes portugueses e à Seleção Nacional serem tão diferentes dos do resto da Europa (Correio da Manhã, 13.01.2014, p.2).

Ainda que o autor tenha levantado uma questão altamente pertinente, não fica totalmente clarificado qual o sentido do seu artigo. O facto de não se problematizar propriamente o colonialismo e as práticas que lhe são inerentes, abre espaço a várias interpretações, que, aliás, permanecem ao longo do texto. Deste modo, apesar de se chamar a atenção para a necessidade de se olhar para a ‘dimensão política’ envolvente, não se reflete que foi, precisamente, esse quadro político que permitiu não só o recrutamento de inúmeros jogadores, como a sua ‘nacionalização’. Pelo contrário, nas últimas linhas do artigo nas quais se aborda, ainda que sucintamente, as ‘características crioulas’ das equipas portuguesas da altura, o autor acaba por celebrar um certo pioneirismo dos clubes portugueses, que teriam, assim, antecipado ‘o futebol de hoje’ (Correio da Manhã, 13.01.2014, p.2).

Neste sentido, o que parece problemático é que o contexto que propiciou essa ‘mestiçagem’ seja lido num quadro de exaltação do vanguardismo português. Esta leitura acrítica acerca do colonialismo culmina com a convicção manifestada pelo autor

⁷⁶ A migração de jogadores africanos para Portugal, que tem sido estudada por Darby (2006), é apelidada de ‘recurso colonial e neocolonial’. Apesar dos processos de descolonização e independência dos países africanos terem ocorrido há mais de quarenta anos, a vinda dos atletas africanos para a Europa não pode ser desligada da história colonial. Nesse aspeto particular, os casos francês, belga e português são aqueles em que mais se manifesta esta trajetória entre países ex-colonizados e ex-colonizadores (Darby, 2006: 420).

de que os europeus, hoje em dia, 'já não jogam à 'europeia'. Jogam outra coisa, que em grande medida o futebol colonial português antecipou. Talvez joguem um futebol neocolonial, em que os portugueses também participam, mas agora como colonizados' (*Correio da Manhã*, 13.01.2014, p.2).

Seria interessante perceber mais aprofundadamente o sentido destas últimas palavras. Porém, é importante sublinhar que essa visão despolitizada acerca das práticas coloniais, que foram o resultado de relações de poder profundamente desiguais, não devem ser confundidas com o panorama atual do futebol internacional. Apesar das assimetrias que caracterizam o futebol europeu contemporâneo, que são o resultado da intensificação das políticas mercantis e de cariz neoliberal que se desenvolveram no futebol das últimas décadas (Almeida, 2015), a escolha do termo 'colonizados' parece um pouco abusiva, sob pena de, mais uma vez, se cair numa banalização da história colonial portuguesa.

Assim, o maior destaque vai para um extenso artigo, assinado por Nuno Domingos, no qual se exploram alguns aspetos críticos fundamentais que permanecem silenciados ou profundamente marginais em Portugal:

Eusébio faz parte de uma narrativa portuguesa imperial e pós-imperial. Esta, vista por muitos como um encontro cultural, foi, na verdade, e apesar de uma inegável história em comum, erguida pela violência, pela exploração e por relações de poder radicalmente desiguais. Tudo questões de índole pouco comemorativa que não interessam à moderna diplomacia económica, legitimada por uma ideia de lusofonia global mais preocupada com os negócios do que com a vida das populações (Público, 09.01.2014, p.28).

Partindo desta ideia, é interessante destacar a interrogação levantada por Ana Santos: 'Enquanto ícone de um Portugal actual, não será Eusébio, também e ainda, uma fantasia do império que se guarda e se perpetua como um património memória?' (2004: 126).

Como se defende neste trabalho, a apropriação da figura de Eusébio faz parte, na verdade, de uma narrativa que silencia e vulgariza o colonialismo (Trouillot, 1995; Araújo e Maeso, 2016). Eusébio da Silva Ferreira foi – e continua a ser – uma referência no panorama do futebol mundial. Além disso, é significativo salientar que, de facto, Eusébio é genuinamente idolatrado pela maioria dos portugueses e, em particular, pelos seguidores do Benfica.

Apesar dessa veneração, isso não implica que esses mesmos adeptos, jornalistas ou políticos não reproduzam discursos colonialistas e racistas. Ou seja, a ausência de uma análise crítica acerca do modo como os discursos racistas operam, leva a que se considere que a admiração de jogadores negros constitua, por si só, a ‘prova’ da ausência de racismo, quando, na verdade, a questão é bem mais profunda do que isso, no sentido em que aqueles que o produzem continuam a beneficiar de formas de privilégio branco (Carrington, 2011: 93). Disto isto, importa reafirmar que a celebração e a aceitação de jogadores negros não significam necessariamente a defesa de um discurso anti-racista.

Pelo contrário, essa admissão e adoração assenta, muitas vezes, em determinados ‘termos e condições’, isto é, é coberta por um ‘bilhete de entrada’ que permite o acesso às culturas dos adeptos de futebol. Essa aceitação implica, por norma, a negação da *negritude* ou, pelo menos, a sua não afirmação (Back et al, 2001a: 85). Noutros casos, a cor da pele dos jogadores pode ser tolerada ou relegada para segundo plano, desde que estes demonstrem, dentro de campo, uma atitude esforçada e combativa (Doidge, 2013: 8).

Nessa medida, a devoção de jogadores negros implica tacitamente que estes se comportem discretamente, sendo que essa descrição passa, em boa medida, por não reivindicarem a sua *negritude*. Tendo em consideração a fragilidade que sustenta essa veneração, a admiração e o ‘elogio do jogador negro podia rapidamente, e perante performances menos conseguidas, converter-se numa crítica performativa carregada de premissas essencialistas. O habilidoso atleta passava rapidamente a ser outra vez ‘o preto’” (Domingos, 2014: 161, aspas no original).

A celebração da vida e do percurso desportivo de Eusébio constitui também um excelente ponto de partida para uma discussão crítica acerca do pressuposto da homogeneidade racial que percorre os imaginários nacionais europeus. Assim, por um lado, a figura de Eusébio parece continuar a legitimar a tese da multirracialidade da nação, tão fortemente apregoada durante o Estado Novo. As palavras de Alexandre Miguel Mestre, secretário de Estado do Desporto e da Juventude durante o governo liderado por Passos Coelho, atestam o modo como essa narrativa colonial permanece, desde o salazarismo, praticamente inalterável:

*(...) Eusébio, pela sua grandeza e pelo seu exemplo, abriu portas a muitos outros atletas lusófonos, sendo um **paradigma gritante de emancipação de futebolistas naturais das províncias ultramarinas**, que foram triunfando em Portugal, de **forma afirmativa e descomplexada, numa irmandade racial que ainda hoje perdura** – impossível aqui não reter o que Simões lembrou ontem: para Eusébio, ele era o seu ‘irmão branco’ (Público, 07.01.2014, p.8, ênfase acrescentado).*

As mais de quatro décadas de independência dos países africanos anteriormente colonizados não foram suficientes para operar uma real mudança de paradigmas e, em alguns casos, os processos de descolonização não parecem, sequer, ter tido qualquer efeito na preocupação em evitar o emprego da terminologia colonial. A ideia de que as ‘províncias ultramarinas’ são ainda parte integrante da ‘nação’, encontra-se significativamente enraizada na sociedade portuguesa.

No entanto, há outros aspetos do excerto que merecem uma maior atenção, entre os quais a tese de que o contexto político não impedia a emancipação dos futebolistas. Mais do que isso, transmite-se a ideia que esse mesmo contexto favorecia ou propiciava o desenvolvimento e autonomia dos desportistas africanos, em especial dos futebolistas. Apesar do colonialismo português discriminar legalmente os ‘indígenas’ (Meneses, 2010), continua a assistir-se à reprodução da tese do seu excecionalismo, assente, entre outros aspetos, no mito da ‘irmandade racial’.

Além de se trivializar ou banalizar as relações de poder e violência que são exercidas sob as populações em qualquer contexto colonial, as palavras atrás citadas exaltam, indiscutivelmente, o colonialismo português. O que é notável é que este tipo de discurso não suscite algum tipo de contestação política e não faça emergir um debate público que problematize o modo como um contexto marcado por profundas relações de poder e dominação não só se banalize, como, inclusive, seja transformado numa descomplexada celebração colonial.

Para além da tão proclamada ‘irmandade racial’, há outro aspeto no excerto que merece ser analisado e que tem a ver com a noção de ‘exterioridade’. Na verdade, a necessidade de destacar o ‘irmão branco’ não deve ser desligada da ideia de ‘marginalidade’, que, aliás, parece estar sempre presente nos discursos sobre identidade nacional. Por outras palavras, o estatuto das populações que são percebidas como não-brancas é, ainda, e em certa medida, marcado pelo seu

*indigenato*⁷⁷. E será, justamente, por isso que se continua a falar nesta dimensão africana da *lusitanidade*: ‘Eusébio foi único no campo e na vida. O africano mais português que conheci. E sei que não conhecerei outro como ele’ (*A Bola*, 06.01.2014, p.23).

A ideia que transparece é que, no caso das populações *racionalmente marcadas*, a pertença à nação não é plena. Aliás, ‘raramente a ‘nação portuguesa’ é ela própria discursada como miscigenada e mestiçada. A ênfase é colocada naquilo que os portugueses deram – uma dádiva do seu ‘sangue’ e cultura – aos outros e não tanto no que receberam’ (Vale de Almeida, 2000: 185, aspas no original). Neste sentido, e não obstante a continuada materialização das teses lusotropicalistas, é a ideia de homogeneidade racial que parece continuar a alimentar o imaginário nacional.

No caso de Eusébio, as narrativas produzidas em torno da sua *portugalidade* servem para relembrar o lugar de ‘origem’ dos africanos. Ou, por outras palavras, ‘de onde

⁷⁷ A criação da figura do ‘indígena’ foi uma das implicações do *Acto Colonial* que vigorou entre 1930 e 1951. Este assentava na tese da superioridade e na missão colonizadora de Portugal, traduzida no seu direito e ‘função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem’ (Matos, 2006: 63). Porém, a construção da diferença, com base em diversos dispositivos legais, entre ‘indígenas’ e colonos europeus, edificou-se, ainda, nos finais do século XIX, nomeadamente através do *Regulamento do Trabalho Indígena*, publicado em 1899 (Meneses, 2010: 76) e da *Lei do Trabalho* portuguesa (Meneses, 2010: 83). Desta forma, a partir de um conjunto de mecanismos jurídicos, as populações que habitavam nas colónias portuguesas africanas passaram a ficar formalmente divididas em três categorias: indígenas, assimilados e nacionais/civilizados. A distinção traduzia os diferentes direitos civis, políticos e criminais que eram aplicados às várias raças. É importante notar que o grande princípio orientador e marcador da diferença era o racial, como se pode atestar pela definição legal de indígena: ‘indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivido habitualmente [nas colónias], não [possuísem] ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses’ (Meneses, 2010: 84). As diferenças raciais eram estabelecidas a partir do modo de vestir, do nível de escolaridade e do comportamento social exibido. Os africanos transformaram-se, assim, em ‘súbditos indígenas e não cidadãos; tinham deveres, mas poucos ou nenhuns direitos. No entanto, em momento algum esta fractura entre a metrópole e a colónia pareceu constituir-se como uma contradição entre as instituições democráticas e a aquisição e a administração do império’ (Meneses, 2010: 77). Esta organização político-social, definida estatutariamente, não se estendia, porém, a todos os territórios colonizados, nomeadamente a Macau, à Índia Portuguesa e a Cabo Verde (Matos, 2006: 63; Meneses, 2010: 84). Este último território, por exemplo, era percebido como país racialmente ‘híbrido’, resultante da mistura entre africanos e portugueses brancos e, como tal, não se encontrava debaixo deste mecanismo jurídico (Vale de Almeida, 2000: 196). Refira-se que muitas das lógicas raciais do tempo colonial encontram-se profundamente enraizadas na sociedade cabo-verdiana, nomeadamente no que se refere a uma certa excecionalidade racial dos seus habitantes. É essa uma das conclusões do trabalho de Joana Gorjão Henriques (2016), quando mostra que muitos cabo-verdianos não se consideram africanos: ‘quando fala sobre si mesmo, o cabo-verdiano vai buscar o seu parente branco em vez de ir buscar o parente negro’ (2016: 122). Aliás, essa ambiguidade, que foi alimentada pelo sistema colonial, ainda hoje exerce algum peso na relação com os outros países ex-colonizados, que continuam a vê-los como ‘chefes de posto’, isto é, alguém que era cúmplice com o poder colonial (Gorjão Henriques, 2016: 119).

realmente' (Maeso, 2015a) são. Embora esse discurso não seja necessariamente explícito, é esse o sentido de uma parte significativa das publicações analisadas:

O Mundial de 66 e o seu choro contra a injustiça geraram o estatuto de primeiro Português global (...) Eusébio foi a primeira figura portuguesa global. Um negro ao serviço de uma seleção europeia chora após uma meia-final frente à Inglaterra como forma de reagir à injustiça. E essas lágrimas, associadas ao sentido de Justiça, volveram pérolas eternas na memória colectiva (Correio da Manhã, 06.01.2014, p.5, ênfase acrescentado).

A estranheza de ter um jogador negro a representar um país europeu⁷⁸ explica-se, precisamente, pelo facto desse discurso partir do pressuposto da homogeneidade racial que alimenta o imaginário coletivo europeu. Aliás, tal como se mostrou no capítulo I, essa pressuposição é constitutiva da própria modernidade (Maeso, 2015a, Goldberg, 2002), ainda que a relativa uniformidade dos estados modernos seja apenas parcial e temporária (Quijano, 2000: 557). No caso português em particular, essa hegemonia racial tem sido acompanhada por um esquecimento histórico sobre a escravatura, o colonialismo e a guerra colonial⁷⁹ (Vale de Almeida, 2000: 198).

Paralelamente a esta necessidade de sublinhar a ideia do 'africano português', as homenagens a Eusébio também serviram para alimentar a tese da multiracialidade da nação. É essa, justamente, a abordagem enfatizada por José Eduardo, antigo jogador do Sporting: 'Ele, o meu ídolo, o Adamastor da minha juventude, o Herói multirracial, representante inter-racial, embaixador do Fair-Play, símbolo da portugalidade' (*A Bola*, 11.01.2014, p.46). Na verdade, esta tensão entre a 'ilusão da homogeneidade' (Balibar, 1991: 49), enquanto condição hipotética das nações europeias, colide com a

⁷⁸ Guilherme Espírito Santo, jogador que se notabilizou ao serviço do Benfica nos anos 30 e 40, foi o primeiro jogador negro a representar a seleção nacional. A estreia do então apelidado 'Pérola Negra' ocorreu em 1937, num jogo disputado contra a seleção espanhola. Obtido em fevereiro 9, 2017, de https://www.rtp.pt/noticias/benfica/morreu-espírito-santo-jogador-historico-do-benfica-das-decadas-30-e-40-do-seculo-passado_v606529

⁷⁹ Em rigor, importa salientar que a discussão pública sobre a 'guerra colonial' e o colonialismo tem vindo a ganhar algum destaque, especialmente a partir da última década. Refira-se, a título exemplificativo, o conjunto de artigos lançado em 2013 pelo jornal *Público* ou a série televisiva realizada pela *RTP*, intitulada 'Guerra', composta por 48 episódios que foram exibidos entre 2007 e 2013. Estas iniciativas têm contribuído, inegavelmente, para o enriquecimento do debate público sobre temas que, apesar de extremamente relevantes para o desenvolvimento do conhecimento histórico e sociológico de Portugal e da sua relação com as antigas colónias, permanecem marginalizados. Não obstante os avanços alcançados, uma parte considerável da discussão tem-se centrado nos 'traumas' físicos e psicológicos despoletados pela guerra. Interessa frisar que não se pretende, de modo algum, menorizar essas dimensões. Contudo, a excessiva atenção conferida a estes temas, impede o aprofundamento de uma discussão crítica sobre as práticas coloniais e raciais, bem como o quadro ideológico que as sustentaram.

autorrepresentação nacional multirracial que é sublinhada por vários atores no contexto do futebol. No entanto, esta pretensa multiculturalidade assenta numa relação desigual e no seio da qual se espera que seja adotada a ‘linguagem da cor branca, mesmo quando a nação se define como produto da mestiçagem’ (Vale de Almeida, 2000: 202).

Os discursos dominantes a respeito de Eusébio são, inequivocamente, o produto de um imaginário nacional que se solidificou durante a ditadura fascista. Neste sentido, a construção da figura de Eusébio diferenciava-se claramente das representações dos negros que atravessavam a sociedade portuguesa da época. De facto, embora não fosse totalmente vedado, eram muito poucos aqueles que ascendiam à condição de assimilados⁸⁰, pelo que a maioria dos africanos era exibida como objeto exótico, primitivo e selvagem⁸¹ (Matos, 2006: 253).

Contrariando esta representação do africano *indígena*, os discursos dominantes produzidos acerca de Eusébio sempre se pautaram, desde a sua vinda para Portugal, por celebrar a facilidade com que assimilou a cultura portuguesa. Sobretudo durante o quadro de propaganda ideológica salazarista, o futebolista moçambicano acabou por ‘ajustar-se bem à nova imagem do império que o Estado Novo procurava disseminar’ (Domingos, 2014: 158). Nas palavras de Ana Santos, Eusébio, à semelhança, aliás, da equipa do Benfica da década de 60, simbolizaria a imagem do ‘colonialismo ideal’: ‘A equipa fornecia os elementos simbólicos que ilustravam um ideal: jovens da ‘Metrópole’ e jovens das ‘Províncias Ultramarinas’ a colaborar em equipa, disciplinados na conquista de um objectivo comum’ (2004: 91).

É importante frisar a ideia de que a imagem de Eusébio se encontra intimamente ligada à figura do ‘indígena assimilado’. Como já se destacou atrás, a divisão formal entre colonos e colonizados, isto é, entre brancos e negros, correspondia à hierarquia

⁸⁰ Para aceder à categoria de assimilados era necessário preencher uma série de condições, tais como falar corretamente português, exercer uma profissão ou possuir bens para se auto-sustentar e para sustentar a sua família, ser capaz de exibir um comportamento e postura pública de acordo com os cidadãos portugueses, ter mais de 18 anos de idade e serviço militar cumprido (Meneses, 2010: 85).

⁸¹ O trabalho de Patrícia Matos (2006), que explora as representações raciais dominantes durante o colonialismo português, representa um contributo para desmistificar algumas das correntes ideológicas e políticas que perduram na sociedade portuguesa, nomeadamente no que concerne à especificidade colonial lusitana, assente no seu carácter benevolente. A análise dos discursos e das imagens sobre as populações subjugadas, presentes, por exemplo, nos filmes e nas exposições coloniais, mostra claramente a forma como os negros se encontravam no fundo da hierarquia racial e civilizacional estabelecida. Além de clarificar o lugar ocupado por negros e mestiços no Portugal colonial, este estudo contribui, igualmente, para estimular o debate em torno dos legados imperiais e coloniais portugueses.

racial legal desenvolvida pelo poder colonial. Nesse quadro, os denominados assimilados, enquanto terceira categoria presente nas colónias, e embora representassem uma pequena maioria de indivíduos, seriam aqueles que haviam acedido à cidadania portuguesa (Meneses, 2010: 85). Neste sentido, mais do que representar o ‘colonialismo ideal’ abordado por Ana Santos (2004: 91), Eusébio parece reafirmar a ‘missão’ do projeto civilizador português.

Os feitos alcançados pelo jogador moçambicano não só serviram para legitimar, em certa medida, a especificidade do colonialismo português, como também contribuíram para ‘lançar um manto sobre o passado, ajudando a reproduzir mitos sobre a tolerância racial dos portugueses’ (Domingos, 2014: 164). Apesar do enraizamento da tese lusotropicalista no imaginário nacional português, o lugar dos africanos, dentro e fora do contexto desportivo, era marcado pela segregação e pelo racismo:

Na grande sociedade portuguesa de sessenta, o lugar dessa maioria africana, mesmo depois do fim do indigenato, continuava a revelar a herança de um colonialismo predador e racista, não muito diferente dos outros colonialismos nos seus propósitos e objetivos, nos meios e nas estratégias, e absolutamente nada excepcional (Domingos 2014: 170).

Partindo dessa ideia, é importante salientar que, não obstante a queda da ditadura, as narrativas hegemónicas produzidas em torno dos africanos permanecem praticamente inalteráveis. Prova disso foram os adjetivos escolhidos para classificar Eusébio aquando da sua morte. Nos mais diferentes contextos – político, mediático e desportivo – as palavras ‘simplicidade’ e ‘humildade’ foram repetidas inúmeras vezes. Ainda que não com a mesma frequência, a ideia da ‘ingenuidade’ ou ‘genuinidade’ de Eusébio e, por conseguinte, dos povos africanos, também esteve presente nos discursos mediáticos: ‘havia nele muito da genuinidade do Homem Africano’, escrevia o jornal *A Bola* (01.07.2014, p.48). Já no *Público*, num artigo da autoria do especialista em História do desporto português, Ricardo Serrado, destacam-se as seguintes palavras a propósito da sua perícia enquanto futebolista: ‘Era um futebol, simultaneamente, ingénuo porque puro e inocente, retrato figurado de Eusébio quando se apresentou em Lisboa’ (06.01.2014, p. 14).

As quatro décadas que separaram a queda do regime fascista e o falecimento de Eusébio não parecem ter sido suficientes para operar uma real mudança nos discursos e representações sobre África e sobre os africanos. Pelo contrário. É essa, igualmente,

a perspetiva de Nuno Domingos, que, num artigo publicado pelo jornal *Público*, poucos dias após o falecimento de Eusébio, afirma:

Durante o Estado Novo, estes adjectivos sempre se colaram a uma idealização do africano assimilado, simples, humilde, mas também conformado e passivo. A passividade e o conformismo, eufemisticamente travestidos de "humildade" e "simplicidade", eram a moeda de troca pelo acesso à "civilização" (...) Quarenta anos depois do 25 de Abril, a permanência de algumas classificações sociais, que se erguem enquanto normas de comportamento ideais, revelam como perduram as representações de um certo povo imaginado pela elite, um povo que é bom por ser simples, humilde e conformado (Público, 09.01.2014).

As observações feitas em relação ao classismo da sociedade portuguesa são, sem dúvida, pertinentes. No entanto, e embora o autor não o tenha explicitado, poder-se-ia, aqui, isolar a categoria racial. Contrariamente à vitalidade e contestação que marca o debate em torno das questões de classe, quer no espaço público, quer no meio académico, as representações hegemónicas da *negritude* permanecem relativamente imutáveis e reféns do paradigma colonial. Tendo em vista a desconstrução dos paradigmas dominantes, e considerando essa primazia concedida às questões de classe, deve-se conceder uma maior autonomia às categorias de raça e racismo e não, simplesmente, tratá-las não como uma ramificação de outras categorias.

As narrativas predominantes que se se perpetuam desde a vinda de Eusébio para Portugal surgem invariavelmente associadas aos discursos que glorificam e banalizam as relações de dominação que se estabeleceram no contexto colonial. Dessa forma, a tese avançada por Ana Santos (2004: 126), quando afirma que ‘Eusébio parece funcionar como símbolo da reconciliação entre o Portugal de hoje com o Portugal colonial de 60’, não reflete a abordagem crítica seguida neste trabalho. Com efeito, defende-se que não houve na sociedade portuguesa – bem como na europeia – uma verdadeira rutura com a ideologia colonial alicerçada ao longo de séculos de escravatura, imperialismo e colonialismo. No caso concreto de Eusébio, a pesquisa dos conteúdos produzidos e difundidos pelos media portugueses, por um lado, e a análise das entrevistas realizadas, por outro, mostrou que a comemoração da sua *portugalidade* se encontra profundamente ancorada no imaginário colonial lusófono.

Deste modo, sustenta-se que os discursos contemporâneos dominantes sobre identidade nacional são, em larga medida, o produto do enraizamento das narrativas coloniais. Como resultado, regista-se uma tensão entre o pressuposto da

homogeneidade e a multiracialidade da nação. O exemplo de Eusébio é, aliás, paradigmático. Esta coexistência, aparentemente contraditória, surge em parte como consequência das noções herdadas das teses luso tropicalistas, consubstanciada naquilo a que se pode apelidar de ‘discursos da lusofonia’. É esse o tema que se procura explorar no ponto seguinte.

4.4 *Futebol e os discursos da lusofonia*

As conceções dominantes da *portugalidade* têm sido alicerçadas a partir de um discurso que se encontra ancorado no passado colonial e imperial e que se traduz no carácter pretensamente universal e ‘menos racista’ que o de outras nações europeias (Araújo, 2013: 30). Esta narrativa faz parte de um processo mais vasto e hegemónico que não só despolitiza, como enaltece o colonialismo português (Araújo e Maeso, 2013). Na realidade, a exaltação do *mundo lusófono*, enquanto parte de um discurso colonial ‘saudosista’ (Cahen, 1997: 392), representa uma continuidade histórica do Portugal contemporâneo que, particularmente no caso do futebol, tem sido praticamente ignorada.

Ainda que as narrativas lusofonistas advoguem a celebração e cooperação entre os países de língua portuguesa, a matriz desses discursos assenta, em larga medida, na ‘apologia das caravelas’, ou seja, na reificação de uma ideologia que se encontra altamente enraizada no imaginário luso-brasileiro e que estabelece a ideia de um colonialismo ‘benfeitor’ (Cahen, 1997: 431). Deste modo, a comemoração da lusofonia vem reforçar, inquestionavelmente, as formações culturais do país colonizador e invisibilizar os processos de pilhagem social, económica e política sofridos pelos povos colonizados (Vale de Almeida, 2006: 26).

Dessa forma, os discursos dominantes, ao enaltecerem, por exemplo, o facto de o português ser a língua oficial dos países anteriormente colonizados, estão, ainda que muitas vezes de forma inconsciente, a cristalizar as tais ‘formações culturais’ acima referidas. O caso do futebol é paradigmático. As palavras de José Couceiro, atual treinador português, ainda a respeito do falecimento de Eusébio, são o exemplo disso mesmo, quando afirma que o futebol ‘teve grande influência na assimilação da língua portuguesa e na união criada ente povos com culturas distintas’ (*A Bola*, 08.01.2014, p.39).

Uma das consequências que decorre desta perspetiva benevolente dos processos históricos imperiais, traduz-se no enraizamento da especificidade do colonialismo português entre o denominado *mundo lusófono*:

Em África essa miscigenação teve um carácter quase natural, com a mistura de povos e de raças. E, portanto, talvez se esbatesse um pouco o domínio colonial. Isto não quer dizer que ‘ah, mas foi mais brando ou menos brando’. Mas, se calhar, tinham convicções que os franceses, por exemplo, não tinham. Eu quero puxar a coisa para o lado bondoso de alguma miscigenação que houve e que construiu um país que, hoje, fala a língua portuguesa’ (entrevista 5).

Nos discursos dominantes, a questão da língua em comum surge invariavelmente como um elemento-chave de aproximação entre os povos que habitam no espaço lusófono. No entanto, raramente se discute que a adoção de uma língua surge quase sempre ligada aos processos de saber e de poder associados à sua utilização (Madeira, 2011:75).

Partindo dessa ideia, não é, pois, de estranhar, que a lusofonia seja particularmente comemorada em Portugal⁸², tal como se pode constatar através da posição defendida por um antigo membro do governo a propósito dos futebolistas africanos contratados pelos clubes portugueses: ‘Esse fluxo de futebolistas teve méritos que ainda hoje extravasam largamente a componente desportiva, mas que nela se fundem. Pense-se, por exemplo, nos ‘Jogos Desportivos da CPLP’ ou nos ‘Jogos da Lusofonia’⁸³ e a união que aí se gera (*Público*, 07.01.2014).’

⁸² O livro coordenado por Isabelle Oliveira (2017), intitulado ‘Lusofonia e Francofonia: A aliança da ‘Latinoesfera’’, reúne um conjunto de textos com vista ao reforço destes dois espaços linguísticos que, de acordo com a linha argumentativa seguida, partilham e professam uma filosofia humanista. Trata-se, portanto, de uma abordagem que reproduz a leitura dominante e que celebra, entre outras dimensões, o modo como a diáspora lusitana não renega à ‘maneira portuguesa de estar no mundo, perpetuando os ‘passos da areia’ que vamos deixando pelo mundo’ (Oliveira, 2017: 35, aspas no original).

⁸³ De acordo com as fontes disponíveis, a realização dos ‘Jogos Desportivos do Mundo português’ foi uma sugestão lançada pelo *Diário de Notícias* em 1961. Devido ao início das Guerras de Libertação, a primeira edição só veio a ter lugar alguns anos mais tarde. Vale a pena transcrever um excerto de um artigo publicado no jornal *A Bola*, aquando do lançamento dessa ideia: ‘O que verdadeiramente interessa é que cedo ou tarde, a ideia surgiu (ou ressurgiu) e ecoou pelos três continentes através dos quais a Pátria Portuguesa se alonga e prolonga (...) Que não venha longe o dia em que os silvos dos aviões, cruzando as águas de três oceanos e as terras de quatro continentes, romperão e anularão as distâncias do Mundo português, fazendo convergir para os recintos desportivos de Lisboa os jovens atletas de Timor, de Macau, de Moçambique, de Angola, de São Tomé e Príncipe, da Guiné, de Cabo Verde, dos Açores, da Madeira, do Algarve, do Minho, para honra e progresso do desporto nacional e para que melhor se conheçam, apreciem e estimulem os Portugueses de todas as terras e de todas as raças. Mãos à obra!’ (*A Bola*, 19.01.1961, p.1 e 7).

Apesar das narrativas da lusofonia saírem, de alguma forma, reforçadas com as trajetórias dos atletas, esse movimento de jogadores entre centro e periferia é, na realidade, o espelho de um processo mais vasto de relações de poder assimétricas. É essa a ideia defendida por Darby (2006), quando procura mostrar o modo como o futebol tem obedecido a uma lógica imperialista:

(...) durante o período colonial, e não só, os principais clubes de futebol portugueses estabeleceram uma rede com vista ao reconhecimento e exportação de jogadores de futebol. Em termos gerais, esta estratégia pode ser comparada às práticas imperialistas e neo-imperialistas de exploração económica, no sentido em que envolve a localização, refinamento e exportação de matérias-primas – neste caso, o talento futebolístico – destinadas ao consumo no mercado europeu (Darby, 2006: 427).

Conforme referido anteriormente, este movimento de jogadores da *periferia* para o *centro* obedece, principalmente, a uma lógica pós-colonial. Assim, é um processo decorrente das profundas desigualdades económicas criadas durante longos períodos de tempo e, como tal, não pode ser analisado sem ter em conta a história colonial. Como reflexo desse quadro, tem vindo a assistir-se ao acentuar de um fosso entre os clubes europeus, de um lado, e os africanos e sul-americanos, de outro⁸⁴.

Fruto dos legados do colonialismo e da proliferação da narrativa lusotropical, os discursos da lusofonia ocupam um lugar central no imaginário nacional. É essa, aliás, o sentido das afirmações da maior parte dos entrevistados. Vale a pena prestar atenção à perspetiva do sub-diretor de um dos mais reconhecidos jornais desportivos portugueses, quando questionado acerca da relação que os imaginários populares dos países lusófonos estabelecem com Portugal e com a *portugalidade*:

A seleção nacional viveu um episódio muito curioso em 86, portanto onze anos depois da independência de Moçambique, durante o Mundial. Estávamos com o Benfica num torneio em Moçambique quando Portugal jogou o primeiro jogo com a Inglaterra. Os principais jornais de Moçambique, depois de Portugal ter ganho por 1-0 à Inglaterra, titulavam, em manchete: ‘grande vitória da seleção nacional!’ Ou

⁸⁴ É importante referir, no entanto, que as assimetrias entre os clubes são, igualmente, o resultado do impacto da intensificação das políticas mercantis que têm vindo a acentuar as desigualdades económicas não só entre os clubes do *centro* e da *periferia*, como também entre os próprios clubes europeus. Na verdade, as abordagens económicas hegemónicas dominantes, traduzidas no reforço das políticas neoliberais das últimas décadas, têm tido um enorme reflexo na própria orientação, governação e regulamentação das competições nacionais e internacionais. Concretamente, o rumo neoliberal que tem guiado as sociedades contemporâneas fez emergir um mercado global no futebol, reforçando, assim, a posição dos clubes de ‘elite’ relativamente aos restantes (Almeida, 2015).

seja, o processo de identificação com o futebol manteve-se e mantém-se, muito para além de todos os outros elos que foram criados. Na cidade da Praia, por exemplo, eles gabavam-se de haver mais bandeiras do Benfica do que em Lisboa, quando o Benfica era campeão (entrevista 3).

As comemorações que se registaram nos países africanos *lusófonos* e em Timor, após a conquista do Campeonato Europeu de 2016 pela Seleção Nacional, mereceram amplo destaque por parte dos media nacionais e internacionais. A *Euronews*, por exemplo, à medida que Portugal avançava no torneio, ia dando conta dos festejos que ocorriam em Cabo Verde e em Timor, onde as vitórias da seleção eram ‘sempre acolhidas com grandes celebrações⁸⁵.’ Na revista *Sábado* podia-se ler, juntamente com uma fotografia na qual surgia o antigo presidente timorense Xanana Gusmão, ostentando uma bandeira de Timor e outra de Portugal: ‘Díli juntou-se às comemorações da seleção e comoveu Portugal’, (07.07.2016). Já o jornal *O Jogo* exclamava, a propósito dos timorenses que celebravam a passagem da seleção portuguesa à final: ‘Timor-Leste ainda é Portugal⁸⁶’ (07.07.2016).

Precisamente, os festejos que se fizeram sentir nos antigos territórios colonizados, também mereceram destaque por parte do entrevistado anteriormente citado, particularmente no caso timorense:

Foi comovente. Aquilo não se explica. Eu fui a Timor acompanhar uma visita do Luís Filipe Vieira e do Nuno Gomes (presidente e diretor do Benfica, respetivamente). Uma coisa absolutamente extraordinária. O grau de identificação daquelas pessoas -muitas delas nem falavam meia palavra de português- com os clubes portugueses e com o futebol português, com os ídolos, continuava exponenciada (entrevista 3).

O caso de Timor é paradigmático acerca do modo como os discursos da lusofonia se produzem e reproduzem no contexto nacional. Fruto dos acontecimentos que se seguiram à descolonização portuguesa, nomeadamente a ocupação indonésia daquele território, assistiu-se à produção, em Portugal, de uma narrativa com nuances aparentemente contraditórias. Assim, se por um lado se defendia a autodeterminação do povo timorense, por outro, reivindicava-se a sua lusitanidade.

Nesta perspetiva, a ambiguidade dos discursos mediáticos e políticos (da esquerda à direita), traduz a complexidade de todo o processo, tanto nos dias de mobilização

⁸⁵ Obtido em junho 2, 2016, de <https://pt.euronews.com/2016/07/01/euro2016-presidente-de-portugal-celebra-vitoria-muito-sofrida-mas-merecida>

⁸⁶ Obtido em junho 7, 2016, de <https://www.ojogo.pt/internacional/euro-2016/noticias/interior/timor-leste-ainda-e-portugal-5270812.html>

cívica como no 'quadro mais geral da questão timorense para a reconfiguração pós-colonial portuguesa: nunca se sabe onde está a fronteira entre a solidariedade com Timor e a inclusão deste numa portugalidade transnacional ou mesmo neo-colonial' (Vale de Almeida: 2000: 210). Tal como o próprio autor destacou, o fascínio com a lusofonia dos timorenses e com as suas práticas religiosas católicas, aliado a uma pretensa adoração de Portugal, surge, na verdade, como 'purificadora dos complexos coloniais' (Vale de Almeida, 2000: 213).

Os elos de ligação existentes entre Portugal e as suas antigas 'possessões' mereceram, igualmente, destaque por parte dos entrevistados:

Ainda continua a haver muita aproximação. Tanto assim é que em quase todas as equipas portuguesas, nos escalões de formação, há jogadores guineenses. Nunca senti que houvesse aquele ressentimento por causa da colonização. Éder, Bruma, são guineenses, por exemplo. Acho que nunca senti que houvesse aquele afastamento, ao contrário de outros, como Angola ou Moçambique, que tentaram restringir a vinda de jogadores para Portugal⁸⁷. (entrevista 2)

Tal como se tem defendido, a celebração da lusofonia tem servido para despolitizar o debate sobre o colonialismo português, transformando-o, ao invés, numa relação sã e de convivência entre diferentes povos: 'nós somos um país que, apesar de tudo, convive bem com a diferença, que sabe acolher, sabe receber, que no processo de descolonização conseguiu manter uma relação de identidade com os nossos povos irmãos' (entrevista 7, ver anexo).

É essa justamente a posição defendida pelo diretor do jornal *A Bola* quando, num programa televisivo, evidenciou o seguinte:

Não há dúvida nenhuma que a afinidade entre os povos de língua portuguesa é uma afinidade muito grande, uma relação muito forte. Tem também a ver com a forma como Portugal colonizou, que foi bastante diferente da francesa, inglesa, espanhola ou holandesa, que tiveram uma perspetiva meramente comercial. No caso espanhol até de uma presença conquistadora, até agressiva nos territórios. No caso português não. No caso português, sempre foi, pelo mundo fora, uma tentativa de haver uma reunião de interesses, de culturas, uma troca de experiências, uma forma tolerante de entender as diferenças. E isso foi absolutamente decisivo na forma como a história se encaminhou e encarregou de

⁸⁷ Após a independência de Moçambique, a FRELIMO, numa tentativa de 'deseuropeização' do futebol moçambicano, decretou que as equipas nacionais substituíssem os seus nomes portugueses por nomes africanos. Além disso, procurou travar-se a saída de jogadores moçambicanos para outros países. No entanto, devido, em grande parte, ao desejo manifestado por vários futebolistas em abandonar o país, estas diretivas foram revogadas em 1987 (Darby, 2006: 430).

trazer, de levar outra vez Portugal para a realidade dos países de expressão portuguesa (afirmações produzidas no programa semanal emitido pela 'A Bola tv', intitulado 'A Quinta da Bola', exibido no dia 20 de abril de 2017).

Como é possível observar, a brutalidade que decorre da dominação colonial não faz parte da autorrepresentação da identidade portuguesa, uma vez que o colonialismo foi concebido como uma 'missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo' (Santos, 2004: 7). Assim sendo, as potências europeias acabaram por promover uma 'guerra colonial justa' que fosse capaz de 'destruir os obstáculos à modernização' (Dussel, 2000: 49). Por outras palavras, a 'Modernidade é a justificação de uma praxis irracional de violência' (Dussel, 2000: 48).

Estas leituras não parecem diferir muito das abordagens académicas dominantes, que contestam a ideia de que a lusofonia, percecionada como 'comunidade geocultural,' seja uma 'espécie de prolongamento simbólico do período colonial', (Macedo, 2015: 157). Por conseguinte, defende-se a necessidade de corrigir esse mal-entendido:

Assim, este 'equivoco lusocêntrico', ao persistir para além da independência das várias nações de língua oficial portuguesa, parece ameaçar o desenvolvimento de uma ideia de lusofonia coletivamente partilhada, nomeadamente enquanto comunidade de múltiplas culturas. A este tipo de equivoco não é alheio o facto de a história do império colonial português conhecer várias versões: a do ex-colonizador e as dos ex-colonizados (Macedo, 2015: 157, aspas no original).

Por forma a ultrapassar esse 'equivoco lusocêntrico', a autora propõe a criação de outras narrativas que não comprometam a 'afirmação da comunidade geocultural da lusofonia, no quadro do atual episódio da narrativa evolutiva da globalização' (Macedo, 2015: 172).

De acordo com esta perspetiva, que, sublinhe-se, vai ao encontro das abordagens académicas, políticas e mediáticas dominantes, o colonialismo, em geral, e a história do império português, em particular, pode e deve ser sujeito a várias interpretações. Estas leituras que se enquadram dentro do paradigma hegemónico e que fazem parte das diferentes fórmulas de silenciamento e de trivialização da história colonial (Trouillot, 1995; Araújo e Maeso, 2016), também se contestam nesta dissertação. De facto, ao reduzir o colonialismo português às 'várias versões', está-se, acima de tudo, a despolitizar e banalizar um sistema baseado na dominação, subjugação e opressão. Em

última análise, a legitimação de que resulta deste tipo de abordagens tende a validar as próprias práticas coloniais.

Como se expôs, o enraizamento da tese da especificidade colonial portuguesa, à qual não é alheia a longa duração dos processos de dominação, está presente nas diversas esferas da vida social, particularmente na mediática, académica e política. Deste modo, reafirma-se que os discursos hegemónicos sobre miscigenação e mestiçagem constituem um viés ideológico que ocultam as relações de poder que se estabelecem num contexto colonial e que são, inquestionavelmente, marcadas pela subjugação e controlo de uns sob os outros. Para além de mascararem relações desiguais, esses discursos têm também servido como base de sustento das narrativas nacionais, imperiais e coloniais (Vale de Almeida, 2000: 185).

4.5 *Lusofonia e tensões pós-coloniais*

Em novembro de 2001, realizou-se em Lisboa um jogo de carácter amigável entre as seleções de Portugal e Angola. Tendo sido, apenas, a segunda vez que estas duas equipas se encontravam após a descolonização dos territórios ocupados, o desafio era aguardado com elevada expectativa. Pese embora a convicção manifestada pela generalidade dos media, que anunciava o jogo como uma oportunidade de ‘estreitar laços’ entre dois ‘países irmãos’, a partida acabou por ter um desfecho algo inesperado. O encontro não chegou ao fim, depois do árbitro ter expulsado quatro jogadores angolanos por conduta violenta. Seguiram-se episódios de violência⁸⁸, dentro e fora do estádio, que opuseram adeptos angolanos às forças policiais.

Interessa destacar, sobretudo, as leituras feitas pelos media nos dias seguintes, bem como a dos diversos intervenientes, direta e indiretamente ligados às duas seleções. A unanimidade dos discursos é o primeiro aspeto mais relevante: ‘chocou-me tremendamente o que se passou. Estavam em campo duas seleções com raízes profundas de amizade e, como africano, magoou-me. Porque um encontro entre Portugal e Angola merecia tudo menos um desfecho daqueles’ (*A Bola*, 15.11.2001,

⁸⁸ De acordo com os relatos e imagens captadas pela comunicação social, além de dezenas de cadeiras arrancadas no estádio José de Alvalade, pelos adeptos angolanos, registaram-se, no fim do jogo, diversos atos de vandalismo, tais como caixotes do lixo incendiados, carros danificados, paragens de autocarro partidas, acompanhados por palavras de ordem contra os portugueses (*A Bola*, 15.11.2001).

p.3), afirmava Mário Wilson, antigo jogador e treinador moçambicano, que se celebrou ao serviço da Académica de Coimbra e do Benfica.

Como já sublinhado anteriormente, as narrativas da lusofonia ultrapassam o contexto português, estendendo-se também aos países africanos 'lusófonos'. Aliás, é devido, em grande medida, a esse aspeto que se tornaram hegemónicos. Assim sendo, não é de admirar que o sentido dos discursos de parte dos angolanos seja o mesmo que o dos portugueses. Vale a pena prestar atenção ao seguinte excerto de um artigo da autoria do escritor angolano Manuel Rui Monteiro:

*Não devemos misturar o mal com o bem e fazer disso uma bandeira, mas quando acontece isto entre irmãos mais notado se torna. **A lusofonia é a pátria da língua portuguesa e não faz muito sentido que nos próximos encontros surjam árbitros franceses a apitar.** Na lusofonia acontecem destas coisas, mas são naturais. Nos países de expressão francesa ou inglesa também acontecem, mas é tudo falseado. E é esta maneira de estar no mundo que temos de preservar, sem medo que nos apontem o dedo (A Bola, 16.11.2001, p.3, ênfase acrescentado).*

Estas palavras não deixam de causar alguma surpresa, tendo em consideração não só o percurso político, como a postura crítica mantida ao longo da vida pelo escritor e ensaísta⁸⁹. De facto, e apesar de chamar a atenção para aquilo que considera ser os aspetos 'arrogantes' da lusofonia, Manuel Monteiro parece, de alguma forma, ter sido seduzido pelos discursos contemporâneos dominantes. Por outro lado, a sua aparente ambiguidade poderá ser entendida a partir das ideias defendidas por revolucionários como Amílcar Cabral, Samora Machel ou Agostinho Neto, quando sublinhavam que a luta era contra o sistema colonial português e não contra os portugueses.

As posições aparentemente ambíguas e paradoxais ilustram não só a complexidade que rodeia estes temas, como também o poder e o alcance das narrativas lusófonas. É oportuno relembrar parte do célebre discurso de Samora Machel, proferido em 1982, a propósito do contexto moçambicano: 'Embora Moçambique seja livre, há ainda moçambicanos por libertar. Descolonização mental é o nosso problema actual. Libertar

⁸⁹ Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Manuel Monteiro regressou a Angola após o 25 de Abril. Além de ter sido Ministro da Informação no primeiro governo provisório do MPLA, foi autor do Hino de Angola e o primeiro representante do país na *Organização de Unidade Africana* e nas *Nações Unidas*. Numa entrevista concedida à Agência Lusa, em 2013, frisou que 'a questão da lusofonia tem sido tratada forma arrogante da parte do Brasil e da parte de Portugal, porque estão sempre com a lusofonia na boca e 'que os africanos são isto e são aquilo,' mas no fundo são eles, portugueses e brasileiros, que mandam nisto e não sabem que o mundo é de todos e de todos em parte igual. Eu não quero chamar-lhe neocolonialismo intelectual, mas às vezes é isso'. Obtido em dezembro 2, 2017, de <http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/16832255.html>

do passado colonial que continua a dominá-los, que os inibe de serem cidadãos moçambicanos activos'.⁹⁰

Não obstante essa reivindicação do 'modo de estar no mundo', os acontecimentos dentro e fora do campo não estiveram em sintonia com os discursos de celebração da lusofonia, pelo que havia a necessidade de reforçar os laços de 'amizade' forjados no espaço lusófono. Na mesma linha de raciocínio, Carlos Alinho, antigo jogador cabo-verdiano que atuou no Benfica, na Académica de Coimbra e em vários outros clubes portugueses, atribuiu a responsabilidade dos acontecimentos a um 'árbitro inculto', que não teve a capacidade de perceber que o jogo se tratava de 'uma festa da lusofonia' (*A Bola*, 15.11.2001, p.3). As declarações do presidente da Federação Angolana de Futebol, Justino Fernandes, também foram no mesmo sentido: 'duvido que aquilo tivesse acontecido se o árbitro fosse português, cabo-verdiano ou moçambicano' (*A Bola*, 16.11.2001, p.2).

Assim, os discursos dominantes sobre identidade nacional mostram o quão difícil parece ser para os portugueses pensarem a nação fora do quadro colonial. Na verdade, e embora o 'centro' seja naturalmente a 'metrópole', a verdade é que as 'províncias ultramarinas' continuam a ser imaginadas como uma espécie de prolongamento da *portugalidade*. A lusofonia surge, deste modo, indubitavelmente associada à tese do excepcionalismo colonial português. É justamente a partir desse universo ideológico que se deve analisar a convicção de que o jogo nunca poderia ser dirigido por um elemento estranho, devido a essa impossibilidade de compreender as especificidades inerentes a essa comunidade lusófona.

Embora de tratasse de um desafio de carácter amigável, os media portugueses tinham consciência do seu significado político, pelo que alertavam para a importância das possíveis consequências que estes episódios poderiam vir a ter na relação entre os dois povos:

Não nos parece honesto ter aqui uma atitude de paternal compreensão. O povo angolano é maior e vacinado, não precisa de paternalismos e de sentimentos de complexos coloniais (...) deseja-se que este jogo entre Portugal e Angola não venha a ter nefastas repercussões e aguarda-se que os responsáveis políticos e desportivos dos dois países saibam encontrar as melhores soluções para recuperar

⁹⁰ Obtido em maio 10, 2017, de http://macua.blogs.com/files/descolonizacao_mental_samora.pdf

a confiança e o sentimento de amizade (A Bola, 15.11.2001, p.9, ênfase acrescentado).

A afirmação da autoria de Vítor Serpa, atual diretor do jornal *A Bola*, merece ser analisada com algum detalhe. A ideia da rejeição de ‘paternalismos’ e de ‘complexos coloniais’ parece, de facto, fazer todo o sentido. No entanto, essas palavras não refletem a direção da generalidade dos discursos mediáticos. Aliás, o próprio Vítor Serpa, por ocasião do falecimento de Eusébio, frisava, numa crónica intitulada ‘Despedida em dia de Reis’, que o ‘pantera negra’ tinha ‘muito da genuinidade do Homem africano’ (*A Bola*, 07.01. 2014, p.48).

A questão principal é que este tipo de discurso essencializado acerca da *africanidade* não é percebido como sendo paternalista nem eurocêntrico e muito menos como racista. Da mesma forma, os discursos celebrativos da lusofonia e do excecionalismo colonial português anteriormente abordados – e veiculados pelas principais figuras do jornalismo desportivo nacional – raramente são questionados. Na verdade, a naturalização e trivialização das narrativas coloniais resulta, por vezes, na produção de discursos contraditórios, no sentido em que a ideia da recusa da ‘atitude paternal’ é produzida, precisamente, a partir de um quadro ideológico norteado pelos tais ‘complexos coloniais.’

A exaltação da lusofonia e o lamento pelos acontecimentos num jogo entre dois ‘povos irmãos’, que marcaram as crónicas nos diversos artigos nos jornais desportivos e generalistas, caracterizaram-se pela celebração de uma ‘história em comum’. Nesse sentido, a ideia de conflito entre portugueses e angolanos foi tratada como um ‘mal-entendido’: ‘A tensão verificada foi considerada como o tempo de um intervalo, um equívoco, um falso momento nas relações históricas dos povos e nas relações sociais em Portugal. A atitude de espanto estabelece esse intervalo na normalidade imaginada’ (Neves, 2004: 124).

Como forma de resolver e ultrapassar esse equívoco histórico, os media apressaram-se a convocar a tese da especificidade do colonialismo português, lembrando um jogo de carácter amistoso, realizado em Paris, dois meses antes, entre a seleção de França e da Argélia. Perspetivado por diversos setores da sociedade francesa como uma oportunidade de ‘reconciliação’ e de ‘reaproximação’ entre os dois povos que simbolizaria as supostas novas e amigáveis relações pós-coloniais entre os dois países

(Crolley e Hand, 2006: 160), o encontro foi interrompido pelo árbitro aos 76 minutos, depois de várias dezenas de adeptos argelinos e franco-argelinos terem invadido o terreno de jogo, alguns deles exibindo a bandeira da Argélia. Após o sucedido, os discursos produzidos pela generalidade dos media franceses reproduziram as leituras dominantes relacionadas com a ‘integração’ das populações pós-coloniais no espaço europeu. O jornal *Le Parisien*, por exemplo, embora tenha reconhecido tratar-se de um ‘ato político’ e não propriamente de vandalismo, realçava que a França ‘está longe de resolver o problema das suas periferias.’⁹¹

Os acontecimentos ocorridos em Paris serviram, novamente, para reproduzir a narrativa do excepcionalismo *lusitano*. Concretamente, o jornal *A Bola*, através da publicação de um texto que relembra os eventos que haviam marcado o jogo, enfatizava as diferenças entre os dois contextos. Nesse artigo, intitulado ‘Vaias ao Hino’, podia ler-se:

A 6 de Outubro, França e Argélia encontraram-se no Stade de France para o jogo da conciliação (...) tudo começou quando os argelinos, em maioria nas bancadas, vaiaram o hino francês. Curiosamente, os angolanos presentes no estádio de Alvalade cantaram A Portuguesa, o que só aqui indicia diferentes estados de espírito. O choque social e cultural entre cidadãos franceses, argelinos e argelinos naturalizados teve o epílogo aos 75 minutos, quando duas centenas de jovens com problemas de integração invadiram o relvado (A Bola, 15.11.2001, p.3).

Ainda que os dois palcos tenham sido, em larga medida, ilustrativos das tensões pós-coloniais que se jogam no contexto das ‘metrópoles’, os discursos hegemónicos cedo mobilizaram a narrativa da especificidade colonial portuguesa. Por outras palavras, parafraseando Castelo (1998), convocaram o *modo português de estar no mundo*, modo esse que não encontra paralelismos com o de qualquer outra nação.

Seguindo uma abordagem totalmente distinta daquela que tem caracterizado as visões nacionais dominantes, é interessante verificar o modo como alguns dos media internacionais perspetivaram o encontro entre Portugal e Angola, disputado na Alemanha, durante o Campeonato Mundial de 2006. Numa crónica publicada pelo jornal *The Guardian*, intitulada ‘Angolanos agradados com a ideia de passar rasteira aos senhores coloniais’ podia ler-se que esta seria uma oportunidade para Angola se

⁹¹ Obtido em junho 2017, 15, de <http://www.leparisien.fr/sports/france-algerie-pourquoi-le-match-a-degenere-08-10-2001-2002494338.php>

‘vingar das injustiças históricas’ sofridas pelo seu povo durante mais de 500 anos. O autor do texto sublinha que permanece, junto dos angolanos, um sentimento de ‘amargura’ e que, nesse sentido, ‘todos os jogadores sabem o que está em jogo, em Colónia’, acrescentando ainda que uma vitória sobre Portugal seria uma oportunidade para ‘humilhar os seus antigos senhores coloniais diante os olhos do mundo’, tal como o Senegal havia feito à França, em 2002⁹².

Voltando aos media nacionais, interessa sublinhar que os discursos produzidos a partir dos factos ocorridos nos jogos de Lisboa e Paris estão em sintonia com as abordagens seguidas por uma parte significativa dos estudos sobre futebol e sociedade: ‘No caso do desporto, particularmente do futebol, a inclusão social pode ser facilitada através de atividades relevantes que possam encorajar os membros de minorias étnicas a reforçar relações com a população nativa’ (Kassimeris, 2009b: 29).

Na realidade, tal como já foi explorado noutros contextos, este tipo de narrativa acaba invariavelmente por colocar o ónus sobre as populações racialmente discriminadas, através de um discurso que enfatiza as suas deficiências culturais e, por conseguinte, a sua incapacidade de integração⁹³ (Maeso, 2015b; Araújo e Maeso, 2013). A consonância com as leituras académicas dominantes ocorre, de igual modo, a outro nível. Concretamente, este discurso reifica a tese da homogeneidade racial europeia, no sentido em que se assume, tacitamente, a ideia de que a ‘população nativa’ é branca.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, destaca-se a abordagem defendida por Fernando Seara, figura pública de relevo no panorama político nacional, ainda a propósito do Portugal-Angola de 2001:

Por mais justificações, explicações e derivações que surjam o certo é que quer o ambiente nas bancadas quer o percebido e sentido no antecipado final de jogo – e nada como ver com os próprios olhos – evidenciam a necessidade de uma reflexão acerca da sociedade multiétnica que estamos a construir (...) É que a boa a sociedade é a sociedade pluralista baseada na tolerância e no reconhecimento do valor da diversidade. Mas a boa sociedade é, igualmente, aquela que não cede perante os comportamentos desviantes e assume que os novos paradigmas

⁹² Obtido em maio 10, 2017, de

<https://www.theguardian.com/football/2006/jun/10/worldcup2006.sport21>

⁹³ Neste sentido, a introdução de políticas públicas dirigidas às populações jovens racializadas, no âmbito do desporto, são descritas por altos responsáveis do Estado holandês como uma oportunidade para ‘ensiná-los a lidar com as regras’ (Sterkenburg e Knoppers, 2012: 127).

urbanos, mesmo os pequenos delitos, devem ser, de imediato, combatidos e devidamente sancionados' (A Bola, 16.11.2001, p.7).

Desta forma, ao colocar-se, mais uma vez, o peso da integração e da inclusão sob as populações *eticamente marcadas*, insistindo na sua culpabilização, está-se a reificar um discurso que reforça a tese da homogeneidade anteriormente discutida. Assim, assume-se, por um lado, que essa condição 'natural' dos estados europeus tem vindo a ser ameaçada pelo movimento das populações originárias das antigas colónias, e por outro, evita-se discutir o modo como essa homogeneidade terá sido alcançada (Maeso, 2015). É, pois, a partir de uma leitura crítica das narrativas dominantes que se defende, neste trabalho, que a produção da ideia de raça não só é marcante para a definição da *europiedade* como, na realidade, é a sua essência fundamental (Hesse, 2007: 654).

4.6 *Futebol pós-colonial: seleção, fronteiras e os limites do imaginário nacional*

O pressuposto da homogeneidade racial das nações europeias, conforme discutido no ponto anterior, tem sido colocado em causa pelo movimento das populações pós-coloniais para a 'metrópole'. Independentemente de não se debater o modo como essa uniformidade teria sido conseguida, é inegável que os processos de descolonização exponenciaram a reconfiguração das sociedades europeias. No contexto do futebol, esse impacto foi notório não só nos clubes⁹⁴, mas principalmente nas seleções nacionais. Veja-se, por exemplo, o caso da seleção inglesa, alemã ou holandesa. Se até à década de 90 do século passado essas equipas eram formadas quase exclusivamente por jogadores brancos, essa situação tem-se vindo a alterar.

O caso português apresenta contornos um pouco distintos, não pelo facto de Portugal ter sido um colonizador particularmente 'benevolente' ou integrador, mas precisamente porque a incorporação de jogadores 'ultramarinos' na equipa nacional já acontecia durante o período colonial. Aliás, tal como previamente sublinhado, os atletas oriundos da 'África portuguesa' que ingressavam nos clubes nacionais eram

⁹⁴ A contratação dos primeiros futebolistas africanos para o principal escalão do futebol inglês só aconteceu no princípio da década de 90. Quando o zimbabuense Peter Ndlovu se transferiu para o *Coventry City*, tornando-se no primeiro futebolista natural de África a jogar na *Premier League*, ao qual se juntou, poucos anos depois, o ganês Tony Yeboah, que ingressou no *Leeds United*, ficou a sensação que tinham entrado numa 'festa exclusiva de brancos e para a qual não teriam sido convidados' (Cashmore e Cleland, 2011:1596).

formalmente considerados portugueses. Como resultado dessa nacionalização forçada, a constituição da seleção nacional distinguia-se das suas congéneres europeias pela sua multiracialidade. De acordo com a perspectiva aqui defendida, essa composição não implicava, evidentemente, nenhuma especificidade particular em relação ao modo como a população negra era representada, nem o lugar que ocupava na hierarquia social nacional.

Para o contexto desportivo, uma das consequências que decorreu da descolonização e da independência dos territórios subjogados foi o fim da apropriação nacional dos desportistas provenientes das antigas colónias africanas. Tal não impediu a ‘presença’ de vários jogadores negros portugueses nas equipas nacionais das décadas seguintes, embora em menor número quando comparado com o período colonial. Apesar de essa representação ter vindo gradualmente a aumentar, as narrativas nacionais permanecem praticamente imutáveis.

Na verdade, independentemente do número de jogadores etnicamente distintos a ‘vestir a camisola’ da seleção, a sua subalternidade confirma que a sociedade portuguesa contemporânea permanece demarcada por linhas raciais. Além disso, os recentes êxitos alcançados pela equipa nacional não parecem ter abalado minimamente a tese de um ‘nós’ nacional, português e implicitamente branco, por oposição a um ‘eles’, africanos e implicitamente negros (Araújo e Maeso, 2016: 311).

A conquista do Campeonato Europeu de 2016 pela seleção portuguesa constituiu um dos momentos de celebração coletiva mais significativos do Portugal contemporâneo. O facto de a equipa nacional nunca ter alcançado qualquer título europeu ou mundial até essa data, aliado à centralidade que o futebol ocupa na representação da cultura popular, exponenciaram as manifestações de ‘orgulho nacional’. Estes fatores, conjugados com a intensa cobertura mediática do evento, resultaram, para empregar a conceito cunhado por Victor Turner, num ‘drama social’, ainda que esse ‘drama’ tenha sido vivido de uma forma entusiasta.

Na tradição dos estudos da antropologia simbólica, os rituais não funcionam somente para expressar valores, normas ou contradições, constituindo também oportunidades fundamentais para uma sociedade se pensar a si própria. De acordo com Turner (1982; 992), os ‘dramas sociais’ referem-se a determinadas situações da vida social coletiva que operam, à semelhança dos rituais ou do teatro, como uma

fratura da ordem convencional⁹⁵. Essa ‘quebra’ é realizada com o objetivo de se cumprir um fim. Ou seja, os ‘dramas sociais’ são teleologicamente orientados. Contrariamente, o ‘carnaval’ moderno, ainda que também se trate de uma altura em que a ordem social é suspensa, não se caracteriza pelo carácter teleológico, referindo-se apenas a um momento puramente festivo.

Embora, teoricamente, os ‘dramas sociais’ representem a antítese do ‘carnaval’, a espectacularização do futebol contemporâneo justapõe estas duas situações. Neste sentido, os campeonatos internacionais de futebol, especialmente no caso das seleções nacionais, podem ser entendidos como ‘dramas sociais’. Na arena do futebol, essa capa dramática que é lançada sobre o conjunto da sociedade é dirigida à vitória ‘carnal’, isto é, à conquista de troféus. No entanto, a forma como os portugueses experienciaram o Euro 2016, tal como já o tinham feito no Euro 2004, foi ‘carnavalesca’, no sentido em que durante as semanas destes eventos a sociedade parece ter sido vivida no modo condicional, isto é, ‘como se fosse sempre assim’ (Almeida, 2006).

Em larga medida, essa celebração da seleção multicultural ocorreu mesmo. Durante vários dias, foi possível observar um conjunto de narrativas que comemoravam não só o feito que fora alcançado, como também a multiracialidade da própria equipa. À semelhança do que sucedera em França, após a seleção nacional ter conquistado o Campeonato Mundial de 1998, também Portugal parece ter vivido uma felicidade frágil, no sentido em que a celebração dessa ‘nova’ identidade nacional multicultural foi, de forma pouco surpreendente, apenas momentânea.

Embora no contexto português não se dedique especial atenção ao modo como as questões étnico-raciais se articulam com a produção de ideias sobre a nação, a composição multiracial da seleção nacional desencadeou alguma atenção por parte dos media portugueses. Entre os artigos difundidos, o maior relevo vai para um texto publicado pelo jornal *Expresso*, designado ‘O futebol português desdramatiza o preconceito’ e no qual se defendia o seguinte argumento:

⁹⁵ De acordo com Turner, os ‘dramas sociais’ iniciam-se quando a vida social, regulada por normas, é interrompida. A partir desse momento, dá-se início ao ‘drama’ propriamente dito que é composto por quatro fases: ‘quebra’, ‘crise’, processo de mediação’ que podem levar a duas desfechos possíveis, mais concretamente, ‘reconciliação’ ou ‘quebra irreparável’ (Turner, 1982:86-87).

Venceram e tornaram-se ídolos. São ciganos, negros e vêm de classes economicamente desfavorecidas. No mundo do futebol português, quem tem talento contorna a discriminação (...) também aqui a seleção é um exemplo a seguir. Apresentam-se como o rosto de um país. Sobre eles estão postos os olhos do mundo. Os jogadores da seleção de futebol são uma síntese da nação. Éder, Danilo, Renato Sanches, Eliseu, Quaresma são apenas alguns exemplos de uma democracia futebolística nem sempre comprovada fora de campo (Expresso⁹⁶, 13.07.2016, ênfase acrescentado).

Como se observa, o futebol estabelece-se como um espaço, por excelência, de produção de narrativas meritocráticas. De facto, a tese de que a habilidade contorna a discriminação ou, parafraseando a autora da crónica, de que ‘o talento anula a diferença’, sai fortalecida uma vez que o sucesso de jogadores negros e ciganos é aproveitado para legitimar e reificar a meritocracia, ocultando-se assim o racismo estrutural. É interessante assinalar o modo como o contexto do futebol propicia uma leitura perspicaz da identidade nacional. Ainda que a visão veiculada se distancie nitidamente daquela defendida nesta tese, o próprio texto refere que os atletas são ‘uma síntese da nação’.

Na verdade, a asserção de que o futebol representa um espaço racialmente democrático vai ao encontro das abordagens prevalecentes no contexto português – quer na academia quer em outras esferas sociais – já que estas não questionam o colonialismo e os seus legados nem as consequências que daí advieram para as populações etnicamente distintas. Apesar de se afirmar, timidamente, que essa democracia racial ‘nem sempre’ ocorre fora dos relvados e dos estádios, um dos aspetos que mais se destaca é a semelhança desta abordagem com aquelas que se seguiram ao êxito da seleção francesa de 1998. Vale a pena prestar alguma atenção a essas leituras, já que as narrativas que daí advêm proporcionam, igualmente, uma visão mais clara do contexto português.

A tese de que o futebol constitui um modelo daquilo que poderia ser uma sociedade ‘pós-racial’, ou seja, na qual a origem étnico-racial não teria qualquer impacto no acesso à educação, à habitação, à saúde ou ao emprego, ganhou força na Europa na sequência da conquista do título Mundial de Futebol pela seleção francesa. Composta maioritariamente por jogadores nascidos nos territórios ‘franceses’ africanos e

⁹⁶ Obtido em 22 junho, 2016, de <https://expresso.sapo.pt/dossies/diario/2016-07-13-O-futebol-portugues-desdramatiza-o-preconceito>

caribenhos, a equipa nacional foi projetada como o exemplo de um país que acabara de aceitar o multiculturalismo (Marks, 1998).

Esta nova sociedade multicultural, de acordo com a abordagem desenvolvida por Marks, seria o resultado da aceitação dos desafios inerentes à 'globalização', particularmente a 'imigração' (1998: 53). Em linha com as abordagens dominantes, note-se como as consequências decorrentes da colonização, neste caso da deslocação das populações colonizadas para a 'metrópole', são completamente invisibilizadas e transformadas em questões migratórias. Deste modo, os sujeitos anteriormente colonizados, entretanto transformados em imigrantes, estariam prontos para serem 'assimilados no rebanho nacional' (Hesse e Sayyid; 2006: 23).

Desta forma, o futebol francês da década de 90 constituiria uma metáfora para a questão 'problemática' da integração, admitindo-se, por conseguinte, que os efeitos da imigração e da globalização pudessem pôr em causa os valores distintivamente franceses (Marks, 1998: 54). As palavras de Lilian Thuram, numa altura em que se aproximava o final da sua carreira enquanto futebolista, reforçam a linha teórica defendida por Hesse e Sayyid (2006): 'Se amanhã deixar de jogar futebol e voltar para França, as pessoas não vão ver-me como francês, mas sim como imigrante' (*apud* Farred, 2012: 1049).

A linha teórica que orienta esta dissertação aproxima-se daquela defendida por Farred (2012), quando este, partindo dos posicionamentos políticos de Lilian Thuram, questiona os limites da cidadania na Europa contemporânea, com especial incidência para a 'integração' das populações oriundas das antigas colónias francesas. Segundo a proposta do autor, as posições públicas de Thuram ganham ainda um maior significado quando colocadas em diálogo com os fundamentos filosóficos que estiveram na origem da modernidade europeia e, particularmente, do republicanismo francês.

O projeto moderno, consubstanciado na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, não pode, de forma alguma, ser pensado sem se ter em conta a brutalidade e a violência dos projetos coloniais (Farred, 2012: 1044). É precisamente neste sentido que importa reforçar a tese que a invocação da 'racionalidade', 'liberdade' ou 'estado-nação', enquanto parte do discurso moderno, emergiu como marcador da especificidade da *européidade*:

A ideia de modernidade racializada permite-nos interpretar a modernidade enquanto um processo colonial 'Europeu/'não-Europeu' histórico e discursivo. Esta ideia analisa o modo através do qual uma entidade cristã estabelecida, contudo ainda geograficamente indeterminada, coalesceu como Europa, afirmando-se política, económica e culturalmente marcada como branca em relação às suas designações e marcas de uma 'não-Europa' (Hesse, 2007: 650).

Embora Farred (2012) não aprofunde esse debate, pode afirmar-se que o facto dos princípios 'universais' não se aplicarem às colónias não constitui, exatamente, uma 'falha' ou uma contradição da conceção hegemónica da modernidade. Pelo contrário – e reforçando um dos argumentos defendidos no Capítulo I – a formação da racionalidade moderna e, naturalmente, do próprio projeto político europeu, não podem ser pensados fora dos processos imperiais, raciais e coloniais. Dito de outra forma, raça, racismo e a colonialismo não estão na margem, mas sim no coração do projeto europeu.

Na realidade, a persistência de uma ideologia colonial racista que caracteriza as sociedades ocidentais contemporâneas somente pode ser compreendida e problematizada se tivermos em conta que a 'razão moral da modernidade foi colonizada por um discurso racializado' (Goldberg, 1993: 224). Reforçando a ideia de que raça e racismo são categorias centrais inerentes à própria modernidade, David Goldberg acrescenta, ainda, a tese de que o 'estado moderno nada mais é do que um estado racial' (2002: 2). Com base nesta ideia, a compreensão do enraizamento do racismo no imaginário europeu envolve, forçosamente, uma análise crítica sobre os processos coloniais e imperiais. Somente a partir daí serão possíveis outras abordagens que permitam ter uma perceção mais aprofundada do racismo nas sociedades europeias contemporâneas (Araújo e Maeso, 2010: 258).

Tendo por base estes pressupostos, é improdutivo manter a discussão sobre o 'problema da imigração', devendo os termos do debate reverterem para os moldes nos quais assenta a cidadania, mais especificamente para a forma como as populações pós-coloniais têm sido excluídas da nação (Farred, 2012: 1041).

É também esse o desafio que é necessário lançar no contexto português. À semelhança do que se observa no espaço europeu, especialmente nos países que foram outrora potências colonizadoras, a forma como as noções de pertença e inclusão foram edificadas refletem a acentuada assimetria, historicamente

estabelecida, entre cidadania, império colonial, raça e desigualdade⁹⁷. Relativamente a esta questão, Vale de Almeida refere que essa relação entre cidadania e raça comprova a omnipresença da ideologia colonial: ‘existe um cidadão português, que é implicitamente representado como branco, depois existem indígenas, que não pertencem cá, que não devem ter cidadania, e os assimilados, capazes de se comportar segundo os padrões de uma classe média branca’ (*Público*⁹⁸, 23.09.2017).

Estabelecendo uma comparação entre as formas de agressão e opressão que se observam na Europa e nos Estados Unidos, Essed (1991: 257) assinala, por exemplo, que na Holanda esses mecanismos de eliminação operam sobretudo no campo das questões culturais e da nacionalidade, traduzidos na ideia da exclusão da nação (*‘you do not belong’*). Precisamente, os discursos produzidos no contexto português, particularmente visíveis nos estádios de futebol, expressam essa mesma ideia de não-pertença.

Num texto publicado pelo jornal *Público*, aborda-se um dos casos mais mediáticos, nomeadamente o de Jérôme Boateng, filho de pai ganês e mãe alemã, e que tem sido uma das figuras principais da seleção germânica. A sua dupla-nacionalidade, aliada à circunstância da sua fotografia enquanto criança ter sido uma das selecionadas para efeitos publicitários de uma reconhecida marca de chocolates, fez despoletar uma série de reações e contra-reações na Alemanha: ‘as pessoas gostam dele, mas não o querem como vizinho’, afirmou um dos dirigentes da extrema-direita alemã. Dando voz a um conjunto significativo de cidadãos, os partidários da ‘AFD’ sublinhavam, a propósito deste caso, a incompatibilidade do Islão com a ‘tradição ocidental’. No seguimento da troca de argumentos entre vários atores políticos e perante a ‘revelação’ de que Boateng seria, afinal, católico, a ‘Alternativa para a Alemanha’ viria a ‘suavizar’ o seu discurso, afirmando que pretendia apenas transmitir a ‘opinião de

⁹⁷ A própria formação do Reino Unido, por exemplo, enquanto produto do imperialismo e do colonialismo, é particularmente exemplificativa em relação ao modo como os discursos hegemónicos e as políticas de estado têm vindo a transformar os cidadãos em imigrantes. Esse processo, que se iniciou na década de 70, culminou, recentemente, nas expulsões de cidadãos no contexto do denominado *Brexit*. Aliás, este processo reforça a tese de que a história colonial, embora seja relegada para segundo plano, é constitutiva do presente (argumento defendido e desenvolvido por Gurminder Bhambra, na conferência anual da *British Sociological Association*, intitulada *Recovering the Social: Personal Troubles na Public Issues*, que decorreu na cidade de Manchester, Inglaterra, entre os dias 4 e 6 de abril de 2017).

⁹⁸ Obtido em julho 18, 2017, de <https://www.publico.pt/2017/09/23/sociedade/noticia/nem-o-25-de-abril-derrubou-o-mito-do-bom-colonizador-1786395>

algumas pessoas' e que saudava a 'integração bem-sucedida do sr. Boateng' (*Público*⁹⁹,29.05.2016).

Os contornos deste caso ajudam a compreender não só a natureza das narrativas nacionais como o alcance dos discursos de pertença e de exclusão que se geram a partir daí. Conforme se tem exposto, as leituras ocidentais dominantes procuram reificar a tese de que os posicionamentos racistas são gerados, essencialmente, no campo político-ideológico da extrema-direita. Os media, enquanto parte do *establishment*, reproduzem esses mesmos discursos, isto é, atribuem o ónus dos 'extremismos' e da exclusão aos setores políticos assumidamente 'nacionalistas' e 'radicais'.

Na verdade, essa leitura corresponde à abordagem que predomina no ocidente, mais especificamente na Europa. O problema desta visão é que oculta o papel central das políticas e dos discursos concebidos no seio dos meandros *mainstream*. Em conformidade com o que se tem vindo a defender, a ideia de que os futebolistas pertencentes a minorias étnico-raciais não têm o mesmo estatuto simbólico do que os restantes 'naturais', tem sido igualmente produzida pelos setores considerados mais moderados.

Num outro artigo publicado pelo jornal *Público*¹⁰⁰ discutia-se a composição multirracial e multiétnica da seleção alemã, que se encontrava, na altura, a disputar o Campeonato Mundial de 2014 no Brasil. A determinada altura, o autor do texto sublinhava que uma das 'estrelas' da equipa, Mesut Özil, de ascendência turca, pertencia à 'terceira geração' que se tinha radicado na Alemanha. Este aspeto merece ser destacado. De facto, é interessante observar a forma como este discurso sugere claramente a ideia que indivíduos como Özil não são percebidos nem discursados como nacionais, tornando particularmente pertinente a questão lançada por Araújo (2016: 303), anteriormente referida, a propósito de quantas gerações seria necessário percorrer até que as populações racialmente marcadas pudessem ser reconhecidas como parte integrante da nação.

⁹⁹ Obtido em agosto 23, 2017, de <https://www.publico.pt/2016/05/29/mundo/noticia/partido-de-extremadireita-alemao-nao-gosta-de-boateng-na-selecao-1733450>

¹⁰⁰ Obtido em setembro 30, 2017, de <https://www.publico.pt/2010/07/07/jornal/a-selecao-multikulti-provoca-reaccoes-extremas-19772673>

Ainda que no contexto português se note o peso da ideologia lusotropicalista, as narrativas produzidas acerca das populações percebidas como etnicamente distintas têm, naturalmente, muitos aspetos em comum com as do caso alemão. Na prática, isso tem querido significar, entre muitos outros aspetos, que os portugueses (brancos), à semelhança dos ‘extremistas’ alemães, também parecem não desejar ter como seus vizinhos negros ou ciganos (Alves, 2016)¹⁰¹. Como facilmente se depreende, isso não implica que essa coabitação não possa existir. No entanto, a ‘tolerância’ que é ‘concedida’ pela sociedade majoritária está dependente, em larga medida, quer da capacidade de assimilação da cultura dominante quer da posição de classe ocupada pelos ‘outros’. Ainda assim, mesmo esses casos não asseguram que estes sejam considerados como ‘nacionais’.

Considerando que o racismo contemporâneo na Europa se caracteriza, tal como foi observado por Essed (1991: 15) a respeito do contexto holandês, pelo paternalismo colonial, marginalização estrutural e assimilação cultural, não é, portanto, de admirar que as narrativas nacionais que proclamam a homogeneidade da nação sejam recorrentemente mobilizadas. Foi precisamente isso que sucedeu em França no rescaldo da participação da seleção nacional no Mundial de 2010, realizado na África do Sul. Na sequência da eliminação precoce do torneio, a falta de patriotismo dos jogadores negros, árabes e muçulmanos viria a ser apresentada como uma das razões que explicariam a fraca prestação da equipa.

Tendo em vista a pretensa falta de comprometimento desses futebolistas, a federação francesa de futebol, de acordo com os media franceses, teria apresentado um plano com a intenção de ‘embranquecer’ a equipa, através da limitação de atletas de origem africana e antilhana, indo assim ao encontro dos ensejos de muitos ‘moderados’, entre os quais os de um político socialista francês, que defendeu publicamente a ideia de que ‘o normal seria ter três ou quatro’ jogadores negros (Oliva, 2015: 412). Conforme salienta Oliva, o estabelecimento de uma quota significa que a aceitação do ‘outro rosto da identidade francesa’, negra e magrebina, só seria concebível na ‘dose certa’ (Oliva, 2015: 412).

¹⁰¹ Embora uma análise destas questões não caiba neste trabalho, é importante destacar que a história da construção dos bairros periféricos da cidade de Lisboa, maioritariamente habitados por portugueses negros e imigrantes, além de refletir a consolidação de uma política estatal de segregação habitacional, tem contribuído para a reificação da ideia de que estes espaços racializados, que vivem na margem da restante sociedade, não são parte integrante da nação (Alves, 2016).

Um outro facto ocorrido no futebol inglês indica a existência de um padrão europeu no que respeita a esse esforço de delimitar a identidade nacional dentro das fronteiras da *branquitude*. Num livro recentemente publicado, no qual se aborda a história dos futebolistas negros que atuaram nos vários escalões dos campeonatos ingleses, um antigo seleccionador revelou ter sofrido pressões por parte de elementos da Federação Inglesa de Futebol, durante a década de 90, no sentido de não convocar ‘demasiados jogadores negros’ (Onuora, 2015: 170).

Como se percebe, as práticas e os discursos racistas e eurocêntricos excedem largamente os limites da extrema-direita política. Neste caso em particular, ficou claro que as nações europeias, independentemente da ‘formação de novas identidades culturais’ desafiam as ‘antigas convicções sobre uma suposta identidade homogénea’ (Oliva, 2015: 409), continuam a ser percecionadas como brancas e cristãs. Em rigor, não só são discursadas como tal, como são ‘trabalhadas’ nesse sentido.

Em larga medida, a produção de identidades nacionais homogéneas brancas implica uma constante vigilância das populações etnicamente distintas. Esse patrulhamento ocorre, na verdade, a vários níveis¹⁰². Dois casos recentes são esclarecedores. O primeiro diz respeito às celebrações populares ocorridas nas ruas das principais cidades francesas, por ocasião dos triunfos obtidos pela seleção argelina durante o Mundial de 2014. O enfoque não recai tanto nas comemorações em si – que aproximaram a diáspora-magrebina, palestina, árabe e africana em toda a sua diversidade – mas essencialmente na resposta hostil e persecutória por parte do poder político francês. As palavras de Tahar-Chauoch¹⁰³, membro do *Parti des Indigènes de la République* sintetizam o argumento que se pretende expor:

A repressão e a criminalização dessas manifestações, a multiplicação dos editoriais a esse propósito, a polémica da dupla nacionalidade, a anulação da difusão em ecrã gigante do jogo Argélia-Alemanha, em Paris, e a interdição de bandeiras

¹⁰² Na sequência de uma perseguição policial, em outubro de 2005, dois adolescentes franceses de origem argelina viriam a falecer, por electrocução, numa central elétrica nos arredores de Paris. Este episódio originou uma série de revoltas sociais, durante várias semanas, em várias das principais cidades francesas e levadas a cabo, maioritariamente, por jovens franceses de descendência norte-africana. Nicolas Sarkozy, na altura Ministro do Interior, apelidou os habitantes dos apelidados *banlieues de racaille* (em português, ‘ralé’ ou ‘escumalha’), acrescentando ainda que ‘já estamos fartos de ter a sensação de que temos que estar sempre a pedir desculpa por sermos franceses’. Obtido em junho 29, 2017, de <https://www.theguardian.com/world/2007/may/06/france1>

¹⁰³ Artigo publicado na página oficial do partido político francês *Parti des Indigènes de la République*. Obtido em agosto 20, 2014, de <http://indigenes-republique.fr/la-coupe-du-monde-football-race-et-politique-2/>

‘estrangeiras’ em Nice, contribuíram para construir uma atmosfera pós-colonial entre, de um lado, a extrema-direita e a República, e do outro, os seus indígenas, mais dissonantes do que nunca (Tahar-Chauoch, 2014, aspas no original).

As demonstrações de contentamento da diáspora magrebina nas cidades francesas, mais do que revelarem os laços que se constroem no seio das populações pós-coloniais, deixaram claro, tal como acrescenta Tahar-Chauoch (2014), a impossibilidade de se conceber a identidade francesa nos seus termos mais habituais. Pese embora essa reconfiguração das identidades nacionais europeias, o escrutínio de que são alvo os indivíduos ou grupos que não se regem de acordo com os valores dominantes é indicador dos esforços desenvolvidos no sentido de preservar essa pretensa homogeneidade cultural e racial.

O caso do futebolista francês Karim Benzema mostra isso mesmo, pelo que os discursos dominantes produzidos à volta da sua figura merecem uma atenção particular. O reconhecido atleta foi acusado de desrespeitar a memória das pessoas assassinadas nos ataques terroristas que ocorreram em Paris, em novembro de 2015. Após a homenagem simbólica realizada nos momentos que antecederam um encontro entre o *Real Madrid* e o *F.C Barcelona*, Benzema cuspiu para o chão, num ato, (refira-se) perfeitamente comum entre os jogadores. No entanto, esse gesto foi interpretado como menosprezo pelas vítimas dos referidos ataques, levando, inclusivamente, uma eurodeputada francesa a solicitar a ‘exclusão definitiva’ de Karim Benzema da seleção nacional¹⁰⁴.

Esse episódio não foi, porém, o único a envolver o jogador. Num artigo publicado pelo *Globoesporte*, reconhecido site da rede *Globo*, analisava-se a difícil relação entre Benzema e os franceses. Curiosamente, o título da crónica, intitulada ‘Enigma Benzema: o craque ‘árabe’ que não cai nas graças da França’¹⁰⁵, sugere a origem dessa tensão incontornável. Entre algumas das ocorrências que são relatadas, destaca-se a questão do hino francês, já que Benzema tem sido recorrentemente acusado de não cantar a *Marseillaise*.

Embora o autor do texto procure, pretensamente, manter uma postura crítica, o próprio modo como coloca as questões é revelador das premissas que lhe estão

¹⁰⁴ Obtido em setembro 29, 2017, de <https://www.dn.pt/desporto/interior/benzema-esclarece-cuspidela-apos-o-hino-frances-4901441.html>

¹⁰⁵ Obtido em novembro 10, 2017, de <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2015/12/enigma-benzema-o-craque-arabe-que-nao-cai-nas-gracas-da-franca.html>

subjacentes. A comparação do caso de Benzama com o de Zinedine Zidane indicia claramente uma incompatibilidade inultrapassável entre a *francesidade* e o Islão: 'A diferença de tratamento entre Zidane e Benzema tem uma explicação. Zizou, apesar de descendente de argelinos, sempre se comportou como francês. Karim é o contrário: é muçulmano, não bebe álcool, observa obedientemente o Ramadã'. Como se constata, de acordo com o sentido do artigo – em perfeita sintonia com os discursos hegemónicos – essa discrepância teria a ver com o facto de Benzema se assumir como muçulmano, o que o impediria de se comportar 'como francês'.

O jogador, numa entrevista concedida à revista *So Foot*, sintetiza, em poucas palavras, muito daquilo que está, realmente, em causa: 'Quando marco golos, sou francês, quando não marco sou árabe'¹⁰⁶. À semelhança do foi analisado em relação aos casos de futebolistas portugueses negros ou ciganos, mais especificamente os de Eusébio e de Quaresma, os discursos dominantes edificados em torno da figura de Karim Benzema não só reforçam a ideia da condicionalidade que subjaz a estas celebrações como mostram que a 'eventual *inclusão*' destes 'súbditos nacionais' dentro das fronteiras da *europiedade* deve ser devidamente '*apropriada*' (Araújo e Maeso, 2016: 52, itálico no original).

Por outro lado, a vigilância e o escrutínio, do qual são alvos os futebolistas etnicamente marcados, torna claro o modo como as narrativas europeias procuram fixar as identidades nacionais dentro de limites rígidos. Essa rigidez, que conduziria à tal homogeneidade tão apregoada dentro das fronteiras da identidade nacional, significa que todos aqueles que não são brancos, católicos ou 'assimilados' sejam excluídos dos imaginários das nações europeias.

É importante reter a tese de que a Europa, mais do que uma região, é acima de tudo, uma ideia que se confunde com a própria conceção de modernidade. Essa confluência de projetos ideológicos resultou na produção de narrativas que, embora se tenham tornado hegemónicas, têm vindo a ser contestadas. No entanto, essa contestação não tem sido capaz de fazer emergir um novo paradigma. Neste sentido, a transformação não passará tanto pela 'presença' das populações que são etnicamente distintas, já que a sua 'administração' permanece num registo de subalternidade, mas recairá na

¹⁰⁶ Obtido em novembro 12, 2017, de <http://www.sofoot.com/benzema-et-la-marseillaise-le-fantasme-du-mauvais-francais-167868.html>

necessidade imperiosa de fazer emergir novas formas de governação pós-colonial que se libertem das relações de colonialidade que marcam as sociedades ocidentais (Hesse e Sayyid, 2006: 31).

4.7 *Nas margens da nação: 'O nosso cigano é melhor que o deles'*

No seguimento da análise crítica que se procurou levar a cabo no ponto anterior, esta secção explora a forma como a comunidade cigana portuguesa é imaginada e discursada enquanto parte da nação. Para tal, parte-se das narrativas hegemónicas produzidas em torno dos (escassos) futebolistas ciganos portugueses, procurando estabelecer um diálogo com os discursos que reificam a tese da homogeneidade da nação. Vale a pena sublinhar que este debate, a partir do futebol, ainda nem sequer foi lançado no contexto português.

Essa ausência, que se estende a outros contextos europeus, inclusivamente nos países em que se regista uma produção teórico-analítica mais consistente sobre futebol e sociedade, parece ser o reflexo do lugar ocupado pelas comunidades ciganas na representação das nações europeias. Na realidade, somente em algumas publicações é que a questão cigana é mencionada, ainda que de uma forma altamente superficial (Back et al, 2001a; 218; Kassimeris, Wachter et al, 2009: 47). Trata-se, essencialmente, de denunciar algumas das práticas racistas dirigidas a este grupo étnico e não tanto de problematizar a questão a partir de uma perspetiva mais alargada.

Conforme se viu atrás, as narrativas hegemónicas construídas a partir da identidade nacional portuguesa assentam, implicitamente, na ideia de que a população 'original' é branca. Nesse sentido, é esperado que as minorias demonstrem não só uma vontade, como uma capacidade de assimilação das normas e valores dos grupos majoritários, sob pena da 'tolerância' que lhes é supostamente concedida se transformar numa vigilância permanente. Importa, desde já, referir que a construção de determinados grupos europeus enquanto 'minorias' teve, desde o início de formação dos estados nação, um propósito específico.

É esse o argumento defendido por Hesse e Sayyid (2006), quando realçam que o desenho das fronteiras que colocou os grupos hegemónicos como maiorias nacionais deve ser criticamente analisado:

A minoridade do estatuto das populações etnicamente marcadas não era simplesmente um sintoma do seu tamanho demográfico, mas refletia com mais pormenor um (des)equilíbrio de forças e recursos entre populações etnicamente marcadas e não marcadas (Hesse e Sayyid, 2006: 23).

Com base nestas premissas, este ponto explora o modo como o racismo dirigido aos ciganos¹⁰⁷ se encontra profundamente enraizado nas estruturas sociais nacionais. Desta forma, e partindo do caso paradigmático do jogador Ricardo Quaresma, evidencia-se o modo como os discursos e práticas excludentes se sobrepõem claramente à brevidade das narrativas celebrativas e pretensamente integradoras que se observaram por ocasião da conquista do Campeonato Europeu de seleções pela equipa nacional.

À semelhança do que sucede com os jogadores negros, também no caso dos atletas ciganos/roma se observa a forma como o elogio e a admiração se transformam, constantemente, em discursos e em insultos racistas. De facto, esse ‘limbo’ depende não só das performances exibidas dentro de campo, como também da descrição ou exuberância patenteada pelo jogador. É essa a posição defendida por um dos entrevistados, ao afirmar o seguinte:

*O Quaresma merece uma análise mais refletida. Nós temos um problema no futebol, que tem a ver com os jogadores com uma personalidade forte, como é o caso do Ronaldo, do Ballotelli ou do Quaresma, que, de alguma forma, se destacam dos demais (...) os jogadores mais excêntricos estão mais sujeitos a esse tipo de comportamentos. Porque há os jogadores de **raça negra**, que, pelo seu comportamento, pela sua postura, pela relação com os adeptos, não são ofendidos. Portanto, duas situações iguais podem ter atitudes diferentes por parte dos adeptos. Há aqui fatores que potenciam as más práticas e uma delas é exatamente a irreverência do protagonista, atitude e muitas vezes os adeptos julgam-se com autoridade para julgar (entrevista 7, ênfase acrescentado).*

Esta leitura do entrevistado, que ocupa atualmente um lugar de relevo no ‘Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol’, vai precisamente ao encontro do argumento explorado por Les Back e seus colaboradores (Back et al, 2001a), atrás analisado. Na verdade, a ideia de que o racismo depende da ‘atitude’ ou da ‘personalidade’ dos jogadores etnicamente marcados está em perfeita sintonia com as visões dominantes.

¹⁰⁷ A utilização do termo ‘cigano’ no lugar de ‘roma’ – que surge na generalidade dos documentos e tratados do ‘Conselho Europeu’ – justifica-se pelo facto de ser essa a designação oficial adoptada no contexto português e utilizada recorrentemente pela população romani (Maeso, 2015b).

A linha teórica seguida neste trabalho defende que a conceptualização do racismo enquanto prática ou comportamento individual, além de ser inoperante, invisibiliza a forma através da qual os grupos são coletivamente discriminados (Poiret, 2003: 17). Neste sentido, atribuir as expressões públicas racistas com base na exuberância ou extravagância de atletas como Quaresma ou Ballotelli é enveredar por uma leitura da realidade extremamente redutora e simplista. Contudo, mais uma vez, é interessante notar a forma como estas visões confirmam a tese da aceitação condicional que subjaz aos atletas negros ou ciganos.

No caso concreto de Ricardo Quaresma, essa contingência é ainda mais visível e intensa. Esse aspeto tem sido notado em vários momentos. Por exemplo, as declarações públicas relativamente às suas 'raízes' têm funcionado, invariavelmente, contra si. Dito por outras palavras, a afirmação da sua identidade enquanto cigano não lhe permite qualquer 'margem de manobra', quer perante os adeptos quer perante uma parte significativa dos meios de comunicação. Curiosamente, ao contrário daquilo que foi observado a propósito da facilidade com que os jogadores negros, perante exhibições menos conseguidas, 'perdem' o seu nome e passam a ser chamados de 'preto' (Domingos, 2014: 161), os (poucos) futebolistas ciganos são continuamente apelidados enquanto tal.

Durante o Campeonato Europeu de 2016, as prestações do jogador raramente se desligavam, quer junto dos adeptos quer junto dos media, de uma ação racializadora ou da sua marca étnica. Na verdade, o uso recorrente da expressão 'cigano de ouro' (*Record*, 22.10.2014, capa) que tem sido notada em diversos conteúdos mediáticos, é reveladora do modo como a população cigana tem permanecido, de uma forma sistemática, etnicamente assinalada. Para além disso, a escolha do termo 'ouro' não surge de forma aleatória, concorrendo, assim, para a cristalização da ideia que esta comunidade tem uma natural 'apetência' para o 'negócio'¹⁰⁸. As palavras escolhidas pelo presidente do C.S. Marítimo, a propósito de um diferendo com o presidente do

¹⁰⁸ A ideia de que os ciganos têm uma especial 'propensão' para o comércio não pode ser dissociada das construções anti-ciganas na Europa e que produzem, implícita ou explicitamente, o imaginário do seu 'carácter' desonesto e ardiloso. Inclusivamente, em alguns dicionários publicados em contextos europeus de diferentes línguas, os ciganos são descritos como sendo 'trapaceiros'. Obtido em dezembro 20, 2017, de <http://www.elperiodico.com/es/sociedad/20150824/rae-mantiene-termino-trapacero-definir-gitanos-4451489>

Sporting, motivado pelo desacordo relativo à transferência de dois jogadores para este clube, são esclarecedoras:

*O Bruno de Carvalho era quem dos três presidentes aquele que não me conhecia bem, como é lógico, mas penso que hoje já me conhece o suficiente e – já conversámos sobre isso – para saber que **o negócio, quando se faz, não é como o negócio do cigano: faz-se.** Há uma verba, há compromissos que têm de ser assumidos (O Jogo¹⁰⁹, 10.04.2017, ênfase acrescentado).*

O que é revelador é que este tipo de vocabulário seja produzido de uma forma banalizada, o que não se verifica, por exemplo, com a população negra. Obviamente que isso não implica, como se tem exposto, que os marcadores raciais não se apliquem aos negros¹¹⁰. No entanto, as retóricas dominantes têm tido a capacidade de ‘filtrar’ uma linguagem explicitamente racista. Não é o caso da comunidade cigana¹¹¹. Atente-se, por exemplo, a um dos cânticos de apoio à seleção portuguesa durante o Campeonato Europeu de 2016, entoado nas ruas e nos estádios franceses:

*Abel meteste a tua mão, f** a nossa seleção. Agora cá estamos outra vez, para varrermos o francês. Com as bandeiras à janela, o cigano faz a trivela e o Éder fatura com a canela. O Ronaldo levanta a taça, o emigra invade a praça e as francesas vão com os tugas para casa!*

A maneira de ‘celebrar’ o jogador Ricardo Quaresma contribui para clarificar a ideia de que a população cigana portuguesa se encontra no fundo da hierarquia social e racial. Embora, neste contexto específico, essa classificação se estabeleça a um nível simbólico, não deixa de ser um indicador do lugar que os ciganos ocupam no imaginário nacional. É imperativo, pois, prestar alguma atenção à forma como este

¹⁰⁹ Obtido em abril 9, 2017, de <https://www.ojogo.pt/futebol/1a-liga/maritimo/noticias/interior/bruno-de-carvalho-ja-me-conhece-negocio-nao-e-como-o-do-cigano-5784568.html>

¹¹⁰ Num programa exibido pela televisão oficial do Sport Lisboa e Benfica, no qual se aborda a carreira do futebolista brasileiro Valdo Filho, que se destacou no clube na década de 90, é visível o modo como a sua condição enquanto negro compete com o seu próprio nome. Os dois golos que César Brito havia marcado ao Futebol Clube do Porto, num jogo disputado no estádio das Antas, em abril de 1991, foram decisivos na atribuição do título de campeão dessa época. Valdo recorda as palavras do avançado benfiquista, em jeito de confiança, logo após a obtenção do segundo golo: ‘Porra preto, eu nem sei como é que fiz isso, piquei a bola!’ (*Vitórias e Património*, episódio 145. Exibido na BTV a 29 de agosto de 2017).

¹¹¹ As afirmações de um Eurodeputado português dirigidas a uma deputada do Partido Socialista confirmam a forma como as associações entre comunidade cigana e desonestidade se encontram perfeitamente sedimentadas e normalizadas na sociedade portuguesa. A propósito da votação a favor da candidatura de Lisboa para receber a *Agência Europeia do Medicamento*, Manuel dos Santos apelidou de ‘cigana’ a deputada Luísa Salgueiro, acrescentando ainda que esta seria cigana ‘não só pelo aspeto’. Obtido em janeiro 25, 2018, de <https://www.publico.pt/2017/06/16/politica/noticia/eurodeputado-do-ps-chama-cigana-e-nao-so-pelo-aspecto-a-deputada-socialista-1775870>

grupo étnico tem sido alvo de práticas racistas perfeitamente institucionalizadas, que se iniciaram há vários séculos, e que perduram até aos dias de hoje.

A marginalização dos ciganos deve ser estudada a partir de um quadro histórico mais amplo de construção dos estados-nação modernos. Com efeito, não obstante a sua longa ‘presença’ no território europeu, as narrativas nacionais dominantes têm sido edificadas a partir da ideia de que estes não fazem parte da identidade europeia (Maeso, 2015b: 54; Araújo; 2016: 302).

Embora o Estado português reconheça que a comunidade cigana se encontra radicada no país há mais de cinco séculos (Maeso, 2015b: 55; Araújo, 2016: 303), isso não tem impedido que os discursos hegemónicos procurem dramatizar a enorme distância que a separa da *portugalidade*. O papel da academia portuguesa *mainstream*, na produção dessa ‘exterioridade’, também deve ser sublinhado, já que, ao invés de desenvolver e estimular análises históricas que possibilitem o estabelecimento de um diálogo com as práticas institucionais contemporâneas dirigidas a estas comunidades, tem-se preocupado em enfatizar a sua ‘não pertença’ à Europa (Araújo, 2016: 303).

A construção e reificação de uma ‘linha abissal’ (Santos, 2007) que separa a comunidade cigana da restante sociedade assenta, assim, nas suas características culturais, particularidades essas que os impossibilitam de serem ‘verdadeiramente’ portugueses. Deste modo, os discursos de integração funcionam, simultaneamente, enquanto estratégias de negação do racismo e de patologização das minorias (Maeso, 2015b: 66). Esses processos trabalham, portanto, no sentido de produzir e reproduzir a tese da homogeneidade nacional. Tal como pertinentemente observado por David Goldberg, os estados europeus, através de uma série de estratégias definidas como ‘tecnologias’ ou ‘instrumentos de governação’, têm procurado eliminar a sua heterogeneidade:

As configurações raciais têm estado na base da produção dos estados modernos, na sua formação e elaboração, na sua fundação e modelação, uma vez que as tecnologias estatais têm aperfeiçoado as conceções e preocupações raciais, esquemas classificatórios e controlo de populações (Goldberg, 2002: 149).

Consequentemente, essa homogeneidade das nações europeias não resulta de uma condição ou processo natural, mas é, sobretudo, conforme se tem procurado

demonstrar ao longo do trabalho, o resultado de um processo político que se iniciou com a colonização europeia. Simultaneamente, esse ‘controlo de populações’ foi realizado em Portugal, desde, pelo menos o século XVI, altura em que se iniciou um conjunto de práticas discriminatórias legais que ordenaram a morte ou a deportação das comunidades ciganas para as colónias. Não menos significativo do que as expulsões em si, seria o motivo apresentado e que consistia na sua ‘falta de vontade’ em assimilar a cultura portuguesa (Araújo, 2016: 302).

Verifica-se assim uma persistente continuidade destas narrativas, já que para o Estado português é essa ‘diferença’ cultural que tem sido problemática e não propriamente o racismo e as suas heranças e efeitos (Maeso, 2015b: 67). Logo, é a partir deste quadro histórico de eliminação física e simbólica do ‘outro’ que se deve situar e analisar o modo como o racismo dirigido aos ciganos se encontra visceralmente impregnado nas estruturas sociais nacionais.

A ideia de que a *ciganofobia* está fortemente presente na cultura portuguesa é, aliás, reconhecida por um dos diretores de um jornal *on line* desportivo, quando sublinha que ‘em Portugal há um caso flagrante que ninguém fala e que são os ciganos. Há um mal-estar dirigido aos ciganos’ (entrevista 1). Relativamente ao uso recorrente de expressões racializadas, tais como ‘cigano de ouro’, mostra-se cauteloso:

Aí é uma situação um bocado ambígua. O próprio Quaresma, muitas vezes, fala publicamente no orgulho em ser cigano, até numa tentativa de valorizar ou tirar estigma. Agora, há realmente uma carga negativa que se associa à palavra e fazer um título como ‘cigano de ouro’ é andar um bocadinho na corda bamba em termos de perceção pública. Eu pessoalmente não o faria, mas não condeno quem faz, até porque o próprio Quaresma fala das raízes, numa tentativa de valorizar e acho que isso não se deve haver vergonha nas origens. Mas é um terreno delicado. Já há formas, mecanismos de contestar o racismo dirigido a negros, que não há em relação a ciganos. Acho que aí o racismo está muito mais incrustado na identidade portuguesa (entrevista 1).

Ainda que o número de jogadores ciganos a atuar nas equipas portuguesas seja francamente escasso, é claramente possível encontrar um padrão no que concerne à banalização de expressões que aludem à pertença étnico-racial. De acordo com o relato de um dos entrevistados, que foi, nos anos 70, jogador profissional de futebol, era perfeitamente comum tratarem-no por ‘cigano’ ou ‘ciganito’. A propósito de uma chamada à seleção de nacional de Juniores, recorda as palavras do selecionador, já no

balneário: ‘Ah você é que é o José [nome fictício], o cigano? Então é o número 9’. Aliás, segundo o próprio, é muito mais frequente tratarem-no por ‘cigano’ do que pelo seu nome. Inclusivamente, quando se reencontra com alguns dos seus antigos colegas, ainda lhe dizem: ‘oh cigano, tu, hoje em dia, com aqueles pézinhos, ganhavas milhões! Quais quaresmas, quais sérgios conceições’ (entrevista 9, ver anexo I).

Apesar do próprio não considerar que esses termos fossem necessariamente racistas, frisava que a normalização deste tipo de linguagem ocorria a todos os níveis, isto é, desde treinadores, colegas, adeptos e jornalistas. A ideia de que a *ciganofobia* permanece encrustada na sociedade portuguesa vai não só ao encontro da perceção da chamada opinião pública como dos estudos publicados, que elucidam o modo como os discursos e as políticas públicas são, simultaneamente, o reflexo e o resultado do profundo enraizamento do racismo dirigido a esta comunidade.

‘O nosso cigano é melhor que o deles’ foi o título selecionado para um artigo, publicado pelo *Diário de Notícias*¹¹² (11.07.2016), e no qual se abordava a composição multirracial da seleção nacional, ao mesmo tempo que se comparavam as qualidades futebolísticas de Quaresma e André-Pierre Gignac, atleta francês de origem cigana. Partindo, precisamente, dos casos de Ricardo Quaresma e de Renato Sanches podia ler-se, na crónica, que a seleção era o ‘reflexo da sociedade’. Pese embora o clima de entusiasmo que se vivia nos dias que se seguiram à conquista do torneio, António Nunes, membro de uma associação cigana, lembrava que Quaresma era ‘português como todos os que nascem em Portugal, mas há quem se esqueça disso. Agora melhorou um pouco, mas depois, quando esta euforia acabar, já não se lembram do Quaresma. São os ciganos em quem não confiam’.

Num outro texto sobre a mesma temática, editado na página *web* da *Rádio Renascença*¹¹³, partia-se justamente da tese de que a ‘barreira entre os ciganos e o resto da comunidade’ era muito alta. Tendo como base essa premissa, questionava-se até que ponto os desempenhos de Ricardo Quaresma na seleção poderiam desconstruir ‘estereótipos’. A pergunta é lançada pelo próprio jornalista: ‘Um herói da bola pode desmontar 500 anos de racismo?’ É interessante notar o modo como as

¹¹² Obtido em fevereiro 5, 2018, de <http://www.dn.pt/desporto/euro-2016/interior/o-nosso-cigano-e-melhor-que-o-deles-5277275.html>

¹¹³ Obtido em fevereiro 7, 2018, de <http://rr.sapo.pt/detalhe.aspx?objid=58449>

questões são colocadas. Assim, se por um lado não se procura negar que o racismo dirigido à comunidade cigana seja parte integrante da história do país, por outro, não se evita a reprodução de uma linguagem paternalista e racista que acentua as origens do ‘ciganito’. Inclusivamente, o próprio título do texto – ‘Poderá Quaresma, o cigano de ouro, pôr fora de jogo a discriminação aos lelos?’– revela o posicionamento ambíguo em relação a esta questão.

Um outro exemplo é o da manchete do jornal *O Jogo*, na qual se exultava a passagem da equipa nacional à final do Campeonato da Europa e onde o autor da crónica se interroga acerca da terminologia eleita para apelidar os ciganos. ‘Lelito, vamos a Paris’ (*O Jogo*, 01.07.2016, capa), numa referência ao jogador Ricardo Quaresma, poderia ser interpretada, de acordo com a leitura seguida ao longo do texto, como um adjetivo ‘ofensivo’ ou ‘carinhoso’, pese embora o termo ‘lelo’, tal como o define o *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*, indique nitidamente que se trata de alguém ‘presunçoso’, ‘leviano’ e ‘maluco’. De acordo com a linha teórica que orienta esta investigação, a ideia de os ciganos ou os negros são ‘carinhosos’ faz parte, na verdade, do reportório racista que alimenta a ideia de supremacia branca. As palavras de Fanon são particularmente esclarecedoras, quando sublinha que ‘aquele que adora os pretos é tão ‘doente’ como aquele que os abomina’ (Fanon, 1975: 25, aspas no original [1952]).

O artigo finaliza com a ideia de que ‘faltam muitos golos para derrubar’ os obstáculos que persistem. Pese embora se depreenda, obviamente, que esses ‘golos’ se estendam muito para além da esfera desportiva, o autor da crónica não deixa de salientar que as prestações de Quaresma contribuem para a redução dessas mesmas ‘barreiras’. A excecionalidade de futebolistas como Eusébio, Renato Sanches ou Quaresma não os livra de serem alvo de discursos racistas. Logo, não é pelo facto dos atletas ciganos não serem formalmente impedidos de praticar futebol, como acontece em outros espaços europeus¹¹⁴, que se deva concluir que a participação e o êxito desportivo funcionem enquanto ‘antídotos’ anti-discriminatórios.

¹¹⁴ O caso mais mediático é o de uma equipa formada por jogadores ciganos que atua nos campeonatos distritais da República Checa. As cinco vitórias do *Junior Roma Decin*, quando estavam decorridas onze jornadas da época desportiva de 2014/2015, foram obtidas devido à falta de comparência dos clubes adversários, que se recusaram jogar contra esta equipa. Embora os clubes em causa tenham negado que essa ausência se tenha ficado a dever à composição étnico-racial do *Junior Roma Decin*, restam poucas dúvidas que essa recusa não tenha um carácter estritamente racista. Obtido em janeiro 13, 2015, de

A pertença racial, à qual se junta a questão de classe, têm sido determinantes nos discursos que se constroem acerca de Ricardo Quaresma. O próprio assim o confirma:

No mundo do futebol, e tu sabes disso, tenho a fama de (ser) muita coisa. E eu nunca fumei, nunca bebi, nunca experimentei nada nem tenho vontade de o fazer. Mas, lá está, como sou cigano, vim de um bairro...Tenho essa fama. Porque a fama é fácil de meter. O mais difícil é tirar-te essa fama de cima (Rádio Renascença, 07.07.2016).

Os discursos construídos a partir da figura de Ricardo Quaresma ajudam a explicitar a posição ocupada pelos ciganos no imaginário nacional. Mais concretamente, ilustram nitidamente que, não obstante a sua longa ‘presença’ em Portugal, não são vistos como parte integrante da identidade da nação. O testemunho de um antigo futebolista, ao relatar os comentários de que foi alvo, enquanto cigano, indicam isso mesmo. O entrevistado lembra-se que era comum escutar algumas ‘bocas’, tais como ‘Oh cigano, vai para a tua terra!’ (entrevista 9). A este propósito sublinhe-se o facto destes impropérios se encontrarem perfeitamente normalizados nas várias esferas da sociedade, evidenciando, assim, a maneira como a comunidade cigana é discursada como não-portuguesa. É justamente essa a ideia transmitida pelo ativista cigano Piménio Ferreira, num debate televisivo¹¹⁵: ‘Sobre a questão dos imigrantes é curioso, porque os ciganos também não são considerados portugueses. Nós temos o cartão do cidadão, mas muitas vezes dizem-nos: ‘vai prá tua terra!’. Deve ser a ciganolândia, não sei onde é que fica.’

Esta exclamação, em forma de provocação, encontra-se perfeitamente banalizada e naturalizada nos estádios portugueses, ainda que, por força do escasso número de futebolistas ciganos esses impropérios sejam normalmente dirigidos aos jogadores negros, independentemente da sua nacionalidade ser ou não ser portuguesa. Desta forma, tanto num caso como no outro, esses insultos são o produto inequívoco da profunda ligação que é estabelecida entre raça e identidade nacional, ligação essa que assenta na naturalização da tese da homogeneidade racial da nação. Além do mais, a violência dessas narrativas reproduz-se junto dos ciganos e das ciganas portuguesas, como se a pertença étnico-racial os impedisse, à partida, de ascender à plenitude da

<https://www.publico.pt/2014/12/06/desporto/noticia/a-equipa-contra-a-qual-ninguem-quer-jogar-1678596>

¹¹⁵ Declarações proferidas no programa ‘Prós e contras’, exibido na RTP1, a 17 de julho de 2017.

cidadania como todos os outros nacionais. As palavras de um membro do associativismo cigano ao autor do artigo – acima citado – publicado pela *Rádio Renascença* sugerem, se bem que de uma forma inconsciente, que a própria comunidade interioriza esse sentimento de não-pertença: ‘Já estamos há 500 anos em Portugal e ainda sinto a discriminação na pele’. A ideia de que ‘estão’, mas que não fazem parte da nação sai mais uma vez reforçada.

Conforme foi analisado por Hesse e Sayyid (2006), a construção das pertenças nacionais europeias deixou determinadas comunidades de fora desse processo, ainda que certas minorias, como é o caso dos ciganos, já se encontrassem dentro das fronteiras dos projetos dos estados-nação. Neste sentido, o surgimento das apelidadas ‘populações pós-nacionais etnicamente marcadas’, resulta do facto de estas terem sido postas de lado durante as sucessivas fases e formação e consolidação dos estados europeus (Hesse e Sayyid 2006: 22).

O caso das comunidades ciganas em Portugal é paradigmático em relação ao modo como a tese da homogeneidade racial se substancializa. Na verdade, ao insistir-se na ideia de que os valores deste grupo étnico são incompatíveis com as tradições nacionais, está-se indiscutivelmente a partir do pressuposto de que o país é culturalmente homogéneo e, implicitamente, ‘branco’. Noutros contextos, o argumento da incompatibilidade cultural tem vindo a ser gerado pelas elites dominantes (Essed, 1991) e, por conseguinte, reproduzido nas mais diversas esferas sociais. À semelhança do caso norte-americano, também os discursos hegemónicos produzidos em Portugal parecem querer esconder que a homogeneidade cultural da nação queira também significar uma uniformidade racial.

A discussão desenvolvida neste capítulo mostrou que o contexto do futebol é mais do que um mero campo de reprodução das concepções dominantes sobre identidade nacional. Recuperando a análise levada a cabo anteriormente, o modo como os atletas etnicamente assinalados são representados esclarece que a sua pertença à nação se encontra dependente de várias premissas, entre as quais a qualidade que demonstram dentro de campo, bem como a exibição de uma postura discreta e humilde. O caso de Eusébio é, sob vários aspetos, elucidativo. Representado como modelo bem-sucedido

de assimilação, a sua figura abriu espaço ao enraizamento de visões despolitizadas sobre o colonialismo português. Simultaneamente, os seus atributos físicos, como a força e a velocidade 'inatas', cristalizam a imagem do desportista negro produzida no início do século XX.

Além disso, as narrativas a partir da sua figura reforçam a capacidade do futebol, enquanto campo autónomo, em promover noções de pertença e exclusão com base na origem étnico-racial. Com efeito, as narrativas em torno de Eusébio mostram em que medida a homogeneidade, enquanto pretensa condição da nação, colide com a ideia da nação multirracial que ainda preenche o imaginário português. Esse imaginário resulta, de um modo geral, da longa duração dos processos coloniais, particularmente da influência das teses lusotropicalistas que daí advieram. É, pois, a partir dessa visão benevolente da dominação colonial portuguesa que se produz, no futebol português, um discurso de exaltação da lusofonia.

Desta forma, as tensões coloniais e os mecanismos de exclusão que se observam no futebol nacional são ignorados ou minimizados, ou ainda explicados a partir de questões de 'integração' ou 'complexidade' das sociedades multiétnicas contemporâneas. É especialmente nesses momentos de particular tensão que se assiste, à semelhança do que se regista na generalidade do contexto europeu, ao fortalecimento da narrativa que coloca os futebolistas negros ou ciganos nas 'margens da nação'.

Para além dos aspetos já referidos, os complexos mecanismos de exclusão e pertença que se produzem no espaço do futebol evidenciam as fragilidades das abordagens hegemónicas que persistem em defender que o racismo é um produto da consciência individual. Essas leituras, profundamente parciais e incompletas, são incapazes de problematizar o modo como o jogador negro é representado nas culturas de futebol em Portugal ou de explicar a ausência de minorias nas posições de poder. São as questões que se abordam no capítulo seguinte.

Capítulo 5 | DISCURSOS DOMINANTES NO FUTEBOL PORTUGUÊS: RACISMO, AFRICANIDADE E NORMALIZAÇÃO DO PODER

O racismo no futebol tem vindo a perpetuar-se através de múltiplas formas, desde agressões físicas ou verbais dirigidas aos futebolistas até ao racismo institucional, passando pelas representações e discursos dominantes acerca dos atletas racialmente marcados. Tendo presente essa amplitude, neste capítulo analisa-se o modo como estas questões são pensadas no contexto dos clubes do futebol português. Para tal, explora-se de que forma as abordagens dos entrevistados, bem como as dos media e dos próprios clubes, se relacionam com as correntes teóricas dominantes que foram discutidas nos capítulos I, II e III. Desta maneira, evidencia-se como a produção de determinadas narrativas é inseparável de questões de poder e privilégio.

A forma como o racismo no futebol é percecionada depende de vários fatores, a começar pelo lugar que os indivíduos ocupam nas estruturas do futebol, bem como nas hierarquias sociais e raciais estabelecidas fora dele. Assim, determinadas visões e discursos não podem ser dissociadas dessas mesmas posições. Contudo, a pesquisa empírica confirma que o modo como o racismo no futebol é entendido, isto é, quais as suas origens, como se expressa, como se reproduz e quem são os atores, não está única e exclusivamente dependente do lugar de fala dos sujeitos. Logo, a força das narrativas hegemónicas faz com que, em muitos casos, os sujeitos subalternizados exponham leituras não muito distantes das defendidas por aqueles que usufruem de formas de privilégio branco.

O capítulo divide-se em quatro partes. A primeira, centrada na metodologia, procura destacar a pertinência das entrevistas realizadas, problematizando como as visões dos entrevistados se relacionam com as leituras dominantes no futebol português. Na segunda, discute-se a produção de discursos de ódio, consubstanciado em ofensas físicas ou verbais a atletas racializado e frequentemente acompanhados pelo arremesso de objetos na sua direção. Na verdade, e embora seja apenas a 'ponta do

icebergue', esta é uma dimensão que não pode deixar de ser analisada, já que a maneira como a linguagem é empregada no desporto reflete o modo como ela é usada noutras esferas sociais, o que proporciona uma imagem clara do carácter opressivo de uma sociedade estruturada por linhas raciais (Long e Hylton, 2002: 100).

Conforme demonstrado nos capítulos iniciais da dissertação, para a generalidade dos intervenientes envolvidos no fenómeno desportivo a abordagem do racismo no futebol implica, necessariamente, uma análise dos comportamentos 'anti sociais' de uma pretensa minoria de adeptos. Aliás, essa também é a leitura que tem prevalecido no seio da própria academia. Ainda que a abordagem seguida neste trabalho parta de premissas teóricas distintas, não se poderia, numa dissertação sobre futebol, racismo e identidade nacional, menosprezar estas expressões de racismo.

Como se evidenciará, vários entrevistados tendem a desvalorizar os insultos ou cânticos racistas, defendendo a ideia que estes visam, acima de tudo, desestabilizar os jogadores das equipas adversárias. Esta interpretação deve ser criticamente analisada, a começar pelo facto de quem normalmente a produz usufruir do privilégio de ser branco e/ou se encontrar numa posição de poder, o que dificulta uma avaliação da questão a partir da perspectiva de quem é humilhado e oprimido.

Na secção seguinte, mostra-se o modo como o 'jogador negro' tem sido representado nas culturas de futebol em Portugal. Discute-se, assim, a forma como as representações e discursos dominantes permanecem reféns do paradigma colonial. Para tal, abordam-se as narrativas que estabelecem uma ligação, ainda que na maior parte das vezes implícita, entre o atleta negro e o 'mundo selvagem'. Ao invés do que sucede com a questão dos discursos de ódio que se produzem nos estádios de futebol, esta dimensão tem sido invisibilizada, quer pelos intervenientes no jogo quer pela maioria das abordagens académicas.

De facto, este é um aspeto que se afigura extremamente relevante, já que a forma como os atletas racializados são representados permite um mapeamento das ideologias que predominam na sociedade (Carrington, 2002). Como se depreende, especialmente no caso português, os discursos e as representações racializadas sobre estes futebolistas raramente são questionados. Tal deve-se, por um lado, ao quadro ideológico dominante e, por outro, à ausência de produção teórica acerca desta temática que incida sobre o contexto nacional. Na verdade, contrariamente ao que se

registra noutros casos, como por exemplo o holandês (Sterkenburg e Knoppers, 2012), as relações entre fisicalidade, animalidade e *negritude* não se encontram documentadas no futebol português.

A última secção analisa o modo como a ausência de sujeitos racializados nas estruturas de poder é perspectivada no futebol em Portugal. Seguindo a linha de outras realidades europeias, constata-se também que as práticas institucionais no futebol nacional são sublinhadas por padrões hegemónicos de privilégio branco (Bradbury, 2013: 296). Embora todos os indicadores apontem para que essa ausência configure uma forma de racismo institucional, a maioria dos entrevistados defende que esta questão deve ser explicada a partir de outros fatores. A precariedade socioeconómica de uma boa parte do território africano ou, simplesmente, questões de tradição cultural, aliadas ao mérito dos candidatos, seriam, neste entendimento, aspetos decisivos que marcariam essa acentuada desproporção entre o número de jogadores e treinadores negros.

5.1 *Estratégia metodológica e escolha dos entrevistados*

A análise apresentada neste capítulo apoia-se principalmente nas entrevistas realizadas com antigos jogadores, treinadores e jornalistas (ver anexo I). A sua condução permitiu o estabelecimento de um diálogo com as discussões teóricas desenvolvidas nos capítulos I, II e III. Tratou-se, assim, de analisar o modo como estes padrões de continuidade se reafirmam no futebol português contemporâneo. À semelhança daquilo que foi observado noutros estudos sobre futebol e racismo (Back et al, 2001: 11), as entrevistas ficaram marcadas por altos padrões defensivos de resposta. Tendo em consideração não só este aspeto, mas também a dificuldade no acesso aos próprios entrevistados, procurou-se, tanto quanto possível, alargar o campo de análise. Assim, entre antigos e atuais jogadores, treinadores, jornalistas, diretores e adeptos, de origens étnico-raciais distintas, realizaram-se vinte e duas entrevistas semi-estruturadas em várias cidades portuguesas e com a duração média de uma hora (ver anexo I).

O posicionamento dos entrevistados face às narrativas mediáticas racistas e eurocêntricas vai ao encontro das visões defendidas pelas correntes dominantes. Em concreto, a desvalorização e a banalização das diversas formas de racismo que operam

a partir do futebol nacional tem uma enorme ressonância junto dos entrevistados. Assim, por um lado, a forma com o racismo quotidiano (não) é entendido no contexto do futebol português resulta, em boa parte, do enraizamento das teses lusotropicalistas. Além disso, os testemunhos recolhidos confirmam os argumentos defendidos em vários momentos do trabalho, particularmente no que respeita à forma como o racismo nos estádios – para usar a terminologia dominante – embora ‘explícito’, é desvalorizado e banalizado.

Em alguns casos, admite-se que situações pontuais possam ocorrer. Porém, a reificação da tese de que o racismo no futebol se cinge, praticamente, a um conjunto de eventos mais ou menos esporádicos, conduz a uma permanente marginalização dos aspetos primordiais. Este entendimento alarga-se, de forma pouco surpreendente, a outras vozes que participam no fenómeno desportivo, tal como ficará patente quando analisadas as perspetivas dos entrevistados.

A ideia de que Portugal não é um país racista e, por consequência, o futebol português também não o é, foi defendida em vários momentos, indo ao encontro do argumento defendido por Van Dijk (1992) quando refere, precisamente, que a negação é uma das principais propriedades do racismo contemporâneo. Neste sentido, o que é problemático é que o não reconhecimento, por parte dos grupos que se encontram em posições de poder, do lugar que o racismo ocupa nas estruturas sociais implica que não se promova nenhum tipo de discussão que tenha a capacidade de desafiar a ordem estabelecida.

A ausência de um debate no espaço público nacional sobre estas questões limita as possibilidades de contestação e de eventual mudança no sistema do poder (Van Dijk, 1992: 96). No contexto português, o que é igualmente relevante é que este discurso de negação e de não reconhecimento do problema se observe desde a época colonial até a atualidade. É essa a direção dos discursos dos media e dos testemunhos recolhidos.

A realização de entrevistas foi motivada pelo reconhecimento de que as experiências de racismo, pessoais ou não, constituem uma fonte privilegiada de informação. De acordo com Essed (1991: 8), a falta de interesse intelectual por aquilo que apelida de ‘micro manifestações e experiências’ de racismo pode estar relacionada com a ideia elitista que argumenta que se dá demasiado ênfase às ‘pessoas comuns’. Neste sentido, as análises que abordam o racismo quotidiano constituem um enorme desafio

para o investigador, tendo em consideração essa necessidade de organizar e captar uma enorme quantidade de experiências que cobrem níveis distintos da dominação racial. Com efeito, a abordagem dessas interações diárias elucida como as estruturas e os processos de dominação operam a um nível nacional (Van Dijk, 1992: 88).

O facto do 'racismo quotidiano' não ter sido sequer concebido por uma parte significativa dos entrevistados mostra que as sociedades ocidentais têm produzido entendimentos estreitos e limitados acerca da forma como o racismo se produz. Nesta perspetiva, um dos maiores desafios que se colocou aquando da realização das entrevistas foi o apreender o modo como esse processo, criado e reforçado através de práticas diárias, opera através de discursos de tolerância (Essed, 1991).

A escolha de determinados eventos, particularmente o Campeonato Mundial de seleções realizado na África do Sul, em 2010, possibilitou aprofundar a tese que argumenta que o racismo é muito mais do que um conjunto específico de incidentes. A discussão das visões defendidas pelos entrevistados reforça a leitura segundo a qual a ideologia colonial e as representações dominantes em torno da africanidade e *européidade* que daí advieram se encontram profundamente enraizadas no imaginário nacional.

5.2 *'Será mesmo racismo?': A banalização e normalização dos insultos racistas nos estádios portugueses*

Como se viu no capítulo II, os estudos pioneiros que incidiram sobre futebol, racismo e sociedade centraram-se no contexto britânico e foram desencadeados, em larga medida, pelos incidentes que se registavam frequentemente nos estádios da Grã-Bretanha (Williams, 1992; Back et al, 1998b; Holland, 1995). Tratava-se, portanto, de analisar as manifestações racistas mais visíveis, particularmente os insultos dirigidos aos futebolistas negros, muitos deles provenientes das antigas colónias britânicas. Não obstante a emergência de outras abordagens que procuraram aprofundar o modo como o racismo se produz e reproduz no futebol (também elas no cenário britânico), as leituras que se focam, quase exclusivamente, nessas demonstrações mais cruas continuam a orientar uma parte significativa dos trabalhos a nível europeu.

Com efeito, e embora as questões de pertença e exclusão ultrapassem largamente o espaço das bancadas, os discursos de ódio não devem ser desconsiderados ou

desvalorizados, sob pena destes se banalizarem e normalizarem. Em Portugal, tal como noutros países europeus, o racismo no futebol tem acompanhado a evolução da própria modalidade. Embora se assista a um silenciamento acerca desta questão, são muitos os casos que demonstram o modo como os jogadores negros são alvo de agressões racistas verbais, mais ou menos em uníssono. Poder-se-ia, aqui, enumerar um conjunto de casos, desde ofensas protagonizadas entre jogadores, a insultos proferidos por adeptos ‘isolados’ ou a cânticos entoados por grupos organizados. No entanto, e ainda que não se pretenda descrever exhaustivamente os denominados ‘incidentes racistas’ que têm ocorrido frequentemente nos estádios portugueses, vale a pena destacar algumas situações.

Por exemplo, num jogo realizado entre o Sporting e o Benfica, nos finais dos anos 1990¹¹⁶, podia-se ler, numa tarja exibida pela ‘Juventude Leonina’, a seguinte mensagem: ‘Eusébio macaco a tua flora¹¹⁷ toda a fauna já comeu’. Em fevereiro de 2013, Mario Balotelli e Yaya Touré, na altura futebolistas do *Manchester City*, foram alvo de insultos racistas por parte dos adeptos do F.C. Porto, numa partida disputada no Estádio do Dragão. Embora a direção portista tenha alegado que os gritos, na forma de grunhidos – em imitação do ruído produzido por babuínos – não eram dirigidos àqueles jogadores¹¹⁸, a UEFA decidiu multar o clube em 20 mil euros. O caso mais recente diz respeito ao fecho de uma das bancadas do estádio Municipal de Braga no jogo com o clube alemão do *T.S.Hoffenheim*, castigo imposto pela UEFA ao S.C. Braga devido a injúrias racistas por parte dos seus adeptos, proferidas no encontro frente à equipa búlgara do *F.K.Ludogorets*, disputado em Outubro de 2017¹¹⁹.

¹¹⁶ Ainda que a fotografia disponível mostre claramente o conteúdo da mensagem, bem como o local onde foi exibida, não foi possível confirmar a data exata.

¹¹⁷ Flora Claudina Bruheim e Eusébio da Silva Ferreira estiveram casados desde 1965 até à data do falecimento do jogador do Benfica. O jogo de palavras dos adeptos do Sporting dirigido a Eusébio visava, assim, não só o insulto racista como um ataque à sua masculinidade.

¹¹⁸ Adotando uma estratégia de negação que, como se tem mostrado, faz parte de uma narrativa europeia mais vasta, a direção e adeptos do clube alegaram que os insultos dirigidos aos referidos futebolistas (‘uh, uh uh!’) teriam sido confundidos com gritos de incentivo ao então jogador do Porto, Givanildo de Sousa, mais conhecido por ‘Hulk’. Obtido em julho 12, 2012, de <https://www.dn.pt/desporto/fc-porto/interior/uefa-multa-fc-porto-por-insultos-racistas-a-balotelli-2400531.html>

¹¹⁹ Além do fecho da bancada, a UEFA ordenou que o clube bracarense exibisse uma tarja referente ao ‘EqualGame’, programa criado pela UEFA para incentivar e celebrar a diversidade. Obtido em outubro 31, 2017, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/castigo/suspensao/uefa-castiga-sp-braga-por-racismo-e-fecha-parte-das-bancadas>

Apesar da importância deste mapeamento, é fundamental frisar que o racismo cotidiano é muito mais do que um conjunto específico de incidentes. Na realidade, o racismo do dia a dia refere-se a um processo cumulativo de práticas, ainda que estas sejam consideradas pelo grupo dominante como 'normais'. Dessa forma, eventos específicos só adquirem significado quando relacionados com um vasto conjunto de outras experiências de racismo cotidiano (Essed, 1991: 288).

Apesar do racismo assumir estas configurações mais cruas e visíveis, alguns atores que participam direta e indiretamente no fenómeno futebolístico tendem a desvalorizá-los. Escudando-se na intensa carga emotiva e psicológica presente num jogo de futebol, um antigo atleta e treinador da Académica argumenta:

Isso faz parte da pressão que se cria à volta do jogador. Agora, quando se vê que é acintoso, que é mesmo para molestar, achincalhar...isso não pode acontecer. Somos todos Homens, pertencemos todos a uma família, cada um com as suas diferenças, mas acho que a FIFA e UEFA estão a tentar cada vez mais impor e penalizar os adeptos dos clubes que têm esses comportamentos. Isso tem que ser erradicado do futebol e não faz parte da cultura desportiva (entrevista 10, ver anexo I).

Esta leitura vai ao encontro da perspetiva apresentada por outro entrevistado que ocupa um lugar de proeminência num dos jornais desportivos diários:

O racismo que se expressa nas bancadas é um pouco a tentativa de desestabilização do adversário do que propriamente um instinto racista puro e duro do género 'aquele clube não gosta de pretos'. Eu não acho que é exatamente isso que se passa. Por exemplo, uma bancada que investe contra um jogador negro e que depois na sua tem 3 ou 4...portanto, penso eu que na base não está o racismo, mas uma tentativa de desestabilização dos adversários (entrevista 12).

De acordo com outro dos jornalistas desportivos entrevistados, é necessário distinguir duas componentes do racismo nos estádios. Por um lado, os insultos racistas entre jogadores adversários, por outro o comportamento do público. Embora faça essa diferenciação, considera que, genericamente, ambos têm como propósito a desestabilização:

Dentro do relvado – apesar de nós não termos acesso – não me parece que os jogadores ou treinadores tenham atitudes racistas, embora, se calhar, haverá sempre alguns que possam ter palavras, na guerra de ganhar o jogo, digamos assim...mas não me parece que, no fundo, no fundo, sejam comportamentos racistas. Serão, eventualmente, atitudes que possam tentar condicionar o desempenho do jogador. Serem atitudes racistas puras e duras, não me parece que

isso haja. Agora, fora do relvado, há de facto atitudes do público que ferem um bocadinho mais. Mas aí também terá uma componente que não inteiramente racista, apesar de tentar achincalhar. Embora não tenha a certeza que as pessoas sejam intrinsecamente racistas, mas querem, através da raça, condicionar e desestabilizar (entrevista 14, ver anexo I).

A dificuldade em considerar como racista as ações e a linguagem utilizadas neste tipo de situações advém precisamente dos processos de normalização e naturalização das hierarquias raciais dominantes que contribuem para o reforço e promoção do privilégio branco (Long e Hylton, 2002: 95-96). Assim, neste quadro de trivialização e banalização do racismo, os jogadores negros – ou outros visados – são levados a aceitar os insultos como fazendo parte do próprio jogo e persuadidos a não lhes prestarem demasiada atenção, sob pena de perderem a concentração dentro do campo¹²⁰ (Long e Hylton, 2002: 95).

Os moldes em que assentou a discussão mediática a respeito do episódio ocorrido em janeiro de 2018 que envolveu Fábio Coentrão e Moussa Marega¹²¹, jogadores do Sporting Clube de Portugal e do Futebol Clube do Porto, respetivamente, confirma a hegemonia dessas abordagens. A ideia de que o insulto é ‘algo que saiu, naquele momento, mas sem a mínima das intenções’, tal como foi defendido pelo antigo jogador Daniel Carvalho, num programa televisivo¹²², elucidam o modo como o

¹²⁰ Em alguns casos, os jogadores visados optaram por abandonar o campo. Foi o que sucedeu num jogo do campeonato italiano, realizado em abril de 2017, que opôs o *Pescara Calcio* ao *Cagliari Calcio*. Depois de ter sido alvo permanente de insultos por parte dos adeptos do Cagliari, o jogador Sulley Muntari decidiu abandonar o terreno de jogo antes de terminada a partida. O futebolista ganês solicitou ao árbitro que este interrompesse a partida, pedido que foi recusado. Além disso, o atleta ainda foi punido disciplinarmente com a exibição de um cartão amarelo. Obtido em maio, 2, 2017 de (<https://www.ojogo.pt/internacional/noticias/interior/muntari-abandona-terreno-de-jogo-apos-canticos-racistas-6257198.html>)

¹²¹ Na sequência de um lance disputado entre os dois jogadores, Fábio Coentrão dirigiu-se ao seu adversário nos seguintes termos: ‘vai-te f...preto do c...’. Mais tarde, em resposta às críticas a que foi sujeito, Coentrão e o Sporting publicaram, nas suas respetivas ‘páginas oficiais’, uma foto na qual o jogador aparece abraçado ao seu colega de equipa William de Carvalho e com a legenda ‘para nós só existe uma cor: Verde.’

¹²² Daniel Carvalho, tal como outros comentadores, saiu em defesa de Fábio Coentrão, considerando que o jogador ‘não é racista, mas posso entender que possa ter dito alguma coisa desagradável. Infelizmente faz parte do jogo e, dentro do campo, podes dizer um conjunto de palavras, mas sem a mínima das intenções. É parte do jogo, parte daquilo que tu sentes naquele momento, é uma mistura de sensações que tens dentro de ti. Não raciocinas da mesma forma, não pensas, mas podem sair-te palavras ofensivas’. Diamantino Miranda, antigo jogador que também desempenhava o papel de comentador, corroborou esta ideia. No seu entender, a ofensa racial é um ‘tema muito sensível quando se utiliza essa expressão em termos negativos. O problema é que eu não vejo que Coentrão o tenha feito. O Fábio Coentrão não disse isso por ser racista. Até eu, que tive muitos colegas africanos, negros, a quem nós, carinhosamente e muitas vezes na brincadeira, chamávamos ‘preto’, não tinha nenhuma

racismo é problematizado em Portugal. À semelhança do caso Atkinson, analisado por Carrington (2011) e discutido no Capítulo III, os termos do debate cingiram-se, praticamente, na ‘averiguação’ da culpabilidade versus inocência e/ou atenuantes de Fábio Coentrão.

A tendência para desculpabilizar o incidente insere-se num quadro ideológico que trivializa as relações de poder que advêm das hierarquias raciais estabelecidas. Para além disso, a tentativa em identificar os ‘sujeitos racistas’ demonstra não só os limites que advêm da predominância do antirracismo moral, como trava a emergência de perspectivas críticas que, realmente, sejam capazes de desafiar o racismo que se encontra tão profundamente implantado nas estruturas sociais nacionais.

Um dos entrevistados anteriormente citados, antigo jogador português de origem guineense, que atuou no Benfica e na Académica de Coimbra, afirma que a intensidade dos insultos proferidos contra si foi atenuada pela tonalidade da sua pele:

*Sentia, **mas se calhar nem tanto, por causa da cor da minha pele, que não é tão escura.** Mas já ouvi aquelas bocas...que era preto, que era macaco, que era isto, que era aquilo. Isto com os adeptos, mas **mesmo entre colegas adversários**¹²³. Como lhe disse, isso vai continuar a acontecer, especialmente porque **naquela emoção, no calor do jogo, aqueles que são mais...** Isso já aconteceu, mas nunca grande coisa, mas vi acontecer com colegas meus...‘ó seu preto de merda!’. Mas acho que não tem a ver com ser profundamente racista, acho que naquele momento é a maneira mais fácil de insultar a pessoa que está ali. Até pode ser um preto a dizer ‘ó seu branco de merda!’, por exemplo. É a coisa que põe o outro mais em baixo é dizer ‘ó seu preto, macaco de merda!’ Mas não quer dizer que seja mesmo racista. É o que está ali mais perto. Depois a pessoa ate pára para pensar e diz ‘eh pá desculpa lá...’ (entrevista 2, ênfase acrescentado).*

De uma forma geral, esta visão confirma a acutilância das leituras críticas abordadas num outro momento, nomeadamente no que se refere à tese do ‘racismo inverso’ (Füredi, 1998). Tratando-se o racismo de uma questão de poder, a tese da sua inversão não parece produzir qualquer efeito, no sentido em que essa ‘ofensa’ não remete para nenhum tipo de processo de desumanização, exploração e dominação. Tal como

conotação negativa’ (Afirmações produzidas no programa ‘Mais Transferências’, exibido pela estação televisiva TVI24, no dia 28.01.2018).

¹²³ Num jogo a contar para o campeonato sérvio, entre o *Rad Belgrado* e o *Partizan de Belgrado*, o jogador brasileiro Everton Luiz foi alvo de constantes insultos racistas por parte dos adeptos rivais do Rad Belgrado, sempre que tocava na bola. No final da partida, o atleta, visivelmente perturbado, afirmou que o que o mais tinha chocado teria sido a atitude dos futebolistas adversários que apoiaram o comportamento dos seus aficionados. Obtido em fevereiro 22, 2017, de <http://www.sabado.pt/desporto/detalhe/racismo-everton-luiz-deixa-relvado-a-chorar>

Philomena Essed evidenciou, os insultos racistas transportam-nos para um conceito e não para um conjunto de palavras, conceito esse que expõe toda a história da sujeição dos negros. Neste quadro de opressão estrutural, a agressão verbal é uma arma simbólica utilizada por quem detém o poder e o privilégio (1991: 256).

É interessante notar que o entrevistado acima citado, embora reproduzindo as narrativas dominantes, tenha referido que os insultos de que foi alvo ao longo da sua carreira terão sido atenuados pela sua ‘cor da pele, que não é tão escura’. Esta aparente ambiguidade deve ser analisada a partir de dois aspetos. Se, por um lado, se assiste à reprodução dos discursos hegemónicos, por outro, a sua experiência de vida indica claramente que a intensidade com a qual o racismo se expressa depende também da forma como a supremacia branca hierarquiza os diferentes tons de pele. Na realidade, a consciência da existência de uma hierarquia racial, que se poderia traduzir na ideia de ‘quanto mais escuro pior’, revela parte da natureza dos processos raciais. Estes processos invisibilizam a população branca, já que é a posição de poder que esta ocupa que possibilita a desumanização e a humilhação do ‘outro’.

Desta maneira, a desvalorização dos discursos racistas mais crus que assumem, no quadro do futebol, a forma de insulto faz parte de uma estratégia de normalização dos grupos que detêm o poder. Esta banalização, justificada a partir da tensão constitutiva do futebol, acaba por contribuir para um silenciamento do tema, pelo que determinadas declarações, mesmo que proferidas por populações racializadas, devem ser enquadradas de acordo com as lógicas dominantes. O testemunho de um antigo jogador da Académica de Coimbra, natural de Marrocos, vai justamente ao encontro dessa vulgarização:

No estádio isso é normal, porque estás dentro do futebol, os outros adeptos a chamarem nomes... ‘Oh marroquino, vai vender tapetes!’ Dentro do jogo não ligamos. Depois, cá fora, é tudo normal, ninguém chateia. É engraçado, porque aqui em Portugal também há muitos emigrantes, que já emigraram e voltaram e por isso sabem o que é isso de ser emigrante lá fora, como eles viviam lá fora (entrevista 13, ver anexo I).

Esta desvalorização pode também ser entendida e analisada a partir de uma estratégia de defesa pessoal, no sentido em que a denúncia de determinadas situações pode ser encarada como um sinal de fraqueza. É nessa direção que devem ser lidas as

palavras de Back e colegas, quando salientam o facto de muitos jogadores tenderem a desvalorizar os insultos de que são alvos:

Ninguém gosta de falar acerca das suas experiências negativas, particularmente numa profissão masculina como o futebol, que tem pouca tradição de discussão sobre problemas sociais complexos, mas também porque existe um código de honra que afirma que os diferendos que ocorrem dentro do jogo são resolvidos de homem para homem (Back et al, 2001a: 150).

A abordagem que aqui se segue defende que raça não é um epifenómeno de classe, entendida a partir da exploração económica capitalista. Contudo, esta perspetiva não impede que se percorram outras dimensões que proporcionam, em alguns casos, leituras mais abrangentes. Tal como foi destacado por vários estudos, ainda que centrados em temáticas de violência e de identidade (Dunning et al, 1994; Armstrong, 1998; Almeida, 2006), a arena do futebol é um espaço, por excelência, de produção e reprodução de formas de masculinidade hegemónica características das sociedades patriarcais. Assim, a análise dos discursos dos futebolistas racializados deve ter em consideração o modo como os valores que exaltam a agressividade e a virilidade masculina também se disputam dentro do campo.

O reconhecimento que o racismo tem efeitos destrutivos para aqueles que o experienciam é um dos aspetos que marcam as declarações de um jogador que representou recentemente a Académica de Coimbra. Embora o excerto seja longo, é pertinente destacar as suas palavras:

*É frustrante ser insultado dessa maneira. Joguei ao nível profissional em cinco países diferentes, em culturas diferentes, e posso garantir-lhe que o racismo existe mesmo. Pessoalmente, fui capaz, felizmente, de ultrapassar mentalmente tudo isso, mas nem sempre foi assim. Por exemplo, quando estava na Polónia, eram os nossos próprios adeptos que me expressavam racismo. Quando íamos saudar e agradecer o apoio e chegávamos junto dos adeptos, eles recolhiam as mãos, porque **não podiam apertar a mão a um negro. E foi preciso fazer alguns bons jogos para me aceitarem.** Inclusivamente, alguns disseram-me que eu era o único negro do qual gostavam. **E isso fazia-me muito mal.** Quando tens 21 anos e vês que há um estádio inteiro que te insulta e que faz o barulho de macacos sempre que tocas na bola, não é nada fácil. Hoje em dia tenho 28 anos e vivo isso de maneira diferente, mas as instâncias do futebol, as pessoas que controlam o futebol, deveriam regulamentar isso e ir ao centro do problema. Fazer publicidade e apelos antirracistas não é suficiente. Dizer 'não ao racismo' não muda nada (entrevista 11, ênfase acrescentado, ver anexo I).*

Este testemunho é bem ilustrativo acerca da forma como o negro foi historicamente relegado para uma condição sub-humana. Como tão brilhantemente explica Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, o negro habita numa ‘zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado’ (1975: 24 [1952]). Assim, contrariamente aos homens brancos cuja existência ocorre na zona do ser, os negros são, parafraseando o título de uma outra obra sua, *os Condenados da Terra* (2004 [1961]). É essencialmente a partir desse universo ontológico que a experiência do negro – neste caso do futebolista negro – pode ser apreendida com mais clareza.

A exclusão dos sujeitos racializados da comunidade humana, consubstanciada na ideia de que os adeptos ‘não podiam apertar a mão a um negro’, mostra a hegemonia da ideologia colonial na Europa. Para que tal aconteça, isto é, para que esse quadro ideológico se mantenha, é necessário analisar uma série de questões, a começar pela cumplicidade que percorre as mais diversas esferas sociais. Liliam Thuram enfatiza a ideia de que o racismo tem sido invisibilizado: ‘Na Europa as pessoas são, na maior parte das vezes, cúmplices do racismo. Temos a tendência de fechar os olhos e dizer ‘não ouvi’’. Refuta, ainda, a tese de que os insultos racistas são atos de ‘desestabilização’. Nas suas palavras, ‘as pessoas, ao dizerem coisas desse tipo, estão, na verdade, a legitimar o racismo¹²⁴.’

Segundo o entrevistado acima citado, a ‘aceitação’ que conseguiu vir a ter por parte dos adeptos deveu-se à sua postura e atitude evidenciada dentro de campo. O facto dessa admiração ter sido conquistada graças às suas performances futebolísticas, vem confirmar a tese, analisada no ponto anterior, de acordo com a qual a idolatração de jogadores negros obedece a uma série de requisitos (Domingos, 2014; Doidge; 2013; Back et al, 2001b), que podem ser facilmente quebrados ou negociados e que variam de acordo com as circunstâncias envolventes.

A ideia de que as expressões mais visíveis de racismo têm vindo a diminuir nos estádios europeus tem tido algum eco junto dos atores que participam no fenómeno do futebol. Em Portugal, essa visão ganhou alguma consistência, como se pode

¹²⁴ Estas posições foram defendidas pelo antigo jogador no âmbito da conferência ‘Racism in Soccer: a discussion with Liliam Thuram’, que decorreu na *Maison Française of NYC*, em novembro de 2013. Obtido em dezembro 20, 2013, de <https://youtu.be/CSgsx34J iA>

observar pelas afirmações de um dos entrevistados que ocupa um lugar de direção num jornal digital:

*Aqui há um bocadinho aquela lógica do ‘porreirismo’, do ‘ninguém quer mal a ninguém’, sendo que há estereótipos culturais que permanecem. Eu lembro-me de ir ao futebol desde os anos 80...e até há três, quatro anos, ouvia os gritos de macaco em vários estádios da primeira divisão e sendo que há essa particularidade: **pretos são os outros, os da nossa equipa não são. Sim, uma cegueira seletiva.** Podemos ter seis ou sete negros na nossa equipa, mas se há um desgraçado da outra equipa que pega na bola, leva logo com o coro de macaco (...) mas **hoje há uma sensibilidade maior. Se uma pessoa for a um estádio e começar um coro de macaco já vai ser olhada de lado como não era há dez anos** (entrevista 1, ênfase acrescentado).*

A ideia de que, hoje em dia, os adeptos que proferem insultos racistas são ‘olhados de lado’ merece ser analisada. Se é verdade que isso se verifica em algumas ocasiões, noutras nem tanto. Ou seja, essa ‘aceitação’ ou ‘rejeição’ está, na realidade, dependente de um conjunto de circunstâncias, tal como o clube em causa ou a importância do jogo, no sentido em que esse comportamento tende a ser justificado se exibido num contexto de alta carga emotiva. Por outras palavras – e conforme referido por um dos entrevistados – ‘naquela ânsia de ganhar o jogo’.

Conforme foi possível observar, a frequência ou intensidade dos insultos raciais não é a mesma em todos os estádios portugueses. Em rigor, em alguns deles, essas situações são praticamente inexistentes. Contudo, sob pena de se embarcar em leituras da realidade demasiadamente simplistas, é oportuno citar o trabalho de Les Back e a sua equipa, precisamente acerca desta questão. Tal como sublinham, o facto de alguns clubes facilitarem ou inibirem os insultos ou cânticos racistas não significa necessariamente que sejam mais ou menos racistas do que outros (2001a: 47).

A convicção de que ‘hoje há uma sensibilidade maior’ relativamente às chamadas manifestações racistas que ocorrem nos estádios não é uma leitura exclusiva da realidade portuguesa. Na verdade, desde sensivelmente os anos 2000 que esse argumento tem vindo a ser defendido, justamente, na Grã-Bretanha. No entanto, é necessário manter uma postura crítica em relação à ideia de que ‘as coisas estão a melhorar’, uma vez que o debate acerca do legado racista, imperial e colonial está incompleto (Back et al, 2001a:5). No caso português, essa discussão, sobretudo a partir

do futebol, certamente não só está incompleta como se encontra quase toda por fazer.

A composição multirracial das equipas apoiadas por quem profere insultos racistas não impede que os jogadores adversários sejam racialmente visados. Aliás, esse aspeto não só não é impeditivo como não parece, de todo, ser fruto de qualquer ‘cegueira seletiva’. Tal como frisado em vários momentos, a devoção de atletas negros assenta em bases extremamente frágeis. Aliás, as declarações do jogador anteriormente citado, ao afirmar que a sua aceitação se ficou a dever às exibições realizadas, reforça a tese segundo a qual o racismo convive perfeitamente com a celebração de jogadores etnicamente distintos.

De qualquer forma, a diminuição das expressões públicas racistas não implica que esses ‘incidentes’ não continuem a ocorrer¹²⁵, ainda que nem sempre sejam noticiados. Seja como for, a quantificação do número de casos, embora possa fornecer algum tipo de indicação, não deve constituir um instrumento capaz de avaliar o modo como a sociedade se estrutura de acordo com linhas raciais. Porém, tal não implica que essas manifestações devam ser menosprezadas. Mais do que isso, e sob pena de se cair numa certa banalização, estas formas de ofensas raciais não podem ser relativizadas nem atenuadas.

É essa, todavia, a ideia que transparece da análise desenvolvida por Doidge (2013), a propósito do racismo dirigido ao jogador italiano Mario Balotelli. De acordo com a sua leitura, os abusos racistas perpetrados pelos adeptos adversários devem também ser enquadrados no contexto específico das rivalidades entre os clubes, mais especificamente no grau de politização assumido pelos seus adeptos. Neste sentido, por exemplo, o antagonismo político entre *A.S. Livorno*, cujos ultras reivindicam uma forte identidade comunista, e a *Lazio de Roma*, conotada com ideais fascistas, deve ser trazido para o debate.

¹²⁵ Um caso recente, que foi possível observar, *in loco*, envolveu Eliseu dos Santos, jogador do Sport Lisboa e Benfica, e largas centenas de adeptos do Vitória de Guimarães, durante um jogo que opôs a equipa local ao Benfica, disputado naquela cidade minhota em novembro de 2017. Após uma disputa de bola com um jogador vitoriano, os adeptos locais insurgiram-se contra Eliseu, lançando-lhe um conjunto de improperios. Seguidamente, o jogador benfiquista reagiu e protestou na direção dos apoiantes ‘da casa’. Esta reação foi ‘retribuída’ com uma série de insultos racistas e arremesso de objetos na sua direção, acompanhados por gestos que reproduziam as poses corporais dos babuínos.

Importa tecer duas breves considerações relativamente a esta questão. Primeiramente, e embora esse assunto – por si só – pudesse constituir um tema extremamente pertinente para um outro trabalho, a adesão à esquerda política não implica necessariamente a defesa de um discurso antirracista e anticolonialista. Em segundo lugar, a rivalidade entre determinadas equipas não deve ser trazida à discussão na análise da questão racial. Evidentemente, a intensidade ou a frequência dos cânticos racistas pode variar consoante o nível de antagonismo identitário entre os clubes. No entanto, isso não implica nenhum tipo de alteração substancial relativamente ao modo como os jogadores negros são representados nem o lugar que lhes é atribuído na hierarquia social.

Esta leitura não advém de qualquer visão pessimista da realidade, devendo, antes, ser enquadrada no universo ideológico mais geral das sociedades ocidentais. Recuperando a ideia anteriormente discutida, a auto-representação da modernidade ocidental assenta na ideia de tolerância, consubstanciada na sua pretensa excecionalidade cultural, moral e filosófica (Brown, 2004). Precisamente, estas narrativas de tolerância, edificadas no pós-guerra, têm sido enfaticamente reforçadas pelas democracias liberais após o 11 de Setembro, quer nos Estados Unidos quer na Europa, levando as sociedades ocidentais a reificarem a sua pretensa ‘natureza tolerante e democrática, e, por associação, não-racista ou até antirracista’ (Lentin, 2008: 488).

Na realidade, ainda que a natureza racial dos projetos políticos dominantes se mantenha praticamente inalterável desde a Segunda Guerra Mundial, o discurso retórico de que a Europa é o locus da civilização, do respeito pelo ‘outro’ e pelas suas diferenças, tem vindo a consolidar-se. Logo, é a partir deste quadro que se deve analisar a diminuição de formas de racismo consideradas mais ‘cruéis’. Assim, determinadas exteriorizações ou expressões públicas de ódio e de intolerância passaram a ser socialmente reprováveis e condenáveis. A dramatização desta narrativa tem contribuído para instigar, ainda que implicitamente, o ‘cidadão comum’ a ‘vigiar e a punir’, para utilizar a expressão celebrizada por Foucault, não obstante essa ‘punição’ se traduzir numa mera reprovação moral.

Neste quadro, também nos estádios têm vigorado algumas expressões de ‘anti-racismo moral’, conforme se evidenciou no segundo capítulo. Por força desse ativismo

purificador, as atenções têm-se centrado na denúncia e identificação do ‘adepto racista’, ainda que em Portugal se tenha observado que essa vigilância é, em diversas ocasiões, consideravelmente condescendente. De qualquer modo, as instituições que regulam e fiscalizam o futebol português têm vindo, pelo menos em alguns casos, a seguir as diretivas e normas da UEFA a respeito da punição não só dos adeptos, mas principalmente dos clubes que estes apoiam¹²⁶.

A combinação destes aspetos tem que ser levada em consideração, quando se analisa a questão da frequência dos chamados ‘comportamentos racistas’ dos adeptos. No entanto, o problema com este tipo de abordagens, que têm servido de base de análise do racismo no futebol, é que partem de pressupostos teóricos que sustentam a tese de que o racismo é sobretudo um produto resultante da consciência pessoal. Como se tem vindo a frisar, a ideia de ‘*racismo individual*’ é uma contradição em si mesma, já que o racismo é, por definição, a expressão ou a ativação de um poder coletivo’ (Essed, 1991: 37, itálico no original). Tendo por base esta premissa, deve reforçar-se a ideia de que a problematização das expressões raciais que emanam das bancadas não pode ser analisada isoladamente. Ou seja, deve ser um dos pontos de partida e não o de chegada (Carrington, 2011), servindo de estímulo para uma discussão mais alargada que problematize, criticamente, as formas de privilégio branco que se cristalizam dentro e fora dos estádios portugueses.

5.3 *A magia africana contra a racionalidade europeia*

Conforme se tem procurado mostrar ao longo deste trabalho, as representações e discursos dominantes sobre o ‘jogador negro’, no espaço europeu, são o resultado do profundo enraizamento da ideologia colonial. De uma forma sucinta, é seguro afirmar que o mito da superioridade física dos africanos, consubstanciado na figura do ‘atleta negro’ é uma tese que permanece praticamente inabalável. De facto, nem a

¹²⁶ Numa decisão, até então inédita, a Federação Portuguesa de Futebol condenou o Leixões Sport Clube a disputar um jogo à porta fechada devido a ‘comportamentos racistas’ dos seus adeptos, dirigidos a um atleta do Belenenses, durante uma partida que opôs os dois clubes, realizada em outubro de 2012. Obtido em maio 22, 2013, de <https://www.publico.pt/2013/04/05/desporto/noticia/leixoes-condenado-por-comportamento-racista-dos-adeptos-1590294>. Em setembro desse mesmo ano, o Nacional da Madeira-F.C Arouca também foi disputado sem a presença de adeptos, já que o clube madeirense havia sido punido por cânticos racistas dos seus apoiantes durante um jogo com o Olhanense Sport Clube, disputado em maio desse ano, ainda referente à época desportiva de 2011/2012. Obtido em setembro 23, 2013, de <http://relvado.aeiou.pt/1-liga/nacional-arouca-sera-mesmo-porta-fechada-482465>

desacreditação das teorias ‘científicas’ que advogavam, precisamente, a sua apetência natural para o trabalho físico e conseqüentemente para a prática de desportos, foi suficiente para alterar as ideias que sustentam esse imaginário.

Assim, e respondendo à necessidade de desenvolver mais leituras críticas acerca da forma como as narrativas dominantes sobre a *negritude* são lidas e decodificadas pelos media (Grainger et al, 2006: 497), pelos jogadores e pelos treinadores, este ponto elucida o modo como esses atores produzem, contestam ou reforçam esses discursos. Convém referir desde já que, à semelhança de outros aspetos, as narrativas hegemónicas acerca do ‘jogador africano’ raramente são percecionadas como sendo eurocêntricas ou racistas. Pelo contrário, são apresentadas, por um lado, enquanto o resultado lógico de determinações biológicas e, por outro, fruto das diferenças culturais.

De facto, essa questão não é recente e tem acompanhado a evolução da própria modalidade. Atente-se ao título de um artigo de opinião publicado pela revista oficial do Benfica, no início da década de 60: ‘Preto ou Branco, qual o melhor tipo de futebolista?’ A questão central seria, assim, analisar se ‘o negro’ teria ‘aptidões especiais para o futebol’:

O problema não é novo. De há muito que vem sendo debatido nas tertúlias de futebol de todo o mundo. O jogador negro é melhor do que o jogador branco? De um modo geral crê-se que os futebolistas negros revelam uma maior capacidade para o jogo. Alguns nomes célebres no “association” mundial, pertencentes à raça negra, têm contribuído para o desenvolvimento daquele conceito de que o negro é melhor futebolista do que o branco (Benfica Ilustrado, nº55, 1962, pág.2).

Seguidamente, o cronista, citando declarações do treinador húngaro Gyorgy Orth, no âmbito de uma entrevista que este havia concedido ao jornal *A Bola*, acaba por ir ao encontro da visão que defende que a aptidão para o jogo não estaria necessariamente relacionada com a raça dos futebolistas. O autor finaliza o texto com a ideia de que, de acordo com a Ciência, ‘a composição química do organismo do branco é igual à do negro’, ou seja, ‘os princípios biológicos específicos são idênticos’. No entanto, não deixa de sublinhar que pode haver outros fatores a ter em conta, nomeadamente a ‘capacidade funcional do sistema nervoso’ (*Benfica Ilustrado*, 1962: 2).

Como se observa, apesar da linguagem e dos termos utilizados no artigo se distanciarem dos discursos contemporâneos, alguns dos argumentos poderiam

perfeitamente fazer parte das crónicas atuais. Efetivamente, a interrogação lançada pelo autor, a propósito das hipotéticas ‘especiais aptidões’ dos negros para a prática do futebol, parece continuar a alimentar as narrativas desportivas contemporâneas. Paralelamente aos discursos acerca do jogador africano, as representações de África e dos seus habitantes também merecem ser exploradas, já que ambas confluem para uma determinada direção. De facto, quer os discursos hegemónicos sobre os atletas negros quer o imaginário predominante sobre África, permanecem reféns da ideologia colonial, contribuindo, dessa forma, para o reforço do paradigma racista e eurocêntrico.

Assim como foi referido no Capítulo III, a realização do Campeonato do Mundial de Futebol na África do Sul – em 2010 – serviu como ponto de partida para um conjunto de narrativas acerca da ‘cultura africana’. A propósito da cerimónia de abertura do torneio, que tem sempre um peso simbólico relevante neste tipo de competições, podia ler-se no *Jornal de Notícias*: ‘África mostrou-se ao Mundo como o Mundo a vê: com danças tribais, interjeições guturais de feiticeiros, alegria esfuziante. Até um escaravelho gigante aproveitou para dar uns toques na jabulani, a bola oficial da competição (12.06.2010, p.29).

Há, aqui, dois aspetos que merecem ser destacados. O primeiro tem a ver com a própria ideia de ‘África’, representada como um todo culturalmente homogéneo, como se não houvesse lugar, no continente africano, à diversidade. Embora esta visão ultrapasse largamente a esfera do futebol, não há dúvida que ela se torna particularmente visível neste contexto, pelo que não é de admirar que se produzam, noutros países europeus, discursos que veiculem essa suposta indiferenciação cultural dos africanos e do seu futebol (Sterkenburg e Knoppers, 2012; Hammet, 2011; Crolley e Hand, 2006).

O papel desempenhado pelas ciências sociais durante o período colonial, nomeadamente pela antropologia, contribuiu, decisivamente, para a reificação da tese da territorialização da cultura. Essa ideia que foi, aliás, emblemática na disciplina, cristalizou-se em muitas das esferas sociais contemporâneas. De facto, parece evidente que os processos de descolonização não implicaram nenhum tipo de mudança substancial no que se refere ao modo como o ocidente representa África e os seus habitantes. Além dessa pretensa indiferenciação cultural, este tipo de abordagem

tem reforçado a ideia de um anacronismo, ou seja, que os povos africanos permanecem petrificados, a viver um tempo que não é o seu (Fabian, 1983; Araújo e Maeso, 2010 e 2012).

No panorama do futebol, essa produção do não-europeu tem sido particularmente vincada. De facto, e por força das narrativas dominantes, reificou-se a ideia do ‘futebol africano’, apagando, assim, as inúmeras diferenças que caracterizam as ‘várias Áfricas’. Melhor dizendo, ‘os discursos que o jornalismo ocidental produz sobre África raramente particularizam os estilos de jogo do futebol em África, seja em lógicas nacionais, seja em outras lógicas’ (Neves, 2004: 109). Essa distinção surge, apenas, para diferenciar o norte do continente, nomeadamente Marrocos, Argélia, Tunísia e Egipto, da apelidada ‘África negra’. No entanto, os media têm tratado de modo indiferenciado as nações a sul do Sahara, procurando, ao invés, focar as características pretensamente partilhadas por todos esses jogadores negros (Crolley e Hand, 2006: 151). Curiosamente, esta questão já havia sido levantada por Coelho, na sua investigação sobre a relação entre nacionalismo, futebol e media:

(...) a diversidade de culturas e identidades no futebol reduz-se, em grande medida, a categorias produzidas a partir de traços físicos das populações: asiáticos, africanos, etc, e as formas de estereotipificação dos povos basedas em características psicológicas e em mitos históricos (2001: 144).

O segundo aspeto está relacionado com o fascínio pelo exótico, tema, aliás, omnipresente nas representações mediáticas ocidentais a propósito do continente africano. Por exemplo, numa crónica intitulada ‘O macaco comeu a fruta’ escrevia-se que ‘este tem tudo para ser o mundial mais exótico de que há memória’ (*Público*, 02.06.2010, p.28). Já o *Correio da Manhã*, num tom mais incisivo, aludia aos perigos e desafios que os ‘marinheiros¹²⁷’ (leia-se, a equipa nacional) iriam enfrentar na ‘selva’ africana (08.06.2010, p.7). Com efeito, o imaginário ocidental edificado à volta do

¹²⁷ É importante referir que o facto da competição se ter desenrolado na África do Sul proporcionou inúmeros momentos de exaltação e glorificação dos ‘descobrimientos’. Com efeito, este foi um tema insistentemente explorado pela generalidade dos media portugueses. O jornal *A Bola*, por exemplo, apelidou a seleção nacional de ‘Navegadores’, justificando esse epíteto como ‘um tributo que temos que fazer aos nossos antepassados e à epopeia dos Descobrimientos’, isto é, por terem engrandecido o país (06.06.2010, p.5). O tom das publicações de carácter generalista, igualmente marcado pela mobilização da narrativa colonial, encontrava-se em perfeita sintonia com o timbre dos textos publicados pela imprensa desportiva, como aliás se comprova nesta breve passagem a propósito de mais uma ‘expedição’ a África: ‘No século XV os portugueses foram os primeiros a atingir o sul da África (...) Hoje a viagem da seleção portuguesa de futebol será mais rápida, mais direta e igualmente interessante. Conquistar o Mundial (ou algo parecido) e voltar’ (*Público*, 06.06.2010).

continente africano, assente no seu exotismo¹²⁸ e perigosidade, mas também na sua sedução (Hammet, 2011: 70), não pode ser desligado da relação recorrente que se tem estabelecido entre hipotéticos traços culturais dos africanos e as especificidades inerentes ao território que habitam (Araújo e Maeso, 2012: 1273).

5.4 A 'generosidade africana'

Um dos aspetos que pautam os discursos mediáticos diz respeito ao estabelecimento de uma relação que se procura estabelecer, explícita ou implicitamente, entre as performances apresentadas no campo pelas equipas africanas com as suas supostas características culturais. Um ponto que tem sido recorrentemente abordado pela generalidade dos media europeus diz respeito não só ao entusiasmo 'generoso', 'típico' dos futebolistas negros, como à 'ingenuidade' individual e coletiva que demonstram em campo (Neves, 2004; Crolley e Hand, 2006; Almeida, 2012).

Numa crónica publicada pelo jornal *Le Monde*, em 1974, a propósito de um jogo disputado entre a seleção do Zaire e a República Federal Alemã, podia ler-se que a 'ingenuidade da equipa do Zaire fez com que fossem constantemente apanhados de surpresa pelos seus oponentes' (Crolley e Hand, 2006: 152). O que é particularmente significativo é que, passadas várias décadas desde então, o conteúdo dos textos dos jornais portugueses relativas à partida inaugural do Mundial 2010, que opôs a seleção da África do Sul ao México, é praticamente idêntico: 'África é mesmo assim: generosa, pura e ingénua' (*A Bola*, 12.06.2010, p.6).

A justificação do título da crónica tinha a ver, de acordo com o autor, com a incapacidade revelada pela equipa africana em 'não segurar' a vitória nos últimos minutos, altura em que sofreu o golo do empate. Ou seja, aquilo que inúmeras vezes resulta das normais incidências de uma partida de futebol, decorrente das especificidades do próprio jogo, é analisado a partir de noções de ingenuidade, generosidade e pureza. Apesar de concordar com a ideia de que, em muitas ocasiões, os media, ao utilizarem 'chavões' e 'estereótipos perigosos', reproduzam visões

¹²⁸ O fascínio pelo 'exotismo' de África e dos africanos, ou, mais genericamente, pela *negritude*, ultrapassa largamente o contexto do futebol. Essa representação emerge, assim, no campo oposto ao da 'normalidade' ocidental. Foi essa uma das conclusões do estudo desenvolvido por Bruce (2004), quando analisou o modo jocoso e sarcástico com que os comentadores televisivos norte-americanos se referem aos nomes dos atletas negros que atuam nas duas principais ligas de basquetebol daquele país.

eurocêntricas do mundo, um dos diretores de um reputado jornal *on line* desportivo chama a atenção para o seguinte:

Temos que ver que todo o discurso mediático à volta do futebol se fez, há mais de um século, e ainda se faz, com fórmulas. Ora, isto não tem aqui nenhuma verificação científica. É um discurso que é feito para apelar a um espectro vasto de público – portanto, tem de ser algumas ideias relativamente simples – e muitas vezes cai-se na imprecisão, para sermos poupados na crítica (...) mas também acho que o discurso mediático sobre futebol não é o de divulgador científico. Ou seja, muitas vezes é legítimo tentar usar o jogo de futebol para contar uma história ao público a que se dirige. Há um papel dos media e que continua a contribuir para um discurso superficial, disso não tenho dúvidas. Agora, acho que há quem faça por evitá-lo e por aprofundar um bocadinho mais os conceitos (entrevista 1).

Ainda que se denote o tom crítico com que aborda algumas destas questões, as afirmações acima transcritas acabam por não se distanciar suficientemente dos discursos dominantes. De facto, embora se reconheça que o jornalismo contribui para reificar determinadas visões sobre a realidade, a ideia de que a função dos media também é o de contador de histórias, acaba, de certa forma, por desculpabilizar alguns ‘excessos’ (aspas acrescentadas). Ora, essa ambiguidade que muitas vezes acompanha as narrativas hegemónicas ocidentais também percorre uma parte significativa das estruturas do futebol.

Quando questionado acerca da pretensa ingenuidade e generosidade africana, um dos membros da direção de um dos principais jornais desportivos nacionais sublinha:

Hoje já não faz muito sentido falar nesses termos, até porque esses jogadores, a quem nós atribuímos essa generosidade, essa ingenuidade, estão todos a jogar na Europa. Disseram isso da África do Sul como podia ser com a Bélgica. Acho que isso é um preconceito. Dizia-se isso há 30 anos e as coisas no futebol que se dizem hoje dizem-se porque se dizia há muito tempo. O que não faltam são equipas que perdem ou empatam jogos nos últimos minutos. Agora isso é racismo, será racismo? Há ali qualquer coisa, tem de haver. Não está a superfície, mas escavando vamos lá parar. Há ali um gene que nos atira para esse sentimento de superioridade (entrevista 12).

Estas afirmações exemplificam bem o modo como o racismo e o eurocentrismo se produz no quotidiano. Quando o entrevistado afirma que, hoje em dia, ‘já não faz muito sentido falar nesses termos’, está a assumir que essa narrativa é discriminatória, o que, aliás, confirma quando se refere ao tal ‘sentimento de superioridade’. No entanto, o que é interessante é que a justificação desse anacronismo se apoie num

discurso eurocêntrico, na medida em que essa suposta ingenuidade não teria razão de ser, justamente porque esses jogadores ‘estão todos a jogar na Europa’. Assim, embora se assuma a existência desse racismo, ainda que não necessariamente visível (‘escavando vamos lá parar’), reafirma-se, ainda que inconscientemente, a tese da Europa como o local, por excelência, da competência, do profissionalismo e do rigor.

Se, por um lado, essa nebulosidade e ambiguidade marca parte dos discursos, por outro, continua a assistir-se à reprodução de narrativas eurocêntricas e paternalistas mais ‘cruas’. Exemplo disso é o excerto retirado de uma crónica do jornal *A Bola* – a propósito do apoio conferido pelos sul-africanos à seleção do Gana – após a ‘sua’ seleção ter sido eliminada da competição:

Basta falar com qualquer sul-africano para se perceber o fervor com que apoiam o Gana, numa cumplicidade rácica e cultural impossível de clonar em qualquer outra parte do mundo, algo que faz parte da generosidade e também da ingenuidade dos africanos (A Bola, 02.06.2010, p.16).

O tom paternalista usado em diversos textos da imprensa, relembrando a visão do ‘bom selvagem’ proferida por Rousseau no século XVIII, a propósito dos indígenas da América, parece perdurar até aos dias de hoje (Almeida, 2012: 117). Esta presunção da generosidade e da pureza africana vem confirmar o papel decisivo desempenhado pelo colonialismo, não só na construção da ordem social e económica, como também moral e intelectual¹²⁹.

Esta pretensa superioridade moral da Europa e dos europeus é, de forma inequívoca, o resultado do pensamento eurocêntrico intelectual, filosófico e científico da modernidade, já que pressupõe a existência de um processo evolutivo, unidirecional, que não necessitaria mais do que a Europa para se cumprir (Dussel, 2000: 45). É esta forma de interpretar a realidade, e para a qual contribuiu largamente a ciência social, que é necessário ‘atacar’, investida essa ‘plenamente justificada’ (Wallerstein, 1997: 94).

¹²⁹ As palavras proferidas por Jorge Baptista, comentador da estação televisiva SIC e ex-delegado da UEFA, a propósito dos confrontos entre adeptos ingleses, russos e as forças policiais francesas durante o Euro 2016, são o reflexo da profunda interiorização da ideia da superioridade civilizacional europeia: ‘Parece-me que isto tem muito a ver com muita coisa que se passa na sociedade, com a perda de valores das várias sociedades, nomeadamente a europeia, que era aquela que estaria num patamar superior em relação às outras’ (Declarações proferidas na SIC Notícias, no programa ‘Jornal da Noite’, no dia 16.06.2016).

5.4.1 *O futebol, o negro e o selvagem*

No lançamento de um jogo que opôs o Benfica ao União da Madeira, em fevereiro de 2016, o treinador do Benfica, Rui Vitória, justificava assim o fato de ter preterido o jovem Renato Sanches¹³⁰ da equipa:

Eu sei o que o Renato tem de melhorar. Mas é um jogador que se for travado perde muito a sua expressão. E eu não queria ver um jogador condicionado neste jogo de hoje, e não [poder] mostrar todo o seu potencial por causa de um cartão¹³¹, e a equipa podia ressentir-se disso. O Renato é um jogador que tem um potencial enorme. É um selvagem e como selvagem eu quero que ele continue selvagem (maisfutebol.iol.pt).¹³²

Quando confrontado com as declarações do seu treinador, Renato Sanches afirmou o seguinte: ‘acho que isso se deve à minha irreverência. Se calhar ele disse isso no sentido de dar tudo. Sim, continuo o mesmo. Acho que ainda estou selvagem’¹³³.

Embora as palavras escolhidas para caracterizar o jovem futebolista não tenham despoletado nenhum tipo de discussão acerca do modo como os jogadores negros são representados, é justamente por esse prisma que estas devem ser analisadas. Independentemente da sua forma de jogar, mais ou menos madura, mais ou menos ‘selvagem’, o que é significativo é o facto deste tipo de vocabulário nunca ser escolhido para caracterizar um jovem futebolista branco.

Não se trata de averiguar a intencionalidade ou não de determinados posicionamentos ou declarações a título individual. Tal como se evidenciou num outro momento, a contribuição de Stuart Hall é clarificadora, no sentido em que determinadas afirmações acerca do mundo, sustentadas em premissas ideológicas, são tanto mais eficazes quanto maior a ausência de consciência acerca do papel que elas

¹³⁰ Renato Sanches, atualmente jogador do *Bayern de Munich*, é um jovem português de ascendência são-tomense e cabo-verdiana. Nascido em Lisboa, iniciou a sua carreira futebolística com apenas oito anos de idade no ‘Águias da Musgueira’, clube do concelho da Amadora. Um ano mais tarde, ingressou nos quadros do Benfica. Percorreu todos os escalões de formação do clube e estreou-se pela equipa principal com apenas 18 anos, altura em que conquistou um enorme protagonismo. As suas prestações na equipa sénior valeram-lhe um convite do *Bayern de Munich*, clube para o qual se transferiu no final da época desportiva de 2015/2016.

¹³¹ O desafio em causa antecedeu o *derby*, que se jogaria na semana seguinte, entre Benfica e Sporting. A não utilização de Renato Sanches prendia-se com a hipótese deste ser disciplinarmente admoestado (com cartão amarelo ou vermelho) e assim ficar excluído desse jogo.

¹³² Obtido em fevereiro 9, 2018, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/benfica/liga/renato-sanches-e-um-selvagem-e-eu-quero-que-ele-continue-selvagem>

¹³³ Obtido em fevereiro 27, 2018, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/futebol/2016-05-23-Renato-Sanches-Ainda-estou-selvagem>

desempenham (Hall, 1995: 19). Assim, a associação de atletas negros à esfera da animalidade faz parte de um padrão que percorre a generalidade das arenas sociais e que se torna particularmente visível no contexto desportivo:

Os atletas negros – femininos e masculinos – são invariavelmente descritos como sendo fortes, poderosos e rápidos, mas com momentos imprevisíveis e ‘selvagens’ quando supostamente apresentam falta de capacidades cognitivas – ao contrário dos seus colegas brancos – que mantêm a ‘compostura’ nos momentos críticos (Carrington, 2002: 17).

Como sublinhado pelo próprio Carrington em vários momentos (2002; 2010; 2011), as representações hegemónicas contemporâneas em torno da figura do atleta negro são o resultado da manutenção da ideologia colonial. De acordo com o autor, essas narrativas mostram a profunda ambivalência que sempre acompanhou os discursos sobre os corpos negros: por um lado a animalidade e a desumanização, por outro a pureza e o romantismo (Carrington, 2002: 9). Não obstante a sofisticação teórico-analítica que marca o seu pensamento, pode rebater-se que essas visões não parecem tão distantes uma da outra. Na verdade, a tese da pureza do ‘bom selvagem’ está alicerçada numa visão romântica e paternalista, forjada no seio de uma relação de poder profundamente desigual.

O tema do talento e da condição natural dos negros tem sido constantemente reproduzido no âmbito do futebol. Exemplo disso é o uso comum de expressões para descrever esses futebolistas, como por exemplo ‘pérolas negras’ ou ‘diamantes negros’, transmitindo precisamente a ideia de que estes jogadores são diamantes em ‘bruto’, isto é, ainda por ‘lapidar’. Curiosamente, foram exatamente esses os termos escolhidos pelo primeiro treinador de Renato Sanches, quando este, ainda criança, se destacou no ‘Águias da Musgueira’: ‘O Benfica tem uma pérola negra, mas a pérola negra fomos nós que a descobrimos. O Benfica lapidou-a.’¹³⁴

Na verdade, este tipo de vocabulário encontra-se perfeitamente normalizado e banalizado no quadro do futebol, tal como se pode verificar através de uma das manchetes eleitas pelo jornal *A Bola*, a propósito de Nelson Semedo e Gélson Martins, atletas pertencentes a Benfica e Sporting, respetivamente, é elucidativo: ‘Pérolas

¹³⁴ Obtido em março 5, 2018, de [http://rr.sapo.pt/noticia/49696/antonio quadros surpreendido mas feliz com renato sanches](http://rr.sapo.pt/noticia/49696/antonio%20quadros%20surpreendido%20mas%20feliz%20com%20renato%20sanches)

Negras: têm origem em Cabo Verde, cresceram na Linha de Sintra e brilham na Segunda Circular’ (23.09.2015, capa).

5.4.2 *Razão e Corporalidade*

Esse estado ‘selvagem’ insere-se num conjunto de discursos retóricos que, embora reivindiquem uma pretensa neutralidade, têm servido para manter as hierarquias raciais estabelecidas (Bonilla-Siva,2002: 63). É, pois, partindo desta ideia que se deve problematizar uma série de expressões, termos e analogias recorrentemente utilizados por jornalistas, treinadores e jogadores europeus quando estes descrevem os futebolistas e as equipas africanas. Na verdade, estas narrativas têm obedecido, invariavelmente, a uma lógica dicotómica que opõe a razão à emoção.

Essa dicotomia, tão profundamente enraizada no pensamento europeu, representa um prolongamento das narrativas coloniais, edificadas a partir das noções de civilização e primitividade. No ambiente desportivo, particularmente no futebolístico, esses discursos são reproduzidos de uma forma acrítica. Assim, ao passo que, por um lado, subsiste o ‘futebol pensado’ e coletivamente organizado por parte dos europeus, por outro, é a ‘espontaneidade’ e a ‘falta de disciplina tática’ patenteada pelos africanos que mais se destaca.

Referindo-se precisamente à tão veiculada ‘inocência tática’ atribuída às equipas africanas, Neves realça:

O conceito é deveras interessante na medida em que professa, mais uma vez, a tese da inaptidão do negro. Não está aqui em causa o facto da generalidade dos jogadores africanos cumprir ou não cumprir as funções táticas idealizadas no esquema de jogo pressuposto numa determinada equipa europeia (...) Está sim em causa o facto dessa diferença ser, por um lado, essencializada e, por outro, representada como inferioridade. Inferioridade da criança perante o adulto, no eixo da infantilidade; infantilidade do selvagem/bárbaro perante o civilizado, no eixo da corporalidade (2004: 111).

Os jogos de palavras escolhidos pela imprensa desportiva portuguesa vão justamente ao encontro da ideia de que cabe aos europeus a tarefa de pensar o jogo. A propósito de um dos encontros efetuados pela seleção sul-africana durante o Mundial de 2010, o *Jornal de Notícias* frisava: ‘entre os Bafana-Bafana destacava-se apenas o cérebro europeu do meio campo, o talismã Steven Piennar, joia do Everton, que levava a batuta (12.06.2010, p.35). Apesar do facto de Piennar ser negro, a escolha do termo

‘europeu’ não deixa de ser curiosa, uma vez que se estabelece a ideia de que os jogadores que atuam na Europa possuem uma maior capacidade cerebral para organizar e pautar o ritmo do jogo.

Curiosamente, a análise da relação entre raça e posições ocupadas dentro dos campos de futebol tem sido francamente escassa¹³⁵. De facto, e não obstante algumas exceções (Maguire, 1988; Back et al, 2001a; Long e Hylton, 2002), esta é uma questão que tem sido invisibilizada por parte dos investigadores da área. Num dos estudos pioneiros no contexto do futebol europeu que incidiu precisamente neste tema, mostrou-se claramente que a maioria dos jogadores negros ocupava posições atacantes que exigiam uma grande robustez física e velocidade. Já no que concerne às colocações centrais do meio-campo, que requerem a tal capacidade para delinear a estratégia do jogo, denotava-se uma quase ausência de atletas negros (Maguire, 1988: 264). Para além disso, o trabalho de Joe Maguire mostrou que, entre as noventa e duas equipas analisadas, nenhuma tinha um jogador negro como capitão de equipa (1988: 264).

De acordo com um dos entrevistados, jogador francês de origem congoleza e que representou recentemente a Académica de Coimbra, ‘há uma parte de verdade nessas leituras’, especialmente no que se refere à questão da chamada ‘cultura tática’. Defende, contudo, que essas disparidades se devem, pelo menos parcialmente, à falta de ‘condições materiais’. Apesar desse aspeto salienta também as diferenças em termos de métodos de trabalho:

É verdade que em África deixa-se muito mais espaço à criatividade dos jogadores. Deixamo-los exprimirem-se, driblar. Deixa-se espaço à criatividade dentro do campo. Trabalha-se mais os jogadores do que a tática. A tônica está mais centrada no jogador. Não tem nada a ver com inteligência, mas com formas de jogar, de abordar o espetáculo, de deixar espaço às qualidades individuais. Nós vemos o futebol de uma forma diferente, em África. Mais do que trabalhar em equipa, em bloco, nós amamos o espetáculo, a técnica individual, (entrevista 11).

¹³⁵ O mesmo não se poderá afirmar em relação a outros desportos, nomeadamente no basketball, baseball, futebol americano e rugby. Com efeito, desde sensivelmente a década de 70, têm sido publicados vários trabalhos, maioritariamente sobre o contexto norte-americano, que mostram como a generalidade dos atletas negros, ao invés do que acontece com os seus colegas de equipa brancos, tem sido relegada para posições periféricas (Murrell e Curtis, 1994; Andersson, 2007). Mais recentemente, uma pesquisa levada a cabo no rugby sul-africano mostra que muitas das lógicas raciais que presidiam ao *apartheid* parecem perdurar, já que os atletas negros são afastados das posições consideradas mais importantes para a decisão do jogo (Cros, 2013).

Esse também parece ser o entendimento do jornalista anteriormente citado, quando afirma o seguinte:

Acho que há diferenças de escola. Há países africanos que foram mais influenciados pela escola latina de jogo, pela escola húngara, de toque e posse, e há outros que são mais do futebol direto, do contacto físico. Quanto mais se se conhece, mais se poe em causa esse estereótipo, sendo verdade que há jogadores que são detetados cedo nos países de origem -com 15,16 anos- que vêm para cá e que, realmente, nessa idade, não têm o rigor tático de saber que têm de estar a três metros para a direita ou para a esquerda (entrevista 1).

Esta não tem sido, propriamente, a visão transmitida pela generalidade dos media. Na verdade, em vez de tratarem as diferenças de estilo de futebol como algo decorrente das várias possibilidades que o próprio jogo oferece, os seus discursos estabelecem frequentemente analogias entre a pretensa ‘essência africana’ e a europeia¹³⁶. Note-se, porém, que a construção da apelidada ‘alma negra’ não é senão uma construção da civilização ocidental (Fanon, 1975: 30 [1952]). Evidentemente, isso não impede que a colocação da questão nestes termos contribua para a reificação dessas visões dicotómicas entre *europiedade* e *africanidade*, ou seja, entre corpo e razão, entre emoção e racionalidade e, implicitamente, entre civilização e primitividade.

Nesta perspetiva, enquanto que os africanos são pretensamente movidos pelas emoções, pelo improvisado e pela ‘magia’ (Neves, 2004; Almeida, 2012), os europeus agem de acordo com uma lógica racional: ‘O Gana é uma equipa africana, felina¹³⁷, com jogadores elásticos e excelentes velocistas. Não são os mais ágeis dentro da área contrária, onde lhes falta precisão, mas têm compensado isso com o coração’ (*Público*, 30.06.2010, p.8). De acordo com Coelho, estas construções discursivas, nas quais a questão racial desempenha um papel crucial, evidenciam uma visão ‘europocêntrica,

¹³⁶ À semelhança do que acontece no futebol, as narrativas construídas sobre o jogador negro noutros desportos, seguem precisamente a mesma lógica. É o caso do basquetebol norte-americano, em que os discursos hegemónicos naturalizam a ideia de que os afro-americanos ‘encaixam’ perfeitamente na dinâmica do próprio jogo, uma vez que o basquetebol lhes proporciona a possibilidade de exibirem as suas ‘fintas’ e ‘improvisações’, que, de acordo com as construções dominantes, constituem uma característica intrínseca do ‘estilo cultural negro’ (Wiggins, 2014: 191).

¹³⁷ Os cognomes contemporâneos da esmagadora maioria das seleções africanas determinam uma estreita relação com a ideia de uma África exótica, selvagem e perigosa. A título exemplificativo, refira-se os casos dos ‘Leões Indomáveis’ (Camarões), ‘Palancas Negras’ (Angola), ‘Elefantes’ (Costa do Marfim) e ‘Panteras’ (Gabão). Contrariamente ao que sucede com as equipas nacionais africanas, as alusões que usualmente se estabelecem com algumas seleções europeias obedecem a uma lógica bem diferenciada. O caso mais paradigmático é o da famosa ‘Laranja Mecânica’ (Holanda), que surgiu no Campeonato Mundial de 1974 e no qual a equipa holandesa se sagrou vice-campeã.

em que as diferentes formas de hierarquização do valor reativo aos países em competição correspondem habitualmente à inferiorização do não-europeu ou não-ocidental' (2001: 143).

Reforçando essa ideia relativamente à enorme capacidade atlética, um antigo futebolista e treinador da Académica, que tem vindo a dirigir várias equipas africanas, sublinha:

O jogador africano tem muitas capacidades. Tem uma capacidade física notável, são jogadores com uma disponibilidade física para jogar, treinar e para aprender. Mas a cultura europeia é muito mais profissional. E depois isto passa tudo pela formação. Por exemplo, em Angola e na Argélia, as condições estruturais não são muito grandes (...) São condições materiais que faltam, porque condições técnicas e físicas têm. Em termos mentais e culturais também é preciso trabalhar um bocado nisso. Por exemplo, em termos de horários...algum choque. Os hábitos alimentares. O jogador ia para o treino sem pequeno almoço, mas consegui introduzi-lo numa equipa angolana que treinei (entrevista 10).

Embora estas leituras sejam predominantes, por vezes as análises empíricas colocam em causa esses pressupostos acerca das equipas africanas. É nessa direção que devem ser lidas as seguintes palavras, a propósito do encontro que opôs Portugal à Costa do Marfim, a contar para o campeonato Mundial de 2010: 'Afinal a Costa do Marfim não era uma equipa tão africana como se dizia. Aqueles jogadores (...) desobedecem a tudo aquilo que é suposto sabermos acerca do futebol africano: possante, mas descompensado, veloz, mas desarranjado, impetuoso, mas pouco pensado' (*Jornal de Notícias*, 16.06.2010, p.28).

As características da seleção costa marfinense, apesar de contradizerem o pretensão conhecimento acerca do futebol que se pratica em África e, mais do que isso, colocarem em causa os discursos dominantes sobre a 'africanidade', não foram suficientes para desconstruir ou fragilizar a narrativa maestra. Com efeito, o jogo que colocou o Gana frente à seleção alemã, a contar para os quartos de final do Mundial de 2010, foi propício à reprodução da dicotomia entre *europiedade* e *africanidade*: 'Frieza germânica em xeque pela magia africana'¹³⁸ (*Correio da Manhã*, 23.06.2010, p.11). Apesar da manutenção de um discurso essencialista, as associações que se

¹³⁸ Longe de ser algo excecional, o uso da expressão 'magia africana' é frequentemente utilizado e banalizado pelos media. Refira-se, a título exemplificativo, a manchete recentemente escolhida pelo jornal *on line* desportivo *zerozero*: 'Magia africana e liderança à moda do Porto'. Obtido em novembro 1, 2017, de <http://www.zerozero.pt/news.php?id=207892>

estabelecem entre a equipa alemã ou holandesa são diametralmente opostas às das equipas africanas, no sentido em que a ‘frieza’ e a ‘mecânica’, no enquadramento de uma partida de futebol, são encaradas como particularidades positivas, já que o pragmatismo traduz a ideia de um jogo taticamente bem executado e organizado.

Ainda a propósito da ‘Laranja Mecânica’, há um aspeto interessante que merece ser ressaltado e que tem, exatamente, a ver com o estilo de futebol praticado pela equipa holandesa. Contrariamente ao que se poderia supor, esse epíteto que lhe foi atribuído não decorre propriamente de uma qualquer forma ‘fria’ ou pragmática de jogar. Pelo contrário. Apesar de não se pretender, neste trabalho, tecer demasiadas considerações técnicas ou táticas, já que esse é um papel que ultrapassa os limites da ciência social (Neves, 2004: 106), é oportuno salientar que uma das principais características da ‘Laranja Mecânica’ de 1974 assentava nas capacidades técnicas e criativas dos seus jogadores.

Independentemente desse aspeto, o que é notável é que, ao contrário daquilo que sucede com a análise das performances das equipas africanas, jamais se regista uma tentativa em estabelecer uma analogia entre o estilo de jogo e a pertença étnico-racial, mesmo nos casos em que se pratica um futebol ‘despreocupado’. Isso significa, por exemplo, que a forma de jogar adotada pelas equipas ou seleções europeias nunca se coloque em termos ‘raciais’ (Almeida, 2012: 119). Nesta medida, ao mesmo tempo que os discursos hegemónicos acerca da *negritude* se acionam intensamente nestes espaços, não se produz qualquer tipo de reflexão crítica acerca do que significa o ‘corpo branco’.

À semelhança do que se verifica noutros campos da sociedade (Dyer, 1997), também no futebol a *branquitude* não é percecionada enquanto categoria ou identidade racial, como se ‘ser branco’ significasse ‘não ter raça’ (Sterkenburg e Knoppers, 2012: 130). Como sublinham Long e Hylton (2002: 89), a normatividade branca que percorre as sociedades ocidentais possibilita a cristalização de um discurso que naturaliza, tacitamente, essa identidade da qual não se fala, mas que assume a forma do ‘nós’. É a partir das interações complexas que se estabelecem na sociedade entre discurso, raça e relações de poder, que as práticas dos intervenientes no contexto desportivo devem ser questionadas e criticamente analisadas (Sterkenburg et al, 2010: 832).

5.5 *Raça e posições de poder: 'Não há racismo no futebol. Se és bom, provas que mereces o cargo'*

Em resposta a uma questão que lhe havia sido colocada durante uma conferência sobre futebol e racismo, Liliam Thuram afirmou o seguinte: 'porque é que eu, negro, vou tirar um curso de treinador se depois não há quem me contrate?'¹³⁹ As palavras do antigo jogador parecem fazer todo o sentido: o número de treinadores negros que dirige equipas europeias é profundamente desproporcional quando comparado com a quantidade de futebolistas. Embora existam casos em que tal não acontece, a maior parte dos treinadores teve uma carreira enquanto futebolista. Nessa medida, e tendo em consideração o número significativo de atletas negros, poder-se-ia supor que o seu percurso profissional pudesse ser semelhante ao dos seus colegas brancos. No entanto, o cenário é diametralmente oposto.

Dados relativamente recentes confirmam essa enorme desproporção. Em Inglaterra, por exemplo, das noventa e duas equipas que competiam nas ligas profissionais e que empregavam perto de três mil futebolistas, cerca de 25% provinha de um *background* negro ou de outra minoria. No entanto, no final da época desportiva de 2010/2011, após o despedimento do antigo jogador Paul Ince de uma equipa dos escalões secundários, só restou um treinador negro entre todas as divisões do campeonato (Cashmore e Cleland, 2011: 1595).

O caso português não foge muito a este cenário, ainda que, por força da ausência de dados oficiais no que concerne à 'pertença racial' dos cidadãos portugueses, determinados casos possam suscitar algumas dúvidas. Seja como for, é perfeitamente possível traçar um padrão nas duas divisões profissionais de futebol. Em setembro de 2017, num universo de trinta e oito equipas, apenas duas (ambas da *Segunda Liga*), eram dirigidas por treinadores negros. Curiosamente, este é um tema que não tem merecido especial atenção por parte dos investigadores europeus que abordam o racismo no futebol. Precisamente, o facto de ser um assunto muito pouco debatido na esfera pública, está certamente na origem de algumas reações de surpresa e de perplexidade evidenciadas por alguns dos jornalistas entrevistados:

¹³⁹ Estas posições foram defendidas no âmbito da conferência 'Racism in Soccer: a discussion with Liliam Thuram', que decorreu na *Maison Française of NYC*, em novembro de 2013. Obtido em dezembro 20, 2013, de <https://youtu.be/CSgsx34J iA>

Sem querer qualificar este tipo de comportamentos, nós chegamos à conclusão que isso acontece. Agora, porque é que isso acontece? Eventualmente um pouco...porque, se calhar, não se evoluiu tanto assim para se perceber que também há espaço para os outros [negros] e este ‘tentar apalpar’ está a ser lento. Uns não acreditam nas capacidades, outros sentem resistência, eventualmente já nem apostam. Agora, para resumir: isto é um facto, mas será que tem a ver com o conhecimento ou tem a ver com outra questão? (entrevista 5).

Quando questionado se essa ausência de treinadores negros traduziria alguma forma de racismo institucional, outro dos entrevistados hesita:

É uma questão difícil. É daquelas coisas que nós não nos apercebemos e de repente dizem-nos isso...e nós ficamos...e é verdade. Não há uma correspondência direta entre a quantidade de grandes jogadores e treinadores. E aí se calhar há um fundo que nós não vemos, quem está de fora não vê, não percebe. Mas, se calhar, também não se percebe como é que as seleções africanas são quase todas treinadas por brancos. Qual é a razão para que os próprios países africanos não confiem nos seus filhos? São resquícios do colonialismo, com certeza que sim (entrevista 12).

Tal como abordado em pontos anteriores, é exatamente o facto da *branquitude* constituir uma categoria invisível, isto é, não ser objeto de nenhum tipo de problematização, que torna possível que o privilégio não só não se questione, como seja dado como adquirido (Essed, 1991; Dyer, 1997; McIntosh, 1998). É, pois, a partir deste quadro que se deve analisar o facto das posições de poder estarem obstruídas às denominadas ‘minorias’. Esse racismo estrutural, ‘que admite não-brancos um pouco como os clubes de golfe admitem a entrada de mulheres’ (Long e Hylton, 2002: 89) implica que, ainda que não se lhes negue o seu acesso enquanto atletas, é-lhes vedada a entrada nas esferas de poder e decisão.

A questão levantada pelo entrevistado relativamente ao parco número de treinadores negros nas próprias seleções africanas, deve ser discutida. Embora essa interrogação possa ser interpretada como uma estratégia de defesa que se poderia traduzir, coloquialmente, na ideia de ‘se eles não são escolhidos para as suas seleções, porque haveríamos nós de os eleger para treinar as nossas equipas’, a questão não deixa de ser pertinente. Aliás, esse tema também mereceu especial atenção por parte de um dos jogadores entrevistados. A forma descomplexada com que aborda o assunto não deverá ser dissociada da sua experiência profissional desenvolvida em

vários países, bem como da sua dupla-nacionalidade (francesa e congoleza), o que lhe proporciona um olhar particularmente abrangente:

É uma questão complexa. Creio que podem pensar que no exterior é melhor, que os africanos não se podem equiparar aos europeus. É uma questão de falta de confiança e um problema de complexidade que perdura. Podem pensar que é melhor escolher europeus, porque já estamos habituados a ser dirigidos por europeus e, portanto, pode ser mais fácil, que é melhor não correr grandes riscos. Há muita gente que pensa dessa maneira. 'Porque é que havemos de trabalhar com um africano se os europeus têm um melhor conhecimento?', etc. Tenho a impressão que é uma questão de complexo, há muitas pessoas que têm um complexo de inferioridade em relação aos europeus e que têm receio de dizer 'eu sou africano e aceito-me como africano' (entrevista 11).

A interiorização de uma certa inferioridade face aos povos e países ex-colonizadores é um aspeto bastante relevante e que parece ter-se perpetuado junto dos imaginários nacionais africanos. Aliás, a dominação ideológica é um aspeto central do colonialismo (Essed, 1991: 91). Por outras palavras, a descolonização formal e a independência dos países colonizados não implicaram que o imaginário racista não se continue a reproduzir, tanto por brancos como por negros (Grosfoguel, 2009: 281). Tal como Fanon (1975: 44 [1952]) elucidou de uma forma tão perspicaz, o processo emaranhado que se 'germinou no seio da situação colonial' fez com que o Homem Negro interiorizasse um complexo de inferioridade intelectual e civilizacional face ao seu colonizador.

No contexto 'lusófono', é essa a leitura desenvolvida por alguns ativistas angolanos quando afirmam que permanece, no 'inconsciente coletivo' dos povos colonizados, um sentimento de subjugado que advém do longo período de dominação colonial (Gorjão Henriques, 2016: 26). Visão semelhante é igualmente partilhada por vários moçambicanos. Reportando-se ao campo literário, a escritora Eliana Nzualo refere que ainda 'é mais fácil digerir uma história africana escrita por um branco, como Pepetela ou Mia Couto, do que uma história negra escrita por um negro (*apud* Gorjão Henriques, 2016: 193).

De facto, para além da despossessão da identidade dos povos colonizados, as relações de poder e de subjugação foram responsáveis pela 'pilhagem' do seu lugar na história cultural da humanidade (Quijano, 2000: 552). Embora pouco discutidas pelas correntes académicas hegemónicas, a manutenção das relações de colonialidade têm

implicado a destruição das epistemologias não ocidentais, bem como o seu mundo ontológico próprio e a sua submissão ao universo ontológico branco (Grosfoguel, 2009: 273). Este ‘epistemicídio’, que consistiu na supressão de práticas sociais e formas de conhecimento não ocidentais (Santos e Meneses, 2009: 10), acentuou, dramaticamente, a subalternização do ‘outro’ e colonizou as suas perspetivas cognitivas, os seus modos de produção de significados, ou seja, as suas formas de relacionamento com o mundo (Quijano, 2000: 541).

Na véspera da edição do ‘Campeonato Africano das Nações’ de 2015, o diminuto número de treinadores africanos que orientava as equipas daquele continente fez manchete no semanário angolano *Novo Jornal*: ‘Complexo colonial invade relvados’ (23.01.2015, capa). Nas páginas interiores, o artigo procurava problematizar não só o facto da maioria das equipas presentes na competição serem treinadas por europeus, como também a circunstância de muitos desses treinadores serem oriundos de países que haviam sido os seus colonizadores. Apesar de alguns dos atores entrevistados pelo *Novo Jornal* defenderem a ideia de que essa ausência teria pouco a ver com questões raciais, o que é um facto é que a realidade parece indicar a perpetuação dos laços coloniais.

A ausência de treinadores negros na Europa também mereceu um especial destaque nessa edição do jornal angolano. Daúto Faquirá, treinador moçambicano radicado em Portugal, após ter recolhido dados relativos às oito ligas mais bem pontuadas no *ranking* da UEFA e na *Federação Internacional de História e Estatística do Futebol*, constatou que, em 2015, das 154 equipas que compunham a divisão principal desses campeonatos, somente duas tinham treinadores negros. De acordo com a sua visão, essas evidências empíricas demonstram que ‘a democracia racial no futebol é um mito’ (*Novo Jornal*, 23.01.2015, p.22).

A não contratação de ‘minorias’ para os cargos de decisão, situação que também se alarga a outras posições de poder no contexto do futebol, é um tema que tem merecido algum destaque em Inglaterra. O reconhecido treinador português José Mourinho, quando confrontado com a possibilidade de o futebol inglês adotar ‘ações afirmativas’ semelhantes às implementadas na *Liga Nacional de Futebol*¹⁴⁰ norte-

¹⁴⁰ A denominada *Ronney Rule* entrou em vigor no ano de 2000 e, genericamente, consiste em obrigar os clubes norte-americanos a entrevistar, pelo menos um candidato pertencente a uma ‘minorias’,

americana, afirmou: ‘Não há racismo no futebol. Se és bom, provas que mereces o cargo. O futebol não é estúpido ao ponto de fechar as portas a pessoas de topo. Se és top, és top.’¹⁴¹

Não é de admirar que a discussão deste tema no futebol português tem sido quase nula. Embora não adjective esta questão de racismo institucional, um dos jornalistas entrevistados não se escusa a comentar os motivos que estão na origem da hegemonia destas leituras meritocráticas:

Acho que, por exemplo, a posição do Mourinho é uma posição de conforto, que se calhar se estende a muita gente e à sociedade geral. ‘Eu não tenho comportamentos racistas. Ou seja, na minha equipa joga quem jogar, contrato quem tenho que contratar, portanto não vejo racismo’. Isto é não aprofundar a questão, ou seja, se há ou não há acessos a ex-jogadores negros para depois serem dirigentes ou treinadores, não é um problema dele. Na área dele, o que ele pode dizer é que ‘eu não sou racista e que eu saiba os meus colegas também não são’. Pronto, e ficamos com a nossa fatia do mundo, com a consciência mais ou menos tranquila (entrevista 1).

Apesar das práticas racistas quotidianas se manifestarem nas diversas dimensões da vida social, a narrativa dominante defende que o desporto representa uma história de progresso. Conforme sublinha Douglas Hartman, a tese segundo a qual o desporto é uma força racial progressista é mais do que uma ideia. Na verdade, essa convicção ‘ganhou vida’ e transformou-se numa ideologia (2000: 233).

O facto de a posição assumida pelo treinador português ser dominante não pode, evidentemente, ser desligada das questões de poder e privilégio. Aliás, é essa a ideia lançada pelo entrevistado acima citado, ao sublinhar que esse posicionamento é feito a partir de uma ‘posição de conforto’. Seguindo a abordagem de Van Dijk (1993), torna-se mais claro perceber o modo como as elites têm vindo a reproduzir um discurso que sustenta todo um sistema ideológico que perpetua o racismo. Na verdade, e embora as instituições e as elites europeias aparentem a defesa de políticas e narrativas pretensamente não discriminatórias, o seu *modus operandi* diário desmente essa retórica. Além disso, a análise dos discursos dominantes mostra como

sempre que haja uma vaga para o cargo de treinador. Refira-se que esta regra só se aplica à *National Football League*. Aquando da introdução da *Ronney Rule*, apesar de mais de 60% dos jogadores serem afro-americanos, somente 6% dos clubes eram treinados por negros ou latinos. Obtido em setembro 30, 2017, de <https://therooneyrule.wordpress.com/>

¹⁴¹ Obtido em outubro 3, 2014, de: <https://www.theguardian.com/football/2014/oct/03/jose-mourinho-no-racism-football-rooney-rule-kick-it-out>

estes procuram validar a meritocracia e, por consequência, deslegitimar as abordagens antirracistas.

Embora invocando argumentos diferentes, um antigo atleta da Académica e atual treinador, defende que este déficit de treinadores negros, em Portugal e na Europa, não está relacionado com questões raciais:

*Já viu nadadores negros? Isto não faz parte da cultura desportiva. Penso que isso não tem nada a ver com o racismo. O treinador africano, se calhar, não teve a possibilidade económica de fazer estágios. Em Angola já se vê uma melhoria. Já tem acesso à net, já vai fazer estágios, já tem essa possibilidade, mas ainda existe um estado latente de algum amadorismo. Fundamentalmente algum amadorismo. **É mais uma questão cultural.** Penso que isto tem tudo a ver com uma questão de formação e a possibilidade que nós tivemos de nos desenvolver, de uma forma muito mais rápida do que o treinador africano (entrevista 10, ênfase acrescentado)*

A leitura apresentada vem corroborar a tese previamente discutida sobre a inaptidão do negro em desempenhar determinadas funções (Neves, 2004; Almeida, 2012). Com efeito, o facto de os discursos hegemónicos continuarem a reduzi-lo às suas capacidades atléticas, negando-lhe assim disposições intelectuais (Carrington, 2010), revela que a natureza das narrativas edificadas no princípio do século XX continua a dominar o imaginário ocidental. Há, porém, uma diferença: já não se trata somente de justificar essa ausência a partir de argumentos puramente genéticos, mas também culturais.

Na verdade, a ideia de que o problema de fundo tem a ver com uma ‘questão cultural’ vai ao encontro das abordagens que predominam noutras esferas sociais que buscam justificar a desigualdade racial com argumentos ‘culturais’. Nesta medida, importa frisar que a tese da ‘resistência ao profissionalismo’ resulta de uma visão eurocêntrica do mundo. Aliás, esse é um discurso que se assemelha às narrativas que têm vindo a ser reproduzidas a propósito do ‘jogador africano’, concretamente no que se refere à sua ‘falta de cultura tática’ ou incapacidade em ‘organizar o jogo’.

O tema da privação material levantada pelo entrevistado deve ser analisado com algumas reservas. Evidentemente, as assimetrias Norte/Sul refletem-se nas condições materiais de que o futebol africano disfruta, constituindo um entrave à ‘produção’ de treinadores africanos qualificados. No entanto, essa leitura da realidade parece apenas parcial, já que, como se frisou, grande parte dos jogadores negros ou tem nacionalidade europeia ou é ‘formada’ nos clubes Europeus.

O argumento da impreparação dos africanos foi também equacionado por outro entrevistado, dirigente do *Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol*, quando referiu que ‘não há mais treinadores porque não se prepararam’. Contudo, no desenvolvimento do seu raciocínio acaba por seguir outro tipo de leitura:

É o status quo..., mas há poucos treinadores negros por duas razões: porque foram afastados cedo da escola e porque não lhes foi dada essa oportunidade pelos dirigentes, que receiam o poder. Não são só os de cor que não estão. Há poucos jogadores nas estruturas de poder. Há também um problema cultural – não vou ser hipócrita – que subsiste em relação às pessoas de cor, às minorias, às mulheres (entrevista 7).

São vários os fatores que, de acordo com o entrevistado, estão na origem desta sub-representação nos lugares de poder, particularmente no cargo de treinador. Porém, alguns desses aspetos parecem contraditórios. Inicialmente, refere-se que essa ausência se deve a questões de ‘impreparação’. No entanto, em seguida, menciona-se o facto de que o acesso à escolaridade e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, assentam em bases desiguais. Paralelamente a esta análise, reconhece-se o peso do *status quo*, reforçando a ideia de que os grupos que se encontram em lugares de poder procuram preservar as suas posições.

Embora a abordagem defendida se caracterize por uma certa ambigüidade, é perfeitamente possível compreender que o acesso ou afastamento dos lugares de decisão não pode ser dissociado da questão racial. É, aliás, nessa mesma linha que um dos jornalistas entrevistados refere:

Pode-se sempre argumentar que não é um racismo direto. Ninguém diz a um candidato ‘tu não vais por causa da cor da tua pele’. Agora, é mais difícil e acredito que numa fase inicial de carreira seja mais difícil, pelas portas que não se abrem, pelas ofertas que não se fazem (entrevista 1).

No cenário desportivo, os mecanismos responsáveis que perpetuam os mesmos grupos nos lugares de poder configuram uma forma de racismo institucional. Utilizando as palavras de um adepto entrevistado por Cashmore e Cleland (2011: 1605), o futebol ‘é um clube de velhos amigos’, ou seja, é constituído por homens, brancos e tendencialmente pertencentes à classe média. A este propósito, refira-se que essa é a percepção de mais de metade dos participantes neste estudo – que incidiu

sobre a sub-representação de ‘minorias’ no cargo de treinador – quando defendem que o racismo opera ao nível das instituições que regem o futebol.

Em diversas intervenções públicas, Liliam Thuram tem enfatizado que a problematização do racismo no futebol – bem como em outras esferas sociais – deve focar-se não somente nas suas ‘vítimas’, mas também naqueles que ‘lucram com isso’¹⁴². De facto, são os grupos que continuam a usufruir de poder e de privilégio que mais têm vindo a reforçar os discursos meritocráticos¹⁴³. O peso desta retórica e das práticas pretensamente igualitárias que as acompanham tem feito notar-se, especialmente na Europa. Estes discursos não podem ser isolados das narrativas políticas mais abrangentes em torno de questões como a identidade nacional, cidadania, integração, assimilação e os seus impactos junto das populações minoritárias que compõem as diferentes nações europeias (Bradbury, 2013: 296).

Desafiar o racismo que se encontra institucionalizado no futebol é uma tarefa difícil. Partindo dos depoimentos dos entrevistados, foi possível verificar que o primeiro obstáculo se encontra relacionado com o seu próprio reconhecimento. Com efeito, a tese que defende que a sub-representação nos lugares de poder no futebol português não deve ser explicada a partir de questões raciais permanece hegemónica.

Para que tal aconteça, é necessário ter em consideração dois aspetos fundamentais, sendo que o primeiro tem a ver com a força das ideologias que predominam no ocidente. Assim, ainda que tenham sido levantados outros possíveis fatores que possam ajudar a explicar as razões que estão na origem do afastamento das ‘minorias’ dos cargos de decisão, as leituras meritocráticas relegam-nas para lugares secundários. O segundo aspeto, intrinsecamente relacionado com o primeiro, diz respeito à invisibilização destas questões no espaço público. Como se tem vindo a mostrar, o debate no contexto português sobre futebol e racismo é profundamente marginal, quer no seio da academia quer junto da chamada ‘sociedade civil’. Contudo, mais

¹⁴² ‘Racism in Soccer: a discussion with Liliam Thuram’, que decorreu, em novembro de 2013, na *Maison Française of NYC*. Obtido em dezembro, 20, 2014, de https://www.youtube.com/watch?v=CSgsx34J_iA&t=2s

¹⁴³ Sepp Blatter, dirigente máximo da FIFA entre 1998 e 2015, defendeu publicamente a ideia de que o racismo no futebol era praticamente inexistente. Acrescentou, ainda, que os insultos racistas entre jogadores poderiam ser resolvidos com um ‘aperto de mãos’. Obtido em dezembro 14, 2012, de <http://www.bbc.com/sport/football/15757165>

determinante do que a pouca atenção dedicada a este tema, é o facto do racismo institucional não ser sequer concebido como um problema que marca as estruturas do futebol nacional. Deste modo, os grupos que ocupam as posições de poder acabam por beneficiar largamente das correntes dominantes nas sociedades ocidentais e, conseqüentemente, da marginalização do debate em torno das questões raciais.

De acordo com a linha teórica seguida ao longo da investigação, a questão do não-reconhecimento do lugar que o racismo ocupa nas sociedades europeias é parte de um longo processo que se inaugurou com o imperialismo e com o colonialismo europeu. Mesmo durante esses longos períodos de subjugação das populações não-europeias, as narrativas hegemónicas negavam o carácter racista dos referidos sistemas de dominação. Desta forma, após os processos de descolonização e de independência das nações colonizadas, assistiu-se a um reforço desse discurso retórico e a uma reificação dos 'valores europeus', baseados na pretensa 'tolerância' e respeito pelo 'outro'.

O contexto português é elucidativo. Assim, é necessário compreender a extraordinária influência que a tese lusotropicalista, produzida nas últimas décadas do domínio colonial, exerce no Portugal contemporâneo. De facto, a ideia do carácter não-racista da sociedade portuguesa resulta em larga medida da persistência desse quadro ideológico. Neste sentido, a discussão levada a cabo no presente capítulo, bem como no anterior, abre caminho à exploração das narrativas que têm acompanhado o trajeto dos clubes portugueses, mostrando em que medida esses discursos são cruciais para se entender o modo como a nação é percecionada. É, justamente, esse o debate que se desenvolve em seguida.

Capítulo 6 | FUTEBOL E NARRATIVAS NACIONAIS: BENFICA, ACADÉMICA E O IMAGINÁRIO DA NAÇÃO

O papel desempenhado pelo futebol português na produção, disseminação e consolidação da identidade nacional não pode ser dissociado da longa duração dos processos imperiais e coloniais. Efetivamente, recuperando o argumento defendido nos capítulos anteriores, verifica-se que o futebol se encontra no centro do debate entre, por um lado, a tese da homogeneidade e, por outro, a da multiracialidade da identidade nacional.

É precisamente a partir desta tese que o último capítulo da dissertação discute o modo como as narrativas que acompanharam o percurso do Benfica e da Académica de Coimbra contribuíram para delimitar e consolidar o imaginário nacional. Para tal, privilegia-se uma análise que evidencie o modo como os entrevistados problematizam a relação que os ‘seus’ clubes estabeleceram com a ideologia colonial. Contudo e não obstante essa preponderância concedida ao período colonial, a discussão centra-se igualmente na contemporaneidade, mostrando o modo como as narrativas edificadas durante essa época são determinantes para se compreender a direção dos discursos atuais.

O capítulo divide-se em seis secções. Depois de se justificar a escolha dos clubes, bem como os critérios que estiveram na base da seleção dos entrevistados, a segunda secção explora o modo como as narrativas construídas em torno do Benfica permitem compreender a estreita relação entre o futebol e a produção da identidade nacional. Justamente, o caso do Benfica tem sido historicamente associado às concepções hegemónicas sobre a nação e, conseqüentemente, aos ‘discursos da lusofonia’, pelo que permite uma leitura mais clara acerca do modo como as fronteiras da *portugalidade* se têm vindo a desenhar ao longo da História.

Partindo do vínculo da Académica não só com a Universidade, mas também com a cidade de Coimbra, a terceira secção explora em que medida as narrativas criadas em seu redor – hegemónicas e contra-hegemónicas – contribuíram ativamente para a

produção da identidade nacional. O percurso histórico, político e sociocultural da Académica de Coimbra faz dela um caso ímpar no contexto do futebol português. Na verdade, intimamente ligada à história da Associação Académica e, naturalmente, à própria Universidade de Coimbra, o papel desenvolvido pelo clube ao longo de grande parte do século XX faz de si um importante ator na construção da nação.

Com efeito e contrariamente ao que sucedeu com o Benfica, bem como com a generalidade dos clubes portugueses, a Académica foi gerada no meio estudantil e intelectual da cidade de Coimbra, o que, por si só, constitui um caso *sui generis*. Como se verá, essa especificidade catapultou o clube para o próprio espaço – metaforicamente falando – do império português, reforçando assim a tese de que a arena desportiva é muito mais do que um simples reflexo da sociedade.

A persistência da popularidade dos clubes portugueses nas antigas colónias encontra-se, em parte, ligada à criação de espaços físicos nos quais foi possível, durante a época colonial, gerar sentimentos de identificação com os clubes. Contudo, essa identificação conservou-se para além do período colonial, pelo que se analisa o papel desenvolvido pelas denominadas ‘Casas’ ou ‘Filiais’ na manutenção desses sentimentos de pertença. Embora, atualmente, as ligações que unem as ‘Casas’ aos clubes portugueses seja – na esmagadora maioria dos casos – puramente simbólica, importa compreender em que medida a manutenção desses laços, bem como as narrativas que os suportam, podem ser concebidos como uma espécie de ‘prolongamento da nação’.

Partindo da crescente visibilidade ocupada pelos ultras no panorama do futebol português, a quarta e quinta secção exploram o papel destes grupos na produção da ideia de nação. As performances exibidas dentro e fora dos estádios europeus fizeram dos ultras veículos privilegiados de afirmação das identidades locais, regionais e nacionais. Pese embora a diversidade dos seus posicionamentos políticos, o facto de alguns destes grupos reproduzirem ideologias neofascistas tem centrado as atenções de uma significativa parte dos investigadores. Como resultado, os estudos que se propõem estudar a relação entre futebol e racismo têm reificado a tese de que essa análise passa, fundamentalmente, pelo estudo destes adeptos. É, porventura, devido a essa tendência que o seu papel na produção e contestação das ideias sobre a nação

tem sido ignorado pela literatura especializada, pelo que esse défice teórico também serviu de estímulo à exploração dessa inter-relação.

No contexto português, alguns destes grupos apresentam uma assinalável multirraciedade o que, desde logo, contraria o padrão do 'adepto comum'. Com base nesta premissa, explora-se até que ponto a composição multirracial dos 'No Name Boys' pode gerar formas alternativas de se conceber a nação ou se, pelo contrário, esse aspeto não é, por si só, capaz de desafiar as narrativas dominantes. Neste sentido, é igualmente crucial analisar até que ponto as representações acerca dos indivíduos percebidos como racialmente distintos se afastam ou se aproximam das conceções hegemónicas que se observam entre os diversos atores que atuam no espaço do futebol.

Por outro lado, a exploração dos discursos junto de grupos que apresentam uma maior homogeneidade racial, tal como a 'Mancha Negra', permite clarificar o seu posicionamento face ao modo como a *portugalidade* é concebida. Para tal, presta-se particular atenção à forma como a questão racial é problematizada dentro e fora dos próprios grupos, avaliando o modo como esta dimensão se afigura relevante não só para a construção das suas identidades coletivas, como também para os clubes que apoiam. Por último e partindo da ideia da seleção enquanto 'embaixadora' da nação, na sexta secção analisa-se a sua relação com os ultras, procurando avaliar até que ponto o grau de identificação com a equipa nacional permite o estabelecimento de um diálogo com as narrativas dominantes na sociedade portuguesa.

6.1 Seleção dos clubes e reflexões metodológicas a partir das dinâmicas entrevistador/entrevistado

Conforme explicitado na introdução, parte da componente empírica desta dissertação discute o modo como as narrativas que acompanharam a construção identitária do Sport Lisboa e Benfica e da Associação Académica de Coimbra fornecem pistas importantes para o estudo da identidade nacional portuguesa. No caso do Benfica, a análise crítica desses discursos, que ganharam uma projeção assinalável graças aos feitos desportivos alcançados, permite perceber em que medida este clube tem sido um importante ator na produção e reprodução de ideias sobre a nação.

A escolha destes dois clubes como objeto de estudo deve-se a um conjunto de fatores. No caso do Benfica, trata-se da equipa nacional com mais títulos desportivos e aquela que agrega um maior número de seguidores, em Portugal e nas ex-colónias. No entanto, o facto do Benfica ser um lugar privilegiado de produção de discursos sobre identidade nacional não tem somente a ver com a sua base de apoio, mas também com a sua política de contratações. Ainda que não definido estatutariamente, o clube distinguia-se dos demais pelo facto de contratar, apenas, futebolistas ‘nacionais’, ou seja, ‘metropolitanos’ e ‘ultramarinos’. Esta política manteve-se até junho de 1978, altura em que os sócios, reunidos em Assembleia Geral extraordinária convocada pela direção benfiquista, decidiram romper com a ‘tradição’. Conforme se escrevia na publicação oficial do clube, a vinda de ‘craques estrangeiros’ não iria desvirtuar o Benfica, que continuaria a ser ‘imutável como pedra basilar no desporto deste país’ (*O Benfica*, 04.07.1978, capa).

O que mais preocupa a investigação é, justamente, o facto de, a partir do clube, se gerar e naturalizar ideias sobre a nação, quer através dos seus dirigentes e atletas ou quer pela voz de jornalistas e políticos. Com efeito, fruto da já referida intensificação da contratação de futebolistas oriundos das denominadas ‘províncias ultramarinas’ – sobretudo a partir da década de 60 do século passado – bem como das conquistas nacionais e internacionais alcançadas, foi-se assistindo a um progressivo reforço da ideia do Benfica como reduto da *portugalidade*.

Por sua vez, a Académica também desempenhou um papel relevante na representação das ideias sobre a nação, sendo certo que a sua ligação às ex-colónias é um facto que merece ser destacado. Efetivamente, apesar de não ter a expressão e a base social de apoio do Benfica, a Académica é um clube que agrega numerosos seguidores, especialmente em Portugal, mas também nos países africanos de expressão portuguesa e que reivindica, pelo próprio percurso histórico e social, uma singularidade no contexto do futebol português. Assim, a exploração das narrativas que participaram no seu percurso histórico e identitário contribui de igual modo para o estudo da própria identidade nacional.

A operacionalização das perguntas da pesquisa teve em consideração a diferenciação dos dois casos empíricos. Com efeito, ainda que os discursos que acompanharam a sua evolução histórica permitam elucidar de que forma o futebol participou na

proliferação de ideias sobre a nação, há diferenças que interessa sublinhar. Devido à diversidade social que marca os dois clubes, as narrativas produzidas também se distinguem. De um modo geral, pode afirmar-se que, contrariamente à base social de apoio do Benfica, uma das particularidades da Académica encontra-se precisamente relacionada com a sua ligação às elites culturais e intelectuais de Coimbra. Esta diferenciação social expressa-se na própria forma como os entrevistados concebem a relação que os respetivos clubes estabeleceram com o quadro ideológico dominante durante o período colonial, embora esta ideia mascare uma realidade bem mais complexa.

À semelhança do que se sublinhou na reflexão metodológica do capítulo anterior, considera-se importante explicitar o critério de selecção dos entrevistados. A escolha foi guiada pelo objetivo de explorar em que medida os discursos e imaginários dos entrevistados se relacionam com as perguntas de pesquisa e com as preocupações teórico-analíticas que orientam a investigação.

No que concerne aos atletas de ambos os clubes, procurou-se abranger o período compreendido entre os anos 60 do século XX e a contemporaneidade. Assim, realizaram-se entrevistas a antigos jogadores que exerceram a sua atividade no referido período. Contudo, importa referir que, não obstante os esforços desenvolvidos, não foi possível agendar um encontro com um único jogador que se encontre, atualmente, ao serviço do Benfica (ver anexo I). Quer no caso do Benfica quer no da Académica, as décadas de 60 e 70 foram marcantes para a consolidação dos seus processos identitários, bem como para a relação estabelecida com a ordem colonial. Como tal, privilegiou-se o contacto com antigos futebolistas que exerceram a sua atividade durante essa época, pelo que seis dos nove entrevistados atuaram nos clubes nesse referido período. Esta fase da investigação teve início em setembro de 2013 e foi concluída em março de 2018.

Outro aspeto relevante tem a ver com a pesquisa empírica efetuada junto dos dois grupos organizados de adeptos. Tal como sucedido com a escolha dos antigos jogadores entrevistados, a seleção dos adeptos também foi pensada a partir das questões teóricas que norteiam a investigação. Assim, no caso concreto dos 'No Name Boys' procurou-se reunir um conjunto de testemunhos que exprimisse a diversidade racial e social que caracteriza o próprio grupo. Conforme se verá, essa

heterogeneidade, intimamente relacionada com percursos e histórias culturais diferenciadas, traduz-se em visões e posicionamentos distintos.

Já no que concerne à seleção dos entrevistados pertencentes à 'Mancha Negra', privilegiou-se o estabelecimento de contactos com vista à realização de uma entrevista com um dos seus membros mais destacados e que faz parte da direção da claque. Embora o seu posicionamento não vincule o restante grupo, importa salientar as visões defendidas espelham, de algum modo, o contexto cultural que envolve a própria claque. Assim, contrariamente ao caso do grupo de apoio benfiquista, os membros entrevistados da 'Mancha Negra' são brancos.

Um aspeto que importa sublinhar tem a ver com o facto de o trabalho ter beneficiado do trajeto pessoal do investigador. Desta forma e embora num primeiro momento não se colocassem questões de cariz teórico ou empírico, as inúmeras experiências adquiridas ao longo de três décadas, na qualidade de adepto, contribuíram para um conhecimento profundo acerca das dinâmicas que se 'jogam' nos estádios, particularmente nas suas bancadas. Num segundo momento, que se estendeu entre agosto de 2013 e abril de 2018, o acompanhamento de jogos nos quais intervieram os clubes em questão foi pensado a partir das preocupações analíticas que orientaram a investigação.

Uma das questões que ainda não foi abordada nas seções metodológicas dos capítulos IV e V refere-se às dinâmicas estabelecidas entre entrevistador e entrevistado. Embora este aspeto seja igualmente válido para os capítulos anteriores, o facto de o investigador ser branco assumiu, por várias razões, uma maior relevância aquando da realização das entrevistas com os adeptos dos clubes. Primeiramente e tal como foi sublinhado noutros estudos que abordaram algumas das questões que também se exploram na presente dissertação, o facto de o 'terreno' colocar em interação um investigador branco e um informante negro representa, antes de mais, um desafio ético: 'Muitas vezes, pessoas negras tinham de operar em contextos dominados por brancos e nós queríamos evitar que a pesquisa acabasse por em mais uma espécie de escrutínio branco' (Back et al, 2001: 13).

Independentemente desse esforço, que resulta da própria exigência do trabalho científico, o facto de um investigador branco se propor a estudar a questão racial não deve ser ignorado. Na verdade, o enraizamento do paradigma racista e eurocêntrico

no contexto europeu condiciona, naturalmente, a forma como se concebem determinadas questões. Evidentemente que, num contexto marcado por relações de dominação, exponenciadas pelo próprio passado colonial português, o posicionamento crítico não é completo, pelo facto de o trajeto pessoal ter ocorrido debaixo dessa lógica.

Deste modo, considera-se que o reconhecimento da posição de privilégio, que resulta do 'lugar de fala', deve ser devidamente equacionado. Isso significa que a dinâmica estabelecida entre um entrevistador branco e um entrevistado negro favorece a reprodução de uma relação hegemónica. Dito de outra forma, o discurso do entrevistado tende a ir ao encontro dos posicionamentos dominantes.

Na realidade, os efeitos que o colonialismo e o racismo têm nas relações sociais podem também determinar a interação que se estabelece entre um investigador branco e um entrevistado negro, no sentido em que este pode mostra-se renitente em abordar as suas próprias visões ou partilha de experiências (Essed, 1991: 67). Relativamente a esta questão, deve reconhecer-se que não parece ser possível afirmar, com um grau de certeza absoluta, que o cenário referido pela autora não se tenha colocado aquando da realização das entrevistas.

Para além destas preocupações, colocou-se, por fim, uma questão particular que se encontrava menos visível noutros momentos do trabalho empírico. Tal como se verá, tratou-se de uma afirmação de um dos membros da claque acadêmica, no qual se assumia, explicitamente, o desejo de ver o seu clube constituído somente por futebolistas brancos. Como facilmente se depreende, este discurso terá sido facilitado pelo facto do informante se sentir confortável perante o investigador, o que, muito provavelmente, não aconteceria caso este fosse racialmente distinto.

6.2 *Benfica: 'a equipa mais portuguesa de Portugal'*

A posição hegemónica do Benfica no panorama do futebol nacional advém não só dos títulos conquistados, como também do número de adeptos que reúne à sua volta. De facto, a sua popularidade não pode ser dissociada da hegemonia desportiva alcançada no futebol nacional, especialmente adquirida na década de 60¹⁴⁴ do século

¹⁴⁴ Para além de ter conquistado oito títulos de Campeão Nacional, o Benfica sagrou-se Campeão Europeu por duas vezes consecutivas (1961 e 1962), tendo, ainda, disputado, nessa mesma década, mais três finais da 'Taça dos Clubes Campões Europeus'.

passado, feitos esses que projetaram o clube para uma dimensão europeia e mundial da qual ainda hoje goza.

O Sport Lisboa e Benfica congrega largos milhões de seguidores, quer em Portugal, quer nos antigos territórios colonizados, sendo, inclusivamente, um dos clubes com mais sócios e adeptos na Europa¹⁴⁵ e no mundo. Para compreender que tal tenha sido possível, é necessário ter em consideração alguns fatores, que, não obstante poderem ser alvo de outras interpretações, parecem ter desempenhado um papel determinante nessa dimensão alcançada.

No caso específico da enorme representatividade do clube nas antigas colónias, que lhe confere essa tal dimensão supranacional, é inegável que o passado colonial português potenciou a criação desses laços. No entanto, esta questão revela-se mais complexa do que aquilo que uma leitura apressada pode sugerir, devendo, por conseguinte, 'evitar-se a produção de nexos de causalidade demasiado simplificados, que tomam os clubes como meros agentes do colonialismo' (Domingos, 2011b: 100).

Na verdade e conforme se procurará igualmente mostrar ao longo desta secção, a pesquisa empírica mostra que os laços que unem o Benfica e outros clubes portugueses a um número significativo de moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, guineenses ou são-tomenses merecem uma análise mais completa. Tal não implica, naturalmente, que se deva minimizar ou desprezar o impacto que o colonialismo teve nos processos de identificação criados entre os clubes nacionais e as populações locais.

Com efeito, são vários os aspetos a ter em conta, como por exemplo a repercussão que a ascensão de vários futebolistas africanos veio a ter junto das próprias populações autóctones. Alguns deles, tais como Eusébio ou Mário Coluna, que viriam a ser elevados à condição de símbolos do clube e da própria nação (particularmente no caso de Eusébio), também contribuíram, certamente, para o espaço que o *benfiquismo* ocupa nas antigas colónias.

Dito isto e ainda que a implementação do Benfica em Portugal, na Europa¹⁴⁶ e em África não seja o aspeto central que orienta este ponto, considera-se importante

¹⁴⁵ De acordo com um estudo desenvolvido pela UEFA, 47% dos portugueses são apoiantes do Benfica, tornando-o no clube europeu com maior percentagem de adeptos no respetivo país. Obtido em abril 24, 2018, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/estudo-europeu/benfica-com-mais-adeptos/benfica-e-o-clube-europeu-com-maior-percentagem-de-adeptos-no-pais>

¹⁴⁶ Embora esse tema ultrapasse as preocupações teórico-analíticas que guiaram a presente investigação, seria interessante promover uma discussão acerca do modo como os portugueses

explorar o modo como essa identificação clubística parece, em alguns casos, ter-se sobreposto às formas de dominação que marcaram a ‘presença’ portuguesa nos territórios africanos. Tendo em atenção a autorrepresentação do próprio clube, que anunciava ser uma espécie de ‘bastião da portugalidade’, este equilíbrio aparenta ter sido difícil, visto que uma parte considerável dos discursos erguidos em torno do Benfica, bem como dos restantes clubes nacionais, chocavam claramente com os ideais da luta anticolonial.

Contrariamente aos processos que marcaram o percurso de determinados clubes, tais como, por exemplo, o Sporting ou o Belenenses, que foram, desde a sua génese, conotados com uma origem aristocrática¹⁴⁷, ou com a própria Académica, fortemente ligada à elite intelectual de Coimbra, a raiz do Benfica é, marcadamente, popular¹⁴⁸. De acordo com os seus adeptos e simpatizantes, a questão das origens sociais, a começar pelos seus próprios fundadores, aliada aos êxitos desportivos alcançados ao longo do século XX, funcionou como elemento aglutinador das classes populares em torno do clube.

É exatamente essa característica que se encontra destacada numa crónica intitulada ‘Identidade’, publicada numa das edições do jornal oficial do Benfica, nos primeiros anos da década de 60 do século passado:

O BENFICA É UM CLUBE POPULAR, não só por ser o maior em número de sócios, mas, sobretudo, por admitir entre os que o apoiam e servem todas as categorias sociais, culturais e económicas, sem limitações, sem constrangimentos, sem favoritismos. O Benfica é um clube independente. Governa-se pelas suas próprias opiniões e não se deixa dominar por poderes estranhos e anónimos (...) O Benfica é um clube livre no campo, nas bancadas e nas assembleias’ (O Benfica, 1963: capa e pág.12, maiúsculas no original).

imigrados em países como França, Alemanha, Suíça, Bélgica ou Luxemburgo lutam pelo reconhecimento do seu estatuto, enquanto europeus e brancos.

¹⁴⁷ O Sporting Clube de Portugal foi fundado, em 1906, por José Holtremann Roquette, mais tarde apelidado José de Alvalade. O seu avô, Alfredo Neves Holtremann, que viria a ser granjeado com o título de ‘Visconde de Alvalade’, concedido pelo Rei D.Carlos, desempenhou um papel determinante na fundação do clube, já que, além de ter sido o primeiro presidente, doou parte dos seus terrenos para a construção do ‘Estádio José de Alvalade’. Obtido em abril 26, 2018, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/geral/sporting/a-historia-de-alvalade-desde-a-quinta-do-visconde>.

¹⁴⁸ A ideia do Benfica enquanto a equipa do povo é contestada por Rahul Kumar, que defende que o clube, à semelhança do que terá sucedido com o Sporting, foi fundado por ‘boas famílias’ que habitavam a zona de Belém (2017: 46).

Embora não haja espaço, nesta investigação, para um aprofundamento de uma análise sociológica comparativa entre o Benfica e outros clubes com implantação nacional e transnacional semelhante, importa referir que os seus sócios e adeptos têm tido, desde a fundação do clube, um papel determinante¹⁴⁹. Esta parece ser uma das razões que explica o forte sentimento de pertença que liga os adeptos ao clube. Neste sentido, a afirmação e consolidação do Benfica nos territórios colonizados também deve ter igualmente em conta os valores que o clube apregoa. Não deixando de salientar o peso que a contratação de jogadores como Eusébio ou Coluna teve na consolidação do *benfiquismo* na denominada ‘África lusófona’, os testemunhos recolhidos, bem como a pesquisa de material de arquivo sugerem que os adeptos africanos do Benfica, alguns deles militantes anticolonialistas¹⁵⁰, não vissem o clube como agente colonial. Atente-se às palavras de um antigo futebolista moçambicano do clube, que se notabilizou nas décadas de 70 e 80:

É evidente que a história do Benfica, aquela que nos é visível à distância, está muito ligada a jogadores que vieram de África. Por isso essa grande ligação sentimental e

¹⁴⁹ A título exemplificativo, refira-se que a construção do ‘velho’ Estádio da Luz, inaugurado em dezembro de 1954, foi suportada, maioritariamente, pelos sócios e adeptos do clube, sob várias formas: doações, em dinheiro e em material (tal como cimento), ‘quota suplementar’ e trabalho voluntário. Nas palavras de Carlos Perdigão e de Fernando Pires, autores do livro comemorativo do Centenário do clube, ‘é preciso recuar a momentos como esse para compreender o Benfica como clube genuinamente popular e para perceber o sentimento de pertença que associados, adeptos e simpatizantes têm pelo clube’ (2004: 89). Aquando da inauguração do estádio, o então presidente Joaquim Ferreira Bogalho exclamava que a concretização da obra se tratava de ‘um milagre, um milagre da nossa fé inquebrável, milagre do nosso querer irresistível, milagre do nosso amor a esta colectividade que se chama Sport Lisboa e Benfica. Assisto, como vê, a tudo, e francamente, não posso articular uma frase que possa definir a grande alegria que tanto me emociona’. Obtido em maio, 2, 2018, de <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2013/06/estadio-da-luz.html>. Contrariamente ao que parece ter sucedido com o Benfica, saliente-se que a construção do Estádio das Antas contou com o apoio financeiro do Estado. Inaugurado a 28 de maio de 1952, aniversário do golpe fascista, o clube viu serem-lhe atribuídas ‘substanciais contribuições financeiras e a Medalha de Mérito Desportivo, galardão que até então nenhum outro clube português recebera’ (Pinheiro, 2012: 53). Embora não tenha sido possível apurar em que medida o regime participou financeiramente na construção do Estádio de Alvalade, é pertinente salientar que o dia da sua inauguração foi uma ocasião que proporcionou a produção de um discurso marcadamente nacionalista, de celebração da raça, da pátria ‘e do seu chefe, colocando-se o clube de Alvalade e o seu estádio directamente ao serviço do Estado e da Nação’ (Serrado, 2009: 119).

¹⁵⁰ Amílcar Cabral, revolucionário e produtor de conhecimento sobre o significado de descolonização, figura marcante dos Movimentos de Libertação e um dos fundadores do ‘Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde’ (PAIGC), chegou a presidir, em 1955, ao ‘Sport Bissau e Benfica’, filial do Sport Lisboa e Benfica. Refira-se que, no ano anterior, Amílcar Cabral já tinha fundado o ‘Clube Desportivo e Recreativo de Bissau’. Como refere Melo (2011), face à impossibilidade de criação formal de associações de carácter político, o estabelecimento de clubes funcionou, sobretudo, para a gestão de espaços de resistência que permitiam às populações locais ‘despertar’ para a sua ‘condição colonial’. Além disso, Cabral também considerava que as associações desportivas prestavam ‘um direito básico de todos: o acesso a práticas esportivas, recreativas e artísticas’ (Melo, 2011: 224).

não só. A continuada ligação e admiração das populações locais tem a ver um pouco com a essência do próprio Benfica. É a minha interpretação: é um clube popular, não elitista e que englobava toda a gente. Aliás, o Benfica não pode nem deve ser confundido, misturado, com o regime...porque, inclusivamente, o único sítio onde havia eleições era no Benfica. Isso faz toda a diferença (entrevista 5, ênfase acrescentado).

É inequívoco que a popularidade da qual o Benfica ainda goza, hoje em dia, nos antigos territórios ocupados encontra-se naturalmente ligada ao recrutamento de inúmeros futebolistas africanos. É essa a ideia transmitida pelos adeptos entrevistados, que salientam o peso da vinda de Eusébio e de outros atletas para o clube, o que ‘acabou por ser um motivo de orgulho para os moçambicanos. E isso faz com que o Benfica cresça nas antigas colónias, especialmente em Moçambique’ (entrevista 15, ver anexo I). Já no entender de outro adepto, também pertencente a um grupo organizado, a ligação contemporânea de muitos africanos ao Benfica é ‘surpreendente’, já que, na sua perspetiva, o clube tem-se ‘esquecido de reforçar essa ligação’, salientado a necessidade em estabelecer uma maior aproximação, nomeadamente com a ida de ‘jogadores e dirigentes’ para as várias filiais do Benfica (entrevista 16, ver anexo I).

As palavras de um outro apoiante, nascido em Cabo-Verde, reforçam a ideia da ‘essência’ como elemento preponderante na popularidade do Benfica naquele país:

*Tem sempre a ver com as raízes. O Benfica sempre foi um clube do povo. O Benfica é maior que Portugal e é incrível a quantidade de camisolas que tu vês lá. Há uma ligação enorme entre Cabo-Verde e Portugal e ainda maior entre Cabo-Verde e o Benfica. O futebol, muitas vezes, separa-se da política, até porque **muitos dos grandes símbolos do Benfica eram africanos e também cabo-verdianos**: os irmãos Alinho, Alberto, mais recentemente tivemos outros que, embora não tenham nascido em Cabo-Verde, são descendentes, como o Miguel, o Nélon Semedo ou o Renato Sanches. Há uma grande ligação e Cabo-Verde é Benfica. Mas também porque é um território pequeno e não tem a dimensão para as pessoas poderem dizer ‘eu amo o clube da minha terra¹⁵¹’. (entrevista 17, ênfase acrescentado, ver anexo I).*

A questão da representatividade do Benfica nas ex-colónias mereceu igualmente uma leitura semelhante, ainda que mais aprofundada, por parte de outro dos adeptos

¹⁵¹ Um estudo realizado por Fernando Borges mostra que mais de metade dos cabo-verdianos são benfiquistas (60%). O número de adeptos portistas desce para metade, enquanto que os seguidores do Sporting não chegam aos 5% (*apud* Domingos, 2011b: 107).

entrevistados e que vai ao encontro da visão do antigo jogador acima citado. Português, filho de pais cabo-verdianos chegados a Portugal na década de 60 do século passado, este seguidor benfiquista sublinha que o ingresso no clube de jogadores africanos é apenas um dos fatores a ter em conta:

*Acho que tem muito a ver com aquilo que o Benfica representou, e representa, aqui em Portugal: ser o clube mais democrático, um clube que apelava muito à democracia. E depois há a questão do Eusébio. Teres uma pessoa de uma ex-colónia como um dos melhores jogadores fez com que muitos dos seus habitantes ficassem mais próximos do Benfica. Grande parte dos moçambicanos, hoje, são do Benfica. Porquê? Porque quando o Eusébio esteve no Benfica isso criou uma proximidade muito maior. Até então havia muito aquele afastamento de Portugal, enquanto potência colonizadora. E esta coisa do **Benfica democrático, do Benfica do povo, que permitia a todas as classes sociais, fosses branco, preto... o Benfica abrange toda a gente. Não importa a condição e o estrato social: toda a gente gosta do Benfica. Acho que isso criou essa proximidade. Ou seja, foi aquela visão de um clube abrangente e que me permite dizer: 'eu, que sou pobre, preto, e que sou de uma colónia, identifico-me com aquele clube'**. Eu falo muito sobre isso com amigos meus, que são de Angola ou Moçambique...tenho um grande amigo que é de São Tomé e Príncipe e ele diz que, desde pequeno, sempre ouvia falar no Benfica, como 'aquele clube onde nós, pretos, podíamos ir que nunca ninguém nos dizia nada ou nos olhava de lado. O Benfica era aquele clube onde nós nunca nos sentíamos como uma minoria, nunca nos sentíamos como se estivéssemos num apartheid. Era um clube que nos abraçava'. Coisa que não aconteceu noutros clubes, como sabemos (entrevista 18, ênfase acrescentado, ver anexo I).*

É interessante observar a leitura política desenvolvida por este adepto. De facto, além de ir ao encontro dos restantes apoiantes benfiquistas entrevistados, já que vê na contratação de jogadores africanos uma das razões que explica a representatividade do clube nos países anteriormente colonizados, considera que a forte identificação do Benfica com uma parte significativa dos africanos deve-se à essência não-discriminatória do próprio clube.

A tese de que o Benfica representava as populações subalternizadas mereceria uma análise mais aprofundada que, no entanto, ultrapassa a principal preocupação teórico-analítica que orienta a presente dissertação. Contudo, é pertinente recuperar o argumento defendido em vários momentos por Nuno Domingos, que sublinha que o significado do futebol e da implementação dos clubes nacionais em África é 'grandemente autónomo do passado colonial', uma vez que a ligação do futebol português às populações africanas assenta em princípios que não devem ser

confundidos com determinados discursos recorrentemente utilizados ‘no seio das ‘instituições da lusofonia’’ (Domingos, 2006b: 126, aspas no original).

Se, por um lado, existem algumas pistas que podem levar a um entendimento desta natureza, isto é, que muitos dos benfiquistas africanos não viam, nem veem, o clube como uma instituição que representava o poder colonial, também é inegável que as narrativas oficiais produzidas pelos clubes portugueses foram profundamente defensoras do ‘Portugal do Minho a Timor’. Assim, parece evidente que esta questão esconde uma realidade bem mais complexa, ambígua e não raras vezes contraditória.

De facto, a análise do enraizamento dos clubes nacionais nestes territórios sugere que a contratação de futebolistas africanos que se vieram a destacar no futebol português e europeu terá aglutinado os sentimentos de identificação clubística por parte dos africanos que perduram até hoje. É nesta perspetiva que se podem ler as seguintes palavras de um antigo atleta, com enorme destaque na história do Benfica e na do futebol português:

Hoje, que tenho 77 anos, voltei a África, a Moçambique, para o funeral do Coluna e vi a mesma dedicação pelo clube que via na altura. Hoje são independentes, mas não são independentes do clubismo e sentiram, realmente, com ardor o funeral e ficaram satisfeitos com a presença de antigos jogadores (entrevista 8).

Outro dos fatores que deve ser levado em conta nesta identificação clubística é o papel da imprensa portuguesa. Conforme estudado por Domingos (2006b), quer os órgãos de informação controlados pelo regime quer aqueles que se posicionavam contra o estado colonial contribuíram decisivamente para exponenciar essa ligação. Embora o número e respetiva tiragem de jornais tenha aumentado significativamente nos anos de 60 do século XX, a sua circulação já se tinha iniciado duas décadas antes. Em larga medida, o aumento do número de periódicos foi o reflexo lógico da quantidade crescente de colonos que se observou a partir dos anos 40 do século passado. Assim, o crescimento da imprensa nas colónias correspondeu a uma altura em que o futebol em Portugal já disfrutava de uma expressão social considerável, abrindo espaço ao surgimento, nos anos 40, dos jornais *A Bola* e *Record*, publicações que se têm mantido até aos dias de hoje (Domingos, 2006b: 120).

No princípio da década seguinte, período marcado por um progressivo abandono do amadorismo do futebol português¹⁵² e dos seus clubes, assistiu-se nos territórios ocupados à chegada da rádio numa escala bastante significativa para a altura¹⁵³. Desta forma, a popularização das transmissões radiofónicas veio exponenciar a ligação já existente e que se devia a uma maior difusão dos jornais portugueses nos territórios colonizados, bem como ao próprio aumento do número de colonos. Assim, 'se a imprensa reforçou este laço, a rádio tratou de mediatizar o acontecimento em tempo real' (Domingos, 2006b: 120).

O facto de o Benfica ter contado, desde as primeiras décadas do século XX, com vários futebolistas africanos não apaga as representações hegemónicas acerca da população negra, em geral, e dos futebolistas negros, em particular, visões essas veiculadas quer pela imprensa quer pelo jornal do clube. Por outro lado, tal como sublinhado pelos entrevistados, o ingresso dos chamados 'naturais' de África e, mais do que isso, o enorme sucesso alcançado por muitos deles, aproximou o Benfica das populações colonizadas.

Em todo o caso, este sucesso não apaga os discursos racistas. Assim, as narrativas que celebram esta 'irmandade racial' parecem revelar uma visão um pouco idílica do clube, por oposição à da nação, já que a generalidade dos entrevistados se mostrou cética relativamente à ideia desta multiracialidade da sociedade portuguesa representar uma igualdade de oportunidades no quotidiano da vida social. Efetivamente, o adepto anteriormente citado relata um episódio que dá conta do racismo que marca as relações sociais em Portugal. Embora não se encontre relacionado com o contexto desportivo, merece a pena transcrever o seu testemunho:

Tive várias situações, na procura de um apartamento, que dão a exata noção de como o racismo está mesmo interiorizado no país. Como eu não tenho sotaque africano, as pessoas com quem falava, ao telefone, eram simpáticas e prestáveis. Mas depois, quando ia ver a casa, era o oposto. Eu via a pressa com que as pessoas me tentavam 'despachar'. Numa dessas situações, e depois do senhorio me dizer que o apartamento não já não estava disponível, pedi a um amigo meu que ligasse

¹⁵² Para uma discussão detalhada sobre os processos de profissionalização dos futebolistas portugueses, ver kumar (2017).

¹⁵³ De acordo com dados oficiais, em 1950 existiam, em Moçambique, 8 760 recetores de rádio, passando, em 1955, para sensivelmente o dobro. Esses números não parariam de crescer, até atingirem, em 1970, 141 986 (Domingos, 2006b: 120).

a dizer que estava interessado. E a resposta foi 'sim, sim, claro. Podemos marcar uma visita' (entrevista 18).

Se é verdade que, no entendimento da generalidade dos adeptos entrevistados, a identidade do clube baseada em pretensos princípios de igualdade racial não tem a devida correspondência nas mais variadas dimensões da vida social, também importa salientar que a firmeza com a qual o afirmam não pode ser dissociada da sua própria condição como pessoas racializadas, ou seja, a leitura que fazem, não tanto do clube que apoiam, mas sobretudo do país, também se encontra, naturalmente, dependente da sua 'condição racial'.

Em boa parte, as narrativas produzidas a partir do futebol português, que apregoam a tal fraternidade racial, foram construídas num contexto marcado por relações de poder profundamente desiguais, pelo que a sua emergência surge como uma das consequências lógicas da proliferação e consolidação das teses lusotropicalistas. Não obstante os processos de descolonização e independência, a identidade nacional portuguesa permanece refém das referidas teses.

Tal como se procurou mostrar em momentos anteriores, a 'colonialidade do poder' (Quijano, 2000), entendida aqui como uma continuação de uma estrutura de domínio simbólico entre Portugal e as suas antigas 'possessões', implica que essas relações não ocorram num plano horizontal. Assim, a posição de supremacia cultural da qual o país ex-colonizador disfruta tem como consequência um 'apagamento' ou, pelo menos, a invisibilidade do 'outro' e da sua identidade, tal como se verificava no período colonial.

Neste aspeto particular, os discursos produzidos em redor do Benfica, que apregoavam a sua *lusitanidade*, mostram o modo como a identidade dos futebolistas africanos, como foi o caso de Eusébio, era ofuscada e transformada em 'património nacional'. Evidentemente que qualquer contexto colonial produz opressão, dominação e subalternidade, pelo que a primazia conferida à *portugalidade* não deve ser motivo de estranheza. Ainda assim, parece perfeitamente possível observar a forma como essas narrativas desempenharam um papel ativo na produção de ideias sobre a nação. É, justamente, esse o tema que se explora no ponto seguinte.

6.2.1 'O Benfica joga só com portugueses!'

Em junho de 1961, o Jornal oficial do Benfica clamava: 'Campeão Europeu! Honrâmos Portugal! Constituída apenas por Portugueses, a nossa grande equipa conquistou o maior galardão de que pode orgulhar-se o futebol nacional: o título Europeu de Clubes' (*O Benfica*, 03.06.1961, capa). Nas páginas interiores, para além da natural euforia pelo feito alcançado, a questão da *portuguesidade* do clube era amplamente evocada e celebrada. Com efeito, essa 'especificidade' constituía motivo de orgulho dos benfiquistas, como se pode observar através da seguinte manchete, por ocasião da conquista pelo Benfica do campeonato nacional, em 1960:

Vitória! Vitória! Vitória! Campeões! A equipa mais portuguesa de PORTUGAL venceu o campeonato maior do futebol português. Provou-se, mais uma vez, que, SÓ COM PORTUGUESES, o SPORT LISBOA E BENFICA é o clube que melhor serve o futebol nacional (O Benfica, 19.05.1960, capa, maiúsculas no original).

Contrariamente aos restantes clubes nacionais, que desde as primeiras décadas do século XX colocavam estrangeiros nas suas equipas, o Benfica destacava-se pela sua política de contratação exclusiva de 'nacionais'. O ponto importante, aqui, é justamente a ideia de 'nacionais', que abarcava todo o império português. É necessário distinguir a retórica oficial da prática, conforme realça um antigo membro da FRELIMO, que viria a desempenhar funções no aparelho do Estado moçambicano, após a independência. Reportando-se à segregação que se observava nas competições moçambicanas de futebol¹⁵⁴, o que impossibilitava os clubes formados por futebolistas negros de jogarem contra os melhores clubes, oriundos da 'Baixa', lembra o contexto dos anos 60:

Depois jogávamos com os pretos da África do Sul, os da Baixa jogavam entre si e podiam receber um Sporting ou um Benfica, que, de vez em quando, vinham roubar um Matateu, um daqueles jogadores que brilhasse. Mas tudo isto sempre com um

¹⁵⁴ Nos maiores centros urbanos, tais como na capital moçambicana, as competições de futebol reproduziam as lógicas coloniais racistas e classistas. Essa segregação verificava-se desde logo na existência de duas competições. Uma delas reunia os clubes do centro da cidade que faziam parte da 'Associação de Futebol Africana', sendo que a maior parte dos respetivos futebolistas eram brancos, mestiços e alguns negros 'assimilados'. A outra congregava os clubes situados nos subúrbios negros. Embora, teoricamente, fosse possível um jogador transferir-se para um dos clubes da Baixa, eram raros os casos em que tal se observava. Porém, a partir de meados da década de 50, devido ao crescimento da própria modalidade e, conseqüentemente, à possibilidade de alguns desses futebolistas suscitarem interesse dos clubes da 'metrópole', essas barreiras raciais tornaram-se mais flexíveis (Domingos, 2006b: 119).

desenvolvimento separado, aquilo que o apartheid veio a introduzir aqui ao lado. Cá éramos, ficticiamente, ‘todos portugueses’, mas havia indígenas e não-indígenas.’ (apud Mateus, 2006: 61-62, aspas no original).

Esta questão foi também abordada por um antigo atleta do clube, também ele proveniente do denominado ‘Portugal ultramarino’, ainda que de uma forma bastante menos contundente:

*Eu fiz parte disso. Naturalmente que **era um momento de exaltação de uma certa linha de conduta**, mas ela foi boa no tempo em que foi. As circunstâncias do mundo alteraram-se e dificilmente isso se poderia perpetuar. Mesmo neste Athletic de Bilbao, ainda há poucos dias estreou-se um jogador que é filho de imigrantes¹⁵⁵. Começa a haver algumas brechas que não significam perda de identidade. Isto faz parte das gerações. Nós estamos a pensar hoje sobre coisas que se passaram naquela altura (...) quando damos respostas de um determinado tempo temos que dar em função daquela altura e não em função desta. Havia muitos oriundos de África, o foco de recrutamento era aquele. Não posso fazer uma análise mais pormenorizada porque não sei o que se passava na altura para se chegar àquela situação. Eu fiz parte disso. Inclusivamente o meu colega Jorge Gomes foi o primeiro a romper esse caminho (entrevista 5, ênfase acrescentado).*

Na análise do discurso deste antigo jogador deve ter-se em conta um aspeto importante. Por razões que se prendem com a confidencialidade e proteção dos entrevistados, não é possível explorar em detalhe a sua visão. No entanto, considera-se pertinente referir que parece difícil dissociar as suas palavras não só da sua trajetória de vida, como do cargo profissional que ocupa atualmente. Este aspeto tem obrigatoriamente que ser equacionado, ainda para mais quando a sua carreira de futebolista foi praticamente toda passada no clube. Assim, quando questionado acerca do facto do Benfica ter optado por jogar ‘só com portugueses’, este antigo atleta parece adotar uma posição ‘defensiva’, no sentido em que a escolha cuidadosa de palavras acaba por evitar uma reflexão mais alargada acerca da referida ‘exaltação de uma certa linha de conduta’.

A relutância em falar abertamente sobre alguns destes temas também não será alheia ao lugar marginal que o debate sobre racismo e colonialismo ocuparam, até há

¹⁵⁵ O jogador ao qual o entrevistado se refere é o basco Iñaki Williams, de ascendência liberiana. Desde 1919 que o *Athletic de Bilbao* adota uma política de governação que o torna num caso singular no quadro futebol atual. A sua filosofia consiste em contratar apenas jogadores de origem basca que tenham sido formados no clube ou noutras equipas do País Basco. Nas últimas décadas, a política de contratações alargou-se a futebolistas que, podendo não ser oriundos da região, tenham sido formados no *Athletic* (Almeida, 2015).

bem pouco tempo, na sociedade portuguesa. Embora, tal como mencionado no capítulo II, a discussão em torno do passado colonial tenha vindo a ganhar algum destaque, os moldes nos quais esse debate ocorre limita a problematização de questões centrais, que permitiriam não só compreender o passado, como o ‘presente racista’ (Araújo e Maeso, 2016: 31). Não obstante o cuidado com as palavras que escolhe, a sua visão, tal como se verá em seguida, revela, em outros momentos, uma leitura crítica acerca do lugar que os negros ocupavam na hierarquia social portuguesa.

Essa ‘linha de conduta’ também se fazia acompanhar por um discurso profundamente colonial, como se pode observar neste artigo do jornal *O Benfica*, a propósito de uma digressão efetuada à ‘Índia Portuguesa’:

*‘O mais português’ na Índia Portuguesa! O Benfica vai à Índia Portuguesa! Viva o Benfica! Viva Portugal! A Índia portuguesa, esse rincão maravilhoso do Oriente, onde flutua, orgulhosa e altiva a bandeira de Portugal, vai receber, dentro em pouco, as camisolas gloriosíssimas do Sport Lisboa e Benfica, que ali se desloca mercê do honrrorósissimo convite do Conselho de Educação Física do Estado da Índia. O clube português mais português de Portugal vai, assim, às terras gloriosas da Índia, onde o pavilhão português é símbolo de **uma raça que deu novos mundos ao mundo**¹⁵⁶, é testemunha imortal dos feitos imperecíveis de uma nação em cuja história se encontram as mais extraordinárias façanhas a bem da civilização e do progresso. Será a nossa equipa reserva de futebol que terá a honra de levar aos portugueses da Índia o abraço amigo e fraternal dos portugueses da metrópole (O Benfica, 03.03 1960, p.36, aspas no original).*

O discurso oficial do Benfica caracterizava-se pela exaltação e defesa do império português. Evidentemente que essa glorificação era extensível às restantes equipas

¹⁵⁶ A discussão acerca dos ‘descobrimientos’ tem vindo a ganhar uma proeminência assinalável no espaço público nacional. Refira-se, por exemplo, que a anunciada inauguração do ‘Museu da Descoberta’ por parte da Câmara Municipal de Lisboa foi o tema do programa ‘Prós e Contras’, exibido pela *RTP1* em julho de 2018. A inauguração do museu ‘World of Discoveries’ na cidade do Porto, em 2014, já havia revelado o modo como a narrativa dos ‘descobrimientos’ não só se mantém viva, como, além disso, orienta a política do Estado, bem como de uma parte significativa da academia portuguesa. Conforme se pode ler na página web do referido museu, o ‘World of Discoveries’, localizado na ‘cidade onde nasceu o Infante D. Henrique, o homem que deu ‘novos mundos ao mundo’, procura reconstruir a ‘fantástica odisseia dos navegadores portugueses, que cruzaram oceanos à descoberta de um mundo desconhecido’. Obtido em outubro 20, 2018, de <https://www.worldofdiscoveries.com/museu/quem-somos>. Como analisado por Maeso (2016), é a permanente renovação do ‘culto dos descobrimientos’ por parte das entidades públicas e da academia que permite que o racismo institucional seja silenciado. Esse silenciamento, acerca do passado e do presente, origina a repetição ininterrupta das “estruturas narrativas e interpretativas da ‘Idade dos Descobrimientos’ – i.e. a aventura, a mundialização, os lados positivos e negativos da ‘expansão’, o encontro de culturas” (Maeso, 2016: 43, aspas no original).

nacionais¹⁵⁷. No entanto, no caso do Benfica, essa narrativa ganhava uma dimensão maior, em boa medida pelo facto do clube contratar apenas futebolistas ‘portugueses’. Relativamente a esta questão, outro dos entrevistados, também ele antiga figura de enorme destaque no clube, afirma sinteticamente o seguinte:

As transações faziam-se cá dentro, o dinheiro ficava cá, movimentava-se a indústria. Mas houve uma evolução bastante significativa em todas as áreas e o futebol não podia ficar para trás e o Benfica teve que acompanhar essa evolução. São épocas totalmente distintas e ideias melhores para o clube, para aquela altura (entrevista 8).

Como se tem procurado mostrar ao longo desta investigação, a tão apregoada pluricontinentalidade e multirraciedade da nação portuguesa escondia uma realidade totalmente diferente. Essa discriminação não ocorria somente nas denominadas ‘províncias ultramarinas’, nas quais vigorava o ‘Estatuto do Indígena’ até à sua abolição em 1961. No território considerado como metropolitano, embora não existisse um dispositivo legal formalmente racista, a diferença de tratamento nas mais variadas dimensões da vida social indicava, inequivocamente, o lugar dos negros na sociedade. Apesar da notoriedade dos futebolistas africanos minimizar a sua racialização, não apagava a sua subalternidade relativamente aos brancos:

*Vou-lhe dar um exemplo prático, para ver se consigo explicar. Naquela altura, quando um africano atingia um determinado nível intelectual, era muito ‘controlado’, porque sabia demais. E nós tínhamos essa noção. E muitas vezes, quando se tratava de outros que não tinham esse nível intelectual, havia pessoas que se **chegavam ao pé dessas pessoas e falavam-lhes num português rudimentar. No fundo, ‘só este português é que ele pode compreender’** (entrevista 5, ênfase acrescentado).*

Este depoimento relembra a astúcia e a sagacidade das observações que Frantz Fanon havia feito em relação à forma como os franceses se comportavam perante os negros:

¹⁵⁷ Numa das edições do jornal ‘Sporting’, a propósito de uma viagem que o clube efetuara à Guiné, escrevia-se o seguinte: ‘Mais um alto serviço prestado pelo Sporting à causa da unidade e fraternidade nacional (...) Não queremos, contudo, deixar de pôr bem em relevo que, desinteressadamente e sem mira em qualquer vantagem material, o fez tão somente com o alto propósito de levar um abraço de sincera e frutuosa amizade a todos os nossos irmãos portugueses – brancos ou pretos, católicos ou muçulmanos – que naquela queridíssima parcela do Portugal multirracial e pluricontinental labutam e combatem, com raro espírito de sacrifício e de total adesão à Mãe-Pátria, pela integridade da Nação que a todos foi berço’ (‘Sporting’, 10.06.1966, capa).

Não estamos a exagerar: um Branco ao falar a um preto comporta-se exactamente com um adulto com uma criança, e é vê-lo então fazendo boquinhas, murmurando, gracejando, amimando. Não foi um Branco que observámos, mas centenas; e as nossas observações não visaram esta ou aquela categoria, mas, com uma atitude essencialmente objectiva, quisemos estudar este facto em médicos, agentes da polícia, empresários de construção civil (Fanon, 1975: 45).

A questão da linguagem assume assim uma enorme importância na manutenção e consolidação da hierarquia social¹⁵⁸. Quer no contexto português quer no francês, “falar ‘língua de preto’ a um preto é vexá-lo, porque ele é aquele-que-fala-língua-de-preto” (Fanon: 1975: 46, aspas no original [1952]). Fanon levanta, em seguida, uma questão bastante pertinente e que tem a ver com a intencionalidade do ato, no sentido em que quem escolhe falar ‘língua de preto’ não tem, necessariamente, intenção de humilhar. Porém, conforme enfatiza, ‘é precisamente essa ausência de vontade, essa desenvoltura, essa negligência, essa facilidade com que o fixam, com que o aprisionam, o primitivizam, o anticivilizam, que é vexatória.’ (Fanon, 1975: 46 [1952]). Assim, “falar ‘língua de preto’ é exprimir esta ideia: ‘mantém-te no teu lugar’” (Fanon, 1975: 47, aspas no original [1952]).

Conforme se tem procurado mostrar ao longo deste trabalho, as representações dominantes sobre os sujeitos racializados não se alteraram significativamente com o fim formal do colonialismo. Com efeito, tais representações, decorrentes do enraizamento da ideologia colonial racista e ainda que expressas de um modo não tão explícito, continuam a subalternizar e a invisibilizar o ‘outro’. Importa referir que esta invisibilidade não decorre da sua maior ou menor expressão numérica, mas tão só do lugar que esses sujeitos (não) ocupam no imaginário nacional. A leitura de um dos depoimentos dos entrevistados reforça igualmente a ideia de que esse estatuto subalterno se estende muito para além de um plano meramente simbólico:

É muito bom darmos uma imagem para o mundo de um país que dá oportunidade a todos, mas, na realidade, a sociedade não é isso que promove. Aceita, tolera, mas desde que tu estejas naquele canto, no teu espaço. ‘Se tentas entrar no nosso espaço já arranjam uma forma de te pôr no teu canto’ (entrevista 18).

Não é demais salientar a ideia de que a necessidade em explorar os discursos, as narrativas e as representações hegemónicas acerca dos sujeitos racializados que

¹⁵⁸ A propósito do modo como este mecanismo opera no contexto português, ver anexo II, figura 9.

predominavam na época colonial não resulta apenas da sua pertinência histórica. Na verdade, esta análise permite uma compreensão mais aprofundada sobre as implicações que o longo passado colonial português tem tido na forma como a identidade nacional se produz e reproduz. Por outras palavras e citando o adepto anteriormente entrevistado, quando se referia ao colonialismo português, ‘aquilo que aconteceu no passado tem muitas repercussões no presente’ (entrevista 18).

A história do futebol, mais propriamente a história dos clubes e dos seus processos de identidade, abre espaço para um olhar crítico sobre o modo como a tese da homogeneidade nacional se reproduz. O desporto, enquanto espaço dinâmico e autónomo, capaz de produzir novos significados raciais (Carrington, 2010) permite igualmente avaliar a sua força no desafio aos paradigmas hegemónicos. Se em contextos como, por exemplo, o do Brasil, as questões de raça, classe e identificação com os clubes são muito visíveis, em Portugal o cenário contemporâneo encontra-se um pouco mais diluído. Neste sentido, o aparecimento de estudos que se propusessem explorar em que medida as questões de raça e classe se relacionam com a identificação clubística, de forma a comprovar um quadro que a observação empírica parece evidenciar, acrescentaria qualidade ao debate teórico.

Já aqui foi dito que as origens sociais de clubes como o Benfica e o Sporting tiveram a capacidade de aglutinar à sua volta diferentes camadas da população, visto que ‘um clube, quando nasce, e é mais elitista, é normal que durante muitos anos isso se reflita’ (entrevista 17). Esta questão mereceu uma análise mais aprofundada por parte de outro adepto, conforme se pode observar:

*A lógica de classe nota-se muito em Lisboa. Sempre vivi aqui no centro de Lisboa, estudei em escolas públicas aqui no centro, onde a grande maioria eram aquilo a que nós chamamos de ‘betinhos’ e posso-te dizer que 95% eram do Sporting. É inacreditável que há pessoas que, mesmo não gostando de futebol, dizem ‘eh pá, eu sou do Sporting. O Benfica não é muito a minha cena, **aquela mistura toda...olha para as imagens dos jogos do Sporting e para as imagens dos jogos do Benfica**’. Eu oiço as pessoas a dizerem isto. E, aos 32 anos, fui capaz de fazer uma leitura sobre isso, porque no passado o Sporting foi ligado, com muitos dirigentes, ao Estado Novo. A última aparição do Marcelo Caetano foi em Alvalade e toda a gente a aplaudir ‘Marcelo, Marcelo!’. Quer queiramos quer não, é um facto. Se falares com a grande maioria das pessoas de classe alta, da aristocracia portuguesa, quase todas são do Sporting (entrevista 18, ênfase acrescentado).*

Um aspeto interessante e que deve ser evidenciado tem a ver com a associação entre classe e raça. Embora a pobreza esteja racializada, a negação do racismo na sociedade portuguesa invisibiliza a raça, naturalizando, assim, a tese de que a questão de classe explica a pobreza. A ideia de que as populações racialmente marcadas provêm dos setores socialmente mais empobrecidos é dada como adquirida, naturalizada, o que mostra como as sociedades ocidentais são demarcadas por linhas raciais. Neste sentido, mesmo quando essas hierarquias são questionadas, a questão racial é negada como causalidade, o que revela a força dos paradigmas dominantes.

Atente-se às palavras do entrevistado acima citado, quando, depois de sublinhar a relação existente no Brasil¹⁵⁹ (país no qual viveu recentemente) entre as questões de raça/classe e o processo de identificação com os clubes, realça:

Em Portugal também é um pouco assim. Se falares com as pessoas vão-te dizer a mesma coisa. E nem é preciso ir à Cova da Moura, onde até há um mural do Eusébio. O facto de eu nascer aqui e de eu viver aqui e de viver nesta condição – quando falamos na Cova da Moura falamos em qualquer outro bairro – as pessoas vão te dizer o clube delas...porque é um clube que se identifica com as pessoas, que abrange todo o tipo de pessoas, mas principalmente as de condição social mais pobre. E aí tu vês o poder que o futebol tem. ‘Independentemente de eu ser pobre, tenho este clube que me representa, posso ir a este estádio e aquele clube representa-me e eu faço o meu papel, aquele papel aqui na bancada e digo, no dia a dia, que sou benfiquista com muito orgulho’. Já estive em muitos bairros aqui em Lisboa e posso-te garantir que a grande maioria (65-80%) são benfiquistas. Aqui em Lisboa. E posso-te dizer isso com todas as certezas. Eu vi isso, experienciei isso, ninguém me disse. Eu vou a bairros, a festas, a casa de amigos e o pessoal comenta ‘Então foste à bola?’ Tu vês que é pobre, é preto (ou branco pobre), mas identifica-se com o Benfica e que o Benfica é aquele clube que te aceita sem qualquer estereótipo, limitação (entrevista 18).

De acordo com alguns dos testemunhos, a multirracialidade e a pretensa aceitação do ‘outro’, no universo do clube que apoiam, ocorre em contracorrente com a própria sociedade portuguesa. O facto de serem negros deve ser mencionado, visto que a sua visão decorre, em grande medida, da sua própria condição:

¹⁵⁹ A questão racial, combinada com a origem social, desempenha um papel importante na identificação com os clubes brasileiros. Devido a um conjunto de fatores, cuja análise não cabe nesta dissertação, a construção identitária de clubes de grande dimensão, como o *C.R.Flamengo* ou o *S.C. Corinthians*, também se apoiou na ideia de multirracialidade. Por oposição e embora esta questão se tenha vindo a esbater ao longo do século XX (principalmente na segunda metade), clubes com o *Grêmio F.P.A* ou o *Fluminense F.C.*, entre outros, que apresentam uma tradição mais aristocrática e elitista, têm sido maioritariamente apoiados pela população branca.

Se tu olhares para as grandes empresas, para qualquer grande companhia, as pessoas que estão à frente são sempre as mesmas. Ou se fores ao Parlamento. Como é que se explica isso? Em Portugal, no Parlamento, hoje em dia, há três pessoas que não são brancas. Estamos em 2018, em pleno século XXI, e tens três num país que tem 500 anos de colonização e onde diz ‘não não, as nossas províncias ultramarinas...’. E, no entanto, esta é a expressão que existe (entrevista 18).

Noutro dos depoimentos recolhidos, relaciona-se um caso recentemente ocorrido no futebol português com o racismo latente na sociedade. Referindo-se à ‘polémica’ em relação à idade de Renato Sanches¹⁶⁰, na altura ao serviço do Benfica, este adepto não tem dúvidas em afirmar que essa discussão só ocorreu porque se tratava de um futebolista negro:

*Qual é a dúvida? Porque não outro miúdo que também nasceu no Amadora-Sintra, como por exemplo o Adrien¹⁶¹? **Mas estes temas não são falados porque tem-se medo de tocar no tema racismo. Ele está lá, toda a gente sabe que é por causa disso, mas ninguém quer falar. É algo que ninguém quer sequer pensar que existe em Portugal. As pessoas dizem ‘não, não há’. Aliás, não é só cá em Portugal...Portugal teve um passado ao qual não quer estar ligado. Neste momento ninguém quer falar e tu ao trazeress essas discussões à baila...estás a trazer fantasmas...estás a desenterrar uma coisa que vai dar uma muita confusão (entrevista 17, ênfase acrescentado).***

As observações feitas por este adepto são bem elucidativas acerca do modo como o racismo é invisibilizado na sociedade portuguesa. Na verdade, é indiscutível que a polémica em torno da idade de Renato Sanches teve uma motivação racial. Aliás, esta não é a primeira vez que a pretensa idade de jovens jogadores negros é discutida nos ‘corredores do futebol’. O que este e outros casos têm em comum é o facto de terem, sempre, como alvo, atletas negros. A justificação é relativamente simples e assenta na sua compleição corporal, considerada ‘anormal’ para a idade que têm¹⁶², apesar de

¹⁶⁰ Durante a época desportiva de 2015/2016, vários elementos ligados ao Sporting, tais como o seu presidente, levantaram suspeitas acerca da idade do jovem jogador benfiquista. Inclusivamente, este tema alimentou vários programas televisivos, merecendo igual destaque em diversas peças da imprensa escrita. A ‘polémica’ só viria a acalmar quando o hospital no qual nasceu Renato Sanches tornou pública a sua certidão de nascimento, confirmando-se, assim, que o atleta tinha 18 anos de idade e não 23, como sugeriam vários atores desportivos.

¹⁶¹ Adrien Silva é um jogador português, branco, que atua no *Leicester City*, clube para o qual se transferiu em agosto de 2017. O atleta jogou durante vários anos no Sporting e é habitualmente convocado para os jogos da seleção nacional.

¹⁶² O caso mais recente ocorreu em setembro de 2018, durante o jogo Sporting-Sintrense referente ao Campeonato Nacional de Futebol na categoria de sub-17. Aquando da substituição de um jogador negro do Sintrense, os comentadores da ‘Sporting tv’, num tom claramente jocoso, sublinharam que Nélson

também se observarem vários casos de jovens jogadores (brancos) que apresentam uma robustez física semelhante. Conforme sublinhado no depoimento acima transcrito, ‘toda a gente sabe que é por causa disso’, que é o mesmo que dizer que este caso tem, à semelhança de muitos outros que ocorrem em Portugal, uma inequívoca origem racista.

A ampla cobertura mediática conferida a este caso não implicou que o tema racismo tivesse sido trazido a público. Por outro lado, em contracorrente com o silenciamento que ocorreu em Portugal, um artigo publicado pelo site internacional *Goal Euro 2016*, dedicou-se, precisamente, a analisar o modo como esta questão se ‘aproximava perigosamente do racismo.’ De acordo com Miles Chambers, autor do texto, não obstante a existência, no passado, de alguns casos relativos à falsificação das idades de jovens futebolistas africanos, ‘alguém procurar argumentar que existe um problema histórico’ que justificaria a suspeição levantada em torno de Renato Sanches é ‘racismo evidente’¹⁶³.

Este caso levanta uma série de questões, que vão desde a forma como as representações de África e dos africanos permanecem ancoradas na ideia de primitivismo até ao modo como as identidades nacionais são imaginadas e construídas. Na realidade, este e outros episódios colocam a nu as representações hegemónicas ocidentais sobre os futebolistas negros, profundamente ancoradas na figura do ‘atleta negro’ (Carrington, 2010), uma vez que não são conhecidas suspeições semelhantes que envolvam jovens futebolistas brancos.

Além disso, a discussão pública sobre a idade de Renato Sanches também relança a tese da homogeneidade racial da nação, mais especificamente a forma como esse pressuposto é permanentemente reconstruído. Logo, o ponto de partida para esta discussão é a presunção da homogeneidade nacional e, simultaneamente, a não representação de Renato Sanches enquanto português, mas sim como ‘filho de imigrantes’. Neste quadro, o facto de a nacionalidade portuguesa do jogador ser ignorada ou, pelo menos, relegada para segundo plano, reforça a tese de que a ‘nação lusitana’ não é percebida como sendo multirracial (Vale de Almeida, 2000).

era ‘claramente o jogador mais alto em campo’, seguindo-se da seguinte observação, por entre risos, do outro comentador: ‘tenho a impressão que já foi operado à próstata.’

¹⁶³ Obtido em julho 12, 2018, de <http://www.goal.com/euro2016/en/article/young-gifted-and-black-why-renato-sanches-age-claims-veer-dangerously-close-to-racism/10ngidzt9l3lj1olr72udg9q4t>

As narrativas que acompanharam a discussão pública deste episódio só podem, pois, ser compreendidas a partir dos discursos racistas eurocêntricos produzidos a propósito dos jogadores africanos que ingressam nos clubes europeus. É sobre eles que recai a desconfiança, pelo facto de serem provenientes de regiões pretensamente ‘menos civilizadas’. A suspeição relativa à sua ‘verdadeira’ idade não advém de outro fator que não o da sua *negritude*. É essa condição que os torna, à priori, ‘suspeitos’. Como tal, as lógicas que se encontram subjacentes a este tipo de discussões não podem estar desligadas de questões mais vastas e que têm a ver com noções de pertença e não-pertença ao núcleo identitário dos países europeus.

À semelhança dos discursos produzidos aquando do falecimento de Eusébio, abordados no Capítulo IV, este episódio evidencia a tensão existente entre a tese da homogeneidade da nação e as representações nacionais multirraciais que resultam, em larga medida, do legado colonial. Logo, estas narrativas racistas e eurocêntricas, ao persistirem na produção de discursos que reforçam a exclusão e a subalternidade de uma parte significativa da população bem demonstram que a nação portuguesa não é, de todo, percecionada e representada como sendo multicultural.

6.2.2 As ‘Casas do Benfica’ no prolongamento da nação

Numa entrevista concedida por António Lobo Antunes à revista ‘Visão’, o tema do conflito armado nas antigas colónias é abordado. É nesse momento que o escritor e psiquiatra português, em resposta a uma questão acerca das memórias que guardava dos combates, relata, com algum humor, uma história que se tornou particularmente célebre entre os adeptos do Benfica:

Apesar de tudo, penso que guardávamos uma parte sã que nos permitia continuar a funcionar. Os que não conseguiam são aqueles que, agora, aparecem nas consultas. Ao mesmo tempo havia coisas extraordinárias. Quando o Benfica jogava, púnhamos os altifalantes virados para a mata e, assim, não havia ataques. Parava a guerra. Até o MPLA era do Benfica. Era uma sensação ainda mais estranha porque não faz sentido estarmos zangados com pessoas que são do mesmo clube que nós. O Benfica foi, de facto, o melhor protector da guerra. E nada disto acontecia com os jogos do Porto e do Sporting, coisa que aborrecia o capitão e alguns alferes mais bem-nascidos. Eu até percebo que se dispare contra um sócio do Porto, mas agora contra um do Benfica? (‘Visão’, 27.11.2003, p.200).

O apuramento absoluto dos pormenores relatados não é, de todo, o aspeto que mais preocupa a investigação. Ao invés, o que é particularmente interessante é explorar o modo como este episódio não só mostra como reforça a ideia da relação, historicamente estabelecida, entre futebol, colonialismo e identidade nacional.

Num trabalho que explora o modo como as ‘formas desportivas modernas’ se disseminaram nos territórios ‘ultramarinos’, Nuno Domingos chama a atenção para o facto da identificação dos africanos com os clubes portugueses ser ‘perceptível sem necessidade de um enorme esforço de investigação, bastando um passeio pelas ruas de cidades como Maputo (ex-Lourenço Marques) e um olhar nos média locais’ (2011b: 100-101). Esse cenário não é, porém, exclusivo do contexto moçambicano, tal como confirma um adepto do Benfica, nascido em Cabo Verde: ‘só vês pessoas na rua com camisolas do Benfica. Em dez pessoas vês seis do Benfica, três do Porto, uma do Sporting e, às vezes, uma do Belenenses, Académica ou Boavista’ (entrevista 17).

A criação de ‘Casas’ e filiais dos clubes da ‘metrópole’, incentivadas pelos colonos, potenciou um sentimento de identificação, quer por parte dos portugueses quer por parte dos autóctones. Esse processo foi igualmente favorecido pelo desenvolvimento dos grandes centros urbanos, particularmente os de Angola e Moçambique. Nesta medida, a difusão dos desportos modernos, com destaque para o futebol, beneficiou de um conjunto alargado de fatores, tais como:

(...) o grau de urbanização, a densidade da população e das redes sociais, o desenvolvimento das actividades económicas e da divisão social do trabalho, os princípios que caracterizavam o sistema de estratificação social, o processo de centralização do Estado, a existência de redes de comunicação que permitiram a criação de laços entre habitantes do mesmo território, a formação de um tempo de lazer ocupado pela oferta de inúmeras práticas e consumos culturais, o surgimento de culturas populares urbanas e a expansão dos meios de comunicação social (Domingos, 2011b: 52).

De acordo com a leitura apresentada pelo autor, terá sido o ‘nível de industrialização e urbanização destes dois territórios’, especialmente adquiridos no período pós-guerra,

que consolidou o ‘desenvolvimento do processo de desportivização’¹⁶⁴ nas antigas colónias portuguesas (Domingos, 2011b: 53).

À semelhança do sucedido com outros clubes, as delegações do Benfica e da Académica de Coimbra expandiram-se um pouco por todo o território colonial, sendo em alguns casos, os únicos espaços de associativismo que existiam nas localidades com menor grau de urbanização. Essa rede de filiais, exponenciada pela cobertura mediática das digressões dos clubes aos territórios colonizados, estimulou a ‘formação de uma perene narrativa desportiva metropolitana que se expandiu para fora do universo colono e que persiste’ (Domingos, 2011b: 86). É, portanto, esta persistência que merece ser explorada.

A relação estabelecida entre os clubes portugueses e as populações africanas durante o período colonial conheceu uma fase algo conturbada após a descolonização. Tratou-se, sobretudo no caso moçambicano, já anteriormente mencionado, de uma tentativa de ‘deseuropeização’ (Darby, 2006). Ainda que expressa sob diferentes formas e ‘intensidades’¹⁶⁵, este enfraquecimento é um aspeto que deve ser mencionado. Contudo, independentemente da maior ou menor expressão das ligações formais, a presença dos clubes portugueses continua a ser assinalável.

O testemunho de um diretor da ‘Casa do Benfica de Bissau’, quando realça que o Benfica e outros clubes são as únicas formações culturais que sobreviveram à descolonização, sugere que o futebol português ainda funciona como um ‘prolongamento da nação’. Quando questionado sobre se ainda faz algum sentido falar-se do ‘Portugal ultramarino’, afirma:

Acho que é das únicas coisas que faz sentido é no Benfica. No Benfica, no Sporting, no Porto, no Belenenses ou na Académica. Isso faz sentido. Esta extensão também

¹⁶⁴ A expressão ‘processo de desportivização’, que havia sido cunhada por Nobert Elias no início da década de 70 do século passado, refere-se a um modo de disseminação de práticas desportivas modernas consubstanciadas em condutas codificadas, estruturadas e tendencialmente universais (Domingos, 2011b). Para uma leitura pormenorizada sobre a forma como este processo desenvolveu no contexto português, ver Kumar (2017).

¹⁶⁵ Pese embora a impossibilidade de realização de uma entrevista com um atual dirigente do Benfica, foi possível apurar que, no período pós-25 de Abril, houve um ‘corte das ligações’ entre as ‘Casas’ e delegações do clube com a ‘Casa Mãe’. Deste modo, boa parte desses vínculos formais enfraqueceram-se e, em alguns casos, deixaram de existir. De acordo com a informação transmitida por um diretor do clube, alguns desses espaços têm vindo a ser ‘reativados’ no sentido ‘de se poderem recuperar essas ligações’. Refira-se que, atualmente, para além das dezenas de clubes filiais do Sport Lisboa e Benfica existentes nas antigas colónias africanas, apenas duas ‘Casas’ se encontram em atividade: a ‘Casa do Benfica da Cidade da Praia’ e a ‘Casa do Benfica em Bissau’, que, todavia, ainda não foi oficialmente inaugurada.

se pode alargar à gastronomia. Mas, de resto, no domínio cultural...Portugal tem perdido muito no domínio cultural em detrimento da França, até da Espanha, ou do Brasil. Eles estão a assumir um protagonismo cultural muito maior do que Portugal. Na Guiné, não houve nenhuma rutura com o Benfica após o 25 de Abril. O Benfica de Bissau teve sempre presidentes negros durante o tempo colonial e mesmo depois. Aliás, só agora é que temos um presidente branco (entrevista 19, ênfase acrescentado, ver anexo I).

A respeito da implementação do Benfica nas antigas colónias africanas, vale a pena transcrever uma história contada por um ex-jogador, nascido em cabo-verde e que atuou no clube na década de 90:

Fui uma vez a Cabo-Verde de férias, tinha 20 anos (tenho uma avó que está na Praia). Cheguei ao aeroporto a tentar passar discretamente – já jogava no Benfica – e houve um senhor que, educadamente, me perguntou ‘o senhor é jogador do Benfica, não é? Ah, é que eu trabalho na rádio...’. Bem, foi o tempo de eu chegar a casa. Já estava a dar na rádio que eu estava na cidade da Praia. Nada de especial, mas ok. No dia a seguir fui ao centro da Praia com a minha tia. Eh pá, eu fiquei impressionado: era conhecido, mas também não era assim uma estrela do outro mundo. Tive que voltar para casa, tal era a confusão. De repente, aquilo transformou-se...já não sabia o que havia de fazer. Nesse dia, à tarde, fomos dar uma volta de carro pela ilha da Praia. Quando chegámos a casa à noite, estava cheio de gente a bater à porta. Eu ia lá, assinava [autógrafos] e tentava passar a palavra, mas...no dia a seguir a mesma coisa. E então fui passar uns dias à ilha do Sal (entrevista 2).

A forte identificação de uma significativa camada demonstrada pela população guineense, angolana, moçambicana, cabo-verdiana e são-tomense com os clubes portugueses parece sugerir a ideia de manutenção de uma relação de colonialidade. É neste quadro que podem ser entendidas as palavras do já citado diretor da ‘Casa do Benfica de Bissau’, quando procura explicar o peso atual dos clubes portugueses nestes territórios:

Justifica-se assim: se você analisar as ex-colónias francesas, portuguesas, inglesas, as únicas que têm mulatos são as portuguesas. Porquê? O português quando chega a uma cultura misceniza-se. Isso tem a ver com as características da colonização portuguesa...há mulatos em todo o lado. Moçambique, se calhar menos, Angola há mulatos por todo o lado, Guiné menos, Cabo Verde muitos. Portanto, houve uma mistura, uma miscenização da cultura portuguesa com a cultura autóctone e houve uma influência muito grande da cultura portuguesa e eles aceitaram essa influência (entrevista 19, ênfase acrescentado).

Esta visão é o resultado da hegemonia das teses lusotropicalistas no imaginário português, imaginário esse que tem vindo igualmente a ser alimentado por alguns setores das elites africanas ‘lusófonas’. Ainda assim, e não obstante a proclamação da ‘particularidade’ do ‘modo português de estar no mundo’ (Castelo, 1998), o entrevistado – que também tem nacionalidade angolana – revela a existência de alguma animosidade relativa aos portugueses que, no seu entender, se encontra relacionada com o recente estabelecimento de ‘neocolonialistas’ no território:

Em Angola pode existir...’oh branco vai prá tua terra!’. Angola pode ser o país com mais...até pelo próprio feitio do angolano, que tem a mania que é de um país rico. Em Angola ouve-se essas bocas. Isso já vem de trás, mas esta nova vaga de imigração agudizou isso um bocado. Eu chamo-lhes neocolonialistas. Foram para lá tentar viver uma vida que nunca tiveram. Nunca tiveram uma empregada doméstica, um motorista, e foram para lá e conseguiram ter acesso a isso. Então não sabem lidar com isso. O português que esteve antes do 25 de Abril tem experiência, porque já viveu esse tempo, é totalmente diferente destes novos colonialistas (entrevista 19).

Tendo em consideração a persistência da popularidade dos clubes portugueses no contexto pós-colonial, coloca-se uma hipótese distinta que consiste em perspetivar em que medida o desporto, mais concretamente o futebol, ‘pode ter sido simultaneamente e de forma complexa adotado como estratégia de controle por parte do colonizador’ e ter sido ‘ressignificado e/ou encarado como alternativa de resistência por parte do colonizado’ (Melo, 2011: 164).

Paralelamente a esta linha argumentativa, poder-se-ia deduzir que essa (re)significação cultural só se aplicaria aos clubes e não, por exemplo, à seleção nacional, já que esse hipotético apoio poderia ser percebido como um prolongamento de uma relação de colonialidade. Curiosamente, a ideia de que, por exemplo, ‘em Angola não se sofre com a seleção portuguesa¹⁶⁶’ (entrevista 19) poderá concorrer não para a tese da excecionalidade do regime colonial português, mas para alguma singularidade dos clubes, ou, pelo menos, para um universo relativamente independente:

¹⁶⁶ Na perspetiva deste adepto benfiquista, o sentimento de algum afastamento de Portugal por parte de Angola está relacionado com a ‘ferocidade da guerra colonial’, bem como com o ‘poder atual que Angola tem, o que faz com que não se rebaixem’ (entrevista 17).

O modo como o futebol português se transformou numa parte importante da cultura popular urbana de cidades como Maputo ou Luanda remete para um trajeto original e muito particular que acaba por explicar o facto de, além da memória histórica se manter ainda viva, este património ter adquirido uma forma contemporânea original' (Domingos, 2006b: 118).

Esta forma original é expressa, por exemplo, nas palavras de muitos dos benfiquistas guineenses, quando 'fazem questão de dizer: eu sou do Benfica de lá, não tenho nada a ver com o de cá! Os guineenses não dão grande importância ao Benfica de Bissau' (entrevista 19). O facto destes adeptos falarem 'dos clubes como se fossem seus', à semelhança do que acontece noutros países africanos colonizados por Portugal (Domingos, 2006b: 117) demonstra que a relação afetiva estabelecida para com os clubes nacionais se assemelha à dos portugueses.

Estes processos de identificação, que persistem atualmente nestes territórios, não significam, necessariamente, que os povos colonizados tenham procurado utilizar o futebol como forma de resistência. Ainda que tal se possa ter verificado em alguns casos, a aplicabilidade dessa leitura, na linha daquela desenvolvida por C.R.L.James¹⁶⁷ a propósito do cricket no contexto colonial britânico, carece de um conjunto de análises mais aprofundadas.

6.3 Académica, contestação e colonialismo: limites e possibilidades

Autores de um livro que retrata, minuciosamente, a história do futebol da Académica, Mesquita e Santana realçam que se a vida do clube é 'inseparável das lutas estudantis, ela confunde-se, igualmente, em larga medida, com a história da cidade e do país no último século' (2011: 20). Esta ligação umbilical do futebol da Académica com a Academia, que perdurou durante mais de seis décadas, só se viria a romper com a Revolução de Abril¹⁶⁸, facto que reforça a pertinência da relação entre futebol e o contexto político que o envolve.

¹⁶⁷ Partindo do caso do cricket, o trabalho desenvolvido por C.R.L James revelou-se numa crítica incisiva sobre o próprio colonialismo britânico. A sua análise, que resultou na publicação da obra 'Beyond a Boundary', em 1963, teve a capacidade de captar o lugar central que o cricket ocupou enquanto local privilegiado para as lutas anticoloniais. A influência das suas ideias encontra-se expressa em vários trabalhos (Carrington, 1998a; Hartman, 2003 e 2012, entre outros), nos quais se recuperaram as possibilidades de contestação social que a arena desportiva pode oferecer.

¹⁶⁸ Embora a fundação da Associação Académica date de 1887, a criação da equipa de futebol só surge na primeira década do século XX, mais especificamente a 28 de janeiro de 1912, data em que defronta o 'Ginásio Club de Coimbra'. Obtido em julho 27, 2018, de <http://www.academica-oaf.pt/home/historia/#> Trata-se, assim, de um clube de futebol cujos jogadores são oriundos da própria academia. Em

A ideia de que a Académica é um clube diferente tem acompanhado todo o seu percurso histórico. Este discurso é recorrentemente sublinhado não só pelos seus próprios seguidores, como também pela generalidade dos outros atores que participam no futebol português. Todavia, de acordo com a leitura de um antigo dirigente do clube, é necessário lançar um olhar crítico acerca dessa pretensa originalidade da Académica:

Sinceramente acho que isto foi um...não diria um mito, mas algo que foi sendo construído ao longo dos tempos e que terá começado sensivelmente nos anos 30, se calhar, coincidentemente ou não, com a implantação do Estado Novo em Portugal e aí começou a haver, de facto, um apoio muito grande do regime face à Académica na questão essencial e inicial de privilegiar os jogadores estudantes no sentido de virem para Académica e essa diferença começou por aí (entrevista 20, ver anexo I).

Apesar de se tratar de um ‘clube diferente’, a Académica, nas palavras de um dos seus seguidores, não tem a capacidade de congrega o ‘sentimento de bairrismo que há noutras equipas, como o Porto ou o Guimarães. Há uma falta de ligação da população ao clube. É um clube dos ‘doutores’’, (entrevista 22, ver anexo I). Consciente dessa ligação das classes privilegiadas à Académica, um antigo dirigente do clube sublinha o seguinte:

contracorrente com os processos de profissionalização do futebol português, ocorridos a partir da segunda metade do Século XX, a Académica mantém-se, formalmente, um clube amador constituído por estudantes universitários e sob a alçada da academia. Contudo, este cenário alterou-se radicalmente com o 25 de Abril. Na sequência de uma Assembleia Magna, realizada em junho de 1974, a maioria dos estudantes decide extinguir a equipa de futebol, ‘alegando que esta funciona à revelia dos princípios amadores que norteiam as restantes secções’ e, além disso, “gerida, desde 62, por dirigentes comprometidos com o regime fascista derrubado” (Santana e Mesquita, 2011: 247, aspas no original). Os meses seguintes viriam a ser marcados por disputas político-institucionais que envolviam, genericamente, duas facções: a que defendia a extinção da secção e consequente proibição de ostentação do símbolo da Associação Académica de Coimbra e outra que pretendia a formação de um novo clube – ‘Clube Académico de Coimbra’ (CAC) – que seria, assim, o ‘legítimo’ sucessor da equipa universitária, devendo, por conseguinte, ocupar o seu lugar no campeonato de futebol da Primeira Divisão. A formação do CAC viria a ser aceite pela Federação Portuguesa de Futebol e foi nessa qualidade que o recém-criado ‘Académico’ participou, durante uma década, nas competições oficiais. O conflito institucional prolongou-se e só viria a terminar em julho de 1984, altura em que o então atual presidente do clube assinou um protocolo com a Associação Académica, no qual constava que ‘o Clube Académico de Coimbra é integrado na Academia como organismo autónomo ‘sui generis’ da Associação Académica de Coimbra. O seu nome passará a ser Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol” (Santana e Mesquita, 2011: 291, aspas no original). Na prática, a sua criação implicou (e implica) a coexistência de duas ‘Académicas’: uma profissional que atua, presentemente, na ‘Segunda Liga’ e outra amadora, sob a égide da Academia, intitulada ‘Académica – Secção de Futebol’, que disputa a ‘Divisão de Honra’ dos campeonatos distritais da Associação de Futebol de Coimbra.

O objetivo não era provavelmente o de criar uma elite, mas sim um elemento diferenciador. Isso foi feito com um objetivo perfeitamente absolutamente definido, disso tenho poucas dúvidas, que poderia ter começado até com um inconsciente coletivo, mas que começou a ganhar simpatia de um conjunto de pessoas que estava diretamente e indiretamente ligada à causa académica e havia uma certa... o elitismo está aqui associado porque, se nós virmos bem e se analisarmos a história contemporânea de Portugal, sabemos que o ensino universitário no início do século XX não estava ao acesso das massas e começa logo desde aí (entrevista 20).

De acordo com a sua leitura, apesar da ligação do clube à cidade e à universidade de Coimbra, a ideia dos seus fundadores seria construir uma identidade que ‘pudesse fazer da Académica um símbolo não local, não regional, não diretamente relacionada com a academia e muito menos com a cidade, mas sim a um clube a nível nacional’. Neste sentido, o entrevistado mostra-se cético relativamente à tese do amadorismo, pelo menos a partir da década de 50: ‘Tenho dúvidas sobre aquela ideia ‘ah, nós estamos aqui para estudar e pelo prazer de jogar futebol e tal’. Os jogadores vinham aqui a troco, de facto, da possibilidade de virem estudar e também de um equilíbrio financeiro’ (entrevista 20).

Este argumento vai ao encontro da tese que defende a existência de uma proximidade entre a Académica e algumas das principais figuras do salazarismo, no sentido em que a conceção do desporto baseada no amadorismo – independentemente de não corresponder totalmente à realidade – colhia um indiscutível apoio junto do regime (Kumar, 2017). Como tal, a simpatia que a Académica parecia obter junto dos governantes estaria, pelo menos em parte, relacionada com a peculiaridade do clube e com essa promoção dos valores amadores.

Porém, a conjuntura que favorecia a ligação entre o Estado Novo e a Académica vir-se-ia a alterar no início da década de 60. Justamente, é a partir deste marco cronológico que ganha peso a tese de acordo com a qual a história do clube é inseparável da cronografia do movimento estudantil e conseqüentemente da história da sociedade portuguesa. Uma antiga figura do futebol academista, de enorme destaque nas décadas de 60 e 70, relembra que a politização da Académica refletia o ambiente de contestação universitária face ao regime fascista:

Acho que isto tudo começou com um movimento que se iniciou com o início da guerra do ultramar. Todos os anos saíam jovens que tinham que ir para a guerra.

Houve aqui muitos oficiais milicianos com formação política. E, portanto, muitos soldados com educação foram para o ultramar e tinham já formação política, por estarem numa cidade onde, de facto, se discutia política a sério: nas Repúblicas¹⁶⁹. É um movimento que se alastra. O que coincide é que a Académica era muito forte desportivamente: dois anos antes tinha ficado em segundo lugar no campeonato e perdeu, num segundo prolongamento, uma final da taça [66/67]. E a equipa era a mesma, tinha grande prestígio. Os estádios onde jogávamos estavam cheios e depois cresce o facto de nove jogadores que chegaram a essa final serem universitários – o que era uma coisa espantosa – e com conhecimento político. E viajados. Nós, todos os anos, viajávamos e sabíamos bem o que era a Europa, pois tínhamos jogado dez jogos nas competições europeias (entrevista 4).

O testemunho suscita uma clarificação. Efetivamente e embora se tenham registado vários períodos de contestação política, há dois momentos históricos que merecem ser realçados, já que ambos partiram, ou, pelo menos, tiveram como principais atores, os estudantes conimbricenses. O primeiro, ocorrido no início da década de 60, ficou conhecido como ‘Crise de 62’. Na sequência da realização não autorizada do ‘Primeiro Encontro Nacional de Estudantes’, o regime fascista decidiu demitir a Direção Geral da Associação Académica, expulsando os seus membros do ensino e levando-os, inclusivamente, a tribunal (Santana e Mesquita, 2011: 185). Como se verá em seguida, a ‘Crise de 62’ viria a ter repercussões altamente significativas junto da equipa de futebol, marcando decisivamente a história política do clube.

Sete anos mais tarde, a Académica classificou-se para a final da Taça de Portugal, na qual defrontou o Benfica. Disputada em maio, em plena ‘crise estudantil’, marcada por uma série de reivindicações relacionadas sobretudo com a liberdade de ensino, repressão e autonomia das universidades, a luta académica teve na sua equipa de futebol um poderoso aliado. O facto da direção da Associação Académica ser composta, nessa altura, por figuras bastante relevantes do movimento estudantil

¹⁶⁹ As ‘repúblicas’ são locais de alojamento destinados aos estudantes universitários e que se caracterizam por formas peculiares de autogestão, diferenciando-se, assim, de outros espaços de socialização estudantil. A escolha do termo ‘república’, que data do século XIX, reflete o quadro ideológico europeu da época, dentro do qual emergiram as ideias progressistas e republicanas. Apesar de alguma dificuldade sublinhada pelos investigadores em apontar uma data específica do nascimento destes espaços, a maior parte afirma que as primeiras ‘repúblicas’, ainda que sem essa designação, terão surgido no século XIV, durante o reinado de D. Dinis (Estanque, 2008). A extinção dos mosteiros, congregações e colégios de ordens religiosas que se verificaram no século XIX repercutiram-se no alojamento estudantil. Porém, alguns anos mais tarde, a influência do liberalismo e do espírito ‘boémio’ fizeram renascer as ‘repúblicas’, nas quais se foi desenvolvendo um espírito comunitário, contestatário e subversivo (Frias, 2003; Estanque, 2008; Silva e Madeira, 2009).

contribuiu inequivocamente para a tomada de posição política adotada pela própria equipa¹⁷⁰:

Conhecíamos e percebemos que o futebol era uma arma muito importante e verificamos que na Académica os jogadores reuniam-se e aderiam ao movimento académico. Portanto, eles não tiveram que fazer muito, porque a ligação era perfeita. E como fomos ganhando as eliminatórias, o movimento cresceu e eles foram aproveitando o futebol, mas um aproveitamento perfeitamente consentido. Não é o aproveitamento que o Salazar fazia. Um aproveitamento bom, 'ao contrário'. Eu próprio fiz greve aos exames. Estive nessa Assembleia. Eu e os meus colegas. E lutámos, reunimos e decidimos. E fizemos isso com honra e prazer, numa coisa em que nós acreditávamos que era importante e que era justa. Liberdade de ensino, etc (entrevista 4).

Um dos aspetos que se pretendeu abordar na pesquisa empírica consistiu no alcance das reivindicações estudantis e a sua influência junto da secção de futebol. Deste modo, procurou-se perceber se os posicionamentos políticos se cingiam às questões relacionadas com a forma como o regime concebia o ensino universitário ou se essa contestação assumia um carácter mais amplo, podendo, assim, englobar uma crítica ao próprio colonialismo português.

A 'Final mais politizada' do futebol português, assim apelidada por Santana e Mesquita (2011: 222), e que opôs, em 1969, a Académica ao Benfica, transformou-se numa arena de contestação ao regime. Tendo em consideração que, já na altura, a final da Taça de Portugal representava um acontecimento desportivo e social com expressão no panorama nacional, com direito a transmissão televisiva, as ações de protesto tomaram uma proporção maior devido ao facto de os jogadores academistas se terem solidarizado com as lutas estudantis, entrando em campo com as capas caídas sobre os ombros, em sinal de luto académico. Um antigo jogador moçambicano que fazia parte da equipa recorda esse dia:

Quando a gente foi à final da taça, os estudantes não queriam que a gente jogasse, por causa da luta contra o Salazar. E nós entrámos em campo a passo, como se fossemos para um funeral...naquela final o Salazar avisou: 'ou se portam com juizinho...ou então vão lá para a luta, para a guerra' (entrevista 6).

¹⁷⁰ O futebolista José Belo, figura de grande relevo na história do clube, numa entrevista concedida ao já extinto semanário 'Independente', sublinhou que 'o grupo estava perfeitamente sintonizado. Sabíamos que transportávamos o futuro nas camisolas. E tínhamos consciência de estarmos a dar visibilidade à crise' (Santana e Mesquita, 2011: 223).

Na leitura de um dos entrevistados que havia ingressado no clube precisamente nessa altura, o que estava especialmente em causa era a reclamação de um novo modelo de ensino universitário. Os próprios *slogans* e mensagens exibidas nas bancadas do Estádio Nacional – ‘Melhor Ensino, Menos Polícias’ ou ‘Universidade Livre’ – sugeriam isso mesmo:

Eu penso que essas manifestações tinham mais a ver com a liberdade de ensino, com a liberdade intelectual e não tanto algo mais abrangente. Penso que não queria passar muito disso. Se bem que, como nós estávamos em idade de ir para a tropa, alguns, que percebiam o que lhes podia acontecer, também passavam essa mensagem libertadora (entrevista 10).

Chegado ao clube em meados da década de 60, outro antigo futebolista reforça a presença da Académica nas duas greves, embora com posições diferenciadas:

Na de 62...aliás, nessa altura a parte desportiva estava até bastante politizada, embora eu ainda não estivesse cá, porque quatro ou cinco jogadores abandonaram a Académica para os Movimentos de Libertação de Angola e Moçambique. Um deles chegou a ser chefe do Estado Maior do exercito do MPLA [Daniel Chipenda] e a outro, à data da independência, era o chefe [António França]. Mas esse movimento [estudantil] aí foi mais complicado porque houve uma luta académica aos exames, mas não houve consonância com os jogadores, porque queriam que eles não jogassem. Houve aí um não entendimento. Em 69 não. Aí houve uma ligação total entre o movimento estudantil e os jogadores da Académica, que coincidiu com a ida da Académica à final da Taça de Portugal, e nós estávamos bastante solidários com as posições da academia e foi uma bonita festa (entrevista 4).

O facto das lutas dos estudantes se centrarem essencialmente em questões relacionadas com a política educativa, não impedia, por parte dos futebolistas do clube, uma reflexão acerca da guerra, visto que a maioria deles poderia ser chamada para combater. Aliás, um dos entrevistados confessa que, perante um cenário desses, a sua escolha já havia sido feita:

*Mas eu já tinha tomado a decisão caso fosse chamado para o ultramar, fugir. Não estava preparado. Por tudo. Por medo, por receio, por ir combater contra pessoas...**defender uma coisa sem sentido...uma luta entre pessoas com a mesma identidade, com a mesma língua.** Acho que não fazia sentido. Além da minha defesa pessoal, não tinha sentido ir para uma luta...eu tinha fugido (entrevista 10, ênfase acrescentado).*

Apesar da relevância em explorar o alcance das lutas estudantis e a sua influência junto da equipa de futebol, importa reafirmar que essa não é a preocupação central que orienta esta secção. Esse tema, que extravasa os limites teórico-analíticos da presente dissertação, é merecedor de uma análise detalhada e, por si só, objeto de estudo de uma outra investigação¹⁷¹. Desta forma, aquilo que deve ser enfatizado relaciona-se, por um lado, com as posições assumidas face à ‘guerra do ultramar’, assim apelidada pelos entrevistados. Além disso, também partindo desse posicionamento, mostra-se em que medida é que a Académica acabou por ocupar um importante espaço de disputa política.

Relativamente à tomada de posição face às Guerras de Libertação, as palavras do entrevistado anteriormente citado revelam a persistência de uma narrativa que naturaliza a tese de acordo com a qual o povo português e os povos africanos colonizados partilham uma identidade em comum. Conforme se observa, não se trata necessariamente de questionar o colonialismo, enquanto prática de dominação e subjugação, mas tão somente de enfatizar a ideia de que a guerra ‘não fazia sentido’, especialmente quando esta opunha pessoas que partilhavam a ‘mesma língua’. Na verdade, esta é uma narrativa que confirma o lugar hegemónico dos ‘discursos da lusofonia’ junto do imaginário nacional, o que reforça a linha argumentativa que tem vindo a ser defendida nesta dissertação.

Independentemente das razões que estiveram na base da contestação face ao conflito armado poderem ser analisadas sob vários ângulos, parece indesmentível que o ambiente político e intelectual que envolvia o futebol da Académica se distinguia do da esmagadora maioria dos outros clubes. Nesta medida, esse contexto peculiar potenciou a tomada de posições face a questões centrais da sociedade portuguesa da época, nomeadamente no que se refere às Guerras de Libertação. Mário Wilson, moçambicano, figura destacada na história do clube, bem como do futebol português, salientava que a Académica, ‘se bem que ‘menina dos olhos’ de muitas figuras do regime’, representava um lugar onde a ‘Oposição lançara sementes, pelo menos desde a chegada de Cândido de Oliveira¹⁷², que tinha entre as suas credenciais uma

¹⁷¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a ‘Crise Académica de 69’, ver, por exemplo, Cruzeiro (1989), Namorado (1989), Bebião (2003) e Cardina (2008).

¹⁷² Cândido de Oliveira foi uma figura de enorme relevo do desporto, do jornalismo e da política portuguesa. Nascido no Alentejo, em 1896, começou por ser futebolista do Benfica na década de 20.

passagem pelo Tarrafal e que em Coimbra permaneceria até 1958' (Santana e Mesquita, 2011: 541, aspas no original).

Na perspetiva defendida pelo antigo jogador e treinador da Académica e do Benfica, a partir da chegada de Cândido de Oliveira, 'Coimbra e a Académica nunca mais seriam iguais' (Santana e Mesquita, 2011: 541). Na realidade, e conforme já salientado, a politização da Academia viria a ter reflexos diretos junto da própria equipa de futebol, nomeadamente aquando da 'Crise de 62'. Tendo em consideração que a Académica se encontrava debaixo da alçada da Associação Académica, os posicionamentos políticos adotados pelos estudantes tiveram consequências diretas junto da própria equipa, implicações essas que seriam alargadas ao próprio campeonato.

Depois do jogo entre a equipa conimbricense e o Beira-Mar ter sido adiado devido, nas palavras do então Ministro da Educação Lopes de Almeida, a 'circunstâncias muito especiais', o encontro entre a Académica e o Sporting, em Coimbra, agendado para 20 de maio¹⁷³, ficou marcado por confrontos no exterior do estádio entre estudantes e as forças policiais ((Santana e Mesquita, 2011:185). Ainda que a posição relativamente à denominada 'guerra do ultramar' não fosse a questão central, o que é um facto é que foi, sobretudo, a partir deste contexto em particular que se reforçou a ligação entre a história da Académica e a do próprio país.

6.3.1 *'Crise de 62' e a adesão aos Movimentos de Libertação*

À semelhança do que acontecia com alguns clubes portugueses, eram vários os futebolistas 'ultramarinos' que alinhavam na Académica de Coimbra. Uma parte considerável destes atletas, que era simultaneamente estudante, encontrava-se

Mais tarde, entre outros clubes, treinou o Sporting, o Porto, a Seleção Nacional e, nos últimos anos da sua vida, a Académica de Coimbra. Foi, ainda, cofundador do jornal *A Bola*, em 1945. Pese embora a sua dedicação pelo futebol, Cândido de Oliveira destacou-se igualmente na luta contra o fascismo português e europeu. Detido pela PIDE, em colaboração com a Gestapo, que o acusava de 'liderar uma organização antifascista vocacionada para a luta de guerrilha em caso de uma invasão nazi à Península Ibérica', foi deportado para o Tarrafal, onde permaneceu entre 1942 e 1944. A conquista da liberdade deveu-se, em grande parte, à pressão exercida pelo governo inglês (com o qual tinha colaborado, enquanto espião) para 'libertar os presos antifascistas que contribuíram para a causa dos Aliados.' Obtido em julho 30, 2018, de <https://desporto.sapo.pt/futebol/supertaca/artigos/candido-de-oliveira-o-primeiro-mestre-do-futebol-portugues>

¹⁷³ Esta revolta estudantil não foi totalmente acompanhada pela equipa de futebol. Em concreto, os estudantes pretendiam que os atletas não comparecessem aos jogos com o Beira-Mar, em Aveiro e com o Sporting, em Coimbra. A não comparência ao encontro com os aveirenses não viria a ter seguimento na semana seguinte, uma vez que, depois de auscultados os jogadores, a maioria havia decidido jogar. Essa decisão não é bem aceite por parte dos adeptos presentes no estádio, que assobiaram a equipa (Santana e Mesquita, 2011: 185).

alojada na ‘Casa dos Estudantes do Império’¹⁷⁴. Este espaço, à semelhança do que sucedeu com as ‘Repúblicas’, foi fundamental para a politização da equipa ou, pelo menos, para a de alguns dos seus jogadores. É esse o sentido do testemunho de um dos antigos atletas:

Havia aqui uma ‘República’ de africanos que era a ‘República dos Milionários’, onde estive o Agostinho Neto, etc. Acho que o Mário Torres também lá esteve. Todos os que vinham eles apoiavam, levavam com a formação. Por isso é que em 1970, 70 e poucos, para impedir um pouco as ‘Repúblicas’ de fazer esse papel, é que começaram a fazer umas casas universitárias, precisamente para barrar o crescimento das ‘Repúblicas’ (entrevista 4).

Com efeito, quer as ‘Repúblicas’ quer a ‘Casa dos Estudantes do Império’ tornaram-se espaços altamente politizados, produzindo assim um efeito contrário ao pretendido pelo regime fascista. Uma das consequências diretas da crescente politização de alguns dos futebolistas, principalmente dos africanos que atuavam na equipa, deu-se pouco tempo depois do ‘Maio de 62’. Decorridos apenas três meses dos protestos estudantis, dá-se a fuga de Coimbra de quatro atletas da Académica: os angolanos Daniel Chipenda, Augusto Araújo (ambos com passagens anteriores pelo Benfica), António França e o moçambicano José Júlio. Um dos seus antigos colegas de equipa recorda esses acontecimentos:

O Chipenda, o Araújo, o França e o José Júlio, moçambicano, fugiram, desertaram. Apanharam um barco na praia de mira para Marrocos¹⁷⁵. Quer dizer, nós não

¹⁷⁴ A criação desta casa, fundada em 1944, tinha como objetivo ‘fomentar a mentalidade imperial’ e o ‘sentimento de portugalidade’ junto dos poucos alunos africanos que frequentavam o ensino universitário. Obtido em Julho, 31, 2018, de <https://www.uccla.pt/sites/default/files/introducao.pdf>. Contudo, a ‘Casa dos Estudantes do Império’ (CEI), pela qual passaram várias figuras ilustres dos Movimentos de Libertação, quer em Lisboa quer na delegação de Coimbra, viria a tornar-se num local de resistência e subversão ao fascismo e ao colonialismo. Face ao ‘perigo’ que representava, a CEI foi encerrada pela PIDE em 1965. Numa homenagem a Agostinho Neto, que decorreu em junho de 2016 na Universidade Lusófona de Lisboa, o embaixador angolano Luís José de Almeida, seu companheiro de luta, salientou a importância deste espaço: ‘foi a primeira etapa da sua vida como nacionalista (...) A Casa dos Estudantes do Império formou muita gente. Era na CEI que nós confrontávamos as nossas ideias, que discutíamos os nossos problemas, que nos solidarizávamos uns com os outros. Fazíamos trabalho político, mas clandestino. Aliás, na CEI todos nós só pensávamos numa coisa: como trabalhar para chegarmos à independência?’ Obtido em julho 31, 2018, de <http://www.dw.com/pt-002/ant%C3%B3nio-agostinho-neto-homenageado-em-portugal/a-19338006>

¹⁷⁵ As circunstâncias relativas à fuga dos quatro jogadores africanos de Coimbra e de Portugal não parecem estar, de todo, esclarecidas. Por exemplo, de acordo com a Revista ‘Visão’, que faz eco da obra de Rui Cardoso intitulada ‘Tudo pelo Poder’, a fuga não terá tido origem na praia de Mira, mas sim no Algarve, onde terão pago ‘umas dezenas de contos a um arrais para os levar de traineira para Marrocos, porta para a guerrilha do MPLA.’

podíamos dizer que tinham fugido... iam-se alistar. Quer dizer, o Chipenda já era [da Frelimo]. Isto começou quando a Académica foi jogar a Marrocos. E, na altura, o França foi saber como se podia inscrever no MPLA. Mas dessa vez foram caçados, foram presos. E foram para a PIDE. O Chipenda ficou lá dentro e o França alugou o quarto ao lado da PIDE. E disseram-lhe: ‘olha, à terceira já não sais...’. O gajo [Chipenda] gostava de jogar na Académica, mas o pessoal estava naquela de ‘cavar’ e tal...(entrevista 6).

Embora tenha chegado à cidade alguns anos após a fuga, outro atleta que se destacou no clube também aborda esse tema:

Sim sim, houve o Chipenda, o Araújo, o general França, que eu conheci em Angola agora quando lá treinei. É uma das figuras do Estado angolano e tenho o privilégio dele ser meu amigo. Eles saíram daqui... eu acho que eles já eram indivíduos com uma inteligência, com uma cultura muito grande e já tinham esse sentido de liberdade. Já estava dentro deles. Tinham já uma cultura europeia e percebiam perfeitamente o que era o fascismo e também queriam transformar aquilo que era a agenda do colonialismo. Acho que eles foram peças fundamentais de introduzir essa tentativa de liberdade, que depois foi conseguida, neste caso que foi Moçambique e Angola, que eram os seus países (entrevista 10).

Num artigo assinado por Mário Wilson, intitulado ‘Jogadores africanos dos Anos 60: Uma marca na história’ explora-se o modo como Coimbra e a Académica se mostraram ‘uma autêntica escola de vida, que ia muito para além do futebol’. Vale a pena transcrever parte do texto:

*É então que começam a chegar os africanos, que deixariam para sempre uma profunda marca na memória da cidade: Daniel Chipenda, Araújo, França, José Júlio – este, um moçambicano de raça branca, que foi uma das figuras que culminaria com a fuga de todos eles e a adesão de corpo inteiro aos movimentos de libertação, cujo ideal abraçariam sem cedências. **Foi um tempo novo que se abriu em Coimbra, com o futebol a tomar uma opção clara relativamente a uma questão que era fracturante na sociedade portuguesa de então: a da guerra colonial e das independências das ex-colónias.** Foi um tempo de luta, de comunhão fraterna, mas foi, sobretudo, um tempo difícil, com a PIDE a apertar o cerco, com o Campeonato a ser interrompido durante uma jornada – exactamente aquela em que deveríamos defrontar o Sporting –, com a manifestação na Praça da República, com a equipa, para o fim, dividida entre continuar a luta da forma que havia sido escolhida, ou suspendê-la momentaneamente. Com Daniel Chipenda, Araújo, José Júlio e França fora de Coimbra, é certo. **O seu exemplo, contudo, permaneceu para sempre vivo na cidade, através de todas as vicissitudes e para além de todas as dissensões.** Cada um à sua maneira: Daniel Chipenda de uma forma mais empolgada, que lhe*

Obtido em agosto 7, 2018, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2016-05-20-O-inspetor-que-conspirava-pelo-Benfica-e-outras-historias-de-intriga-traicao-e-vinganca>

*vinha muito da educação paterna que recebera, França, que mais tarde se tornaria no comandante N'Dalo, uma autêntica lenda viva do MPLA, de um modo mais sereno e racional. Foram expoentes de uma luta armada, da luta pela independência da pátria angolana. Uma luta que dizimou vidas dos dois lados da contenda, mas que **teve sempre, no que a Angola respeita, mais até do que a Moçambique, uma certa inspiração coimbrã por parte de alguns dos seus mais respeitados fatores.** Coimbra e a Académica não os esquecerão!’ (Santana e Mesquita, 2011: 541, ênfase acrescentado).’*

A tese defendida por Mário Wilson, de acordo com a qual o futebol da Académica havia tomado ‘uma opção clara’ em relação à guerra e à independência das antigas colónias, parece revestir-se de algumas fragilidades. Com base na informação disponível, não se terá tratado exatamente de um posicionamento coletivo assumidamente anticolonial, o que, refira-se, seria especialmente difícil, tendo em conta a repressão do regime. Embora não tenha experienciado esses acontecimentos, um ex-membro da direção do clube não compartilha esta leitura. Após sublinhar que a sua visão se baseia não só nas fontes escritas como também nas orais, afirma: ‘A ideia que eu tenho é que isso não é verdade. A Académica manteve uma atitude equidistante em relação a essa questão, mas estou completamente de acordo com o Mário Wilson quando ele diz que foi uma posição marcante, isso é inequívoco’ (entrevista 20).

O facto de, após o 25 de Abril, ter havido um número significativo de estudantes que defenderam que a Académica ‘tinha sido cúmplice do regime’ não pode, na perspetiva deste antigo dirigente, ser menosprezado. Inclusivamente, refere, ‘tenho ideia que havia alguma subserviência ao poder político da altura, homenagens constantes. Tenho a impressão, por exemplo, que a Académica se fez representar no funeral de Salazar’ (entrevista 20).

A propósito deste tema, importa salientar que, quer os testemunhos recolhidos quer a análise do material de arquivo, sugerem claramente que as posições contestatárias se cingiam, principalmente, ao campo da política interna. E mesmo esse empenhamento político não assumiu um carácter permanente, conforme defendido por Kumar, quando refere que o envolvimento direto dos clubes em ações de protesto face ao regime, com destaque para a final da Taça de 1969, ‘mesmo que constituam importantes pontos de referência refletem mais uma exceção do que um padrão geral

das lógicas de politização do campo desportivo e da sua relação com o campo do poder' (2017: 239).

Apesar da íntima ligação entre o meio estudantil e a equipa de futebol, registava-se uma certa separação entre estas duas esferas. Ainda assim, mesmo assumindo essa sintonia relativamente aos posicionamentos políticos, convém reforçar os seus limites. Nessa medida, o alcance das 'crises estudantis' de 1962 e de 1969 seria mais circunscrito. Conforme atrás sugerido, tratar-se-ia, sobretudo, de refutar as conceções preconizadas pelo regime no que respeitava à educação do que propriamente um conjunto de posições anticoloniais consolidadas.

Tendo em atenção estes pressupostos, é necessário sublinhar o 'lugar' do qual Mário Wilson fala, isto é, o de moçambicano, que tinha sido jogador-estudante na Universidade de Coimbra e politizado. Nessa medida, a extrapolação da sua posição para o clube, enquanto um todo, não deve ser dissociada da sua vivência no círculo anticolonialista universitário. Ainda assim, não se pretende colocar em causa o posicionamento solidário de alguns dos futebolistas portugueses da Académica para com os seus colegas africanos, particularmente para com aqueles que abandonaram o país para se juntarem aos Movimentos de Libertação.

O facto da génese da Académica se encontrar na Universidade de Coimbra torna-a, não é demais repetir, num caso particular. Essa particularidade fez com que o clube tivesse estado no 'epicentro do radicalismo político' (Cleveland, 2017: 196). Sob esse prisma, não é, pois, de admirar que as narrativas políticas mais progressistas que a acompanham reflitam o próprio ambiente intelectual envolvente, particularmente durante a ditadura. Pese embora algumas dissonâncias relativamente ao papel comumente atribuído ao clube durante o Estado Novo, parece evidente que a Académica cultivou, em seu redor, a narrativa maestra de um clube que apregoa valores democráticos.

Embora não se pretenda minimizar as posições assumidas pela equipa nos momentos em que esta se solidarizou com as lutas estudantis, a verdade é que a pretensa essência contestatária do clube parece ser, em boa parte, o resultado de uma retórica libertária que marca os círculos intelectuais de Coimbra. Mesmo admitindo que o clube tenha tido uma participação efetiva em alguns dos processos políticos, tal não significa, evidentemente, que o futebol academista tivesse tomado a tal 'opção

clara' relativamente à guerra e à independência dos países colonizados, conforme defendido por Mário Wilson.

Analisar a história da Académica de Coimbra, ou, mais propriamente, as narrativas que a acompanham, contribui para reforçar a tese de acordo com a qual o futebol participa ativamente na produção e contestação de ideias sobre a nação. Se é verdade que o clube colhia a simpatia das principais figuras do regime, também é indesmentível que foi no seu seio que se geraram algumas das posições políticas que mais marcaram o futebol nacional. A fuga dos futebolistas africanos e a sua adesão aos Movimentos de Libertação é o exemplo mais claro. De facto, este episódio colocou em evidência o modo como a Académica ocupou o espaço do império nas suas várias dimensões, tensões e contradições.

Contudo, importa reafirmar alguns dos limites que marcam a pretensa essência emancipatória que é comumente reivindicada pelo clube – particularmente pelos jogadores que nele se destacaram nas décadas de 60 e 70 – e que se prende com a posição face ao colonialismo português. Em rigor, trata-se de algo que ultrapassa largamente as fronteiras do futebol e que tem a ver com a ausência de uma posição estruturalmente anticolonial.

Conforme se pode observar, o colonialismo, enquanto prática de exploração e dominação, raramente é questionado. A rejeição do conflito armado deve-se fundamentalmente a duas questões. Por um lado, ao próprio receio em ser forçado a combater. Por outro, tal como manifestado por um dos antigos atletas, à ausência de sentido de uma guerra entre povos que partilham a 'mesma identidade' e a 'mesma língua', reificando a tese de que o combate opunha 'portugueses da metrópole' e 'portugueses ultramarinos'.

6.3.2 *Académica de Coimbra, 'Académicas' africanas e o imaginário nacional*

O início das digressões dos clubes nacionais aos territórios africanos ocupados data dos finais dos anos 30, mais concretamente de 1938. Foi justamente nesse ano que a Académica de Coimbra se deslocou a Angola e Moçambique, tornando-se na primeira equipa da 'metrópole' a visitar a denominada 'África Portuguesa'. Apesar das viagens dos principais clubes às colónias não terem beneficiado – de acordo com as fontes disponíveis – com o apoio financeiro do regime, não deixavam de contar com o seu

incentivo, uma vez que constituíam momentos que permitiam ‘reforçar a ideia propagandística de ‘unidade da nação’’ (Pinheiro, 2012: 71, aspas no original).

De acordo com a leitura de um dos antigos jogadores que se destacou no clube nas décadas de 60 e 70, aquando da primeira digressão da Académica a África, ‘não havia praticamente nenhuma discussão política. Era um facto consumado. Podia haver meia dúzia, 100, 200 portugueses que queriam a independência das colónias naquela altura’ (entrevista 4), acrescentando que o cenário só se viria a alterar com o início dos conflitos armados. Curiosamente, é a partir dessa altura que se assiste à intensificação das viagens das equipas portuguesas às colónias. Ainda que o clima (visível) fosse essencialmente festivo, essas digressões geravam algum desconforto junto dos próprios colonos, uma vez que ‘acicatava a tensão entre a sua origem e a pertença a um novo território, o que se traduzia nos jogos realizados entre metropolitanos e ‘naturais’’ (Domingos, 2011b: 99, aspas no original).

Outro antigo futebolista relembra esses encontros: ‘jogávamos contra a seleção de Moçambique, que era feita por jogadores de aqui e de lá. E havia outra seleção de naturais de Moçambique, que jogavam também de preto, como a Académica’ (entrevista 6). No seu entender, o facto de ser moçambicano, à semelhança de alguns dos jogadores que mais sobressaíam na equipa, facilitava a receção, quer por parte dos africanos quer por parte dos colonos:

Houve uma altura em que mais de metade era do ultramar: Mário Wilson, Rocha, que era macaísta, Brassard, Maló, doutor Torres. E a malta de lá, os adeptos, gostavam de ver os jogadores da terra a jogar. Os antigos estudantes que lá estavam fechavam os consultórios médicos, fechavam tudo, só para nos irem ver jogar. Éramos bem-recebidos, até porque eu era moçambicano e também havia outros: o Brassard, o Mário Wilson...estávamos em casa (entrevista 6).

Na leitura de vários antigos futebolistas do clube, a forma calorosa como eram recebidos pelas populações nativas não tinha somente a ver com o facto de alinharem na Académica jogadores africanos: ‘Nós éramos um clube diferente. A Académica era vista não como opressora, mas sim como instituição libertadora, porque nós queríamos isso. Nós íamos também passar essa mensagem de libertação (entrevista 10).

Outro dos atletas que se destacou no clube sublinha que a forma como eram recebidos por parte das populações autóctones estava, em grande medida,

relacionada com o reconhecimento de que a Académica e o meio universitário de Coimbra, principalmente a partir da década de 60, estavam ‘imbuídos num espírito de democracia racial’ (entrevista 4). Recorda-se bem das várias digressões efetuadas a Angola, Moçambique e Guiné:

A Académica tinha uma grande prestígio nessa altura e, portanto, éramos sempre muito bem-recebidos pelos angolanos, quer pelos angolanos brancos quer pelos negros. Até porque eles gostavam muito de futebol. Não notámos nenhum tipo de animosidade. Antes pelo contrário: notámos sempre uma grande recetividade na ligação com a população. Sabe que a língua ajuda a ligar as pessoas. Nem que se vá para os musseques, que eram, ao fim e ao cabo, as barracas, bairros da lata, nos quais a maioria da população era negra. Em todo o caso, a língua aproxima as pessoas (entrevista 4).

A notoriedade que a Académica gozava durante o período colonial propiciou a criação de mais de uma dezena de filiais nas ‘províncias ultramarinas’, com especial destaque para o caso de Cabo-Verde¹⁷⁶. É importante referir, porém, que a ligação atual do clube a estas filiais é puramente simbólica. Tendo precisamente como objetivo o reforço desses laços, uma delegação do clube, chefiada pelo (então) presidente conimbricense deslocou-se, em 2014, ao território cabo-verdiano. Um dos elementos que fez parte dessa direção recorda o propósito da viagem:

Foi um bocado a tentativa de explorar se havia um mercado de adeptos substanciado e que tivesse dimensão naquele arquipélago. Foi uma visita que correu muito bem, a adesão foi muito boa – tenho a impressão que até as altas individualidades do governo cabo verdiano se associaram – mas depois é como em tudo na vida, tem que se dar sequência. O presidente ficou apaixonado com a viagem, mas as coisas ficaram por aí. Se ninguém pega nas coisas...até ficou de haver em Coimbra um congresso das Académicas (entrevista 20).

Embora o contexto que propiciou essa ligação tenha sido marcado por relações de dominação e de subjugação, no seu entender há outros fatores que se sobrepõem, pelo que a relação entre a ocupação colonial e a implementação de clubes como a Académica deve ser analisada a partir de uma dimensão diferente:

¹⁷⁶ Dois anos após a digressão efetuada a África, foi fundada a ‘Académica do Mindelo’. É curioso notar que, embora a primeira viagem da Académica de Coimbra ao território cabo-verdiano tenha ocorrido somente após o 25 de Abril, é neste país que se regista o maior número de filiais. Atualmente, o principal campeonato cabo-verdiano de futebol conta com a participação da ‘Académica da Praia’ (vencedora da edição de 2018) e a ‘Académica de Porto Novo’, sendo que as outras oito disputam os campeonatos das várias ilhas. As restantes ‘Académicas’ encontram-se em Angola e Moçambique.

Acho que o futebol é uma matriz que cria união, cria paixões. Isso é o que é fantástico no futebol e esta paixão pelo jogo une os povos, une as pessoas. Isso é evidente. Em relação à Académica, esta ligação prende-se com a ligação à universidade e à figura do jogador-estudante, que foi efetivamente criada na génese da organização do futebol da Académica ao longo do século XX. E depois do 25 de abril há aqui duas figuras de destaque e que foram o Engenheiro Jorge Anjinho e o Dr. Mendes Silva [antigos presidentes do clube] que viram um potencial enorme nesta ligação às ex-colónias. Porquê? E qual foi o objetivo? Porque perceberam que estavam no poder dominante de todos os países que tinham sido colonizados por Portugal; com muita frequência, pessoas que ocupavam altos cargos nos vários ministérios que tinham passado por Coimbra e que aí tinham deixado uma das melhores partes das suas vidas. Daí ter sido fácil estabelecer pontes. Essas ligações fizeram com que a Académica nunca perdesse, nos anos 60, 70 e depois do 25 de abril, o costume de trazer jogadores africanos de expressão portuguesa (entrevista 20).

Esta perspetiva vai ao encontro do argumento anteriormente apresentado por Nuno Domingos, quando defende que a relação criada entre as populações colonizadas e os clubes portugueses ‘extravasava a ligação existente entre clubes e a nação civilizadora’:

Interpretar este fenómeno como um indício de nostalgia colonial é uma conclusão apressada e em certa medida fácil, dado que assume uma explicação sem questionar os usos quotidianos destas identificações desportivas, o modo como se manifestam em rituais sociais, em memórias sociais incorporadas, de que forma estimulam formas de relacionamento (2011b: 100-101).

Conforme discutido no ponto anterior, e não obstante a pertinência deste argumento, a aceitação plena desta tese afigura-se problemática. Sendo certo que o clube conimbricense cultivou, em determinados momentos, a ideia de defensor da causa anticolonial e independentista, a análise cuidada dos discursos veiculados pelos entrevistados obriga a repensar essa leitura. Atente-se às palavras de um antigo atleta do clube, que treinou recentemente um clube angolano:

*Ainda há um bocadinho de ressentimento, ainda não está completamente ultrapassado, mas cada vez menos. Eu nunca senti, pelo contrario. Fui sempre muito bem tratado. Mas há situações que a gente percebe que isso ainda existe. Não é fácil para quem teve subjugado durante anos e anos, que foi maltratado, que teve uma vida difícil. **Não é fácil ultrapassar certas situações. Houve gente que se portou muito mal. Como eu costumo dizer, ainda há ali alguns ‘retroativos’** (entrevista 10, ênfase acrescentado).*

Para além de dar conta de uma certa tensão que ainda prevalece, desafiando assim o consenso lusotropicalista, este testemunho evidencia outro aspeto importante e que

tem a ver com o posicionamento face ao colonialismo, expresso na ideia de que ‘houve gente que se portou muito mal’. Assim, à semelhança do que já havia sido observado em momentos anteriores, o colonialismo, enquanto sistema opressor, não é questionado nem verdadeiramente contestado, mas sim eventuais abusos por parte de alguns colonizadores. O facto do entrevistado ter referido, num outro momento, que os jogadores da Académica também ‘passavam essa mensagem libertadora’ evidencia a ambiguidade de posicionamentos que caracteriza alguns dos setores pretensamente progressistas da sociedade portuguesa relativamente ao colonialismo português.

A inexistência de ‘Casas’ da Académica nas ex-colónias constitui um obstáculo que limita uma análise mais completa da realidade, pelo que se reconhece a necessidade em desenvolver mais estudos sobre este tema. Por outro lado, a ausência de relações formais entre a Académica de Coimbra e as suas filiais africanas não decorre, necessariamente, dos processos de independência e descolonização. Segundo o que foi possível apurar, quer junto das fontes escritas quer das orais, os elos de ligação, mesmo durante o período colonial, terão sido essencialmente de natureza simbólica.

Embora esse aspeto não apague a popularidade do clube nos territórios africanos, a sua dimensão social já não é comparável com o período colonial. Tal também se deve, em boa parte, à perda de competitividade da equipa, sensivelmente a partir da década de 70. Contudo, esse progressivo enfraquecimento das performances desportivas não apaga as narrativas que se foram construindo ao longo do século XX, particularmente nos anos 60.

Como se viu no ponto anterior, há outros fatores que ajudam a compreender a popularidade da Académica nas antigas colónias e que se encontram relacionados com a passagem de inúmeros futebolistas africanos por Coimbra, alguns dos quais viriam a ocupar um lugar de destaque nos Movimentos de Libertação. Por outro lado, a análise crítica dos discursos que se produzem a partir da ‘casa mãe’ demonstra que as outrora ‘províncias ultramarinas’ ainda são parte integrante do imaginário nacional e é a partir dessa ideia que os recentes esforços de reaproximação devem ser perspetivados.

6.4 Narrar a nação a partir dos No Name Boys

Na sequência de uma cisão ocorrida no seio na claque benfiquista ‘Diabos Vermelhos’, um conjunto de jovens fundou, em 1992, os ‘No Name Boys’, dando origem a um dos maiores grupos organizados de adeptos em Portugal. Embora atualmente esta claque não tenha uma existência formal, muito por força das alterações ocorridas na lei¹⁷⁷, o que é relevante notar é a sua potencialidade em desafiar os entendimentos dominantes produzidos sobre a identidade nacional, potencialidade essa que advém não só do número significativo de seguidores que reúne¹⁷⁸, como principalmente da multirraciedade que a caracteriza.

Seguindo a tendência verificada em outros contextos geográficos e culturais, é possível observar que a composição racial de determinados grupos de adeptos varia consideravelmente consoante o clube que apoiam. Essa propensão, por si só, não implica forçosamente que os discursos dominantes que concorrem para a produção e reprodução da identidade nacional se diferenciem significativamente mediante essa disposição. Ainda assim, a natureza étnico-racial deve ser um fator a ter em conta.

Justamente, é esse o caso dos ‘No Name Boys’. Contrariando o cenário mais comum em Portugal, esta claque exhibe uma significativa heterogeneidade racial, característica, aliás, vulgarmente referida por parte dos adeptos rivais e usada como ofensa contra o grupo e contra o próprio clube¹⁷⁹. A este propósito, importa referir que os restantes

¹⁷⁷ Em maio de 2004 foi aprovado um conjunto de ‘medidas preventivas e punitivas a adotar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto’ e que impossibilitam, entre outros aspetos, os clubes portugueses a prestarem qualquer tipo de apoio, logístico ou financeiro, a grupos que não estejam ‘constituídos como associações, nos termos gerais de direito, e registados como tal no Conselho Nacional contra a Violência no Desporto’ (CNVD). Obtido em agosto 14, 2018, de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/264360/details/maximized>. Face a esse novo enquadramento jurídico, grande parte das claque portuguesas decidiu avançar com os denominados ‘processos de legalização’, que obrigavam os elementos dos referidos grupos a ceder ao CNVD um conjunto pormenorizado de dados pessoais. Esse não foi, no entanto, o caminho escolhido pelos ‘No Name Boys’, que, além de contestarem a constitucionalidade da lei, argumentam que a mesma criminaliza, à partida, os adeptos que compõem a claque. Nesse sentido, o grupo optou por não aceder ao apelo feito pelas autoridades desportivas, políticas e policiais.

¹⁷⁸ Dependendo de vários fatores, que vão desde a importância do próprio jogo até ao local em que o clube atua, isto é, se ‘joga em casa’ ou ‘fora’, os ‘No Name Boys’ podem chegar a reunir cerca de três mil adeptos.

¹⁷⁹ Embora a análise de conteúdos das redes sociais esteja fora do alcance metodológico que orienta a investigação, considera-se oportuno, a título exemplificativo, citar um comentário de um leitor no jornal digital *maisfutebol* no qual se esboça, num registo classista e racista, um ‘perfil’ social e racial dos adeptos do Benfica: ‘O nível cultural dos adeptos do norte do clube da ditadura é do mais baixo possível e em Lisboa só se vê africanos da buraca’. Obtido em maio 16, 2015, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/liga/vitoria-guimaraes/benfica-maior-dispositivo-de-seguranca-de-sempre-em-guimaraes>

aficionados que habitualmente acompanham o Benfica não apresentam esta multirracionalidade. Pelo contrário, a esmagadora maioria é branca, o que, aliás, vai ao encontro das observações feitas por Back e colegas (2001a: 86), quando sublinham que vários grupos hooligan britânicos, quando comparados com os ‘adeptos respeitáveis’, apresentam um grau multicultural notoriamente mais alto.

Quando questionado acerca do significado dessa multirracionalidade que caracteriza a claque benfiquista, um dos seus membros salienta o seguinte:

Os ‘No Name’ são, sem dúvida, o grupo mais multicultural de Portugal, mas não acho que isso implique que não haja, pontualmente, situações...acho que há pessoas que são racistas, mas que sabem que não o podem expressar. Existem pessoas que têm certo tipo de comportamentos, só que naquele grupo...não o podem demonstrar. Há muita gente de bairro...têm receio. Pressinto, já ouvi comentários de pessoas que são racistas...mas só do estádio para fora, porque senão podem ter problemas. Existem, mas nunca vão ‘sair do armário’ (entrevista 18).

Não obstante a necessidade em reafirmar as diferenças que se observam entre hooligans e ultras, a existência de muitos traços em comum, nomeadamente na partilha de formas hegemónicas de masculinidade que os predispõem para a confrontação física, torna pertinente a observação de Armstrong (1998: 280), quando refere que a questão racial, devido à própria composição do grupo que estudou, era um tema ‘sensível’ e, como tal, nenhum dos seus elementos se atrevia a proferir comentários racistas.

O testemunho de outro dos entrevistados parece confirmar a existência dessas situações, quando afirma que essa multiculturalidade origina focos de tensão. Trata-se de uma interpretação racista, na medida em que reproduz a dicotomia entre o ‘bom negro’, que está ‘integrado’ e que fala corretamente português e o ‘mau negro’, que fala crioulo e que exhibe uma ‘cultura de bairro’:

*É uma questão um bocado delicada: eu olho para o grupo como existindo **dois tipos de indivíduos de raça negra. Aqueles que foram criados nos bairros, obviamente que só se dão com outros negros, criando subgrupos – que falam crioulo entre si.** É algo de que o grupo não se orgulha e até é um motivo de algum conflito. O facto do Gullit¹⁸⁰ ser negro...na altura não interessava se eras preto ou branco. Isso foi*

¹⁸⁰ O entrevistado refere-se a um dos membros fundadores do grupo que faleceu em 1994, na sequência de um acidente de viação, quando regressava de Split, onde tinha ido acompanhar o Benfica. A sua

um motivo de orgulho para o grupo. Mas hoje os tempos são outros. No passado foi bom, mas hoje não sei (entrevista 16, ênfase acrescentado).

Outro dos adeptos entrevistados, também branco, não partilha esta visão: ‘os No Name estão completamente à frente da sociedade portuguesa. Não posso afirmar 100% que não haja racismo, mas, no entanto, uma pessoa entra ali e vê a quantidade de culturas que há ali, de variados países a rumar para o mesmo lado...’ (entrevista 15). Apesar do tom elogioso com que afirma que o grupo ao qual pertence está muito ‘à frente da sociedade portuguesa’, no sentido em que o resto do país não acompanha esse pretensão ‘espírito multirracial’, é interessante verificar o modo como a identidade nacional é concebida e problematizada. Na prática, a ideia de que a diversidade cultural advém do facto dos ‘No Name Boys’ serem compostos por adeptos de contextos e histórias culturais e raciais distintas, concorre inequivocamente para a tese da homogeneidade da nação.

Efetivamente, esse pressuposto sai reforçado, uma vez que se parte do princípio que a multiculturalidade e a multiracialidade que caracteriza o grupo resulta da fusão de vários ‘países’, ou seja, de diferentes culturas. É oportuno retomar a leitura de Stuart Hall (1995: 19) discutida previamente, quando o autor se referia ao facto de os indivíduos formularem as suas visões debaixo de um quadro ideológico geral. Neste caso em concreto, e ainda que de uma forma inconsciente, a leitura apresentada reforça esse mesmo quadro conceptual, uma vez que se promove a ideia de que a ‘presença’ negra se faz acompanhar por uma cultura própria que é, implicitamente, diferente da ‘nossa’, ultrapassando, assim, as fronteiras culturais que demarcam a *portugalidade*.

Na pesquisa etnográfica realizada por Armstrong (1998) junto de dois grupos hooligans de Sheffield, a questão da violência é, naturalmente, o tema orientador. Para além de pretender desmistificar a ideia de que estes seguidores provêm quase exclusivamente das classes trabalhadoras, o autor contraria a tese defendida pela generalidade dos investigadores (Dunning et al, 1985; 1992 e 1994; Duke e Crolley, 1996 Madir, 2003; Duran e Jiménez, 2006; Dunning, 2009), quando mostra que as suas

algunha advinha do facto de se fazer sempre acompanhar de um chapéu com a imagem do antigo jogador holandês negro, Ruud Gullit.

identidades ultrapassam as barreiras étnico-raciais. Porém, as dinâmicas que se estabelecem no interior destes grupos escondem uma realidade bem mais complexa.

Com efeito, embora o número de indivíduos etnicamente distintos fosse bastante significativo, a sua aceitação também se encontrava altamente relacionada com a forma como os corpos negros são vulgarmente representados, mais concretamente no que se refere a uma pretensa predisposição para a violência. Embora Armstrong aborde essa tese, a sua própria posição é ambígua, no sentido em que, por vários momentos, o autor parece reproduzir a ideia de que os jovens negros demonstravam uma habilidade especial para lutar (1998: 280).

A problematização destas questões – sobretudo em estudos que se propõem analisar a relação entre futebol, racismo e identidade nacional – tem estado praticamente ausente nos trabalhos publicados. Assim, a exploração das representações dominantes acerca da masculinidade negra que predominam no quadro dos grupos portugueses contribui para uma compreensão mais aprofundada acerca do lugar que os sujeitos racializados ocupam no imaginário da nação. Desta forma, uma das questões colocadas aos entrevistados foi no sentido de procurar perceber se a integração de indivíduos negros nestes círculos masculinos, nomeadamente em determinadas fações consideradas mais ‘duras’, é (ou não) negociada no seio do próprio grupo e que tipo de efeito pode causar junto das claques rivais. Um dos adeptos entrevistados aborda diretamente este tema:

É um imaginário, mas que também vem de situações reais. A nível de expressão de violência somos um grupo muito respeitado aqui em Lisboa. As pessoas que estão neste tipo de movimentos sabem que houve situações reais que criaram a fama dos ‘No Name’. O facto de haver essa multiculturalidade e o facto de – e vamos aqui muito ao preconceito – do preto ser muito associado às facadas, à dureza, aos assaltos...isso cria esse temor, porque infelizmente, na sociedade em que nos vivemos, o preto é muito associado à criminalidade. Essa associação à dureza e à criminalidade faz com que muitos grupos tenham esse receio e eu sei. Já presenciei isso. Quando começámos a ir de carro para o Porto¹⁸¹ e íamos no metro eu via a reação das pessoas: deixavam de falar, guardavam os telemóveis, etc. ‘Eh

¹⁸¹ A maioria dos 2.500 adeptos benfiquistas, quase todos afetos a grupos organizados, que se desloca anualmente ao ‘Estádio do Dragão’ fá-lo em comboios especiais organizados pelo próprio clube. Não é o caso de cerca de duas a três centenas de elementos dos ‘No Name’, que optam por viajar para a cidade do Porto em viaturas particulares e, portanto, à margem do controlo policial. Para além do desafio às forças policiais, esse ato deve ser contextualizado a partir de um universo de exaltação da masculinidade, no sentido em que a ida nestas condições ao ‘território inimigo’ é encarada como uma demonstração de força do próprio grupo perante os seus rivais.

pá, tem cuidado, não vás ao jogo, aquilo nos 'No Name' é só pretos'. Existe este pensamento. E não só em Portugal (entrevista 18, ênfase acrescentado).

Outro dos membros do grupo também corrobora a ideia de que essa associação entre violência, criminalidade e *negritude* se encontra interiorizada no imaginário nacional:

É assim que é visto pela sociedade: 'blacks' – bairro – 'hardcore'. Isso é mais um mito. No meio de cem, se calhar dez, porque eu também vejo brancos e que não vêm de bairros...aliás, há grupos que são mais conhecidos pelos 'blacks', mas quem está sempre na primeira linha nunca são 'blacks'. Isso é a imagem que transparece (entrevista 17, ênfase acrescentado)

Embora a presente investigação não se tenha centrado na análise de questões de violência, é possível afirmar que a generalidade dos adeptos que por norma participa em episódios violentos, são brancos. Isso não significa que os jovens negros se encontrem ausentes nessas situações. Seja como for, o que revelam estas reflexões dos adeptos é que a 'multirracialidade' da claqué está atravessada pelo racismo e, numa cidade como a de Lisboa, pela racialização dos bairros periféricos e pela criminalização da população negra.

À semelhança do que foi assinalado noutros contextos, a imagem coletiva da masculinidade negra como sendo particularmente 'dura' na bancada está intimamente ligada a 'noções racistas de 'assaltantes negros' perigosos/violentos' (Back et al, 2001a: 87, aspas no original). As declarações de outro dos elementos do grupo vão precisamente ao encontro deste imaginário:

*Os 'No Name' são muito temidos no meio das claques portuguesas e isso está muito relacionado com a sua própria composição. **Um individuo africano tem tendência a ter mais força. É uma questão genética e isso também...não só força, mas – e temos que ir diretos ao assunto – à criminalidade. No nosso pensamento essa é a realidade.** Aliás, os próprios negros queixam-se de discriminação por isso mesmo. Ligando isso à violência e aos 'No Name', que são os que têm mais negros, por 'culpa' da popularidade do Benfica nas antigas colónias...Aliás, nós costumamos dizer, na brincadeira: 'então, mas o quê, um preto no Sporting?'. Isso tem muita influência. Olhas para um grupo com muitos negros...teoricamente com a tal natureza física e associando isso à violência...isso tem tudo a ver (entrevista 16, ênfase acrescentado).*

Independentemente da dureza das palavras e da persistência das teorias geneticistas junto do imaginário popular, os testemunhos recolhidos confluem para a explicitação de uma ideia: os negros são coletivamente representados como sendo duros,

perigosos e violentos. Como se verá em seguida, o temor que os ‘No Name’ parecem causar no panorama ultra português, advém em larga medida da sua especificidade. Desse modo, as visões recolhidas reforçam as representações hegemónicas em torno da *negritude*.

Para além disso, a ideia de que ‘eles’ provêm dos ‘bairros’ é naturalizada, pelo que importa sublinhar o seguinte. Conforme ficou patente nos testemunhos dos adeptos, as narrativas que excluem os jovens negros do imaginário nacional partem da tese da sua não-integração na sociedade portuguesa, atestada pelo facto de falarem em crioulo. Desta maneira, a naturalização das posições económicas opera de modo distinto. Por outras palavras, a forma como essas questões funcionam com a população branca diferencia-se do modo como operam com as populações racializadas.

Dito isto, importa enfatizar que a noção de ‘bairros’ está relacionada com dois aspetos. Trata-se, primeiramente, de um eufemismo utilizado para descrever a extrema precariedade social e económica a que estão sujeitas estas comunidades. Além disso – e não menos relevante – as representações coletivas destes espaços trazem consigo noções de perigosidade, violência e criminalidade.

Independentemente de a construção da noção de ‘bairro’ estar longe de ser neutra, isto é, de ser puramente descritiva, o que deve ser sublinhado e questionado é a reificação dessa associação entre raça e classe, não pelo facto de não corresponder à realidade, mas porque ela é dada como adquirida, como se obedecesse a uma ordem natural.

A multirracialidade e a multiculturalidade que marca a claque benfiquista não deve ser menosprezada. No entanto – e conforme se perspetivou no início desta secção – essa particularidade não gera obrigatoriamente formas alternativas de se conceber a nação. Ainda assim, as potencialidades reveladas pelos ‘No Name’ no desafio às formas hegemónicas de *portugalidade* devem ser assinaladas, conforme se pode observar através das palavras de um dos seus elementos:

Nós sempre tivemos uma política antirracista. Ou melhor, não é que tivéssemos uma agenda antirracista, mas simplesmente não admitíamos que o Benfica,

aquele clube abrangente, permitisse que pessoas que tivessem...tive muitos problemas com os 'Diabos Vermelhos'¹⁸² (entrevista 18, ênfase acrescentado).

As dinâmicas estabelecidas no interior do grupo são múltiplas e essa multiplicidade traduz-se em posicionamentos políticos distintos. Como tal, e tendo igualmente em conta a sua grande dimensão, bem como a sua heterogeneidade racial e social, a resposta à questão 'podem os grupos multirraciais desafiar as narrativas nacionais dominantes?' afigura-se extremamente difícil. Se bem que essa marca deva ser assinalada, um olhar crítico obriga a alguma prudência, sob pena dessa referida especificidade poder desembocar em visões românticas da realidade.

Independentemente destas considerações, a natureza racial da claque benfiquista, precisamente pelo facto de fugir à norma, pode acarretar consigo a possibilidade de questionar as conceções hegemónicas sobre a identidade nacional, tal como ficou visível em algumas das visões dos seus membros. Como se verá em seguida, contudo, a ideia de que os 'No Name' estão 'muito à frente da sociedade portuguesa' não corresponde, de todo, ao imaginário dominante, no sentido em que as representações exteriores, estreitamente ligadas à sua multiracialidade, relegam o grupo para um universo que se situa para lá das fronteiras da *portugalidade*.

6.5 *'Podes ser branco ou preto, de esquerda ou de direita, desde que gostes da Académica és sempre aceite': Mancha Negra e identidade nacional*

A fundação da claque 'Mancha Negra' data de 1985 e resultou da fusão de três grupos informais de adeptos, denominados 'Força Negra', 'Maré Negra' e 'Solum Power'. Contrariamente aos 'No Name Boys', este grupo encontra-se formalmente registado no 'CNVD' enquanto 'claque oficial' da Académica de Coimbra. Embora numericamente bastante inferior ao grupo benfiquista, a 'Mancha' é considerada, no

¹⁸² Entre 1999 e 2008, as relações entre os dois grupos benfiquistas ficaram marcadas por alguns episódios de violência. A explicação para esse foco de tensão assenta em vários fatores, a começar pela disputa simbólica de território nos espaços envolventes do Estádio da Luz. No entanto, a razão principal desse antagonismo devia-se à presença de vários elementos de extrema-direita no seio dos 'Diabos Vermelhos'. A situação viria a acalmar após os 'No Name Boys' terem conseguido expulsar os referidos 'rivais' dos espaços de convívio habitualmente frequentados pelos grupos organizados, não só nos dias dos jogos, como também nos restantes.

‘mundo ultra’, uma referência, justificada não só pela sua antiguidade como também pelo seu ‘modo de estar’¹⁸³.

Ao invés do grupo benfiquista, a claque academista é composta, quase na sua totalidade, por jovens brancos tendencialmente pertencentes à classe média. Ainda que este aspeto não acarrete necessariamente um discurso consonante com as visões hegemónicas, ele deve ser tido em conta. Tendo como ponto de partida a ‘expressão de violência’ que, na visão de um dos seus próprios elementos, caracteriza os ‘No Name Boys’, é importante explorar em que medida esse aspeto, no entendimento dos adeptos ‘rivais’, se relaciona com a questão racial. Assim, também se procura mostrar que o imaginário de perigosidade que lhe é reconhecido no universo ultra, é indissociável da sua composição multirracial.

O temor que os ‘No Name’ causam, de acordo com a visão de um dos dirigentes da ‘Mancha Negra’ (que já se viu envolvida em vários episódios de violência¹⁸⁴ com o grupo), está intimamente relacionado com o número de negros que integram o grupo:

Olhando para o panorama português, o grupo com mais negros é os ‘No Name Boys’ e quando vejo uma situação de conflito sinto que há algum receio, porque são vistos como pessoas que não têm nada a perder. Sinto que do lado de lá está alguém mais perigoso do que do lado de cá. Não é por ser negro, é pelo histórico que existe na nossa sociedade, em Portugal. Muitos deles vivem em Lisboa, em bairros degradados, e temos ideia que não têm nada a perder na vida. Posso estar errado, podem ter um trabalho igual ao meu, mas há a tendência em dizer que eles vêm dos bairros, de zonas mais degradadas e se calhar o pessoal tem algum respeito por causa disso (entrevista 21, ênfase acrescentado, ver anexo I).

Apesar deste discurso também se verificar noutros grupos, inclusivamente naqueles que têm um número apreciável de jovens dos ‘bairros’, no caso da ‘Mancha Negra’ ele

¹⁸³ Num dos números da já extinta *fanzine* ‘Ultra’ pode ler-se que, durante o ano de 1998, a ‘Mancha Negra afirmou-se como um dos melhores grupos de apoio, senão a melhor claque do país’ (Revista Ultra, nº4, 1999).

¹⁸⁴ Na última década e meia registaram-se, em várias ocasiões, episódios de violência entre elementos dos dois grupos, que culminaram, em abril de 2016, com o roubo da faixa principal da ‘Mancha Negra’ pelos seguidores benfiquistas, após o último jogo disputado entre as duas equipas no estádio ‘Cidade de Coimbra’. Embora a explicação dos incidentes não se esgote nessa dimensão, é importante sublinhar a motivação racial dos mesmos. Na sequência de trocas de provocações ocorridas em páginas web, durante a época desportiva de 2006/2007, alguns elementos afetos à claque conimbricense proferiram insultos e ameaças racistas a elementos dos ‘No Name’, que prometeram um ‘ajuste de contas’. Em novembro de 2007, aquando da realização de um encontro entre a Académica e o Benfica, realizado em Coimbra, registaram-se cenas de violência entre membros dos dois grupos nas imediações do estádio. Desde então, têm vindo a ocorrer alguns episódios semelhantes, embora sem a dimensão verificada noutros confrontos físicos entre as principais claque portuguesas.

é particularmente amplificado. Este testemunho não revela somente o modo como estes espaços são representados. Na verdade, a ideia de que os seus moradores ‘não têm nada a perder na vida’, para além da já referida associação a noções de violência e de criminalidade, converge para a desumanização dos seus habitantes (Alves, 2016: 105). Essa desumanização decorre muito mais da pertença racial do que da sua posição de classe. Embora estas dimensões confluem, a representação de perigosidade dos seus moradores assenta na sua raça, tal como se pode verificar nas palavras de outro dos elementos da claqué academista:

Os ‘No Name’ são um grupo um bocado perigoso. Quem faz os ‘No Name’ são pessoas do povo, de raça negra e acho que há uma ligação com os bairros. Porque as claques também são usadas para fazer tudo e mais alguma coisa. Posso mandar uma pedrada, partir um vidro, mandar um murro em alguém...que não me acontece nada. São pessoas que não têm posses, que já têm crimes e estão-se bem a marimbar para o que fazem. ‘O juiz até já me conhece, as leis não me fazem nada, portanto...’ Por exemplo, os ‘Super Dragões’ também são de bairros sociais, mas são brancos (entrevista 22, ênfase acrescentado).

Independentemente do classismo e da criminalização da pobreza se encontrarem perfeitamente interiorizados, o ‘problema’ principal dos ‘bairros’ e, consequentemente, o da violência nos estádios, parece estar claramente identificado: a população negra. Esta narrativa não é de todo exclusiva do contexto do futebol ou dos grupos organizados de adeptos. Na realidade, a ideia do negro pobre – por oposição ao branco pobre – como potencial criminoso tem sido insistentemente reproduzida no espaço público nacional. Trata-se de um discurso racista que inverte o problema. Assim, no lugar de se reconhecer, denunciar e procurar perceber as ‘raízes’ da extrema vulnerabilidade e precariedade a que estão sujeitas estas comunidades, reifica-se uma narrativa que assenta na sua criminalização e na pretensa impunidade judicial de que gozam, consubstanciada na ideia de que ‘as leis não me fazem nada’.

As representações coletivas acerca destes lugares resultam, em larga medida, de uma narrativa que tem vindo a ser reproduzida ao longo das últimas três décadas e para a qual muito contribuíram, entre outros atores, os media nacionais. Desta maneira, ‘estes discursos reificam – pela estranheza, distância e desconfiança impressa na descrição da realidade – a ideia de que Portugal é um espaço ontologicamente

homogéneo, uma comunidade histórica, cultural e racialmente (euro)imaginada' (Alves, 2016: 98).

A determinada altura da entrevista realizada com o dirigente da claque academista este sublinha: 'A nossa política, na Mancha Negra, é esta: podes ser preto ou branco, de esquerda ou de direita, desde que gostes da Académica és sempre aceite'. Partindo das suas declarações anteriores, bem como as do outro membro do grupo, parece problemático afirmar que essa 'integração' não esteja altamente condicionada. À semelhança do que sucede com os futebolistas negros, a aceitação de adeptos etnicamente distintos em algumas das claques organizadas também obedece a 'requisitos mínimos'.

Por outro lado, também deve ser levado em consideração o facto de a expressão numérica dos jovens racializados academistas ser residual, o que poderá, ironicamente, facilitar essa 'integração'. Avaliando quer as dinâmicas que se estabelecem no grupo quer os testemunhos recolhidos, torna-se particularmente difícil conceber como se procederia a 'inclusão' caso se assistisse a um significativo aumento do número de adeptos negros. A lógica assemelha-se, portanto, à das equipas ou seleções que apoiam e que se pode traduzir na tese de 'quanto menos melhor'.

Na realidade, o número extremamente reduzido de jovens academistas negros pode acabar por diminuir as barreiras, no sentido em que a sua diferença se dilui perante a maioria, não restando grandes alternativas a esses adeptos senão a de assimilarem as normas masculinas brancas. Hipoteticamente, se o grupo viesse a reunir um maior número de jovens etnicamente distintos, as condições da sua inclusão poderiam passar por não reivindicar a sua *negritude*, à semelhança do que se verifica no caso dos jogadores. Dessa forma, tal como acontece em outros contextos dentro do espaço europeu, a permissão de entrada de sujeitos racializados em alguns dos grupos organizados de adeptos poder-se-ia resumir, de acordo com os próprios, da seguinte forma: 'acho que muitos destes gajos não nos veem como negros' (*apud*, Back et al, 2001a: 90).

As práticas e os discursos que se produzem no seio da 'Mancha Negra' – particularmente no modo os seus membros representam os 'No Name Boys' – reificam e perpetuam a tese de que Portugal é um país de 'brancos costumes' (Gorjão Henriques, 2018). Com efeito, e pese embora a autorrepresentação do grupo ao qual

pertencem se baseie num frágil e retórico princípio não-discriminatório, a narrativa maestra indica claramente que o ‘outro’, negro, não cabe do imaginário nacional. É essa, aliás, uma das ideias que merecerá particular destaque no ponto seguinte.

6.6 *No Name Boys, Mancha Negra e o apoio à Seleção Nacional*

Partindo da grande capacidade da cultura ultra em aglutinar sentimentos de identidade local e regional, esta secção analisa o grau de envolvimento dos elementos dos dois grupos organizados para com a seleção nacional. Tendo em consideração que a equipa nacional representa, simbolicamente, a ‘nação portuguesa’, explora-se o modo como os imaginários de raça e identidade nacional se jogam neste contexto específico. Não se trata necessariamente de estabelecer relações de comparação entre os níveis de comprometimento patenteados para com a equipa nacional e para com os clubes que apoiam. Pretende-se, sim, problematizar em que medida essa identificação se cruza com a questão racial, particularmente sob dois aspetos. O primeiro diz respeito ao ‘lugar de fala’ desses adeptos, no sentido em que a sua condição racial não só poderá exercer um peso significativo na maneira como ‘vivem’ a seleção, como também influenciar o modo como se sentem representados na ‘equipa de todos nós’ (Coelho, 2001).

O segundo aspeto tem a ver com a tentativa em perceber se essa maior ou menor identificação está relacionada com a própria natureza da equipa nacional. Por outras palavras, trata-se de aprofundar o modo como a multiracialidade que caracteriza a seleção vai ao encontro da forma como estes adeptos imaginam a nação.

Contrariamente ao que se nota na relação que estes apoiantes estabelecem com os seus clubes, o grau de investimento emocional relativamente à seleção é significativamente baixo (Almeida, 2006). Embora se registem diferenças entre as duas claques, a totalidade dos entrevistados sublinha esse mesmo aspeto. A curta afirmação de um dos elementos dos ‘No Name’ é esclarecedora: ‘Não posso falar por mim porque sempre fui desligado da seleção. A minha paixão pelo Benfica é tão grande que nada mais me motiva no futebol’ (entrevista 16). Outro seguidor benfiquista também reforça a ideia de que o seu compromisso é com o Benfica. Já em relação à seleção destaca que ‘o sentimento é outro. Quero que ganhe sempre, mas não consigo

identificar-me com ela dado que as rivalidades estão sempre presentes e nunca conseguirei sofrer por uma equipa que está cheia de jogadores rivais' (entrevista 15).

Para um dos membros do grupo, há um conjunto de questões que explica a sua pouca identificação para com a seleção. Uma delas está relacionada com as denominadas 'naturalizações', nomeadamente de futebolistas que atuavam há relativamente pouco tempo em Portugal quando esse processo se concluiu, como foi o caso do jogador 'Deco'¹⁸⁵. Nessa altura, refere, 'sofria um bocado pela seleção', mas 'hoje em dia, como estou mais distanciado, acabo por aceitar isso mais de uma forma natural'. Além disso, frisa que esse ténue envolvimento emocional se prende com questões de representação e de identificação: 'O Benfica identifico-me com a história. É um clube que foi construído pelo povo, enquanto que a seleção não tem essa história, ou melhor, é de 'todos nós', mas não me consigo identificar...não tem a mesma história que o Benfica' (entrevista 15).

O testemunho de um dos membros da 'Mancha Negra' vai, em parte, ao encontro da visão anterior, pelo menos no que se refere à utilização de jogadores naturalizados: 'acho que só deviam jogar jogadores portugueses, tanto faz ser preto como branco.' Embora realçando o 'gosto pela seleção', enfatiza que o seu comprometimento é 'com a Académica, porque sinto mais união' (entrevista 22). Mais contundente foi a declaração do dirigente da claque. Apesar de enfatizar que escutar o 'hino nacional, no estádio, é 'muito sentimental', mostra-se desagradado com a multirracialidade da equipa portuguesa:

Vou-te dar um exemplo da seleção sub-17 que foi agora ao Europeu. Se calhar, 60 ou 70% da seleção eram negros. Não me sinto bem, porque a raça original lusitana nada tem a ver com os negros. Percebo que a nossa sociedade também mudou. A ideia que eu tenho de Lisboa é que, se não é 'ela por ela', é quase: meio preto meio branco. É normal que a nossa sociedade esteja a ser mudada, porque os que nascem cá são portugueses – isso não está em causa – mas não me identifico, porque aquilo que é o ADN, do ser lusitano, ser português...é claro que se eu pudesse tê-los todos brancos, preferia, mas é o que é. A sociedade é isto. Também

¹⁸⁵ O futebolista Anderson Luís de Souza, mais conhecido por Deco, obteve nacionalidade portuguesa em fevereiro de 2003, seis anos depois de ter vindo para Portugal. Contudo, este não foi o primeiro caso verificado no futebol português. No início da década de 60, o jogador brasileiro Lúcio Soares, filho de pai português, e o sul-africano David Julius, também se naturalizaram. Embora com trajetórias de distintos (Julius não tinha descendência portuguesa), os dois atletas viriam a representar a seleção nacional. A estreia dos referidos jogadores ocorreu em abril de 1960, num jogo disputado frente à seleção da Alemanha Ocidental. Obtido em agosto 20, 2018, de <http://www.maisfutebol.iol.pt/efemeride/david-julius/o-dia-em-que-a-selecao-teve-os-primeiros-jogadores-naturalizados>

no caso da Académica. Não gostava de ver a Académica jogar com 11 pretos. Não gostava. Preferia vê-la a jogar com 11 brancos (entrevista 21, ênfase acrescentado).

O incómodo causado face ao elevado número de jogadores negros que representa a seleção portuguesa nos diversos escalões vai justamente ao encontro do argumento crítico que orienta a presente investigação e que se traduz na ideia – hegemónica – de que a ‘raça original lusitana é branca’. Este desconforto está longe de ser exclusivo do contexto nacional, como se pode verificar pelas palavras de um adepto inglês: ‘Um tudo bem, dois já acho que se está a abusar, mas, quer dizer, teres quatro mais um no banco, metade da equipa, já é demais. Alguns jogadores negros merecem um lugar, mas, na minha opinião, não se pode saturar a equipa’ (*apud* Back et al, 2001a: 239).

É certo que, na maior parte das vezes, a ideia de que a nação é, ou, pelo menos, ‘deveria’ ser essencialmente branca, não é assumida publicamente de uma forma tão direta e ‘crua’. No entanto – e conforme se mostrou ao longo da dissertação – a tese da homogeneidade racial, ainda que reproduzida sob diferentes registos, é endémica à noção de *portugalidade*, pelo que a ideia de que o ‘excessivo’ número de negros ‘contamina’, ou, pelo menos, ‘desvirtua’ esse imaginário, está longe de ser exclusiva do espectro político próximo da extrema-direita.

O cenário que se observa nos relvados não corresponde minimamente ao que se observa nas bancadas, já que o número de adeptos etnicamente distintos que acompanham *in loco* a seleção é praticamente inexistente, cenário, aliás, que não se diferencia muito daquele que se verifica nos jogos do campeonato nacional¹⁸⁶. A exceção a esta tendência ocorre no universo específico dos clubes, que, contudo, se cinge a algumas (escassas) claques organizadas, particularmente aos ‘No Name Boys’ e, em menor número, à ‘Juventude Leonina’. Seja como for, nenhum destes grupos, enquanto tais, marca presença nos jogos da seleção¹⁸⁷, mesmo que estes se realizem em território nacional.

¹⁸⁶ Referindo-se ao caso da seleção brasileira, a expressão escolhida por Gastaldo, ‘negros jogam, brancos torcem’ (2002), além de ser feliz, ajusta-se perfeitamente à realidade europeia.

¹⁸⁷ A partir da década de 90, assistiu-se, em algumas ocasiões, a tentativas em criar uma claque de apoio à seleção que congregasse os diferentes grupos. Apesar do surgimento ocasional de tarjas que sugeriam a existência desse ‘consenso nacional’, essa pretensão nunca se concretizou verdadeiramente. Durante o Campeonato Europeu de 2016, alguns ultras, maioritariamente pertencentes aos ‘Super Dragões’, deslocaram-se a França com o intuito de apoiar a seleção. Mais recentemente, no jogo Portugal-Hungria, disputado no Estádio da Luz em março de 2018, a contar para a qualificação para o

O fraco envolvimento que os entrevistados manifestaram relativamente à seleção nacional deve ser explicado a partir de vários ângulos. Primeiramente, é necessário compreender a própria natureza do ‘movimento ultra’, natureza essa que não se encontra necessariamente relacionada com a questão racial. Na verdade e embora esta subcultura não forme um todo homogêneo, poder-se-ia esperar que os adeptos que a compõem pudessem transpor para a seleção os níveis de investimento emocional que colocam nos seus clubes. Não é, de todo, aquilo que se verifica, ainda que esta realidade não seja exclusiva do contexto português. De facto, a cultura ultra é intrinsecamente orientada para a afirmação da diferença e da alteridade e, como tal, estes apoiantes parecem não se reconhecer em situações onde o conjunto de uma sociedade está simbolicamente em jogo (Almeida, 2006: 94).

Para além deste aspeto, há que ter em conta a relevância da questão racial, tal como ficou bem demonstrado na declaração acima citada. Se no caso do ultra academista, a presença de negros na seleção desvirtua o ‘ADN do ser lusitano’, já na visão de um dos seguidores benfiquistas negro, o racismo português justifica a ausência de ‘qualquer tipo de empatia para com a seleção nacional’. Atente-se às palavras deste membro dos ‘No Name Boys’:

O meu grau de identificação com a seleção é mínimo, senão inexistente. Primeiro, porque Portugal é um país profundamente racista e esse mesmo racismo alastra a diferentes sectores da sociedade, principalmente o futebol. Não tenho qualquer interesse em festejar as vitórias de um país que permite que um dos seus jogadores, Fábio Coentrão, possa fazer uma ofensa tão racista e tão rude a um colega de profissão [Moussa Marega] e não tenha sofrido qualquer castigo ou sequer admoestação relativamente a esse episódio. Não me revejo nos valores desta sociedade. O meu povo continua a ser vítima de uma sociedade preconceituosa, de uma brutalidade policial bem patente no seu quotidiano, faltas de oportunidade de trabalho, de uma desigualdade social que cada vez atira mais os jovens africanos para a criminalidade (entrevista 18, ênfase acrescentado).

Embora se situem num campo político e ideológico diametralmente oposto, os últimos testemunhos demonstram que não é possível, no Portugal contemporâneo,

Campeonato Mundial desse mesmo ano, contou com a presença de cerca de 200 elementos dos ‘Super Dragões’ e da ‘Juventude Leonina’. Porém, a chegada ao recinto dos autointitulados ‘Ultras Portugal’ ficou marcada por cânticos insultuosos ao Benfica e aos seus aficionados. Neste sentido, a existência e a própria natureza deste grupo não pode ser equacionada sem se ter em conta a lógica de rivalidades internas que marca o cenário nacional, quer entre clubes quer entre grupos rivais.

problematizar a nação sem se ter em conta a raça e o racismo. De facto, longe de ser marginal, esta inter-relação parece estar no epicentro do debate em torno da identidade nacional. Embora a proclamada homogeneidade nunca tenha verdadeiramente existido, a visibilidade adquirida pelas populações pós-coloniais no espaço nacional – ainda que a sua condição seja profundamente marcada pela subalternidade – veio desafiar as aspirações e os pressupostos de um país racialmente homogéneo.

No contexto do futebol, as últimas décadas têm vindo a fragilizar, dramaticamente, a tese de que Portugal é um país naturalmente branco, a começar pela própria composição das seleções jovens e sénior. Tal não impede que para alguns, a equipa nacional não possa ser perspectivada como o último reduto de uma *portugalidade* branca original. Para muitos outros, essa multiracialidade não aparenta ser problemática, tornando-se, inclusivamente, num motivo de celebração. Porém, a tolerância, comemoração ou apoio a uma seleção ‘colorida’ não implica, forçosamente, uma real mudança na forma como a nação é concebida e muito menos no modo como é capaz de desafiar a subalternização que marca a vida das populações racialmente distintas.

CONCLUSÕES

A ausência de investigações que se proponham explorar, a partir do futebol português, a relação entre raça e nação serviu de incentivo à realização da presente dissertação. Conforme se procurou mostrar ao longo do trabalho, os moldes nos quais assenta a discussão académica sobre futebol e racismo são particularmente problemáticos. Assim, para a generalidade dos atores envolvidos no contexto desportivo, analisar o racismo no futebol implica estudar o comportamento de uma minoria de indivíduos, particularmente aqueles que formam parte das denominadas subculturas de adeptos. A problematização do racismo nestes moldes não se distancia do modo como estas questões têm sido pensadas e analisadas fora do contexto desportivo. Pelo contrário, são leituras que refletem a direção teórica das correntes hegemónicas dentro da própria academia, que se revela incapaz em captar o modo como raça se conecta com a ideia de nação.

Na verdade, o quadro teórico que tem vindo a nortear as correntes académicas dominantes não é capaz de apreender o lugar que raça ocupa no imaginário europeu, designadamente na forma como as sociedades contemporâneas ocidentais se encontram demarcadas por linhas raciais. Consequentemente, o alcance analítico das investigações que analisam a relação entre desporto e racismo é limitado, porque partem, justamente, dos mesmos pressupostos.

No caso português, a conexão entre futebol, raça e nação encontra-se ausente do debate académico. Essa tendência inscreve-se assim num quadro académico mais geral que, até há bem pouco tempo, tem procurado minimizar o impacto que os processos coloniais, escravagistas e imperiais tiveram na construção da ideia de ocidente. Sem esse exercício, torna-se particularmente difícil conceber em que medida raça se constituiu num elemento fundador do próprio projeto europeu (Goldberg, 1993).

Longe de se poder considerar um epifenómeno no pensamento ocidental, a ideia de raça é, pelo contrário, constitutiva da própria modernidade (Goldberg, 2002; Hesse,

2007; Maeso, 2015a). Foi precisamente com base neste princípio teórico que se explorou o modo como as abordagens hegemónicas são o produto do profundo enraizamento da ideologia colonial. Contrariamente às auto-representações europeias dominantes, que sugerem – implícita e explicitamente – que a dominação colonial também terá produzido alguns efeitos positivos, a presente investigação seguiu uma linha argumentativa distinta e que defende, parafraseando Aimé Césaire, que na relação entre colonizador e colonizado só há lugar para a violência, para a ‘intimidação’ e para a ‘presunção’, pelo que a ordem colonial não produz ‘nenhum contacto humano, somente relações de dominação e de submissão’ (2006: 20 [1950]).

Apesar de se ter assistido ao fim formal do colonialismo europeu, a persistência de um quadro marcado por relações de colonialidade afigura-se como uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas e é com base nessa premissa que o racismo não pode ser visto senão como uma condição estrutural da configuração política da Europa (Lentin, 2004: 65). Justamente, é a partir dessas relações de poder profundamente desiguais que as identidades nacionais europeias se foram cimentando. Neste sentido, a ideia de colonialidade é particularmente eficaz para se perceber o modo como o contexto desportivo participa ativamente no desenho das fronteiras da nação.

A extraordinária capacidade do futebol em condensar os imaginários de raça e identidade nacional coloca em evidência o modo como os marcadores da *portugalidade* são assinalados por linhas raciais. Com efeito, a ideia de que raça e racismo são fundamentais para se compreender a sociedade portuguesa (Maeso e Araújo, 2016), estabeleceu-se como uma das principais premissas da dissertação. Assim, a partir do desafio às teses dominantes, mostrou-se como a cultura do futebol nacional não só favorece, como produz e alimenta discursos que cristalizam noções de pertença e de exclusão.

Tal como amplamente sublinhado ao longo do trabalho, a problematização da formação do desporto moderno não pode estar desligada das discussões teóricas sobre raça, racismo e eurocentrismo. Tendo em vista um maior aprofundamento das relações entre esses debates e a forma como se vieram a revelar determinantes para a produção de identidades coletivas, procurou destacar-se alguns dos momentos mais significativos que afirmaram a extrema pertinência dessa interligação.

Nesta medida, a ‘invenção do atleta negro’ (Carrington, 2010) foi crucial não só para a história do próprio desporto, mas fundamentalmente porque essa conceção ocorreu numa altura em que as nações europeias se encontravam num período de implantação e consolidação das suas identidades nacionais. Dessa forma, a figura do desportista negro colocou à vista as fragilidades e as profundas contradições das autorrepresentações de uma Europa colonial e racista, pelo que o seu surgimento é primordial para se entender o modo como se discute o racismo no desporto, particularmente no futebol atual.

Tendo por base a premissa de que as ideologias raciais se encontram na génese do projeto moderno, mostrou-se como a emergência da figura do atleta negro não pode ser entendida senão como resultado do lugar hegemónico que essas conceções ocupam no ocidente. O que é mais relevante é que, contrariamente ao que advogam as narrativas dominantes, os processos de descolonização não implicaram uma rutura com o referido quadro ideológico que suportou colonialismo europeu.

No contexto concreto do futebol português, e não obstante o desaparecimento de algumas terminologias racistas do léxico ‘futebolístico’, ficou patente que as representações dos atletas racialmente assinalados permanecem ancoradas no imaginário colonial. A análise crítica das implicações dessa continuidade histórica é de uma extraordinária importância para se captar o modo como raça funciona como um marcador de pertença e exclusão. Com efeito, a construção da identidade nacional é particularmente poderosa no contexto do futebol nacional, no qual se reificam e naturalizam determinadas narrativas que colocam o outro – o negro, o cigano – nas margens da nação.

A exploração do caso de Eusébio, nomeadamente a sua ascensão à condição de símbolo de um país que insiste em negar o racismo estrutural, não pode ser dissociada de uma narrativa que, apesar de ter tido origem na expansão colonial, persiste, até aos dias de hoje, praticamente inalterável. O que é igualmente significativo é que esta negação se faça acompanhar por uma celebração enfática do ‘Portugal do Ultramar’ e, acima de tudo, que essa glorificação não seja entendida como um sintoma de um sistema de poder e privilégio que se apoia numa certa superioridade civilizacional europeia. É justamente com base nesse quadro ideológico que se legitima e naturaliza uma hierarquia racial profundamente eurocêntrica.

Além de particularmente revelador acerca do modo como Portugal lida com o seu passado colonial e com as consequências que daí resultaram, o caso de Eusébio clarifica a forma como a tese da homogeneidade racial se produz. De facto, a construção da sua figura não pode ser dissociada do imaginário colonial e, em especial, das noções assimilacionistas que daí resultaram, pelo que a conceção do ‘indígena assimilado’, além de reafirmar a missão civilizadora do colonialismo português, reforça a tese da homogeneidade racial.

Como foi possível observar na análise dos discursos dos media e do poder político, a ideia de um futebolista negro, ao representar uma seleção europeia possa causar algum tipo de estranheza deve-se, precisamente, à tese do pressuposto da homogeneidade racial que alimenta o imaginário coletivo europeu. Ainda que essas palavras remetessem para a década de 60 do século passado, o que parece inegável é que ‘um negro ao serviço de uma seleção europeia’ não é entendido como uma situação ‘natural’, contribuindo, assim, para reificar a associação entre *europiedade* e *branquitude* (Araújo e Maeso, 2016: 37).

Na verdade, a pretensa multirraciedade da nação portuguesa nunca passou senão de propaganda política e de um exercício retórico desenvolvido debaixo de um quadro marcado pela subjugação das populações colonizadas. Como tal, nem no plano teórico parece sequer ser possível conceber a tão proclamada ‘irmandade racial’ que, de acordo com os discursos dominantes, perdura até aos dias de hoje. Assim, o que é particularmente relevante reter é a ideia de que esta narrativa assenta em pressupostos assimilacionistas, pressupostos esses que evidenciavam o modo como esse hipotético espírito fraternal não é concebido senão sob a primazia da *branquitude*.

O estabelecimento de um paralelismo entre as narrativas em torno de Eusébio e de outros futebolistas etnicamente distintos confirma que a nação portuguesa não é discursada nem percecionada como sendo multirracial. Os casos de Renato Sanches ou de Ricardo Quaresma comprovam-no. Assim, os epítetos de ‘selvagem’ ou de ‘cigano de ouro’ são apenas dois exemplos que reafirmam a subalternidade das populações negras e ciganas, pelo que a sua pertença à nação é parcial e incompleta. No caso de Quaresma, bem como o da comunidade cigana portuguesa, o argumento da pretensa incompatibilidade cultural tem sido naturalizado, o que faz com que a celebração da sua *portugalidade* seja apenas momentânea. Nesta medida, a vigilância e o escrutínio

do qual são alvos os futebolistas ‘não assimilados’ torna claro que a sua eventual inclusão na nação necessita de ser permanentemente negociada.

Não obstante o profundo enraizamento da ideologia colonial, que se traduz em práticas racistas quotidianas (Essed, 1991), a narrativa dominante que defende que o desporto representa uma história de integração racial foi igualmente rebatida. O argumento central não recai tanto na desconstrução e desmistificação dessa leitura, mas sim no modo como o desporto tem consolidado a ideia de raça enquanto marcador da nacionalidade. Este processo tem sido reiteradamente construído a partir do contexto do futebol português que, pela voz dos seus mais diversos intervenientes, naturaliza as conceções hegemónicas sobre *branquitude*, *negritude*, identidade e nação.

Assim, longe de constituir um espaço puramente progressista ou anti discriminatório, o futebol tem a capacidade de incluir e de excluir determinados grupos do imaginário nacional. Os mecanismos de exclusão e de inclusão operam a partir de marcadores raciais, já que é, efetivamente, a categoria raça que marca a fronteira entre *europiedade* e não *europiedade* (Hesse, 2007; Maeso e Araújo, 2016). Nesta medida, a presença de um sistema de significados raciais é uma característica permanente da cultura europeia (Essed, 1991: 52), pelo que o caso português não parece apresentar nenhuma especificidade particular que o distinga das outras nações com passado colonizador.

Como resultado do estabelecimento do paradigma racista e eurocêntrico, Portugal foi-se construindo como ‘país branco’. Embora se tenha assistido, nas últimas décadas do colonialismo português, a um discurso retórico que evocava a multiracialidade da nação, a tese que sempre prevaleceu foi a da homogeneidade racial. Um olhar crítico para as culturas contemporâneas do futebol português confirma isso mesmo, permitindo compreender não só o modo como o racismo opera, como também de que forma a tese da homogeneidade se produz a partir deste espaço.

A pesquisa empírica efetuada reafirmou a ideia de que a descodificação do paradigma eurocêntrico é fundamental para se compreender não somente a forma como o racismo se produz, mas também como opera no contexto do futebol. Em concreto, quer a natureza dos discursos mediáticos quer a dos entrevistados, permitiu problematizar o modo como a tese da excecionalidade europeia se aciona nas culturas

do futebol português. Apesar de algumas leituras críticas, que advêm sobretudo do lugar de fala de quem as veicula, as narrativas dominantes mostram-se incapazes de desafiar as posições de poder e de privilégio. Além disso, esses discursos tendem a legitimar e a alimentar noções de pertença e de exclusão a partir de critérios étnico-raciais.

Partindo da posição privilegiada que os media ocupam nas sociedades contemporâneas, procurou igualmente demonstrar-se que as suas narrativas são incapazes de questionar o privilégio branco que se perpetua nas estruturas sociais europeias. A apresentação de casos concretos ocorridos no futebol português sustenta esta leitura e confirma que os moldes de discussão geralmente propostos são particularmente problemáticos. Assim, ao tratarem o racismo como um conjunto de incidentes esporádicos praticados por adeptos ou futebolistas com o mero propósito de desestabilizar os adversários, os media portugueses não só contribuem para invisibilizar os aspetos primordiais como também falham em captar o modo como essas ‘manifestações racistas’ se relacionam com a persistência da ideologia colonial racista nas estruturas sociais nacionais.

A exploração dos discursos produzidos a partir dos clubes estudados também reforça a linha argumentativa que tem vindo a ser defendida ao longo do trabalho. Nesta medida, o caso específico da Académica de Coimbra reafirma a importância em analisar a sociedade portuguesa a partir do futebol. Assim, importa sublinhar que a autorrepresentação do clube – que advêm da sua participação, em momentos particulares da sua história, na contestação ao fascismo – não é suficiente para impedir a reificação de uma narrativa que assenta na tese segundo a qual o povo português e os povos africanos colonizados partilham uma identidade em comum. O que é particularmente discutível é que esta narrativa não procura questionar o colonialismo, enquanto prática de dominação e subjugação, reforçando, ao invés, a hegemonia dos ‘discursos da lusofonia’ junto do imaginário nacional.

Em relação às narrativas que acompanharam o percurso histórico do Benfica, prestou-se particular atenção à sua implementação nos antigos territórios colonizados, não porque fosse esse um dos objetivos da investigação, mas pelo facto desse tema ter permitido a clarificação de um conjunto de questões particularmente relevantes. Desta forma, o caso concreto do Benfica, embora apresente contornos bem distintos dos da

Académica, é particularmente elucidativo acerca da relação – passada e presente – que se estabelece entre futebol, raça e identidade nacional.

Embora se reconheça como pertinente o argumento de que a popularidade dos clubes portugueses nas antigas colónias deva ser remetida para um universo autónomo e que, nessa perspetiva, é redutor enveredar por uma leitura que tome os clubes como uma mera extensão colonial, parece igualmente adequado não cair em leituras idílicas da realidade. Se, por um lado, parece plausível defender que a identificação clubística ocorre num plano independente ao plano político, também é difícil, por outro, dissociar a popularidade dos clubes do próprio colonialismo.

Neste sentido, é fundamental destacar o modo como a *portugalidade* do Benfica, tão veementemente apregoada ao longo da sua história, não pode ser desconectada do lugar hegemónico ocupado pelos discursos da lusofonia e que resultam de uma visão despolitizada do domínio colonial português. Ao camuflarem a natureza impositiva dos processos imperiais e coloniais, as narrativas da lusofonia falham em compreender que ‘uma nação que coloniza, uma nação que justifica a colonização e, conseqüentemente, a força, é uma civilização doente, moralmente ferida’ (Césaire, 2006: 17 [1950]).

A atenção dedicada aos grupos organizados de adeptos também forneceu pistas importantes com vista ao enriquecimento do debate sobre futebol, raça e nação. Tratou-se, pois, de explorar um campo que tem sido praticamente ignorado pela generalidade da academia europeia que, apesar da atenção que confere ao estudo destes grupos, não se mostra capaz de perceber a sua potencialidade em desafiar as conceções hegemónicas sobre identidade nacional.

Tendo como enfoque principal a multirraciedade que assinala os ‘No Name Boys’, procurou compreender-se em que medida este aspeto – diferenciador no universo das claques portuguesas – relega o próprio grupo para as margens da nação. Assim, ficou claro que, no entendimento dos seus rivais, é a sua própria natureza que o coloca para lá das fronteiras culturais que demarcam a *portugalidade*.

Em rigor, essa não-pertença não advém somente do facto do grupo ser constituído por um número significativo de jovens negros, mas fundamentalmente porque, no imaginário dominante, esses adeptos provêm dos apelidados ‘bairros’, percebidos enquanto espaços de marginalidade e de violência e, portanto, fora do imaginário nacional. Conforme se observou, esta visão é, pelo menos em parte, igualmente

reproduzida por alguns dos membros do próprio grupo, pelo que a multirraciedade que o caracteriza não parece, por si só, capaz de questionar as concepções dominantes sobre a identidade nacional e, por conseguinte, de gerar novas formas de se conceber a nação.

Em Portugal, o desafio às concepções dominantes sobre identidade nacional passa pela necessidade imperiosa em promover um debate acerca desses processos de dominação, subjugação e eliminação do outro. A promoção de uma discussão que evidencie a brutalidade de um sistema colonial que eliminava, física e simbolicamente, as populações colonizadas é uma condição essencial tendo em vista o questionamento dos paradigmas hegemónicos na sociedade portuguesa. A partir desse debate compreender-se-á, com mais clareza, o lugar que as populações percebidas como étnica e racialmente distintas ocupam no imaginário nacional.

O consenso nacional acerca do legado colonial também tem sido construído a partir do contexto do futebol. Tal como a pesquisa empírica confirmou, trata-se de uma visão perfeitamente transversal a todo o universo do futebol português e que envolve antigos atletas, treinadores, jornalistas e adeptos. A narrativa maestra que domina a cultura do futebol nacional, pese embora algumas exceções que devem ser assinaladas, contribui ativamente para ocultar a natureza do colonialismo, transformando-o num 'encontro de culturas'.

Contrariamente ao que advogam as abordagens dominantes, a presente investigação mostrou que não é possível, no Portugal contemporâneo, problematizar a nação sem se ter em conta o modo como se articula com raça e racismo. Neste sentido, um olhar crítico para as relações entre futebol, raça e nação constitui um ponto de partida imprescindível para questionar os padrões de poder e privilégio que se perpetuam na sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranhão, Bruno e Soares, António (2009), 'O Elogio ao Negro no Espaço do Futebol: entre a Integração Pós-Escravidão e a Manutenção das Hierarquias Sociais', *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 30 (2), 9-23.

Abranhão, Bruno e Soares, António (2011), 'O corpo negro e os preconceitos impregnados na cultura: uma análise dos estereótipos raciais presentes na sociedade brasileira a partir do futebol', *Movimento*, 17 (4), 265-280.

Alabarces, Pablo (2002), 'Aguante and Repression: football, politics and violence in Argentina', in Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington e Antonios Astrinakis (eds.), *Fighting Fans as a World Phenomenon*. Dublin: University College Press, 23-36.

Alabarces, Pablo; Zucal, José; Moreira, Maria (2008), 'La cultura del aguante': fútbol y violencia en la Argentina contemporánea', *Estudios de Sociología*, 14 (2), 75-92.

Alexandre, Valentim (1999), 'O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)', in Jorge Vala (ed.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta, 133-144.

Almeida, Pedro (2006), *Violência e Euro 2004. A centralidade do futebol na cultura popular*. Lisboa: Colibri.

Almeida, Pedro (2012), 'Futebol, racismo e eurocentrismo. Os média portuguesas na cobertura do Campeonato Mundial de Futebol na África do Sul', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 103-124.

Almeida, Pedro (2015), 'Futebol, Mercantilismo e Identidade Nacional No Século XXI: Hegemonia e Contra-Hegemonia', *Fórum Sociológico*, 26, 7-16.

Almeida, Pedro (2016), 'Futebol, Racismo e Media: os discursos da imprensa portuguesa durante o fascismo e pós-Revolução de Abril', *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 44, 71-90.

Alves, Rita (2016), '(Pré) textos e contextos: media periferia e racialização', *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 44, 91-107.

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Andersson, Mette (2007), 'The Relevance of the Black Atlantic in Contemporary Sport: Racial Imaginaries in Norway', *International Review for the Sociology of Sport*, 42 (1), 65-81.

Andrews, David (1996), 'The fact(s) of Michael Jordan's Blackness: Excavating a Floating Racial Signifier', *Sociology of Sport Journal*, 13, 125-158.

Andrews, David (2012), 'Reflections on Communication and Sport. On Celebrity and Race', *Communication and Sport*, 1 (1/2), 153-163.

Angel-Ajani, Asale (2000), 'Italy's Racial Cauldron: Immigration, Criminalization and the Cultural Politics of Race', *Cultural Dynamics*, 12 (3), 331-352.

Araújo, Marta (2013), 'Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: The (De)Politicization of Colonialism and Racism', in Philip Kretsedemas, Jorge Capetillo-Ponce e Glenn Jacobs (eds.), *Migrant Marginality: A Transnational Perspective*. New York: Routledge, 27-46.

Araújo, Marta (2016), 'A very 'prudent integration': white flight, school segregation and the depoliticization of (anti) racism', *Race Ethnicity and Education*, 19 (2), 300-323.

Araújo, Marta e Maeso, Silvia Rodríguez (2010), 'Explorando o Eurocentrismo nos Manuais Portugueses de História', *Estudos de Sociologia*, 15 (28), 239-270.

Araújo, Marta e Maeso, Silvia Rodríguez (2012), 'History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation', *Ethnic and Racial Studies*, 35 (7), 1266-1286.

Araújo, Marta e Maeso, Silvia Rodríguez (2013), 'A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, 'Portugal' e (pós-)colonialismo', *Educar em Revista*, 47, 145-171.

Araújo, Marta e Maeso, Silvia Rodríguez (2016), *Os Contornos do Eurocentrismo. Raça, história e textos políticos*. Coimbra: Almedina.

Armstrong, Gary (1998), *Football Hooligans. Knowing the Score*. Oxford: Berg.

Astrinakis, Antonios (2002), 'Subcultures of hard-core fans in West Attica: an analysis of some central research findings', in Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington e Antonios Astrinakis (eds.), *Fighting Fans as a World Phenomenon*. Dublin: University College Press, 88-105.

Back, Les; Crabbe, Tim e Solomos, John (1998a), 'Beyond the racist/hooligan couplet: race, social theory and football culture', *British Journal of Sociology*, 50 (3), 419-442.

Back, Les; Crabbe, Tim e Solomos, John (1998b), 'Racism in football: patterns of continuity and change', in Adam Brown (ed.), *Fanatics! Power, Identity & Fandom in Football*. Routledge: London & New York, 71-87.

Back, Les; Crabbe, Tim e Solomos, John (2001a), *The Changing Face of Football: Racism, Identity and Multiculture in the English Game*. Oxford: Berg.

Back, Les; Crabbe, Tim e Solomos, John (2001b), "Lions and black skins': Race, nation and local patriotism in football", in Ben Carrington e Ian McDonald (eds.), *'Race', Sport and British Society*. London e New York: Routledge, 83-102.

Balandier, Georges (1951), *La Situation Coloniale: Approche Théorique*. Paris: Presses Universitaires de France.

Bale, John e Christensen, Mette (2004), 'Introduction: Post-Olympism?', in John Bale e Mette Christensen (eds.) *Post-Olympism? Questioning Sport in the Twenty-first Century*. Oxford: Berg, 1-10.

Balibar, Etienne (1991), 'Racism and Nationalism', in Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (eds.), *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. London e New York: Verso, 37-68.

Banks, Simon (2002), *Going Down. Football in Crisis: How the game went from boom to bust*. Edinburgh: Mainstream Publishing.

Barradas, Ana (1998), *Ministros da Noite: Livro Negro da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Antígona.

Bazel, Matthew (2011), *Theatre of Silence: the lost soul of football*. Cambridge: Pegasus.

Bebiano, Rui (2003), 'A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 151-163.

Benedict, Ruth ([1942] 1983), *Race and Racism*. London: Routledge & Kegan Paul PLC.

Bernstein, Alina e Blain, Neil (2002), 'Sport and the Media: The Emergence of a Major Research Field', *Culture, Sport, Society*, 5 (3), 1-30.

Birrel, Susan (1989), 'Racial Relations Theories and Sport: suggestions for a more critical analysis', *Sociology of Sport Journal*, 6, 212-227.

Bodin, Dominique (2003), *Le Hooliganisme*. Paris: Presses Universitaires de France.

Bodin, Dominique e Héas, Stéphane (2002), *Introduction à la Sociologie des Sports*. Paris: Éditions Chiron.

Bonilla-Silva, Eduardo (1996), 'Rethinking Racism: Toward A Structural Interpretation', *American Sociological Review*, 62 (3), 465-480.

Bonilla-Siva, Eduardo (2006), 'The Linguistics of Color Blind Racism: How to Talk Nasty about Blacks without Sounding 'Racist'', *Critical Sociology*, 28 (1-2), 41-64.

- Bonilla-Siva, Eduardo (2006), *Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Bonilla-Siva, Eduardo (2015), 'More than Prejudice: Restatement, Reflections, and New Directions in Critical Race Theory', *Sociology of Race and Ethnicity*, 1 (1), 75-89.
- Bourdieu, Pierre (1988), 'Program for a Sociology of Sport', *Sociology of Sport Journal*, 5, 153-161.
- Bourdieu, Pierre (1994), 'Les Jeux Olympiques (Programme pour une analyse)', *Actes de la recherche en sciences sociales*, 103, 102-103.
- Bradbury, Steven (2010), 'From Racial Exclusions to new Inclusions: Black and minority ethnic participation in football clubs in the East Midlands of England', *International Review for the Sociology of Sport*, 46 (1), 23-44.
- Bradbury, Steven (2013), 'Institutional Racism, whiteness and the under-representation of minorities in leadership positions in football in Europe', *Soccer & Society*, 14 (3), 296-314.
- Brighenti, Andrea (2007), 'Visibility: A category for the Social Sciences', *Current Sociology*, 55 (3), 323-342.
- Bromberger, Christian (1995), *Le Match de Football: Ethnologie d'une Passion Partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Brown, Wendy (2004), 'Tolerance as a Discourse of Depolitization', in Wendy Brown (ed.), *Regulating Aversion. Tolerance in the Age of and Empire*. New Jersey: Princeton University Press, 1-47.
- Bruce, Toni (2004), 'Marking the boundaries of the 'normal' in televised sports: the play-by-play of race', *Media, Culture and Society*, 26 (6), 861-879.
- Burdsey, Steven (2013), 'Institutional Racism, whiteness and the under-representation of minorities in leadership positions in football in Europe', *Soccer & Society*, 14 (3), 296-314.
- Cabecinhas, Rosa e Cunha, Luís (2003), 'Colonialismo, Identidade nacional e representações do 'negro'', *Estudos do Século XX*, 3, 157-184.
- Cahen, Michel (1997), 'Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'institutionnalisation de la Communauté des pays de langue portugaise', in Michel Cahen (ed.), *Lusotropicalisme: Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: karthala, 391-433.

Cardão, Marcos (2015), *Fado Tropical: o Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*. Lisboa: Unipop.

Cardina, Miguel (2008), 'Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades', *e-cadernos ces* [Online], 01, colocado online no dia 01 setembro 2008. Obtido em abril, 24, 2018, de <http://journals.openedition.org/eces/101>

Carrington, Ben (1998a), 'Sport, Masculinity, and Black Cultural Resistance', *Journal of Sport and Social Issues*, 22 (3), 275-298.

Carrington, Ben (1998b), 'Football's coming home' but whose home? And do we want it?: nation, football and the politics of exclusion', in Adam Brown (ed.), *Fanatics! Power, Identity & Fandom in Football*. London & New York: Routledge, 101-123.

Carrington, Ben (2002), 'Race, Representation and the Sporting Body', *CUCR's Occasional Paper Series*. London: Goldsmiths College, 1-38.

Carrington, Ben (2004), 'Cosmopolitan Olympism, Humanism and the Spectacle of 'Race'', in John Bale e Mette Christensen (eds.) *Post-Olympism? Questioning Sport in the Twenty-first Century*. Oxford: Berg. 81-97.

Carrington, Ben (2010), *Race, Sport and Politics. The Sporting Black Diaspora*. London: Sage.

Carrington, Ben (2011), 'What I Said was Racist – But I'm Not a Racist': Anti-Racism and the White Sports/Media Complex', in Jonathan Long e Karl Spraklen (eds.), *Sport and Challenges to Racism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 83-99.

Carrington, Ben (2012), 'Introduction: sport matters', *Ethnic and Racial Studies*, 35 (6), 961-970.

Carrington, Ben (2013), 'The Critical Sociology of Race and Sport: The First Fifty Years', *The Annual Review of Sociology*, 39, 379-398.

Cashmore, Ellis (1982), *Black Sportsmen*. London: Routledge.

Cashmore, Ellis e Cleland, Jamie (2011), 'Why there aren't there more black football managers?', *Ethnic and Racial Studies*, 34 (9), 1594-1607.

Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo: o Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

Césaire, Aimé (2006), *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal. [orig.1950].

Chaudhary, Vivek (2002), 'Black, Brown, Blue and White Army', in Mark Perryman (ed.), *Hooligan Wars: Causes and Effects of Football Violence*. Edinburgh: Mainstream Publishing, 77-83.

Cleland, Jamie e Cashmore, Ellis (2014), 'Fans, Racism and British Football in the Twenty-First Century: The Existence of a 'Colour-Blind' Ideology', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 40 (4), 638-654.

Cleveland, Todd (2013), 'Following the Ball: African Soccer Players, Labor Strategies, and Emigration across the Portuguese Colonial Empire, 1949–1975', *Cadernos de estudos africanos*, 26, 1-19.

Cleveland, Todd (2017), *Following The Ball: The Migration Of African Soccer Players Across The Portuguese Colonial Empire, 1949-1975*. Ohio: University Press.

Coelho, João Nuno (2001), *Portugal a Equipa de Todos Nós: Nacionalismo, Futebol e Media. A reprodução da nação nos jornais desportivos*. Porto: Afrontamento.

Coelho, João Nuno e Pinheiro, Francisco (2002), *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Collins, Patricia (2006), 'New Commodities, new consumers. Selling blackness in a global marketplace', *Ethnicities*, 6 (3), 297-317.

Crolley, Liz e Hand, David (2006), *Football and European Identity: Historical Narratives Through the Press*. London & New York: Routledge.

Cros, Bernard (2013), 'Managing racial diversity: Positional segregation in South African rugby union in the post-apartheid era', *Cadernos de Estudos Africanos*, 26, 153-176.

Cruzeiro, Celso (1989), *Coimbra, 1969. A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje*. Porto: Afrontamento.

Damatta, Roberto (1982), *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke.

Darby, Paul (2006), 'Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial', *Análise Social*, 179, 417-433.

Dias, Bruno Peixe (2012), 'Da alteridade à recusa da identidade: o tempo da subjetivação política', in Bruno Peixe Dias e Nuno Dias (eds.), *Imigração e Racismo em Portugal: o lugar do Outro*. Lisboa: Edições 70, 15-28.

Dixon, Kevin; Lowes, Jacqueline; Gibbons, Tom (2016), 'Show Racism the Red Card: potential barriers to the effective implementation of the anti-racist message', *Soccer & Society*, 17 (1), 140-154.

Doidge, Mark (2013), 'If you jump up and down, Balotelli dies': Racism and player abuse in Italian football', *International Review for the Sociology of Sport*, 0 (0), 1-16.

Domingos, Nuno (2006a), 'Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano', *Análise Social*, 179, 397-416.

Domingos, Nuno (2006b), 'O futebol Português em Moçambique como memória social', *Cadernos de Estudos Africanos*, 9-10, 113-127.

Domingos, Nuno (2011a), 'Urban football narratives and the colonial process in Lourenço Marques', *The International Journal of the History of Sport*, 28 (15), 2159-2175.

Domingos, Nuno (2011b), 'O Desporto e o Império Português', in José Neves, Nuno Domingos (coords.), *Uma História do Desporto em Portugal*. Vila do Conde: Quidnovi, 51-108.

Domingos, Nuno (2013), 'Dos Subúrbios da Lourenço Marques Colonial aos Campos de Futebol da Metrópole, uma entrevista com Hilário Rosário da Conceição', *Cadernos de Estudos Africanos*, 26, 225-245.

Domingos, Nuno (2014), 'O lugar de Eusébio na 'grande sociedade portuguesa'', in Victor Melo, Fabio Peres e Maurício Drumond (eds.), *Esporte, Cultura, Nação, Estado - Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 156-171.

Downing, John (2008), 'Social Movement Theories and Alternative Media: An Evaluation and Critique', *Communication, Culture and Critique*, 1, 40-50.

Dubal, Sam (2010), 'The Neoliberalization of football: rethinking neoliberalism through the commercialization of the beautiful game', *International Review for the Sociology of Sport*, 45 (2), 123-146.

Duke, Vic e Crolley, Liz (1996), *Football, Nationality and the State*. London: Longman.

Dunning, Eric (1985), 'The Social Roots of Football Hooliganism: A reply to the Critics of the 'Leicester School'', in Norman Booney, Richard Giulianotti e Mike Hepworth (eds.), *Football, Violence and Social Identity*. London: Routledge, 57-129.

Dunning, Eric (2009), 'Hooliganismo no Futebol como um fenómeno europeu e mundial', *Estudos de Sociologia*, 14 (2), 43-73.

Dunning, Eric; Murphy, Patrick e Williams, John (1992), 'A violência dos espectadores nos desafios: para uma explicação sociológica', in Norbert Elias e Eric Dunning (eds.), *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 355-388.

Dunning, Eric; Murphy, Patrick e Williams, John (1994), *O Futebol no Banco dos Réus*. Oeiras: Celta Editora.

Duran, Javier e Jiménez, Jesús (2006), 'Fútbol y Racismo: un problema científico y social', *Revista Internacional de Ciencias del Deporte*, 3 (2), 68-94.

Dussel, Henrique (2000), 'Europa, Modernidad e Eurocentrismo', in Edgardo Lander (ed.), *Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 25-34.

Dussel, Henrique (2004), 'China 1421-1800: Razones para cuestionar el Eurocentrismo', *Pensamiento*, 11 (44), 6-13.

Dyer, Richard (1997), *White: Essays on Race and Culture*. New York: Routledge.

Eichberg, Henning (2004), 'The Global, the Popular and the Inter-Popular: Olympic Sport between Market, State and Civil Society', in John Bale e Mette Christensen (eds.) *Post-Olympism? Questioning Sport in the Twenty-first Century*. Oxford: Berg, 65-80.

Elias, Norbert (1987), *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa.

Elias, Norbert (1988), *The Civilizing Process*. Oxford: Blackwell

Essed, Philomena (1991), *Understanding Everyday Racism*. Newbury Park: Sage.

Estanque, Elísio (2008), 'Jovens, Estudantes e 'repúblicas': culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 9-41.

Fanon, Frantz (1975), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem [orig.1952].

Farred, Grant (2012), "'Keeping silent': the problem of citizenship for Lilian Thuram", *Ethnic and Racial Studies*, 35 (6), 1040-1058.

Ferber, Abby (2007), 'The Construction of Black Masculinity', *Journal of Sport & Social Issues*, 31 (1), 11-24.

Fiengo, Sergio Villena (2003), 'El fútbol y las identidades. Prólogo a los estudios latinoamericanos', in Pablo Alabarces (ed.), *Futbologias. Fútbol, identidade y violência en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 21-35.

Filho, Mário (2003), *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

Foucault, Michel (2007), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Frias, Aníbal (2003), 'Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.

Füredi, Frank (1998), *The Silent War: Imperialism and the Changing Perception of Race*. London: Pluto.

Garland, Jon e Rowe, Michael (2001), *Racism and Anti-Racism in Football*. Hampshire e New York: Palgrave.

Gastaldo, Édison (2002), 'Negros jogam, Brancos torcem: a ritualização das relações raciais na publicidade da Copa do mundo', *Ilha*, 4 (2), 99-110.

Gilroy, Paul (1987), *There Ain't No Black in the Union Jack. The Cultural Politics of Race and Nation*. London: Routledge.

Gilroy, Paul (1992), 'The End of Antiracism', in J. Donald e A. Rattansi (eds.), *Race, Culture and Difference*. London: Sage, 49-61.

Gilroy, Paul (2000), *Between Camps: Nations, Cultures and the Allure of Race*. London: Allen Lane.

Giulianotti, Richard (1999), *Football: A Sociology of the Global Game*. Oxford: Polity Press.

Goldblatt, David (2016), *The Games: A Global History of the Olympics*. London: Macmillan.

Goldberg, David Theo (1990), 'Racism and Rationality: A Need for a New Critique', *Philosophy of the Social Sciences*, 20 (3), 317-350.

Goldberg, David (1993), 'Modernity, Race and Morality', *Cultural Critique*, 24, 193-227.

Goldberg, David (2002), *The Racial State*. Malden: Blackwell.

Goldberg, David (2006), 'The Global Reach of Raceless States', in Donaldo Macedo e Panayota Gunari (eds.), *The Globalization of Racism*. London e New York: Routledge.

Goldberg, David (2009), *The Threat of Race. Reflection on Racial Neoliberalism*. Malden MA: Wiley-Blackwell.

Gomes, Ivan (2000), 'Deus no céu e o negro na terra: a visão de Gilberto Freyre sobre o futebol brasileiro', *CAOS-Revista de Eletrônica de Ciências Sociais*, 1 (2). Obtido em janeiro, 7, 2016, de <http://cev.org.br/biblioteca/deus-ceu-o-negro-terra-visao-gilberto-freyre-sobre-o-futebol-brasileiro/>

Gorjão, Joana Henriques (2016), *Racismo em Português: O lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China.

Gorjão, Joana Henriques (2018), *Racismo no País dos Brancos Costumes*. Lisboa: Tinta da China.

Grainger, Andrew; Newnian, Joshua e Andrews, David (2006), 'Sport, the Media and the Construction of Race, in Arthur Raney e Jennings Bryant (eds.), *Handbook of Sports and Media*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 482-504.

Grosfoguel, Ramón (2009), 'Apuntes hacia una metodología fanoniana para la descolonización de las ciencias sociales' in Frantz Fanon, *Piel Negra, Máscaras Blancas*. Madrid: Editorial Akal, 261-284.

Grosfoguel, Ramón (2013), 'The Structure of Knowledge in Westernized Universities: Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century', *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, 11 (1), 72-90.

Guedes, Simoni (2014), 'On criollos and capoeiras: notes on soccer and national identity in Argentina and in Brazil', *Soccer & Society*, 15 (1), 147-161.

Guterman, Marcos (2009), *O Futebol Explica o Brasil: Uma História da Maior Expressão Popular do País*. São Paulo: Contexto.

Hall, Stuart (1992), 'The West and the Rest: Discourse and Power', in Stuart Hall e Bram Gieben (eds.) *Formations of Modernity*. Cambridge: Open University & Polity Press, 275-331.

Hall, Stuart (1995), 'The Whites of Their Eyes: Racist Ideologies and the Media', in Gail Dines e Jean Humez (eds.), *Gender, Race, Class and Media*. London: Sage, 18-22.

Hall, Stuart (1997), *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A.

Hammet, Daniel (2011), 'British media representations of South Africa and the 2010 FIFA World Cup', *South African Geographical Journal*, 93, 63-74.

Hardin, Marie; Dodd, Julie; Chance, Jean e Walsdorf, Kristie (2004), 'Sporting Images in Black and White: Race in Newspaper Coverage of the 2000 Olympic Games', *Howard Journal of Communications*, 15 (4), 211-227.

Harris, Othello (1994), 'Race, Sport, and Social Support', *Sociology of Sport Journal*, 11, 40-50.

Hartman, Douglas (2000), 'Rethinking the Relationships between Sport and Race in American Culture: Golden Ghettos and Contested Terrain', *Sociology of Sport Journal*, 17, 229-253.

Hartman, Douglas (2003), 'What we can learn from sport if we take seriously sport as a racial force? Lessons from C.L.R James's *Beyond a Boundary*', *Ethnic and Racial Studies*, 26 (3), 451-483.

Hartman, Douglas (2012), 'Beyond the sporting boundary: the racial significance of sport through midnight basketball', *Ethnic and Racial Studies*, 35 (6), 1007-1022.

Hebenstreit, Stefan (2010), 'Keep your hands off the vuvuzela! Eurocentric stereotypes in German 2010 World Cup media discourse', *Postamble*, 6 (2), 1-14.

Helal, Ronaldo e Gordon, Cesar (1999), 'Sociologia, História e Romance na Construção da Identidade Nacional Através do Futebol', *Estudos Históricos*, 23, 147-165.

Henriques, Julian (1984), 'Social Psychology and the Politics of Racism', in Julian Henriques, Wendy Hollway, Cathy Urwin, Couze Venn e Valerie Walkerdine (eds.), *Changing the Subject, Psychology, Social Regulation and Subjectivity*. London: Routledge, 60-89.

Hesse, Barnor (2004), 'Im/Plausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind', *Social Identities*, 10 (1), 9-29.

Hesse, Barnor (2007), 'Racialized modernity: an analytics of white mythologies', *Ethnic and Racial Studies*, 30 (4), 643-663.

Holland, Brian (1995), 'Kicking racism out of football: An assessment of racial harassment in and around football grounds', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 21 (4), 567-586.

Hughey, Matthew e Goss, Devon (2015), 'A Level Playing Field? Media Constructions of Athletics, Genetics and Race', *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 661 (1), 182-211.

Hughson, John e Poulton, Emma (2008), 'This is England': sanitized fandom and the national soccer team', *Soccer & Society*, 9 (4), 509-519.

Hylton, Kevin e Lawrence, Stefan (2015), 'Reading Ronaldo: contingent whiteness in the football media', *Soccer & Society*, 16 (5-6), 765-782.

Iribarne, Juan (1996), 'Barras Bravas: Institucionalized Violence in Argentine Society and its Relationship with Football', Comunicação apresentada no Seminário *Soccer and History: Sports and Imperialism, 1863-1996*. Tufts University.

Jesus, Gilmar (1999), 'O Futebol de Canela Preta: O Negro e a Modernidade em Porto Alegre', *Anos 90*, 11, 144-161.

Jobert, Timothée (2006), *Champions Noirs, Racisme Blanc: La métropole et les sportifs noirs en context colonial (1901-1944)*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Jones, Robyn (2002), 'The Black Experience Within English Semiprofessional Soccer', *Journal of Sport & Social Issues*, 6 (1), 47-65.

- Kassimeris, Christos (2009a), 'Introduction', in Christos Kassimeris (ed.), *Anti-Racism in European Football: Fair Play for All*. Plymouth: Lexington Books, 1-5.
- Kassimeris, Christos (2009b), 'Racism in European Football', in Christos Kassimeris (ed.), *Anti-Racism in European Football: Fair Play for All*. Plymouth: Lexington Books, 7-34.
- Kassimeris, Christos (2009c), 'Anti-Racism in Football', in Christos Kassimeris (ed), *Anti-Racism in European Football: Fair Play for All*. Plymouth: Lexington Books, 175-191.
- Kassimeris, Christos (2011), 'Fascism, separatism and the ultras: discrimination in Italian football', *Soccer & Society*, 12 (5), 677-688.
- King, Anthony (1998), *The End of the Terraces: The Transformation of English Football in the 1990's*. London: Leicester University Press.
- King, Joyce (1991), 'Dyconscious Racism: Ideology, Identity and the Miseducation of Teachers', *The Journal of Negro Education*, 60 (2), 133-146.
- King, Richard (2007), 'Staging the Winter White Olympics. Or Why Sport Matters to White Power', *Journal of Sport & Social Issues*, 31 (1), 89-94.
- King, Richard; Leonard, David e Kusz, Kyle (2007), 'White Power and Sport: an introduction', *Journal of Sport & Social Issues*, 31 (1), 3-10.
- Kumar, Rahul (2014), *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Kumar, Rahul (2017), *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*. Lisboa: Paquiderme.
- Lago, Alessandro e Biasi, Rocco (1994), 'Italian Football Fans: Culture and Organization', in Norman Booney, Richard Giulianotti e Mike Hepworth (eds.), *Football, Violence and Social Identity*. London: Routledge, 73-89.
- Leal, João (2001), 'Las tesis lusitanistas: arqueología y antropología en Portugal', *Complutum*, 12, 297-309.
- Lentin, Alana (2004), *Racism & anti-racism in Europe*. London: Pluto Press.
- Lentin, Alana (2008), 'Europe and the Silence about Race', *European Journal of Social Theory*, 11 (4), 487-503.
- Leonard, David (2004), 'The Next M.J. or the Next O.J? Kobe Bryant, Race and the Absurdity of Colorblind Rethoric', *Journal of Sport & Social Issues*, 28 (3), 284-313.

Lima, Marcus e Vala, Jorge (2004), 'As novas formas de expressão do preconceito e do racismo', *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 401-411.

Lindsey, Emma (2001), 'Notes from the sports desk: Reflections on race, class and gender in British sports Journalism', in Ben Carrington e Ian MacDonald (eds.), *Race, sport and British Society*. London & New York: Routledge, 188-198.

Long, Jonathan (2000), 'No Racism here? A preliminary examination of sporting innocence', *Managing Leisure*, 5, 121-133.

Long, Jonathan e Hilton, Long (2002), 'Shades of White: an examination of whiteness in sport', *Leisure Studies*, 21 (2), 87-103.

Lopes, Sérgio (1994), 'A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo desportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro', *Revista USP*, 22 (6-8), 64-83.

Lopes, Sérgio (1998), 'Fútbol y clases populares en Brasil. Color, clase e identidad a través del deporte', *Nueva Sociedad*, 154, 124-146.

Lord, Tom (2016), 'From Pitch to Pulpit from Firm to Fundamentalism: Football Hooligans and the Rise os Europe's Far-Right', *The Pardee Periodical Journal of Global Affairs*, 1 (2), 1-15.

Lowles, Nick (2002), 'Far Out with the Far Right', in Mark Perryman (ed.), *Hooligan Wars: Causes and Effects of Football Violence*. Edimburg: Mainstream Publishing, 108-121.

Lusted, Jim (2009), 'Playing games with 'race': understanding resistance to 'race' equality initiatives in English local football governance', *Soccer & Society*, 10 (6), 722-739.

Lynch, Danny (2009), 'Kick It Out', in Christos Kassimeris (ed.), *Anti-Racism in European Football: Fair Play for All*. Plymouth: Lexington Books, 67-104.

Macedo, Lurdes (2015), 'Da necessidade de desconstrução do 'equivoco lusocêntrico'', in Moisés Lemos Martins (ed.), *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 153-176.

Maguire, Joe (1988), 'Race and Position Assignment in English Soccer: A Preliminary Analysis of Ethnicity and Sport in Britain', *Sociology of Sport Journal* 5 (3), 257-269.

Madeira, Ana Isabel (2011), 'Histórias cruzadas: identidades, fronteiras e ficções da lusofonia', *Revista Índice*, 3 (1), 74-97.

Madir, Isidre (2003), *La Violencia en el Fútbol*. Sevilha: Wanceulen Editorial Deportiva.

Maeso, Silvia Rodríguez (2015a), “De donde eres realmente?’ Apuntes sobre las ciências sociales y la ‘crisis da la sociedad homogénea’”, *Papeles del CEIC* (Centro de Estudios sobre la identidade Colectiva), Universidad del País Basco, 138 (3).

Maeso, Silvia Rodríguez (2015b), “Civilising’ the Roma? The depoliticisation of (anti-)racism within the politics of integration’, *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 22, (1), 53-70.

Maeso, Silvia Rodríguez (2016), ‘O Turismo e a Academia da ‘Idade dos Descobrimientos’ em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial’, *Revista Política & Trabalho*, 44, 27-49.

Maeso, Silvia Rodríguez e Araújo, Marta (2010), ‘Portuguese (post-)colonial situations, national identity and the understanding of racism: the politics of academic narratives’, 1-34. Working paper produzido no âmbito do projeto TOLERACE. Obtido em janeiro 25, 2013, de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.472.9110&rep=rep1&type=pdf>

Maeso, Silvia Rodríguez e Araújo, Marta (2015), ‘Eurocentrism, political Struggles and the Entrenched Will-to-Ignorance: An Introduction’, in Marta Araújo e Silvia Maeso (eds.), *Eurocentrism, Racism and Knowledge: Debates on History and Power in Europe and the Americas*. Basingstoke & New York: Palgrave Macmillan, 1-22.

Maeso, Silvia Rodríguez; Araújo, Marta e Guiot, Olivier (2010), ‘(Anti-)racism in Portuguese policies and institutions: the ‘integration’ and the ‘accountability’ of immigrants/minorities as *solution*’, 1-38. Working paper produzido no âmbito do projeto TOLERACE.

Marivoet, Salomé (1989), *Evolução da violência associada ao Desporto (1978-1987)*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção Geral dos Desportos.

Marivoet, Salomé (2002), ‘Violent Disturbances in Portuguese Football’, in Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington e Antonios Astrinakis (eds.), *Fighting Fans as a World Phenomenon*. Dublin: University College Press, 158-173.

Marivoet, Salomé (2006), *Euro 2004: um evento global em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Marivoet, Salomé (2009), ‘Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas - o caso português no contexto europeu’, *Configurações*, 5 (6), 279-289.

Marks, Jonh (1998), ‘The French national team and national identity: Cette France d'un ‘bleu métis’’, *Culture, Sport, Society*, 1 (2), 41-57.

Martin, Simon (2004), *Football and Fascism: The National Game Under Mussolini*. Oxford: Berg.

Marqusee, Mark (1995), 'Sport and stereotype: from role model to Muhammad Ali', *Race & Class*, 36 (4), 1-29.

Matos, Patrícia Ferraz (2006), *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mateus, Dalila Cabrita (2006), *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto: ASA.

McDonald, Mary (2012), 'Thinking through sport, analyzing whiteness', *Journal of Multicultural Discourses*, 7 (3), 235-241.

McIntosh, Peggy (1998), 'White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack', in P. Rothenberg (ed.), *Race, Class and Gender in the United States: An Integrated Study*. New York: St. Martins Press, 165-169.

McKay, Jim (1995), 'Just Do It: corporate sports slogans and the political economy of 'enlightened racism'', *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 16 (2), 191-201.

Mcveigh, Robbie e Lentin, Ronit (2002), *Racism and Anti-Racism in Ireland*. Belfast: Pale.

Melo, Victor Andrade (2011), 'Prática esportiva, cultura e política – diálogos possíveis entre os estudos do esporte, os estudos africanos e os estudos pós-coloniais', *Movimento*, 17 (2), 155-173.

Meertens, Roel e Pettigrew, Thomas (1999), 'Será o Racismo Subtil Mesmo Racismo?', in Jorge Vala, *Novos Racismos: perspectivas comparadas*. Oeiras: Celta, 11-29.

Meneses, Maria Paula (2010), 'O 'Índigena' africano e o colono 'Europeu': a construção da diferença por processos legais', *e-cadernos ces*, 7, 68-93.

Meneses, Maria Paula (2012), 'Images outside the mirror?: Mozambique and Portugal in world history', *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, 10 (1), 121-136.

Mignon, Patrick (2002), 'Le Français Feel-Good Factor', in Mark Perryman (ed.), *Hooligan Wars: Causes and Effects of Football Violence*. Edinburg: Mainstream Publishing, 165-178.

Muller, Floris e Zoonen, Van e Roode, L. (2007), 'Accidental Racists: Experiences and Contradictions of Racism in local Amsterdam Soccer Fan Culture', *Soccer & Society*, 8 (2-3), 335-350.

Murrell, Audrey e Curtis, Edward (1994), 'Causal Attributions of Performance for Black and White Quarterbacks in the NFL: A Look at the Sports Pages', *Journal of Sport and Social Issues*, 18, 224-233.

Namorado, Rui (1989), 'Para uma Universidade Nova: Crónica de Crise de 69 em Coimbra', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 63-124.

Nelson, Jack e Pang, Valerie (2006), 'Racism, Prejudice and the Social Studies Curriculum', in Wayne Ross (ed.), *The Social Studies Curriculum: Purposes, Problems, and Possibilities*. New York: State University of New York Press.

Neves, José (2004), 'O Eterno Fado dos Últimos Trinta Metros: Futebol, Nacionalismo e Corpo', in José Neves e Nuno Domingos (eds.), *A Época do Futebol: O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim, 103-141.

Neves, José e Domingos, Nuno (2004), *A Época do Futebol: O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Neves, José e Domingos, Nuno (2011) *Uma História do Desporto em Portugal*. Vila do Conde: Quidnovi.

Oliva, Anderson (2015), 'Identidades em Campo. Discursos Sobre Atuação de Jogadores Interculturais de Origem Africana e Antilhana na Seleção Francesa de Futebol', *Revista de História*, 173, 395-425.

Oliveira, Nuno (2012), 'Portugal não é um País Pequeno reloaded - Terceira Via ou Despolitização da Diferença?', in Bruno Peixe Dias e Nuno Dias (eds.), *Imigração e Racismo em Portugal: o lugar do Outro*. Lisboa: Edições 70, 47-71.

Onuora, Emy (2015), *Pitch Black: The Story of Black British Footballers*. London: Biteback Publishing.

Panfichi, Aldo e Thieroldt, Jorge (2002), 'Barras Bravas: representation and crowd violence in Peruvian Football', in Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington e Antonios Astrinakis (eds.), *Fighting Fans as a World Phenomenon*. Dublin: University College Press, 143-157.

Perdigão, Carlos e Fernando, Pires (2004), *100 Anos de Lenda: 1904/2004*. Lisboa: Diário de Notícias.

Pimenta, Carlos (2000), 'Violência entre Torcidas Organizadas de Futebol', *São Paulo em Perspectiva*, 14 (2), 122-128.

Pinheiro, Francisco (2012), 'Futebol e Política na Ditadura. Factos e Mitos', in Nina Tiesler e Nuno Domingos (eds.), *Futebol Português: Política, Género e Movimento*. Porto: Afrontamento, 47-82.

Pinsky, Jaime (2012), *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Podaliri, Carlo e Balestri, Carlo (1998), 'The Ultras, Racism and Football in Italy', in Adam Brown (ed.), *Fanatics! Power, Identity and Fandom in Football*. London: Routledge, 88-100.

Poiret, Christian (2003), 'Criminalisation de l'immigration et sociologie des relations interethniques', *Hommes & migrations*, 1241, 6-19.

Poulton, Emma (2002), 'Tears, Tantrums and Tattoos, Framing the Hooligan', in Mark Perryman (ed.), *Hooligan Wars: Causes and Effects of Football Violence*. Edinburgh: Mainstream Publishing, 122-138.

Quijano, Aníbal (2000), 'Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America', *Neplanta: Views from South*, 1 (3), 553-580.

Quijano, Aníbal (2009), 'Colonialidade do Poder e Classificação Social', in Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses (eds.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 73-117.

Ratna, Aarti (2014), '“Who are ya?” The national identities and belongings of British Asian football fans', *Patterns of Prejudice*, 48 (3), 286-308.

Ratts, Alex e Rios, Flavia (2010), *Lélia Gonzalez – Retratos do Brasil Negro*. São Paulo: Selo Negro.

Revilla, Teresa Adán (1996), *Ultras e Skinheads: La Juventud Visible. Imágenes, Estilos y Conflictos de las Subculturas Juveniles en España*. Oviedo: Ediciones Nobel.

Roche, Maurice (2000), *Mega-Events and Modernity. Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. London: Routledge.

Roche, Maurice (2002a), 'Olympic and Sport Mega-Events as Media-Events: Reflections on the Globalisation paradigm', *Sixth International Symposium for Olympic Research*, 1-12.

Roche, Maurice (2002b), 'The Olympics and 'Global Citizenship'', *Citizenship Studies*, 6 (2), 165-181.

Roche, Maurice e Van Berkel, Rik (1997), *European Citizenship and Social Exclusion*, Aldershot: Ashgate.

Rosas, Fernando (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rowe, David (2010), 'Stages of the global: Media, sport, racialization and the last temptation of Zinedine Zidane', *International Review for the Sociology of Sport*, 45 (3), 355-371.

Runstedtler, Theresa (2009), 'Visible Men: African American Boxers, the New Negro, and the Global Color Line', *Radical History Review*, 103, 59-81.

Saeed, Amir (2002), 'What's in a Name? Muhammed Ali and the Politics of Cultural Identity', *Culture, Sport, Society*, 5 (3), 52-72.

Saeed, Amir e Kilvington, Daniel (2011), 'British-Asians and racism within English contemporary football', *Soccer & Society*, 12 (5), 602-612.

Samuels, John (2008), *The Beautiful Game is over: The Globalization of Football*. Brighton: Book Guild Publishing.

Santana, João e Mesquita, João (2011), *Académica: História do Futebol*. Coimbra: Almedina.

Santos, Ana (2004), *Heróis Desportivos: estudo de caso sobre Eusébio – de corpo a ícone da Nação*. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), 'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), 'Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E Para Além de Um e Outro', Conferência de Abertura do *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), 'Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (2009), 'Introdução', in Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses (eds.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 9-19.

Sayyid, Salmon (2004), 'Islam(ismo), eurocentrismo e ordem mundial', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 53-72.

Serrado, Ricardo (2009), *O Jogo de Salazar: a Política e o Futebol no Estado Novo*. Lisboa: Casa das Letras.

Serrado, Ricardo (2012), *O Estado Novo e o Futebol*. Estoril: Prime Books.

Shakib, Sohaila e Veliz, Philip (2012), 'Race, sport and social support: A comparison between African American and White youth's perceptions of social support for sport participation', *International Review for the Sociology of Sport*, 48 (3), 295-317.

Silva, Maria Lucas e Madeira, Sérgio (2009), *Repúblicas Universitárias de Coimbra*. Coimbra: Gabinete de Arqueologia, Arte e História da Câmara Municipal.

Soares, António (1998), *Futebol, raça e nacionalidade – releitura da história oficial*. Tese de doutoramento em Educação Física – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.

Solomos, Jonh e Back, Les (1996), *Racism and Society*. Basingstoke: Palgrave

Soto, Alejandro (2014), *Goles y banderas. Fútbol e identidades nacionales en España*. Madrid: Marcial Pons.

Spaaij, Ramón e Viñas, Carles (2005), ‘A por ellos!’: racism and anti-racism in Spanish football’, *International Journal of Iberian Studies*, 18 (3), 141-164.

Sterkenburg, Jacco; Knoppers, Annelies e Lieve, Sonja (2010), ‘Race, ethnicity, and content analysis of the sports media: a critical reflection’, *Media, Culture & Society*, 32 (5), 819-839.

Sterkenburg, Jacco e Knoppers, Annelies (2012), ‘Sport as a contested racial/ethnic discourse: Processes of racialization in Dutch sport media and sport policy’, *Journal of Multicultural Discourses*, 7 (2), 119-136.

Sugden, John (2002), ‘We are Leeds!’, in Mark Perryman (ed.), *Hooligan Wars: Causes and Effects of Football Violence*. Edinburg: Mainstream Publishing, 95-107.

Sule, Ahmed (2015), ‘Love Serena Hate Racism: A Discourse on Western Attitudes Towards Serena Williams’, *Media Diversified*. Obtido em outubro 16, 2016, de <https://mediadiversified.org/2015/06/08/loveserenahateracism-a-discourse-on-western-attitudes-towards-serena-williams/>

Taylor, Ian (1971), ‘Soccer Consciousness and Soccer Hooliganism’, in Stanley Cohen (ed.), *Images of Deviance*. Harmondsworth: Penguin, 134-164.

Taylor, Ian (1982), ‘On the Sports Violence Question: Soccer Hooliganism Revisited’, in Jennifer Hargreaves (ed.), *Sport, Culture and Ideology*. London: Routledge, 152-196.

Testa, Alberto e Armstrong, Gary (2010), *Football Fascism and Fandom: The Ultras of Italian Football*. London: A&C Black Publishers.

Trouillot, Michel-Rolph (1995), *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.

Turner, Victor (1982), ‘Dramatic Ritual/Ritual Drama: Performative and Reflexive Anthropology’, in Jay Ruby (ed.), *A Crack in the Mirror: Reflexive Perspectives in Anthropology*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 8-18.

Vala, Jorge (1999), *Novos Racismos: perspectivas comparadas*. Oeiras: Celta.

Vale de Almeida, Miguel (2000), *Um Mar da Cor da Terra*. Oeiras: Celta Editora.

Vale de Almeida, Miguel (2006), 'On the Lusophone Postcolony: 'Culture', 'race', 'language'', Department of Spanish and portuguese Studies, Rutgers University, April 18, 1-30. Obtido em janeiro 13, 2016, de <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/on-the-lusophone-postcolony1.pdf>

Van Dijk, Teun (1989), 'Mediating racism. The role of the media in the reproduction of racism', in Ruth Wodak (ed.), *Language, Power and Ideology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 199-226.

Van Dijk, Teun (1991), *Racism and the Press*. London: Routledge.

Van Dijk, Teun (1992), 'Discourse and the Denial of Racism', *Discourse & Society*, 3 (1), 87-118.

Van Dijk, Teun (1993), *Elite Discourse and Racism*. Newbury Park: Sage.

Van Dijk, Teun (2003), 'Critical Discourse Analysis', in Deborah Schiffrin, Deborah Tannen e Heidi Hamilton (eds.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden: Blackwell, 352-371.

Van Dijk, Teun (2005a), 'Ideología y análisis del discurso', *Utopia y Praxis Latinoamericana*, 10 (29), 9-36.

Van Dijk, Teun (2005b), 'Nuevo Racismo y noticias: un enfoque discursivo', in Mary Lash, Rosa Tello e Núria Benach (eds.), *Migración, Género y Espacios Urbanos*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 33-55.

Van Dijk, Teun (2007), 'Discurso Racista', in Juan Igartua e Carlos Múniz (eds.), *Medios de comunicación y Sociedad*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 9-16.

Van Dijk, Teun (2012), 'The Role of the Press in the Reproduction of Racism', in Michi Messer; Renée Schroeder; Ruth Wodak (eds.) *Migration: Interdisciplinary Perspectives*. Wien: Springer Vienna, 15-29.

Van Vossole, Jonas (2016), 'Framing PIGS: patterns of racism and neocolonialism in the Euro crisis', *Patterns of Prejudice*, 50 (1), 1-20.

Vieira, Alberto (2004), 'Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450–1650', in Stuart Schwartz (ed.) *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, 42-84.

Watcher, Kurt; Franke, Susan; Purski, Jaced (2009), 'Football Against Racism in Europe', in Christos Kassimeris (ed.), *Anti-Racism in European Football: Fair Play for All*. Plymouth: Lexington Books, 35-65.

Wallerstein, Immanuel (1997), 'Eurocentrism and its Avatars: the Dilemmas of Social Science', *New Left Review*, 226, 93-107.

Wallerstein, Immanuel (2000), 'O Albatroz Racista. A Ciência Social, Jorg Haider e a Resistência', *Cadernos CES*. Coimbra: Afrontamento.

Wallerstein, Immanuel (2004), *The modern world-system in the longue durée*. Boulder: Paradigm Publishers.

West, Cornel (1993), *Beyond Eurocentrism and Multiculturalism. Prophetic Reflections: notes on Race and Power in America*. Monroe, Maine: Common Courage Press.

Wiggins, David (1989), "Great Speed But Little Stamina': the Historical Debate Over Black Athlete Superiority', *Journal of Sport History*, 16 (2), 158-185.

Wiggins, David (2014), 'Black Athletes in White Men's Games: Race, Sport an American National Pastimes', *The International Journal of the History of Sport*, 31 (1-2), 181-202.

Williams, John (1992), *Lick my boots: Racism in English Football*, Sir Norman Chester Centre for Football Research: University of Leicester.

Wilson, Brian (1997), "Good Blacks' and 'Bad Blacks': Media Constructions of African American Athletes in Canadian Basketball', *International Review for the Sociology of Sport*, 32 (2), 177-189.

Wise, Tim (2002), 'White like me', in Bernestine Singley (ed.), *When Race becomes real: Black and White Writers Confront Their Personal Histories*. Chicago: Lawrence Hill Books, 225-240.

Wodak, Ruth e Meyer, Michael (2001), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage.

Young, Jean (1997), 'The Re-Objectification and Re-Commodification of Saartjie Baartman in Suzan Lori Parks's *Venus*', *African American Review*, 31 (4), 699-708.

ANEXO I

Número da entrevista	Data e local	Cargo/designação
1	Queluz, 18.03.2016	Membro da direção do jornal digital 'Maisfutebol'
2	Lisboa, 15.07.2014	Antigo jogador do Benfica (1991-1996) e da Académica (2005)
3	Lisboa, 16.12.2016	Membro da direção do jornal <i>A Bola</i> e antigo jogador do Benfica (1982-1987)
4	Coimbra, 19.02.2014	Antigo jogador da Académica (1965-1977)
5	Lisboa, 02.04.2015	Antigo jogador do Benfica (1970-1989)
6	Santarém, 16.09.2013	Antigo jogador da Académica (1961-1971 e 1976-1979) e do Benfica (1971-1973)
7	Lisboa, 21.07.2015	Membro, desde 2005, da Direção do 'Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol'
8	Lisboa, 23.10.2014	Antigo jogador do Benfica (1959-1970)
9	Aveiro, 15.01.2014	Antigo jogador da Académica (1974-1975)
10	Coimbra, 13.11.2014	Antigo jogador (1972-1973) e treinador da Académica
11	Coimbra, 20.04.2015	Antigo jogador da Académica (2014-2016)
12	Lisboa, 18.03.2016	Redator do jornal <i>Record</i>
13	Coimbra, 17.12.2013	Antigo jogador da Académica (1996-2001)
14	Almada, 07.06.2016	Editor do jornal <i>A Bola</i>
15	Coimbra, 03.07.2017	Membro de um grupo organizado de adeptos do Benfica
16	Coimbra, 12.07.2017	Membro de um grupo organizado de adeptos do

		Benfica
17	Lisboa, 26.11.2017	Membro de um grupo organizado de adeptos do Benfica
18	Lisboa, 31.03.2018	Membro de um grupo organizado de adeptos do Benfica
19	Lisboa, 22.10.2017	Membro da direção da 'Casa do Benfica de Bissau'
20	Coimbra, 02.07.2018	Antigo diretor da Académica
21	Coimbra, 19.07.2018	Membro da direção de um grupo organizado de adeptos da Académica
22	Coimbra, 26.07.2018	Membro de um grupo organizado de adeptos da Académica

ANEXO II



Fig.1: Eusébio acompanhado por jovens admiradores angolanos e portugueses na pista do aeroporto de Luanda. Fonte: *A Bola*, 05.07.1962, capa.



Fig.2: Eusébio rodeado de portugueses e angolanos à saída do aeroporto de Luanda. Fonte: *A Bola*, 05.07.1962, p.5.



Fig.3: 'Travessia de Luanda – Sob indescritíveis manifestações de entusiasmo popular, foi assim – apoteoticamente! – que a embaixada do Benfica atravessou as ruas de Luanda, a caminho do hotel. Centenas de pessoas, de todas as raças, aclamaram vibrantemente os campeões europeus' (*A Bola*, 05.07.1962, capa).



Fig.4: Equipa do Benfica nas ruas de Luanda. Fonte: *A Bola*, 05.07.1962, p.5.



Fig.5. Eusébio abraçado a um adepto moçambicano à chegada a 'Lourenço Marques'. Fonte: A Bola, 09.07.1962, capa.



Fig.6: 'Entusiasmo em Lourenço Marques' (A Bola, 12.07.1962, p.5).



Fig.7: Cerimónia de abertura do *Euro 2004*, Estádio do Dragão. Fonte: *Diário de Notícias*, 13.06.2004, capa.



Fig.8: 'Imenso mar azul sobre todo o relvado do dragão, na tarde em que Portugal provou a si próprio e ao Mundo a capacidade de empreender' (*A Bola*, 13.06.2004, p.4).



Fig. 9: Cartoon publicado pelo jornal *A Bola*, 11.10.1962, capa.